

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Cassiano Pamplona Lisboa

(RE)CONTANDO HISTÓRIAS:
o ambiente tematizado a partir dos itinerários de vida

Porto Alegre
2007

CASSIANO PAMPLONA LISBOA

**(RE)CONTANDO HISTÓRIAS:
O AMBIENTE TEMATIZADO A PARTIR DOS ITINERÁRIOS DE VIDA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação - linha de pesquisa Educação, Culturas, Memórias, Ações Coletivas e Estado.

Orientador: Prof. Dr. Nilton Bueno Fischer

Porto Alegre
2007

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO-CIP

L769r Lisboa, Cassiano Pamplona
(Re)contando histórias : o ambiente tematizado a
partir dos itinerários de vida [manuscrito] / Cassiano
Pamplona Lisboa. – Porto Alegre : UFRGS, 2007.
180 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio
Grande do Sul. Faculdade de Educação. Programa de Pós-
Graduação em Educação, Porto Alegre, BR-RS, 2007.
Orientação: Nilton Bueno Fischer

1. Espaço – Migrante – Esteio, RS. 2. Espaço – Tempo
– Memória – Ambiente – Migrante. 3. Educação ambiental.
4. Processo migratório – Memória. I. Fischer, Nilton Bueno.
II. Título.

CDU: 37:574.3:325.11

Bibliotecária responsável: Jacira Gil Bernardes CRB 10/463

Para meus pais, Ligia e Marco Aurélio (pólos opostos, mas complementares no meu desenvolvimento), pelo amor incondicional e constante incentivo, e para minha filha Ananda (que se prepara para perder o primeiro dente de leite), por desacelerar o mundo com seus sorrisos.

AGRADECIMENTOS

Ao término desta etapa, quero agradecer...

...à Laís, com quem tenho compartilhado alegrias e enfrentado desafios, pela paciência, compreensão, apoio, amor e habilidade em me trazer ao “chão”;

...ao professor Nilton Bueno Fischer, meu orientador nessa empreitada, pela acolhida, generosidade, incentivo e pelos profícuos ensinamentos (para muito além daqueles restritos ao campo da educação...);

...à professora Eunice Aita Isaia Kindel, pelo exemplo, amizade e incentivo desde os tempos da graduação; também pela leitura criteriosa e pelas sugestões agregadas ao projeto;

...à professora Carmem Maria Craidy, pelas aulas do seminário *Introdução à Metodologia de Pesquisa em Educação e Ciências Sociais*, fundamentais para a transformação de um conjunto de inspirações iniciais numa proposta de trabalho; também pela leitura criteriosa e sugestões agregadas ao projeto;

...à professora Isabel Cristina de Moura Carvalho, pela inspiração conferida ao presente trabalho através dos seus escritos; também pela leitura criteriosa e pelas sugestões agregadas ao projeto;

...à professora Maria Stephanou, pelas aulas do seminário *Narrativas de Memórias, História Oral e Escrituras Ordinárias na História da Educação*, fundamentais para a construção metodológica do trabalho;

... à Jacimara Machado Heckler, pela atenção dispensada durante o processo de seleção e início do curso (meu ingresso no mestrado);

...aos colegas do grupo de orientação, pelos saberes e sabores compartilhados;

...ao Leonardo e à Aline, membros da equipe diretiva da Escola Estadual Dyonélio Machado, pela receptividade à proposta de trabalho; e também à Elenita, pela alegria e disposição com que sempre nos recebeu;

...à ONG ARQVIVE, nas pessoas de Érico e Yuri, pela digitalização das gravações realizadas, tarefa essa que em muito agilizou os trabalhos de transcrição e análise das informações construídas;

...ao CNPq, pela concessão da bolsa que viabilizou a realização do presente trabalho;

... e, principalmente, aos prezados participantes dessa investigação, Angela, Demoestenes, Luiz Armando, Manoel, Maria Clair, Maria Santa, Márcia, Paulo, Osvaldo e Rejane, sem os quais nada disso teria sido possível.

RESUMO

Esta dissertação aborda os modos através dos quais o espaço é (re)significado em função do deslocamento de um lugar para o outro e da passagem do tempo (experimentada em um mesmo lugar). É o resultado de uma investigação empírica realizada junto a um grupo de migrantes – homens e mulheres – atuais moradores de uma região localizada na periferia do município de Esteio e que se fundamentou nas reminiscências narradas em encontros coletivos e individuais (pesquisador-pesquisado). Dessa forma, para compreender como o processo de migração foi experimentado pelos sujeitos entrevistados e, nele, como se deu a atualização das relações com os lugares (de onde saem, por onde passam e nos quais se radicam), recorreu-se, em primeira instância, a um conjunto de memórias individuais.

Enquanto parte de um processo educativo mais amplo – educação ambiental –, o presente trabalho pretendeu fornecer subsídios para se (re)pensar a dinâmica dos processos migratórios e de expansão das cidades (constituição de periferias urbanas). Além disso, objetivou conferir às discussões que nos constituíam como grupo uma profundidade histórica particular (relacionada com o lugar) a partir da qual pudéssemos tematizar as relações entre sociedade, cultura e os demais elementos físicos e biológicos do meio, isto é, o *ambiente* enquanto campo relacional.

Os estudos empreendidos sugerem a migração enquanto um processo contínuo, que se estende para além do deslocamento físico entre lugares e se prolonga por toda a vida do migrante. Entre suas principais condições de possibilidade aparecem as redes de sociabilidade/solidariedade e os deslocamentos anteriormente efetuados. A (re)construção do espaço, por sua vez, dá-se a partir do encontro entre “velhos e novos mundos”: novos mundos que se constroem a partir dos velhos e velhos mundos que se reconstroem a partir dos novos. Envolve a transformação material da paisagem e uma constante (re)construção de significados através das quais não só o meio é modificado, mas também aqueles seus habitantes e sujeitos. Por fim, o trabalho de rememoração realizado em grupo, para além dos seus objetivos imediatos e circunscritos, revelou-se um profícuo espaço educativo, permitindo não apenas a emergência de um rico conjunto de informações, mas principalmente a ampliação e reformulação da compreensão dos participantes sobre si mesmos, uns sobre os outros e também sobre o espaço de vida compartilhado.

PALAVRAS-CHAVE: Educação ambiental – Memória. Migração. Espaço.

ABSTRACT

This dissertation approaches the means by which space is (re)signified due to relocation and to time passing (experienced in a single place). It is the result of an empirical investigation carried out within a group of migrants – men and women – currently residing in a region in the outskirts of the city of Esteio. Such investigation was based on memories narrated in group and individual meetings (researcher – researched). Therefore, in order to understand how the migration process was experienced by the interviewed subjects and how the relationships with places (where they come from, where they pass by and where they settle) were updated, we have resorted to a gathering of individual memories.

Having parted from a wider educational process – environmental education –, this paper intends to furnish subsidies to (re)think the dynamic of migration processes as well as the expansion of cities (constitution of urban outskirts). In addition, it was aimed at giving a particular historical depth (related to the place) to the discussions we have had within the group, from which we could approach the relationships between society, culture and the remaining physical and biological elements of the area, or better, the *environment* as a relationship field.

The studies thus conducted suggest that migration is a continuous process, which extends beyond the physical relocation from place to place and stretches itself for the migrant's lifetime. Among its main conditions of possibility there are the sociability/solidarity networks and the relocations that happened previously. The (re)building of space happens from the moment that “old and new worlds” meet: new worlds that are built from the old and old worlds that are rebuilt from the new. It also involves the material transformation of the landscape and a constant (re)construction of meanings, through which not only is the environment modified, but also its inhabitants and subjects. Finally, the work of remembering carried out in group, beyond its immediate and restricted aims, has been revealed a proficuous educational space, allowing not only the emergence of a rich amount of information, but also the enlarging and reformulation of the participants' comprehension of themselves, of one another and of the space they share.

KEYWORDS: Environmental education – Memory. Migration. Space.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO (OS TEMPOS E OS ESPAÇOS)	10
1. ANTECEDENTES (O LUGAR DE ONDE FALO)	17
A EMERGÊNCIA DO AMBIENTAL.....	19
A EMERGÊNCIA DO EDUCATIVO.....	20
O ENCONTRO ENTRE OS DOIS CAMPOS: EDUCAÇÃO AMBIENTAL?.....	21
2. PRINCÍPIOS (A DIMENSÃO DO ENCONTRO: ESCUTA E AFETIVIDADE) ..	24
3. EDUCAÇÃO AMBIENTAL (CONCEITUAÇÃO E PERSPECTIVAS)	27
NATUREZA E AMBIENTE	28
O TEMPO E O ESPAÇO NAS PRÁTICAS EDUCATIVAS AMBIENTAIS.....	31
O Tempo.....	32
O Espaço.....	34
4. CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS	38
FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	39
Pesquisa qualitativa e cultura	39
Memória, composição, narrativas e reminiscências.....	41
Método biográfico, histórias de vida e depoimentos orais.....	47
Grupos focais e grupos de discussão.....	53
Grupo de rememoração.....	58
DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES.....	63
A seleção dos participantes.....	64
Os participantes.....	68
Os encontros coletivos (grupo de rememoração).....	71
<u>A escolha do lugar</u>	72
<u>Convocatória</u>	73
<u>A dinâmica de trabalho e o uso da filmadora</u>	74
<u>O caminho percorrido</u>	76
As entrevistas individuais (visitas domiciliares).....	85
5. MIGRAÇÃO E RECONSTRUÇÃO DO ESPAÇO	90
MIGRAÇÃO.....	91
O processo da migração: contextualização.....	94
‘Natureza’ do lugar de origem.....	95
Motivações.....	98
Condições de possibilidade.....	103
Itinerários (de vida).....	107
‘Natureza’ do lugar de destino.....	110
A <i>experiência</i> da migração (mais algumas considerações).....	116
(Re)CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO	120
Espaço geográfico, objetos, ações e paisagens.....	120
Lugar	125
(Re)construção do espaço: o encontro entre “velhos e novos mundos” (dois exemplos).....	127
(Re)construção do espaço: a passagem do tempo e as transformações do lugar de destino.....	134
<u>O arroio</u>	135

O “mato”.....	142
O “banhado”	147
6. A DIMENSÃO EDUCATIVA (AMBIENTAL) DA INVESTIGAÇÃO.....	155
A DIMENSÃO DO ENCONTRO: INTERPRETAÇÃO, PRODUÇÃO DE SENTIDOS, AUTO-RECONHECIMENTO.....	156
EDUCAÇÃO AMBIENTAL SOB A PERSPECTIVA DE UMA SOCIOLOGIA DAS AUSÊNCIAS E DAS EMERGÊNCIAS.....	161
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	167
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	171
ANEXO 1 – TERMO DE CONSENTIMENTO PÓS-INFORMADO.....	175
ANEXO 2- IMAGENS.....	176
IMAGEM 1 (vista aérea).....	176
IMAGEM 2 (bairros - perpendicular).....	176
IMAGEM 3 (bairros – diagonal).....	177
IMAGEM 4 (ruas).....	177
IMAGEM 5 (Escola Estadual Dyonélio Machado).....	178
IMAGEM 6 (ocupação “irregular”).....	178
IMAGEM 7 (ocupação “irregular” - detalhe).....	179
IMAGEM 8 (Bairro São José – “banhado”).....	179
IMAGEM 9 (gravura).....	180
IMAGEM 10 (gravura – detalhe).....	180

INTRODUÇÃO (OS TEMPOS E OS ESPAÇOS)

Alberto Melucci, no livro *O jogo do eu* (2004), fala a respeito das dificuldades que encontramos para definir a experiência do *tempo*. Segundo ele, as referências que fazemos ao tempo nos remetem imediatamente a uma noção experiencial deste; remetem-nos aquilo que, por nossas próprias experiências, sabemos ser o tempo: “todos sabemos do que falamos quando dizemos ‘tempo’” (MELUCCI, 2004, p.17). Contudo, é quando tentamos defini-lo que as dificuldades se apresentam. Este antigo problema tem produzido, ao longo dos séculos, diferentes estratégias para sua superação, dentre as quais, possivelmente a mais freqüente tenha sido o uso de metáforas e mitos. Desde as culturas mais antigas, nas quais a referência ao tempo vinha acompanhada de imagens divinas – aquáticas (fluidas) ou cíclicas – a experiência do tempo vem sendo traduzida através de suas utilizações. A partir da análise de três diferentes figuras – o círculo, a flecha e o ponto - utilizadas para este fim, o de “representar simbolicamente a dimensão indescritível do tempo” (MELUCCI, 2004, p.18), o autor constrói um quadro que nos permite vislumbrar as principais transformações ocorridas nas formas de se perceber o tempo ao longo da história.

Na figura do *círculo* o tempo é representado como um eterno retornar de todas as coisas; “as coisas repetem-se e nada é definitivamente adquirido ou perdido” (MELUCCI, 2004, p.18). Essa metáfora, que encontra na natureza, nos seus ciclos e ritmos, suporte material e inspiração, foi (e ainda é) utilizada por diversas culturas. A alternância entre os dias e as noites, entre as estações do ano, as fases da lua, a vida e a morte, revelam a existência de um tempo cíclico onde início e final tornam-se relativos; onde todo o início implica um final que, por sua vez, implica um (re)início.

Esse tempo cíclico, representado pela figura do círculo, é resignificado pelo cristianismo. A partir da idéia de gênese e de fim do mundo são instituídos os limites de um percurso, agora, linear. O tempo, ainda que continue apresentando-se à experiência imediata como uma sucessão de ciclos, ganha agora uma dimensão profunda (linear) onde tudo isso acontece. O tempo da vida sobre este planeta é um tempo marcado entre sua origem e seu anunciado final; o tempo da experiência passa também a ser o caminho que percorremos entre o nascimento e a morte, um percurso progressivo e irreversível no qual a possibilidade de salvação confere ao seu final o derradeiro sentido.

Com o advento da modernidade, essa idéia - a de uma redenção final -, resignificada, ganha força e projeção:

A figura do círculo é substituída pela flecha, e o tempo, assim, segue um rumo, tem uma finalidade que é também o seu fim, ou seja, é o ponto final que dá sentido a todo o percurso precedente e ilumina as passagens intermediárias. (...) A figura linear do tempo como flecha, seja ela interpretada no que implica salvação ou progresso, impregna as raízes profundas da cultura ocidental e alimenta, ainda hoje, nossa representação do tempo. (MELUCCI, 2004, p.19)

Conforme destaca Melucci, a noção de tempo na modernidade assenta-se sobre duas referências essenciais: a máquina e a meta. O tempo passa a ser medido por máquinas: é dividido em unidades estáveis e equivalentes que permitem a atribuição de valores precisos a cada uma delas. A partir daí, mais do que nunca, “*time is money*”. Os ritmos e cadências que governam a vida moderna deixam de ser ditados pelos ciclos naturais e passam a ser marcados pelo “tic-tac” dos relógios. As experiências do tempo são forçosamente homogêneas: o tempo social desencontra-se cada vez mais dos tempos internos individuais. Pode-se falar, conforme Bauman (2001), em uma *rotinização* do tempo. Além disso, a figura da meta faz referência à orientação do tempo para um fim, um objetivo a ser alcançado que justifica todos os sacrifícios e esforços empreendidos na sua busca:

A ênfase que a cultura industrial incorporou à própria idéia de história usando os mitos do progresso e da revolução, pressupõe o direcionamento do tempo para um fim: todas as passagens intermediárias são iluminadas por um farol colocado no término do percurso, apto a dar sentido às ações cumpridas durante o caminho. (MELUCCI, 2004, p.26)

Sob essa óptica, a linearidade das relações entre passado presente e futuro - onde o presente decorre do passado na mesma medida em que o futuro decorre do presente- é atravessada por um jogo retroativo: é do futuro que partem os sentidos para a interpretação do passado e para a promoção do presente. O objetivo final para onde aponta a flecha justifica e condiciona os meios que se utilizarão para sua consecução.

Contemporaneamente, entretanto, assistimos “o ocaso dos grandes mitos da modernidade, de todos os contos de salvação que prometiam êxito no final do tempo” (MELUCCI, 2004, p.19/20). O futuro se torna cada vez menos provável e o passado cada vez mais distante. O presente consolida-se como o tempo próprio e único para a satisfação e o gozo. A metáfora da *flecha*, já não serve para representar a experiência atual do tempo; agora o *ponto* expressa com maior precisão uma experiência de tempo fragmentada, descontínua e concentrada no presente. Vivemos, conforme sustenta Bauman (2001), a era da *instantaneidade*, onde “‘instantaneidade’ significa realização imediata, ‘no ato’ – mas também exaustão e desaparecimento do interesse” (BAUMAN, 2001, p.137). A

instantaneidade confere a cada momento valor inestimável e sentido em si mesmo. É nesse sentido que o autor dirá que “a ‘escolha racional’ na era da instantaneidade significa *buscar a gratificação evitando as conseqüências*, e particularmente as responsabilidades que essas conseqüências podem implicar” (BAUMAN, 2001, p.148).

Em tempos de pós-modernidade¹ (modernidade tardia? modernidade líquida?), a supervalorização do tempo presente se dá em detrimento das dimensões passada e futura de nossas experiências. A busca pela “gratificação evitando as conseqüências” desconsidera os saberes produzidos no passado e ignora os possíveis e inevitáveis desdobramentos de suas ações; também pressupõe uma desvinculação cada vez maior com o espaço, com tudo aquilo que impeça ou dificulte o movimento. Na era da instantaneidade, o “movimento no espaço torna-se um fim em si mesmo” (MELUCCI, 2004, p30/31). O espaço, assim como o tempo é experimentado como uma construção multidimensional, sem referências estáveis. Nesse contexto, onde o ritmo da mudança dilacera nossas referências espaciais, onde o passado, cada vez mais distante, nos falta enquanto substrato e o futuro se rarefaz com a ausência do projeto, a desorientação é um claro risco que temos de assumir. Contudo, se por uma lado a experiência pontual do tempo representa o “esfacelamento da tradição” de que nos fala Hannah Arendt (2005)², por outro lado “na dimensão puntiforme existe também uma riqueza, a possibilidade de reativar o horizonte da presença como capacidade de viver momento a momento, tecendo a trama da continuidade (...). (MELUCCI, 2004, p.36)

O estabelecimento de relações entre passado, presente e futuro, entre as diferentes formas com que experimentamos o tempo, apresenta-se hoje como condição necessária para a reabilitação daquelas referências essenciais que nos permitam decidir e discernir (orientar-nos) – justamente o que nos desafia o atual momento. E é no presente que encontramos “o único horizonte possível para essa ligação: a presença é o lugar em que passado e futuro podem estar em uma relação circular” (MELUCCI, 2004, p.23). Memória e projeto se influenciam reciprocamente a partir do presente; o passado é resignificado pelo que “está sendo” e pelo que ainda “está por vir” ao mesmo tempo em que engendra as condições de possibilidade atuais.

¹ Frederic Jameson, em seu livro *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*, contudo, alerta-nos: “*Pós-modernismo* não é algo que se possa estabelecer de uma vez por todas e, então, usá-lo com a consciência tranqüila. O conceito, se existe um, tem que surgir no fim, e não no começo de nossas discussões do tema. Essas são as condições – as *únicas*, penso, que evitam os danos de uma clarificação prematura – em que o termo pode continuar a ser usado de forma produtiva.” (JAMESON, 2000, p.25)

² ARENDT, H. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2005 (Debates; 64).

O presente trabalho, em alguma medida, projetou-se nessa direção: a construção de uma experiência complexa do tempo capaz de reabilitar aquelas nossas capacidades de orientação, discernimento. É o testemunho de um encontro entre diferentes histórias de vida (percursos), concepções de mundo, projetos; resultado provisório e inacabado do cruzamento entre passado, presente e futuro que teve como referência básica as relações com os espaços de vida. São as minhas lembranças (e os meus esquecimentos também) sobre o processo de pesquisa engendrado: “narrativa de narrativas”, nas palavras de Melucci³, ou “interpretação de interpretações”, segundo Geertz⁴.

A investigação desenvolvida e recapitulada nas linhas que seguem tem seu início atrelado à minha inserção, como professor de Ciências e Biologia, na escola estadual Dyonélio Machado, localizada num bairro de periferia do município de Esteio (RS). Lá, inspirado pelos escritos de Mauro Grün e Isabel Carvalho, que ressaltam a idéia e a necessidade do desenvolvimento de uma educação ambiental *interpretativa*, e tendo como parceria um grupo de estudantes (muitos dos quais vieram a se tornar os sujeitos entrevistados no presente empreendimento), iniciei uma incursão às histórias do lugar. Essa *busca por conhecer*, que num primeiro momento ficou restrita aos tempos e espaços institucionais, num segundo momento deu origem a uma série de encontro informais; uma ação investigativa com propósitos educativos a qual intitulamos “(Re)contando histórias”.

Ao longo dessas incursões ao passado, através das histórias narradas por cada um dos participantes, algumas características do lugar puderam começar a ser apreendidas e repensadas. Entre elas, a rápida e radical transformação a que foi submetida a paisagem, as múltiplas origens dos seus habitantes (na sua maioria migrantes provenientes de diferentes localidades do interior do estado) e os distintos significados atribuídos a alguns dos seus ‘espaços’ (entre os quais se destacavam o Arroio Sapucaia, o “mato” da Refap e o “banhado”), acabaram constituindo o substrato sobre o qual foi construída a presente investigação.

³ MELUCCI, A. Busca de qualidade, ação social e cultura: por uma sociologia reflexiva. In: MELUCCI, A. *Por uma sociologia reflexiva: pesquisa qualitativa e cultura*. Petrópolis: Vozes, 2005. p.25-42.

⁴ GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, c1989.

A pesquisa empreendida, dessa forma, teve como foco de sua atenção dois fenômenos distintos, mas intimamente relacionados: a *migração* e a *(re)construção do espaço*.

A migração procurou ser caracterizada enquanto *processo e experiência*. Primeiramente, foi analisada a partir de cinco eixos: *'natureza' do lugar de origem, motivações, condições de possibilidade, itinerários e 'natureza' do lugar de destino*. A partir daí, procurou-se compreender como os sujeitos entrevistados a *experimentaram*; ou, dito de outro modo, como eles e elas vivenciaram esse processo.

A atualização das relações dos sujeitos entrevistados com o espaço, por sua vez, foi analisada sob duas perspectivas distintas: a) em função do deslocamento físico entre lugares (denominado aqui *encontro entre velhos e novos mundos*); e b) em função da passagem do tempo no lugar de destino. Nesta última, procurou-se também conhecer quais os significados atribuídos (assim como os modos de relação derivados destes) pelos sujeitos pesquisados aos três mais referidos elementos da paisagem: o *Arroio Sapucaia*, o “mato” da Refinaria Alberto Pasqualini (Refap) e o “banhado” (Vila São José).

Por fim, esses dois fenômenos (*migração e reconstrução do espaço*), nas suas distinções e entrecruzamentos, procuraram ser conhecidos a partir de um conjunto de histórias narradas em encontros coletivos (grupo de rememoração) e entrevistas individuais (visitas domiciliares) por um grupo de dez migrantes (cinco homens e cinco mulheres), atuais moradores da região objetivada e ex-alunos meus. Foram realizados nove encontros coletivos e quatro entrevistas individuais, totalizando pouco mais de 15h de gravações⁵. Nos dois casos, a trajetória de vida de cada um dos participantes constituiu o eixo sobre o qual foram construídas as narrativas. Desse modo, para compreender como o processo de migração foi experimentado pelos sujeitos entrevistados e, nele, como se deu a atualização das relações com o espaço, recorreu-se, em primeira instância, a um conjunto de memórias individuais.

O presente texto encontra-se organizado em pelo menos dois momentos. O primeiro, correspondente aos três capítulos iniciais, é o resultado de uma escrita “pré-empírica”, isto é, foi quase todo elaborado antes do início formal dos trabalhos de campo. Objetiva fundamentalmente justificar os esforços empreendidos, assim como situá-los num contexto mais amplo (neste caso, representado pela minha trajetória pessoal e pelo conjunto da produção teórica apresentada). O segundo momento, por sua vez, correspondente aos três

⁵ Os registros foram realizados através de gravações em áudio e/ou vídeo (filmagem).

capítulos seguintes, constituiu-se numa revisão dos caminhos percorridos, das escolhas feitas e dos principais achados ao longo do processo investigativo, principalmente daquela sua dimensão empírica. É, sem dúvidas, o cerne do presente trabalho. Foi construído, quase na íntegra, após o término das atividades de campo.

No primeiro capítulo, tendo como referência o trabalho de Isabel Carvalho (2002), apresento sucintamente minha trajetória pessoal, destacando nela momentos que, aos olhos de hoje, parecem-me significativos para a compreensão de meu envolvimento com o campo educativo, com o campo ambiental e, de uma forma mais específica, com uma educação ambiental.

No capítulo seguinte, situados ainda em relação a minha trajetória pessoal, apresento alguns *princípios* que têm orientado o meu fazer educativo e que foram resignificados no contexto de realização da presente pesquisa. Além disso, relacionam-se diretamente as escolhas metodológicas operadas, a construção do “objeto” de pesquisa e a seleção dos sujeitos a serem escutados.

No terceiro capítulo apresento e discuto, em linhas bastante gerais, a temática na qual se inscreve este trabalho – *educação ambiental*. Primeiramente apresento uma definição para o conceito de *ambiente* (construída a partir da sua comparação com o de *natureza*). A seguir, tomando como referências o *tempo* e o *espaço* (eixos em torno dos quais se organizou a presente pesquisa) apresento algumas das perspectivas teóricas adotadas e que serviram de inspiração para a construção da proposta inicial de trabalho. Tanto a definição para o conceito de ambiente quanto algumas das referidas perspectivas teóricas serão retomados no capítulo seis, no qual discuto e procuro caracterizar a dimensão educativa assumida pela pesquisa.

No quarto capítulo, discorro longamente sobre o processo de pesquisa engendrado. Primeiramente apresento e procuro relacionar os diferentes referenciais teóricos que foram utilizados para a construção do método de abordagem. Em seguida, passo a descrever e analisar (sob um ponto de vista metodológico) os diferentes momentos através dos quais a investigação foi desenvolvida: discuto os critérios utilizados para a seleção dos participantes, apresento-os e reviso o trabalho desenvolvido durante os encontros coletivos (grupo de rememoração) assim como aquele realizado ao longo das entrevistas individuais (visitas domiciliares)

No quinto capítulo, os processos *alvo* da presente investigação - a *migração* e a *(re)construção do espaço* - são considerados. Nos dois casos, a forma de proceder foi basicamente a mesma: início cada uma das subseções apresentando alguns dos referenciais

teóricos utilizados para a análise das informações construídas; em seguida passo a caracterização de cada um desses processos, num diálogo intenso com os sujeitos entrevistados; e, por fim, apresento uma breve síntese sobre a caracterização e análise operada.

No sexto capítulo, a título de integração dos diferentes momentos do texto, procuro discutir a dimensão educativa (educação ambiental) assumida pela presente investigação. Conforme dito acima, retomo nessa discussão alguns dos conceitos e idéias apresentadas anteriormente, ao longo dos demais capítulos.

No sétimo capítulo, a título de finalização, apresento um breve apanhado de considerações para as quais não encontrei outro lugar no texto.

Por fim, coloquei em anexo algumas imagens que julguei importantes para a compreensão das histórias recontadas nesta dissertação.

1. ANTECEDENTES (O LUGAR DE ONDE FALO)

*O meu olhar é nítido como um girassol
Tenho o costume de andar pelas estradas
Olhando para a direita e para a esquerda,
E de vez em quando olhando para trás...
E o que vejo a cada momento
É aquilo que nunca antes eu tinha visto.
(Alberto Caeiro⁶)*

É difícil precisar como tudo começou: no intuito de fazê-lo, a cada novo olhar sobre o passado, o que se evidencia, cada vez mais, é o caráter dinâmico dos processos através dos quais nos constituímos e a partir dos quais constituímos, para nós, um “objeto” de pesquisa. A cada novo olhar, o que ‘foi’ é resignificado pelo que ‘está sendo’; os limites, as marcas, se tornam difusos, mudam de lugar, adquirem maior ou menor relevância; as certezas se diluem e as dúvidas se multiplicam. A mudança cria possibilidades ao mesmo tempo em que as torna provisórias.

O caminho que percorri – e que me trouxe até aqui – constituiu-se a partir das escolhas que fiz e das que não fiz; a partir de necessidades e contingências. Caminho improvável, duvidoso, mas que, entre outros tantos possíveis, foi o efetivamente provado, experimentado, saboreado. Nele, a emergência do pesquisador e do seu objeto de pesquisa – da relação que os caracteriza – se dá atrelada a outras dimensões de minha experiência (pai, estudante, professor,...) e é temperada pelos diversos encontros que tive: pessoalmente, através dos livros, e pessoalmente, através de palavras, gestos, abraços, olhares... É um caminho, sem dúvidas, coletivo, mas que neste momento se re-visita a partir de minhas lembranças.

Isabel Cristina de Moura Carvalho, num texto intitulado *A invenção do sujeito ecológico: identidade e subjetividade na formação dos educadores ambientais* (2005), retoma alguns pontos importantes de outro trabalho seu, *A invenção ecológica* (2002), no qual analisa

⁶ PESSOA, F. *Poesia / Alberto Caeiro*, São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p.26.

trajetórias biográficas de educadores e educadoras ambientais. Dois conceitos presentes nesses trabalhos são fundamentais para a compreensão do pensamento da autora: o conceito de *campo ambiental* e o de *sujeito ecológico*. O *campo ambiental* aparece em seu trabalho definido como “certo conjunto de relações sociais, sentidos e experiências que configuram um universo social particular” (CARVALHO, 2005, p.53). Nesse campo, organizado em torno da preocupação ambiental, duas dimensões podem ser distinguidas, apesar do seu entrelaçamento: uma mais estruturada, mais estável (instituída), e outra mais dinâmica, estruturante (instituinte). À primeira dimensão, correspondem, por exemplo, as políticas e leis ambientais, bem como os diferentes tipos de movimentos ecológicos. A segunda, por sua vez, diz respeito às trajetórias dos profissionais ambientais, de uma maneira geral, e dos educadores ambientais, em particular. Essas trajetórias inscrevem-se nesse campo ao mesmo tempo em que, também, o constituem. A partir da idéia de um *campo ambiental* - mais especificamente do atravessamento entre suas duas dimensões - pode-se pensar a noção de um *sujeito ecológico*. O *sujeito ecológico* aparece, simultaneamente, como um *tipo ideal* e como uma *identidade narrativa*. No primeiro caso, apresenta-se “como um subtexto presente na narrativa ambiental contemporânea, configurando o horizonte simbólico do profissional ambiental de um modo geral e, particularmente, do educador ambiental” (CARVALHO, 2005, p.54). A partir da associação com o conceito de *identidade narrativa*, por sua vez, é tomado “como um projeto identitário, apoiado em uma matriz de traços e tendências supostamente capazes de traduzir os ideais do campo” (CARVALHO, 2005, p.54). O *educador ambiental*, nesse contexto, constituiria um caso particular do sujeito ecológico; ou seja, integraria “esse projeto identitário maior atualizando-o em algumas de suas possibilidades” (CARVALHO, 2005, p.55). Os caminhos que conduzem à educação ambiental, contudo, nem sempre passam pela prévia identificação com o campo; por vezes são percorridos justamente no seu sentido inverso. Nesses caminhos, a partir das idéias de *campo ambiental* e de *sujeito ecológico*, a autora procura ainda identificar momentos-chave nos processos de identificação e construção da identidade de *educador ambiental*. Isso é feito a partir de três cortes analíticos: os *mitos de origem*, as *vias de acesso* e os *ritos de entrada*. Os mitos de origem referem-se aos processos de ressignificação operados sobre os conteúdos da memória, isto é, “a instauração de uma raiz remota da sensibilidade para o ambiental, reencontrada e ressignificada *a posteriori*” (CARVALHO, 2005, p.55). As vias de acesso, por sua vez, referem-se aos “caminhos de aproximação e à ultrapassagem de certa fronteira de conversão pessoal e reconversão profissional” (CARVALHO, 2005, p.57). Enfim, os ritos dizem respeito “as maneiras de entrar no campo e construir uma identidade ambiental”

(CARVALHO, 2005, p.57).

Nos trechos que seguem, valho-me de alguns desses conceitos e idéias para repensar minha própria trajetória e nela situar a emergência do *ambiental*, do *educativo* e, de forma ainda mais específica, meu encontro com uma *educação ambiental*.

A EMERGÊNCIA DO AMBIENTAL

Conforme dito anteriormente, é difícil precisar como as coisas começaram. Em primeiro lugar porque um início sempre decorre de situações que lhe são anteriores, que por sua vez decorrem, cada uma, de outras e a assim sucessivamente, até os limites (onde residirão?) aos quais possa nos levar uma reflexão especulativa; no intuito de “fixar” um início, este se nos escapa em direção aos acontecimentos que o precederam. Especificamente, quando remonto ao passado na busca pelas origens de minha interação com uma educação ambiental ou, de um modo mais abrangente, com o *campo ambiental*, inevitavelmente sou levado a situações que lhes são anteriores. Em segundo lugar, devido à complexidade inerente às formas com que experimentamos nossas vidas, torna-se difícil (e necessariamente simplificador) traduzir a multiplicidade de sentidos que algumas experiências assumem para nós, bem como as mudanças que sofrem com o decorrer do tempo na estrutura “quase linear” de um texto. Dito de outro modo, uma seqüência, mais ou menos linear, do tipo “causa e efeito”, não traduz com precisão os múltiplos atravessamentos que caracterizam os diferentes momentos de nossas trajetórias. As motivações que hoje me parecem ter sido determinantes para minha conversão ao *ambiental*, na sua origem confundem-se com diversas outras, de tal forma que fica difícil apontá-las separadamente. Dessa necessidade de simplificação - operada através do destaque de alguns pontos em detrimento de outros - decorre a emergência de todo um *campo de invisibilidades*; ou seja, ao mesmo tempo em que “permitimos ver”, “ocultamos” (assunto que será melhor discutido – quando da revisão sobre os conceitos de *natureza e ambiente* – na seqüência do texto).

Ainda que decorra de situações que lhe são anteriores, a emergência do *ambiental*⁷, enquanto campo “de relações sociais, sentidos e experiências que configuram um universo social particular” (CARVALHO, 2005, p.53), em minha trajetória biográfica e profissional (mais biográfica do que profissional, num primeiro momento) dá-se a partir do meu ingresso no curso de Ciências Biológicas da UFRGS. Foi durante a graduação, a partir do contato com

⁷ O termo *ambiental* assume também outros significados no presente trabalho, conforme será discutido mais adiante.

professores e colegas que, paulatinamente, os elementos constitutivos desse campo, seus significados, crenças, limitações e possibilidades, puderam ser conhecidos e apropriados; ou melhor, puderam *começar* a ser conhecidos e apropriados. Ao ingresso no campo ambiental seguiu-se um processo ininterrupto de identificação com ele - de *conhecimento* e *apropriação*. Durante minha graduação este processo deu-se, essencialmente, a partir de duas frentes: a primeira, representada pelo estudo da biologia, revelava-me a faceta técnico-científica do campo ambiental, um corpo de conhecimentos que fundamentavam os discursos e as ações dos seus sujeitos; já a segunda, representada pela convivência com outros estudantes, dentre os quais se incluíam militantes de diferentes tipos de movimentos ambientalistas, revelava-me, através de suas ações, elementos de crítica social que, também, faziam parte desse campo. Essas duas frentes, entretanto, coexistiram de fato somente nos últimos anos da graduação; durante toda a primeira metade de minha formação acadêmica, a faceta técnico-científica foi a que se me apresentou com maior preponderância. Nesse mesmo período, coincidindo com a emergência do ambiental em minha vida, deu-se, por caminhos completamente distintos, a emergência do *educativo*, enquanto campo de atuação profissional.

A EMERGÊNCIA DO EDUCATIVO

Antes de adentrar-me no universo das ciências biológicas, era estudante, na mesma universidade, do curso de Engenharia Civil. Por motivos bastante difíceis de precisar, com os olhos de hoje, três anos antes de iniciar minha graduação na Biologia, ingressava na UFRGS com o intuito de tornar-me engenheiro. A partir do primeiro ano, entretanto, as dúvidas começaram a povoar meus pensamentos; com o passar do tempo elas se acumulavam na mesma proporção em que uma mudança se tornava mais difícil. O desperdício desses anos de estudo representava uma dolorosa perda; sua continuidade, um doloroso prosseguir. No balanço das dores, acabei optando pela assunção dos riscos de um futuro incerto. Ao final do terceiro ano de engenharia, submeti-me a outro concurso vestibular, a fim de mudar o *curso* de minha vida⁸.

Essa (nem tão) breve passagem pelo universo das engenharias, pelo mundo das ciências ditas “exatas”, contudo, foi determinante para a emergência, em minha trajetória, do *educativo* - neste primeiro momento enquanto campo de atuação profissional. Ainda no

⁸ Analisado sob este ângulo, a emergência do *ambiental* em minha trajetória pode ser atribuída, antes, a uma necessidade de mudança. Em outras palavras, ao que me parece hoje, não foi a opção pelo *ambiental* que promoveu a mudança em minha vida, mas sim a necessidade de mudança que promoveu (possibilitou) a emergência do *ambiental*.

último ano do curso, escrevi-me como candidato a uma vaga de professor contratado na rede pública estadual. Dois anos mais tarde, quando já estudava biologia, fui chamado para lecionar física num bairro da periferia do município de São Leopoldo. Este inesperado chamamento, numa hora de dificuldades financeiras, representou uma possibilidade de trabalho remunerado ainda que impossibilitada pelos novos vínculos institucionais (ao menos era assim que eu percebia); representou a reemergência daquele passado que já se perdia no horizonte do esquecimento. Não cabe aqui entrar em detalhes sobre as condições específicas através das quais se deu minha contratação emergencial, mas fato é que fui aceito, na situação que me encontrava (cursando biologia), ao mesmo tempo em que aceitei o trabalho a despeito das contradições éticas que se me apresentavam. Ainda hoje repenso essa situação, suas condições e desdobramentos posteriores; não sei se me submeteria a ela outra vez, mas sei que se não o tivesse feito, naquele momento, muito possivelmente, não estaria hoje escrevendo estas linhas. A emergência do educativo, dessa forma, deu-se por caminhos tortuosos, em condições peculiares⁹. Temporalmente coincidiu com o início do processo de conhecimento e apropriação de um campo ambiental. Esses dois campos, entretanto, apesar de terem emergido quase ao mesmo tempo, praticamente não dialogaram durante todo o início dos processos através dos quais se instituía em minha trajetória. Foi somente a partir da idéia de uma *educação ambiental* que algum diálogo começou a ser estabelecido.

O ENCONTRO ENTRE OS DOIS CAMPOS: EDUCAÇÃO AMBIENTAL?

Meu encontro com uma *educação ambiental* foi precedido e possibilitado pelas emergências do *ambiental* e do *educativo*. De certa forma, eles constituíram as “vias de acesso” a ela. Foi a partir dos elementos e experiências colhidos nesses dois campos que pude pretender candidatar-me a uma vaga, como estagiário, no grupo de educação ambiental do Departamento municipal de Habitação (DEMHAB), de Porto Alegre. No sentido inverso, esse encontro marca o início de um processo de intensa ressignificação do *ambiental* e do

⁹ Trabalhei durante um ano como professor de física na Escola Estadual Olindo Flores da Silva, localizada na Scharlau - município de São Leopoldo. Durante esse ano, a maior parte das minhas preocupações concentrou-se em encontrar formas de tornar as aulas compreensíveis e, se possível, agradáveis. Não lembro de ter desenvolvido uma reflexão crítica a respeito dos conteúdos ministrados ou sobre a função social dos professores, por exemplo. Faltaram-me referenciais teóricos e/ou encontros significativos (com outros professores). Essa postura, até certo ponto *acrítica*, entretanto, não me furtou de obter valiosos aprendizados nesta experiência: a relevância que o estabelecimento de laços afetivos possui para o desenvolvimento de um processo educativo, de um processo comunicativo, destaca-se entre eles. Além disso, as dificuldades e limitações com as quais me deparei suscitaram a busca por referenciais, por fundamentação teórica, por caminhos alternativos; instigaram-me a prosseguir.

educativo, operado a partir da idéia de uma *educação ambiental* e desencadeado pela emergência do social, enquanto dimensão constitutiva e condicionante de uma “realidade ambiental”, campo das relações humanas onde se cruzam e encontram diferentes interesses, necessidades e saberes.

A equipe de educação ambiental do DEMHAB era composta por uma bióloga (coordenadora dos trabalhos), uma pedagoga e por uma secretária administrativa. Tinha como atribuição o desenvolvimento de ações educativas (educação ambiental) junto aos grupos reassentados, nos loteamentos construídos pelo poder público para esse fim. Durante o período em que acompanhei os trabalhos da equipe, concentramos nossos esforços em quatro desses loteamentos: Chapéu do Sol e Monte Cristo, ambos localizados na zona sul da capital, Vila Lupicínio Rodrigues, no bairro Menino Deus, e Vila Tecnológica, localizada no Bairro Navegantes, numa região conhecida como “entrada da cidade”. Apesar de nunca ter trabalhado com educação ambiental antes, sentia-me bastante a vontade em minha nova atribuição. O campo de atuação no qual adentrara, parecia-me, à época, formar-se pela simples fusão dos dois outros – aquele próprio da educação e o campo ambiental, representado por sua faceta técnico-científica. O conhecimento técnico de fundamentos da ecologia, botânica, zoologia, parasitologia, entre outros (advindos do universo das ciências biológicas) pareciam-se não apenas importantes, mas fundamentais. A autoridade conferida à biologia – a mesma que me autorizava a prosseguir e desautorizava outros a começar – marcava de modo significativo minha compreensão do que fosse uma educação ambiental e do fazer educativo a partir dela. E foi baseado nessas percepções, a partir desses quadros referenciais, que procurei organizar-me e organizar o mundo ao meu redor; a bagagem técnico-científica que trazia da biologia, marcada, entre outras coisas, por um antropocentrismo desconectado do social, pelo reducionismo, pela fragmentação dos saberes, embasava o meu discurso – diagnosticar, alertar, conscientizar, desmistificar, prescrever; a outra, trazida do campo da educação, mais especificamente de minha experiência prática como professor, mediava a interação entre o referido discurso e seus interlocutores – me indicava as melhores maneiras de fazê-lo e, assim, fazer-me entender. Essa perspectiva interpretativa e postura frente à educação ambiental, contudo, teve curta duração.

A transformação se deu de maneira radical: a concretude das situações com as quais me deparei desacomodaram, em um nível profundo, minhas “verdades”, minhas “certezas”. As pessoas com as quais tive contato durante este período, além do histórico de privações pessoais, acabavam de passar por um violento processo de reassentamento (reordenamento, higienização pública) caracterizado por um forte componente desagregador (perda dos

referenciais espacio-temporais, isolamento, mistura). Diante da inegável presença do outro, de sua condição, meu discurso perdeu completamente o sentido, a coerência, a urgência, a relevância; esvaziou-se. A emergência do social – o “outro” da biologia – pôs em cheque o sistema hierárquico de autorizações/desautorizações, revelando a complexidade dos problemas ambientais ao mesmo tempo em que a incompletude inerente às diferentes áreas do saber. O encontro com os saberes populares relativizou, significativamente, os saberes científicos que trazia na bagagem e que, até então, gozavam um estatuto de verdade.

Da completa impossibilidade de falar, pus-me a escutar. A escuta que posteriormente assumiria um importante papel na compreensão do que para mim seja uma educação ambiental, neste momento emergiu de forma impensada, a partir da interação com aquela peculiar situação. Nasceu da insignificância e incoerência relativas da minha fala (da minha, então, impossibilidade de falar algo significativo e coerente naquele contexto); também como decorrência de uma ‘necessidade orgânica à expressão’ dos atores sociais interpelados. A nossa presença (equipe de EA), enquanto representantes do poder público, dava vazão a um fluxo - historicamente interdito, desqualificado e intermediado - de vozes que, antes de tudo, se faziam escutar.

De lá para cá, meu olhar se modificou bastante, sem, no entanto, se descaracterizar. A partir da escuta, minhas sensibilidades também se transformaram. A abertura ao outro, a seu mundo, suas histórias, seus afetos, diminuíram em mim alguma coisa que poderia ser descrita como um ‘ideal militante’ (caracterizado pela combatividade), uma certa propensão ao enfrentamento (em defesa de um ideal), ainda que não o tenha eliminado por completo. O conceito ambiente foi (vem sendo) substancialmente ampliado em sua significação, resignificando, também substancialmente, o que entendo por educação ambiental. Os constrangimentos conceituais se tornaram mais evidentes; as ambivalências também, ao ponto de, hoje, por vezes, ser-me difícil utilizar essa terminologia. Os limites daquilo que entendia ser EA se diluíram e, conseqüentemente, seu campo de aplicação e fundamentação teórico-prática, significativamente, se ampliaram exigindo maior esforço compreensivo, sensibilidade, criatividade; limitando e, com isso (a partir disso), criando outras, talvez inéditas, possibilidades.

2. PRINCÍPIOS (A DIMENSÃO DO ENCONTRO: ESCUTA E AFETIVIDADE)

Dessas vivências, experimentadas em diferentes tempos e espaços, tenho podido apreender alguns elementos, constituindo-os, para mim, em *princípios* do meu fazer educativo ou daquilo que tenho entendido como educação ambiental.

A *escuta* emerge, inicialmente, como atitude possível frente ao outro. Num contexto que tornava vazio de sentidos meu discurso eco-pedagógico, a escuta surge em resposta a uma impossibilidade – a minha de falar. Sua escolha, entretanto, não se restringe a isso; passa, também, pelo reconhecimento do outro como sujeito de saberes e da incompletude enquanto característica inerente aos espíritos humanos. Nesse sentido, configura-se como uma atitude de respeito em relação ao outro, em relação aos seus saberes e as suas vivências. Pressupõe certa abertura (receptividade) ao mesmo tempo em que fechamento (auto-reconhecimento). Aquele que escuta, assim como quem fala, o faz de algum lugar. Conforme destaca Melucci (2004), o “desafio da alteridade reside na capacidade de assumir o ponto de vista do outro sem se perder” (MELUCCI, 2004, p.128). Além disso, é importante tomar a escuta, aqui, em sua acepção mais ampla, significando não só atitude frente ao outro, mas também, atitude em relação a si mesmo. No terceiro Simpósio gaúcho de Educação Ambiental, realizado no município de Erechim (RS), Nancy Mangabeira Unger referiu-se a isso. Em sua palestra, intitulada *A morte da bailarina*, a pesquisadora falou sobre a necessidade e importância de assumirmos uma postura de *obediência* frente ao mundo. Segundo ela, o termo *obediência*, que hoje é associado prontamente à idéia de *submissão*, origina-se a partir da fusão entre os dois elementos de composição: *ob*, significando *estar voltado à*, e *audident*, significando *escuta*. Tornar-se obediente, dessa forma, é voltar-se a escuta atenta dos sinais que nos são dados a perceber; sensibilizar-se em nossa relação com o outro e consigo mesmo.

A escuta, enquanto atitude frente ao outro, à sua alteridade, não apenas revela-nos os seus muitos mundos constitutivos, mas também, a partir dessa abertura, dessa acolhida, potencializa (possibilita) o estabelecimento de laços afetivos. De certa forma, pode-se considerar que o próprio processo educativo seja constituído por este exercício; inicia nele e, inexoravelmente, a ele retorna, significando-o ao mesmo tempo em que é por ele (re)significado.

A *afetividade*, enquanto princípio de uma educação ambiental deve ser compreendida a partir das relações intersubjetivas constituídas/constituintes nesse/desse processo. Tem aqui um sentido muito próximo ao de *amizade*¹⁰, referindo-se a uma atitude respeitosa em relação aos outros, ou ainda à noção existencialista de *amor*, conforme descrita por Robert Olson,

(...)a condição humana faculta o *amor pessoal*. Pois o amor não é uma fusão de personalidades ou um hábito tranqüilo. É uma intensa relação entre duas pessoas, isto é, dois agentes humanos livres. E o mútuo reconhecimento da liberdade própria e da do outro é não somente sua condição necessária como também sua condição suficiente. (...) O mútuo reconhecimento da liberdade do outro separa duas pessoas e garante sua individualidade, mas, ao mesmo tempo, os revela um ao outro como indivíduos e salvaguarda a possibilidade de comunicação e intercâmbio genuínos. (OLSON, 1970, p. 196/197)

Refere-se à certa *cumplicidade* que potencializa, não só o diálogo, mas também todo o processo coletivo de criação (construção de saberes, superação de dificuldades, etc.). O estabelecimento de laços afetivos, fundamentados no respeito recíproco, na amizade e na cumplicidade, penso, é condição fundamental para o desenvolvimento de um processo educativo, de um modo geral, e para o estabelecimento de vias comunicativas efetivas, especificamente; foram eles (os laços afetivos) que viabilizaram o nosso trabalho, garantindo sua continuidade apesar dos muitos obstáculos que se nos apresentaram. Barcelos e Noal (1998), em seu artigo intitulado *A temática ambiental e a educação: uma aproximação necessária*, dizem acreditar “que a educação ambiental precisa de um envolvimento **afetivo**, **lúdico**, de todos aqueles que a ela se dedicam, sob pena de a transformarmos em mais uma tarefa a ser cumprida” (BARCELOS e NOAL, 1998, p.106/107).

A afetividade viabiliza o processo de escuta, ao mesmo tempo em que é por ele potencializada; ambos constituem um terreno fértil a produção de sentidos. Escutar implica respeito ao outro, aos saberes do outro, as vivências do outro; escutar nos aproxima do outro. É a partir desse encontro, dessa aproximação, que o estabelecimento de laços afetivos surge como possibilidade. A afetividade emerge, também, desta atitude: a atitude respeitosa daquele que escuta.

Tanto a escuta quanto a afetividade assentam-se sobre o reconhecimento da diferença. A existência do outro, sua presença e, além disso, o encontro com ele são as condições de possibilidade tanto para o conflito e a mútua aniquilação quanto para o estabelecimento de um

¹⁰ “Compreendida como inserção do homem no mundo, como postura existencial, a amizade, fundamento da liberdade, passa por uma abertura fundamental ao dinamismo do real. É conhecimento como co-nascimento: nascer com o Outro nesta mutualidade do “nós” que fundamos em cada relação.” (UNGER, 2001, p.43)

processo comunicativo baseado no respeito recíproco. Conforme destaca Alberto Melucci (2004),

a relação com o outro torna-se para nós possibilidade de reconhecer e de escolher a diferença. Existe relação se e quando aquilo que nos distingue dos outros é aceito e torna-se a base para a comunicação. Comunicar é sempre contar com os pontos em comum para descobrir e afirmar a diversidade. A possibilidade de escolha introduz em nossas relações com os outros (afetivas, familiares e de amizade) a contingência e o risco, transformando-as num campo de investimento e auto-reflexão. (MELUCCI, 2004, p.127)

O *encontro* com o outro comporta, portanto, risco e possibilidade. A afetividade, como possibilidade, emerge a partir da assunção dos riscos inerentes ao encontro, permitindo a comunicação e a compreensão assim como a emergência de novos riscos. É neste jogo onde os riscos se entrelaçam às possibilidades que uma educação ambiental pode encontrar – e de fato encontra – um campo fértil para a reflexão sobre o mundo (os muitos mundos existentes) e a construção coletiva de saberes.

Esses princípios, que no seu conjunto fundamentam como que uma ética da alteridade, foram determinantes para a operação das escolhas metodológicas desta pesquisa. Eles dizem respeito a minha relação, enquanto pesquisador, como os estudantes, atores sociais pesquisados; relação esta que, em última análise, é a responsável não só pela viabilidade do trabalho em si, mas também, pela emergência de uma pesquisa a partir dele.

3. EDUCAÇÃO AMBIENTAL (CONCEITUAÇÃO E PERSPECTIVAS)

Os sentidos assumidos por uma educação ambiental decorrem, em boa medida, dos significados atribuídos ao conceito de *ambiente*. Dessa forma, antes de circunscrever, contextualizar, a educação ambiental a partir dos sentidos que aqui assume (rapidamente anunciados até aqui) e, para tanto, faz-se necessário apresentar uma revisão do conceito de ambiente, à luz dos objetivos e afinidades teóricas deste trabalho. Essa revisão será operada a partir de uma análise comparativa, na qual o conceito de ambiente, seus significados, limitações e possibilidades, serão apresentados a partir de semelhanças e distinções com o conceito de natureza.

Nesse movimento, que não se pretende exaustivo, o conceito de natureza será tratado em sua acepção moderna, destacando momentos e elementos dos processos a partir dos quais vem sendo construído. Essa escolha é pautada no reconhecimento de que os significados desse conceito, da forma com que eles são construídos na modernidade, subjazem – em diferentes níveis e de formas variadas – a muitas das percepções e representações existentes sobre natureza; perpassam, de modo subliminar, o imaginário social construído durante a modernidade. Com isso – é importante ressaltar – não se objetiva defender ou promover essa perspectiva de interpretação do conceito de natureza. Apenas, dada a relevância e abrangência de sua influência sobre os modos de se perceber e “criar” o mundo, oferecê-la à reflexão. Uma possível superação (relativização) da dicotomia que fundamenta a noção moderna de natureza será apontada e brevemente discutida na seqüência do texto. O conceito de ambiente, por sua vez, será tratado, fundamentalmente, à luz de *uma*¹¹ das interpretações apresentadas por Enrique Leff (2001, 2003) e que o toma enquanto um objeto complexo, integrado por processos de diferentes ordens ontológicas e que emerge das margens de uma racionalidade dominante. Essa perspectiva de interpretação, conforme destaca Leff, “abre um diálogo de saberes e reflete um processo onde o real se entretetece com o simbólico em diferentes visões, racionalidades e perspectivas históricas mobilizadas por interesses diversos” (LEFF, 2001, p.394). Sua escolha foi operada em função dos princípios e objetivos que orientam este trabalho.

Uma breve ressalva, entretanto, deve ser feita. Ela diz respeito às limitações inerentes a este tipo de esforço – o de nomear com precisão, classificar, separar, eliminar as ambivalências, tornar nítidos os sentidos de conceitos complexos como estes. Segundo Zygmunt Bauman (1999), há uma relação positiva e proporcional entre as ambivalências e os

¹¹ Diferentes interpretações ao conceito de ambiente podem ser apreendidas na obra do Enrique Leff.

esforços empreendidos a fim de se eliminá-las. Dito de outro modo, quanto mais elaborados forem os esforços classificadores, tanto maiores serão, as ambivalências produzidas. E isso porque,

a ambivalência não é produto da patologia da linguagem ou do discurso. É, antes, um aspecto normal da prática lingüística. Decorre de uma das principais funções da linguagem: a de nomear e classificar. Seu volume aumenta dependendo da eficiência com que essa função é desempenhada. A ambivalência é, portanto, o *alter ego* da linguagem e sua companheira permanente – com efeito sua condição normal. (BAUMAN, 1999, p.9)

Dessa forma, a apresentação que segue objetiva, antes, otimizar a comunicação das idéias e intenções deste trabalho e não estabelecer limites precisos e diferenciações absolutas; alguma indefinição, a despeito dos esforços empreendidos, permanecerá. A ambivalência que o termo ambiental comporta, pode ser, antes, sua própria essência e, por isso, portadora de significados e possibilidades.

NATUREZA E AMBIENTE

É comum, em alguma medida, a confusão entre os conceitos de *natureza* e *ambiente*. Pelo que me foi possível perceber ao longo dos últimos seis anos, trabalhando como professor de biologia em uma escola pública, isso ocorre de um modo mais ou menos generalizado, tanto entre os estudantes quanto entre os professores. Contudo, mais do que simples constrangimentos conceituais, decorrentes das limitações intrínsecas à linguagem, essa, muitas vezes, *sobreposição* dos dois conceitos tem conseqüências relevantes sobre como uma educação ambiental será compreendida e proposta e, conseqüentemente, sobre seus horizontes de sentidos e ação.

Michel Foucault, em seu livro *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas* apresenta algumas das principais transformações ocorridas no campo epistemológico desde o Renascimento até o início do século XX. Neste movimento, é possível acompanhar a evolução (significando neste caso apenas mudança e não aprimoramento, aperfeiçoamento) do conceito de natureza. Conforme o autor, a natureza durante o século, XVII e boa parte do século XVIII, “não existiu primeiramente como ‘tema’, como ‘idéia’, como fonte indefinida do saber, mas como espaço homogêneo das identidades e das diferenças ordenáveis” (FOUCAULT, 1981, p.284). Apresenta-se à imaginação como *descritível* e *ordenável* porque contínua e *contínua* porque descritível e ordenável. É através da linguagem, da nomeação, que essa natureza se torna visível e é oferecida ao saber:

(...) a natureza só se dá através do crivo das denominações e ela que, sem tais nomes, permaneceria muda e invisível, cintila ao longe, por trás deles, continuamente presente para além desse quadriculado que, no entanto, a oferece ao saber e só a torna visível quando inteiramente atravessada pela linguagem. (FOUCAULT, 1981, p.175)

A natureza, esse espaço homogêneo das identidades e diferenças ordenáveis, é, durante esse período, simultaneamente *objeto e condição de possibilidade* de uma história natural. “Os documentos dessa história nova não são outras palavras, textos ou arquivos, mas espaços claros onde as coisas se justapõem” (FOUCAULT, 1981, p.145). A história natural, assim entendida,

(...) só existe como tarefa, na medida em que coisas e linguagem se acham separadas. Deverá, pois, reduzir essa distância, para conduzir a linguagem o mais próximo possível do olhar e, as coisas olhadas, o mais próximo possível das palavras. A história natural não é nada mais do que a nomeação do visível. (FOUCAULT, 1981, p.146)

Pautada no reconhecimento da diferença, a classificação, este esforço da linguagem, “cria” a natureza a partir de um complexo processo onde são operadas distinções, oposições, inclusões e exclusões. Ainda que, de acordo com Foucault, este quadro tenha se modificado substancialmente já no final do século XVIII – a partir dos trabalhos de Cuvier¹² -, os significados do conceito de natureza continuam relacionados ao reconhecimento de diferenças e à operação de distinções/oposições (em alguns casos, até mesmo dissociações). Conforme Zygmunt Bauman, “o conceito de Natureza, na sua acepção moderna, opõe-se ao conceito de humanidade pelo qual foi gerado. Representa o outro da humanidade” (BAUMAN, 1999, p.48). Essa oposição fundamental – humanidade/natureza – é a própria base sobre a qual se constrói e afirma o projeto moderno de sociedade. Nas palavras de Bauman:

A existência pura, livre de intervenção, a existência *não ordenada*, ou a margem da existência ordenada, torna-se agora *natureza*: algo singularmente inadequado para a vida humana, algo em que não se deve confiar e que não deve ser deixado por sua própria conta – algo a ser *dominado, subordinado, remodelado* de forma a se reajustar às necessidades humanas. Algo a ser reprimido, refreado e contido, a resgatar do estado informe e a dar forma através do esforço e à força. (BAUMAN, 1999, p.15)

¹² “A partir de Cuvier, é a vida, no que tem de não-perceptível, de puramente funcional, que funda a possibilidade exterior de uma classificação. (...) Assim desaparece a “natureza” – entendendo-se que, ao longo de toda a idade clássica, ela não existiu primeiramente como “tema”, como “idéia”, como fonte indefinida do saber, mas como espaço homogêneo das identidades e das diferenças ordenáveis.” (FOUCAULT, 1981, p.283/284)

A natureza é (re)criada para que a humanidade possa se afirmar. É, novamente, a condição de possibilidade de uma linguagem preocupada com o ordenamento do mundo. Representa o “silêncio do homem” ao mesmo tempo em que possibilita a sua voz. E, já que não fala, faz-se necessário fazê-la falar. A natureza torna-se, dessa forma, objeto de análise freqüente de uma racionalidade científica e fazê-la falar significa, justamente, produzir saberes sobre ela, tornando-a assim mais controlável, manipulável.

E aí, talvez resida uma distinção fundamental entre os conceitos de natureza e de ambiente: no tocante aos processos de construção de conhecimentos, em relação aos quais a “natureza”, muitas vezes, constitui-se em um objeto e dentre os quais o método científico assume um lugar de destaque. Conforme referido anteriormente, a natureza enquanto conceito emerge em oposição à humanidade a partir de um esforço nomeador, classificador. Esse esforço “nomeador” é, em essência, a própria base dos processos de construção de conhecimentos, de um modo geral, e da ciência, especificamente. Ao constituir para si um objeto, esses processos acabam gerando todo um campo de externalidades; todo um “resto”, silenciado porque desconsiderado. Também a esse respeito Bauman tece algumas considerações:

Cada ato nomeador divide o mundo em dois: entidades que respondem ao nome e todo o resto que não. Certas entidades podem ser incluídas numa classe – *tornar-se uma classe* – apenas na medida em que outras entidades são *excluídas*, deixadas de fora. (BAUMAN, 1999, p.11)

É desse “resto”, desse campo de externalidades que emerge uma possível interpretação para o conceito de ambiente. Conforme sustenta Enrique Leff (2001, 2003), o conceito de ambiente encontra seus significados e potencialidades em tudo aquilo que não vem sendo dito, considerado, mensurado, quantificado, ordenado. Assim como o conceito de natureza, também o conceito de ambiente se legitima a partir de uma relação de outridade: da mesma forma como a natureza representa o outro diante da humanidade, o ambiente é “o outro – o absolutamente outro – diante do espírito totalitário da racionalidade dominante” (LEFF, 2003, p.38). Essa característica comum, entretanto, é também o que os diferencia: o conceito de natureza foi (re)construído em oposição à noção de humanidade para que a própria noção de humanidade pudesse emergir; já o conceito de ambiente surge do “vácuo” produzido pelo desenrolar de um processo hegemônico de construção de conhecimentos, de construção do “real”. O ambiente (do latim, *amb-*, girar, andar em torno para todos os lados; e *ent-*,

entidade)¹³ está em volta do olhar de quem nomeia; por todos os lados, fora de foco, invisível, desconsiderado. A natureza enquanto outro da humanidade está ora em foco, ora fora dele. A humanidade está, também, para si mesma, ora em foco, ora fora dele. Dessa forma, o conceito de ambiente comporta aquela natureza externalizada, desconsiderada, pelo processo de desenvolvimento econômico-científico ao mesmo tempo em que toda uma dimensão humana “silenciada”, também desconsiderada, pelo desenrolar dos mesmos processos.

O conceito de ambiente, nesse sentido, relativiza a oposição natureza-humanidade uma vez que considera ambas (pelo menos em parte) externalidades para uma racionalidade dominante, enfatizando sua interdependência e buscando, a partir disso, construir saberes que possibilitem a emergência de outras racionalidades e processos de desenvolvimento e apropriação da natureza – inclusive de outras perspectivas interpretativas que possam dar conta da complexidade inerente a esses conceitos. É interessante observar que essa noção de ambiente – que torna relativa a dicotomia natureza-humanidade – emerge do vácuo produzido pelo desenrolar daqueles processos hegemônicos de invenção e destruição do mundo fundamentados, justamente, na oposição entre o natural e o humano. Dito de outro modo: como que em uma relação dialética, ainda que não se fale em síntese, a noção de ambiente emerge a partir do movimento criado pela contradição entre o natural e o humano, reintegrando-os (pelo menos em parte). O ambiente remete aquela natureza que também somos – negada e esquecida no bojo de um pensamento antropocêntrico; remete às outras muitas naturezas possíveis, percebidas e vivenciadas, que não se fundamentam numa relação do tipo sujeito-objeto; remete às percepções, às subjetividades ao mesmo tempo em que ao real no qual elas se ancoram; enfim, remete ao desafio que temos pela frente, a saber, o “de existir na continuidade e na descontinuidade que ligam natureza e cultura: no paradoxo de nos transformarmos conscientemente, ou seja, culturalmente, em natureza” (MELUCCI, 2004, p.89).

O TEMPO E O ESPAÇO NAS PRÁTICAS EDUCATIVAS AMBIENTAIS

Tomando como ponto de partida a noção de ambiente apresentada acima, a busca pelos contextos silenciados dos textos tornados públicos (tornados verdadeiros, naturais), constituiu-se em um possível – talvez necessário – caminho a ser percorrido por uma educação ambiental. O resgate daquelas histórias relegadas a um segundo plano, silenciadas pelo

¹³ HECKLER, E., BACK, S., MASSING, E. *Estrutura das palavras: famílias, morfologia, análise, origem*. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 1994. 416p.

estabelecimento de um estatuto – que confere lugar de destaque a uma versão -, pode nos permitir conhecer os contextos negados a partir dos quais se deu, entre outras coisas, a emergência dos próprios estatutos e, a partir deles, das versões “oficiais”, “verdadeiras”. Ao lançar um olhar circunstanciado¹⁴ para o passado, ao estabelecer relações entre os textos e seus contextos, criamos condições de transformação do presente; daquilo que por motivos diversos se nos apresenta como dado. A instituição de um horizonte histórico de tematização à prática educativa ambiental remete, pois, aos *tempos*; remete aquela dimensão temporal da realidade (dos muitos reais existentes), ao seu caráter processual. Por meio dela, os diferentes sentidos da ação humana, produzidos ao longo do tempo e que estiveram na base dos processos sócio-culturais (ambientais), aqueles mesmos processos que engendraram a situação presente, podem ser conhecidos e oferecidos à reflexão.

O Tempo

A dimensão de historicidade das questões ambientais é tratada por Mauro Grün, no livro *Ética e educação ambiental: a conexão necessária* (1996). Neste trabalho, o autor caracteriza o quadro de impossibilidades que o pensamento científico moderno – “cartesianismo” – impõe à educação ambiental e apresenta as principais estratégias epistemológicas – conjuntamente designadas pelo termo “arcaísmo” – que vêm sendo adotadas a fim de superá-lo. Para Grün, uma educação ambiental inscrita no cartesianismo acaba por se tornar inviável, devido às contradições fundamentais entre necessidades – colocadas pela problemática ambiental – e possibilidades – “ferramentas” das quais se dispõe para pensá-la. Limitações de diferentes ordens – como aquelas lingüísticas, por exemplo – impõem-se à prática educativa ambiental no seio do cartesianismo. A fim de superá-las, as diferentes estratégias que vêm sendo adotadas caracterizam-se, ora por uma tendência a idealização do passado, à nostalgia, ora por uma aposta na tecnologia como solução futura para os problemas ambientais presentes. Entretanto, conforme destaca Grün,

Tanto o cartesianismo como o arcaísmo partilham do mesmo ponto de partida problemático que praticamente anula as pretensões da educação ambiental em sua própria base – a eliminação do horizonte histórico de tematização. O cartesianismo elimina a história como condição necessária de sua afirmação como pensamento autônomo, livre de valores inscritos na história. O arcaísmo ao idealizar as origens como condição perfeita simplesmente põe de lado a história e o processo que nos liga “às origens”. (GRÜN, 1996, p.99)

¹⁴ Porque operado desde um contexto específico e provisório.

A presença de um horizonte histórico de tematização é, nesse contexto, condição *sine qua non* para o desenvolvimento de uma educação ambiental ou ao menos, para o desenvolvimento de sua dimensão ética. Pode-se apreender, então, que uma possível superação do impasse criado pela tensão entre *cartesianismo* e *arcaísmo*, denominado pelo autor *limiar epistemológico*, reside, justamente, na “recuperação das possibilidades de tematizar a dimensão histórica dos valores que regem as relações entre as sociedades e o meio ambiente” (GRÜN, 1996, p.100). A partir de um olhar circunstanciado para o passado e, nele, da “busca dos sentidos da ação humana que estiveram na origem dos processos sócio-ambientais” (CARVALHO, 2003, p.107), uma educação ambiental é, não apenas viabilizada, como profundamente ressignificada: desvincula-se de uma moral normativa, que prescreve valores e comportamentos a serem reproduzidos e impostos a diferentes configurações espaciais (GARCIA, 2001), e assume um caráter essencialmente *interpretativo*. O educador ambiental, sob essa perspectiva, também tem a sua posição ressignificada: deixa de ser um *sujeito-observador* para tornar-se um *sujeito-intérprete*, conforme os caracteriza Carvalho (2003),

O sujeito-observador, situado fora do tempo histórico, estaria perseguindo sentidos verdadeiros, reais, permanentes e seguros. *O sujeito-intérprete*, por sua vez, estaria diante de um mundo-texto, submerso na polissemia e na aventura de produzir sentidos, a partir de um horizonte histórico. (CARVALHO, 2003, p.106)

O tempo apresenta-se a uma educação ambiental, dessa forma, como uma necessidade. Desconsiderar essa dimensão do real em prol de um intervencionismo “presentista”, se não resulta ineficaz, é uma atitude ao menos questionável. Deve-se buscar, sim, trabalhar e agir sobre o presente, afinal de contas, este é o único horizonte onde isso se torna, de fato, possível; contudo, o diálogo entre as diferentes temporalidades que o atravessam tem muitas contribuições a prestar. A necessidade de se considerar o tempo, através da instituição de um horizonte histórico de tematização, pode ser aliada à necessidade que se impõe, a partir da reconstrução do conceito de ambiente, de se voltar à escuta, ao resgate daquelas dimensões esquecidas e silenciadas pela sobreposição de uma lógica, de uma forma de pensar, sobre as demais. Nesse sentido, uma educação ambiental pode constituir-se em um espaço privilegiado para o resgate e a construção de uma “história ambiental” (LEFF, 2001). Pautada na escuta, esta perspectiva educativa se abre à fala do outro, a incentiva e acolhe. Ao mesmo tempo, a tenciona por meio de uma reflexão crítica, do diálogo e da troca de idéias. Neste movimento são criadas condições, não somente para a construção de narrativas sobre o passado, como

também, a partir delas, para a compreensão dos “processos mediante os quais se atualizam as identidades que acarretam, ao longo da história, formas de ser no mundo; identidades que se inscrevem na natureza e que escrevem sua história” (LEFF, 2001, p.401). A partir do olhar para o passado – mediado pelas vozes e lembranças silenciadas – são evidenciados¹⁵ e produzidos sentidos que nos permitem compreender e agir sobre o presente; compreender e agir sobre nós mesmos.

Essa construção, entretanto, também passa pelo conhecimento e consideração das múltiplas formas através das quais nos relacionamos com os diferentes espaços físicos e dos significados que construímos nessas relações. O *tempo*, nesse sentido, encontra no *espaço* o fundamento concreto através do qual não apenas se torna visível, mas também pode ser problematizado.

O Espaço

O espaço, tal qual o experimentamos, vem sendo submetido a velozes transformações. O espaço físico, no qual residem e com o qual interagem as diferentes formas de vida que habitam este planeta e os espaços simbólicos, sobre os quais construímos os sentidos de nossa existência, têm sido objeto de contínua e, cada vez mais, intensa exploração. Orientada, predominantemente (nos últimos séculos), por uma racionalidade econômica, essa exploração do espaço resulta em sua destruição, tanto no sentido físico-químico-biológico, quanto no sentido anímico (UNGER, 2001). Como exemplo deste tipo de destruição dos espaços, podemos tomar a complexa e emblemática questão das barragens, a exploração predatória de madeira e de minérios, o avanço da fronteira agrícola e pecuária (principalmente no que se refere às monoculturas de espécies exóticas), entre outros tantos. A destruição do espaço, entretanto, dá-se também em uma escala bastante mais reduzida, mas nem por isso menos significativa. O advento urbano, por exemplo, em sua expansão desmedida, promove a transformação (destruição e reconstrução) do espaço. Essa transformação, dependendo da forma e da velocidade com que é conduzida (ou não é, se for o caso), abala os vínculos que estabelecemos com ele; priva-nos do contato com aqueles referenciais a partir dos quais nos orientamos. Éclea Bosi em seu livro *Memória e sociedade: lembranças de velhos* (1994) tece algumas considerações a esse respeito:

Há algo na disposição espacial que torna inteligível nossa posição no mundo, nossa relação com outros seres, o valor do nosso trabalho, nossa

¹⁵ Porque reconstruídos.

ligação com a natureza. Esse relacionamento cria vínculos que as mudanças abalam, mas que persistem em nós como uma carência.

Os velhos lamentarão a perda do muro em que se recostavam para tomar sol. Os que voltam do trabalho acharão cansativo o caminho sem a sombra do renque de árvores. A casa demolida abala os hábitos familiares e para os vizinhos que a viam há anos aquele canto de rua ganhará uma face estranha ou adversa. (BOSI, 1994, p.451)

É importante destacar que essa discussão não visa o desenvolvimento de uma postura conservacionista, no sentido estrito de manter as coisas como elas estão; até mesmo por que, a mudança, inexorável em sua marcha, a tudo e a todos atinge – “tudo muda o tempo todo”. O que se pretende é conhecer os sentidos que nos relacionam ao espaço e apresentá-los a reflexão; trazer à tona o espaço enquanto realidade complexa atravessada por múltiplos interesses e sentimentos. Faz-se importante, como nunca, restituir ao espaço sua complexidade, seus múltiplos sentidos, para que esse possa ser pensado e apreendido de outras formas. O que se discute, também, é a velocidade com que são operadas as transformações sobre o espaço: essa sim se apresenta hoje como uma das principais responsáveis pelo solapamento dos esteios e referenciais sobre os/ a partir dos quais nos orientamos. Novamente um excerto do trabalho de Bosi exemplifica essa questão:

A memória das sociedades antigas apoiava-se na estabilidade espacial e na confiança em que os seres da nossa convivência não se perderiam, não se afastariam. Constituíam-se valores ligados à *práxis* coletiva como a vizinhança (*versus* mobilidade), família larga, extensa (*versus* ilhamento da família restrita), apego a certas coisas, a certos objetos biográficos (*versus* objetos de consumo). Eis aí alguns arrimos em que sua memória se apoiava. (BOSI, 1994, p.447)

Também não é o retorno ao passado, a um lugar idílico que foi perdido e, portanto, precisa se recuperado, que se pretende defender; mas antes, apenas um diálogo entre o que “foi” e o que “está sendo”, de modo que ambos possam ser resignificados. O que se propõe é, entre outras coisas, a instituição um horizonte histórico – a partir das histórias locais, narradas pelos seus habitantes – por meio do qual a situação presente possa ser tematizada, discutida e repensada. Wladimir Antônio da Costa Garcia, em um artigo intitulado *Éticas contemporâneas e meio ambiente* (2003), sustenta a necessidade de se “abrir” o conceito de espaço para a vida social, “a fim de compreendermos essa mesma vida social e atuarmos nela” (GARCIA, 2003, p.41). De acordo com o autor, essa necessidade “permanece”, principalmente quando consideramos as velozes transformações a que o espaço foi submetido, as violentas operações culturais realizadas sobre a natureza e as catástrofes e ruínas herdadas da história. Nesse contexto, o conceito de espaço aparece referido, não a um espaço filosófico

ou meramente empírico, mas sim a um “híbrido entre pensamento e matéria, entre abstração a concretude” (GARCIA, 2003, p. 41). É sobre esse espaço que se propõe a flexão do pensamento: um espaço complexo e multifacetado, integrado por processos físico, químicos, biológicos e sociais. O autor destaca, nesse sentido, a importância de cada espaço habitado formular o seu próprio pensamento. O desenvolvimento de uma *práxis responsável* sobre o espaço, dessa forma, estaria relacionado não a uma ética geral – “ética conservadora do bem e do mal do qual é indissociável” (GARCIA, 2003, p.46) -, sobre a qual repousam muitas das ações educativas sobre o meio ambiente, mas sim a “éticas comprometidas com os processos singulares, ou seja, *éticas contemporâneas*, onde o modificador (o contemporâneo) é modificado, deixando de indicar o tempo para indicar o espaço” (GARCIA, 2003, p.47).

Desde um ponto de partida distinto, mas que permite aproximações, Enrique Leff (2001) trabalha com a idéia de *habitat*. Para o autor,

O habitat é suporte e condição, ao mesmo tempo que é espaço ressignificado e reconstruído pela cultura. Diante do espaço anônimo gerado pela massificação de presenças, sem identidade e sem sentido, o habitat habitado é o lugar significado por experiências subjetivas, lugar de vivências construídas com a matéria da vida” (LEFF, 2001, p.286)

É associado a essa idéia que o autor desenvolve a noção de um *habitar*, entendido não apenas como a forma de inscrição da cultura num espaço geográfico, mas como “um processo de apropriação social das condições de habitabilidade do planeta, regido pelos princípios de racionalidade ambiental¹⁶, sustentabilidade ecológica¹⁷, diversidade cultural e equidade social” (LEFF, 2001, p.295). Habitar um habitat, dessa forma, pressupõe o reconhecimento e produção de conhecimentos sobre o espaço; pressupõe também, em algum nível, cuidado e planejamento. Pressupõe, enfim, reconhecimento e respeito às diferenças; às especificidades ecológicas e culturais. Nesse sentido, não posso deixar de perceber a correspondência entre a idéia de *habitar* um habitat, conforme é apresentada por Leff, com o que propõe Garcia

¹⁶ A categoria de racionalidade ambiental é um dos pilares centrais do pensamento de Enrique Leff. Sua adequada explicitação exigiria um capítulo a parte no presente trabalho. Dessa forma, objetivando apenas de situar o leitor na discussão apresentada, destaco a seguir dois pequenos trechos do capítulo 9 do livro *Saber ambiental* (LEFF, 2001, p.133-144), onde o autor discute essa categoria:

“(…) a *racionalidade ambiental* não é a expressão de uma lógica, mas o efeito de um conjunto de interesses e de práticas sociais que articulam ordens materiais diversas que dão sentido e organizam processos sociais através de regras, meios e fins socialmente construídos.” (LEFF, 2001, p.134)

“A categoria de *racionalidade ambiental* integra os princípios éticos, as bases materiais, os instrumentos técnicos e jurídicos e as ações orientadas para a gestão democrática e sustentável do desenvolvimento.” (LEFF, 2001, p.135)

¹⁷ “A sustentabilidade ecológica aparece assim como um critério normativo para a reconstrução da ordem econômica, como condição para a sobrevivência humana e um suporte para chegar a um desenvolvimento duradouro, questionando as próprias bases da produção.” (LEFF, 2001, p.15)

(2001), isto é, o desenvolvimento de uma *práxis responsável* sobre o espaço. Dito de outro modo, o *habitar* de Leff pode ser entendido, também, como o desenvolvimento de uma *práxis responsável* sobre o espaço.

As diferentes perspectivas teóricas apresentadas acima, em alguma medida, estiveram presentes (e, em alguns casos, a dialogar) na investigação desenvolvida. Em um primeiro nível, tomando como referência aquelas versões oficiais sobre a história de ocupação do município de Esteio e, de forma mais específica, daquela sua porção do território considerada no presente estudo, porque evidenciou um conjunto de personagens e histórias tradicionalmente relegados a um plano de inexistência por uma racionalidade hegemônica (LEFF, 2003). Em um segundo nível, porque a incursão às histórias de vida dos sujeitos entrevistados, às histórias do lugar, viabilizou a instituição de um *horizonte histórico de tematização* (GRÜN, 1996) a partir do qual suas relações com o meio puderam ser repensadas. Em um terceiro nível, porque dentre os muitos elementos presentes nas histórias de vida dos sujeitos entrevistados focalizou sua atenção às relações estabelecidas com os espaços. Nesse sentido, a busca pelos significados atribuídos aos diferentes ‘espaços’ do lugar, assim como aos diferentes lugares por onde passaram ao longo de suas caminhadas, conferiu a ação investigativa um caráter *interpretativo* (CARVALHO, 2003) ao mesmo tempo em que abriu caminhos para o desenvolvimento de uma *práxis responsável sobre o espaço* (GARCIA, 2001) e/ou de um *habitar genuíno* (LEFF, 2001).

No último capítulo do texto, após as considerações de caráter metodológico, a descrição das atividades e análise das informações construídas, retomo alguns aspectos apresentados acima numa tentativa de integração entre os diferentes momentos do texto.

4. CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

*Perguntamo-nos: o que foi terá sido mesmo? Os fatos tiveram o valor que lhes dá a memória? A memória distante não se lembra deles se não dando-lhes um valor, uma auréola de felicidade. Apagado o valor, os fatos já não se sustentam. Existiram? Uma irrealidade se infiltra na realidade entre nossa história pessoal e uma pré-história indefinida (...).
(Gaston Bachelard¹⁸)*

Conforme apresentado no resumo, o presente trabalho, na sua quase totalidade, fundou-se nas reminiscências narradas em encontros coletivos e individuais (pesquisador-pesquisado) por um grupo de migrantes – homens e mulheres – atuais moradores de um bairro de periferia do município de Esteio. Dessa forma, para compreender como o processo de migração foi experimentado pelos sujeitos entrevistados e, nele, como se deu a atualização das relações com os lugares (de onde saem, por onde passam e nos quais se radicam), recorreu-se, em primeira instância, a um conjunto de memórias individuais.

Tem-se, a partir dessa estruturação, o atravessamento de dois conjuntos de processos: o primeiro, condição de possibilidade para o conhecimento do segundo, diz respeito aos modos através dos quais *compomos nossas reminiscências*: relações entre *reminiscências individuais e memória coletiva*, entre *contextos narrativos e conteúdos da narração* e entre *pesquisador-pesquisado*; o segundo, ‘objeto’ específico da presente investigação, refere-se aos significados atribuídos (ou não) aos diferentes constituintes materiais do meio e aos modos de relação com estes derivados daqueles.

Neste capítulo, será tratado o primeiro conjunto de processos referido acima. As principais idéias, conceitos e categorias relacionados à dimensão metodológica e operacional da pesquisa empreendida serão apresentados e discutidos. Será também realizada, ao final, uma descrição dos principais procedimentos adotados em campo (sua dimensão empírica) numa tentativa de integrar as diferentes perspectivas teórico-metodológicas apresentadas.

¹⁸ BACHELARD, G. *A poética do espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 1993 (Coleção Tópicos). p.72.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Pesquisa qualitativa e cultura

A opção pela utilização de abordagens qualitativas de pesquisa, ao invés de quantitativas (ou ainda da utilização de ambas), diz respeito a aspectos tanto de ordem particular - referentes à minha relação com os sujeitos pesquisados - quanto de ordem geral - representados por tendências mais abrangentes no que concerne a pesquisa em Ciências Sociais. O primeiro grupo de aspectos, os de ordem particular, condiciona o desenvolvimento de uma pesquisa qualitativa quase que como uma necessidade: a partir da relação de amizade construída com os sujeitos pesquisados, a utilização de instrumentos quantitativos de pesquisa, ao que me parece, não apresentaria nenhuma vantagem significativa que pudesse justificar a sua opção; pelo contrário, resultaria estranho e até certo ponto “artificial”. Acrescento a isso, ainda, minha falta de familiaridade com as abordagens quantitativas (principalmente com os instrumentos estatísticos utilizados para a análise dos dados) e a natureza do “objeto” a ser pesquisado – melhor apreensível pelos métodos qualitativos de investigação. O segundo grupo de aspectos, por sua vez, relaciona-se às transformações ocorridas (predominantemente nas últimas três décadas) nas formas de se fazer e conceber a pesquisa social e que estão vinculadas ao desenrolar de processos sociais mais amplos (MELUCCI, 2005). Aqueles processos de individualização, através dos quais são criadas condições de autonomia para os sujeitos individuais, constituem um exemplo disso. De acordo com Melucci, o papel e o valor concedidos à experiência individual e à vida cotidiana, enquanto “espaço no qual os sujeitos constroem o sentido do seu agir e no qual experimentam as oportunidades e os limites para ação” (MELUCCI, 2005, p.29), uma vez que deslocam o foco de atenção das estruturas sociais para a particularidade dos detalhes e a unidade dos acontecimentos, acentuam o interesse e a importância da pesquisa de tipo qualitativo. Conforme destaca o autor, o interesse dos atores sociais por uma pesquisa do tipo qualitativa, nesse contexto (engendrado pelos processos sociais que oferecem maiores recursos de individualização), talvez não seja casual:

Mais sensíveis à sua individualidade e mais sintonizados com a vida cotidiana, eles exigem uma prática de pesquisa mais próxima de sua experiência, mais presente no campo do seu agir, como aquela que a pesquisa qualitativa coloca à disposição. (MELUCCI, 2005, p.30)

Melucci faz referência, ainda, a alguns outros processos sociais que estariam relacionados a esse maior interesse pela pesquisa qualitativa: os processos de *diferenciação*, *culturalização da natureza* e *naturalização da cultura*. Segundo ele, os métodos qualitativos de investigação, por tenderem menos à estandardização, melhor se prestariam a captar os aspectos relacionados a cada um desses processos. Especificamente no que se refere aos dois últimos, vale acompanhar com maior atenção o raciocínio apresentado pelo autor:

No mundo contemporâneo, a natureza não é mais separável de modo claro da cultura porque a sociedade intervém de modo mais massivo sobre as bases mesmas da realidade natural (...). A natureza externa e a nossa mesma natureza biológica se tornam objeto de intervenção social, dependem das nossas decisões e das nossas escolhas. A natureza à qual nos referimos está sempre mais inscrita nas nossas definições culturais, enquanto contemporaneamente a nossa vida cultural é atingida de modo crescente pelos fatores biológicos e ambientais (...): também, deste ponto de vista, é sobre os instrumentos de análise qualitativa que se move a busca de conhecimento. (MELUCCI, 2005, p.30)

O aumento pelo interesse na pesquisa qualitativa, entretanto, corresponde a apenas um movimento dentro de um conjunto mais amplo (e profundo) de modificações a que vem sendo submetido o campo da pesquisa social. Nesse sentido, “é como se as práticas de tipo qualitativo tivessem aberto a estrada para uma redefinição do campo no seu conjunto e começassem a produzir uma mudança dos velhos limites que separavam quantidade e qualidade” (MELUCCI, 2005, p.32). Melucci chega mesmo a falar em uma verdadeira “virada epistemológica”. Segundo ele, essas mudanças estariam colocando em questão alguns dos pressupostos fundamentais sobre os quais se edificou a ciência moderna, principalmente a partir de dois eixos: um primeiro referente à *noção de sistema*, e um segundo relacionado à *linguagem*. A partir do primeiro eixo, põe-se em questão a dicotomia entre *res cogitans* e *res extensa*: uma vez que a definição de sistema somente se viabiliza a partir da instituição do ponto de vista do observador, a relação deste com aquele já não pode mais ser tratada em termos *permanência*, *estabilidade* e *neutralidade*. A implicação do observador com a realidade observada é patente: “a realidade social inclui o observador, é processual e interage com ele” (MELUCCI, 2001, p.318). E nesse sentido, *toda a observação passa a ser também uma intervenção*. O segundo eixo, por sua vez, põe em questão o suposto isomorfismo entre as estruturas cognitivas, de um lado, e a realidade, de outro, a partir do qual seria possível garantir o êxito da empresa cognocitiva e chegar a níveis mais ou menos satisfatórios de *desvelamento da realidade* (MELUCCI, 2005) A partir da posição central assumida pela linguagem, isto é, a admissão de que “tudo o que é dito é dito para alguém em algum”

(MELUCCI, 2005, p.33), a pesquisa social abdica à pretensão de produzir *conhecimentos absolutos* e se entrega a construção de *interpretações plausíveis*. Desde os pontos de tensão introduzidos pelas mudanças sociais anteriormente referidas e, também, pela reflexão produzida no âmbito da pesquisa qualitativa, a pesquisa social como um todo vem tendo, pois, seus limites e horizontes redefinidos; de modo inverso, essa redefinição a que o campo da investigação social vem sendo submetido, impulsiona não apenas o desenvolvimento e redescoberta de abordagens qualitativas de pesquisa, mas também daqueles processos sociais mais amplos aos quais se vincula.

O objetivo da pesquisa social não tem mais a pretensão de explicar uma realidade em si, independente do observador, mas se transforma em uma forma de tradução do sentido produzido pelo interior de um certo sistema de relações sobre um outro sistema de relações que é aquele da comunidade científica ou do público. O pesquisador é alguém que traduz uma linguagem para outra. (MELUCCI, 2005, p. 34)

Na esteira dessas modificações mais amplas, conforme dito, algumas abordagens metodológicas específicas vem sendo redescobertas e resignificadas. Entre elas destacam-se aquelas ditas *biográficas* – enfoque escolhido para a realização do presente trabalho. Tendo como eixo comum a *história de vida* de um ou mais indivíduos, essas abordagens se caracterizam entre outras coisas por fazer da *memória* o foco central da auto-reflexão do sujeito entrevistado e pela *construção interativa de narrativas* (MELUCCI, 2005). Nesse sentido, antes de tudo, faz-se necessário explicitar e discutir os significados que assumem aqui os conceitos de *memória*, *narrativas* e *histórias de vida*.

Memória, composição, narrativas e reminiscências

Ecléa Bosí, no primeiro capítulo do seu célebre trabalho *Memórias de velhos*, a partir das contribuições de Henri Bergson, Maurice Halbwachs, Frederic Charles Barlett e Willian Stern, discute o conceito de *memória*. Ao mesmo em tempo em que apresenta as principais concepções presentes nos trabalhos de cada um dos autores supracitados, Bosí as relaciona (aproxima e contrapõe) dando relevância ao nexos entre memória e vida social. À noção de memória como *conservação espiritual do passado*, em Bergson, são incorporadas as concepções sociológica de Halbwachs e psicossocial de Barlett. As influências do ambiente (sócio-cultural) sobre o curso da memória individual ganham, dessa forma, lugar de destaque: mais do que uma “ressurreição” do passado, “a lembrança é uma imagem construída pelos

materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual” (BOSI, 1994, p.55). A memória do indivíduo encontra-se ligada às demais dimensões de sua existência atual: aos amigos, à família e aos outros grupos de pertencimento. O presente ressignificando o passado. Sob essa perspectiva, todo o trabalho com a memória – esta suposta capacidade de ‘reter’ o passado - remete inevitavelmente ao presente vivenciado pelo sujeito que lembra; remete, pois, também aos contextos específicos (circunstanciais) nos quais se dá *rememoração*¹⁹.

Essa influência que o meio (seja ele o social, seja o contexto específico no qual se dá a rememoração) exerce sobre a memória individual, é considerada também por Antoinette Errante (2000). Num texto revelador, no qual narra parte do seu percurso como historiadora oral, Errante enfatiza a influência do “como” nós lembramos sobre o “que” lembramos. Segundo a autora, modos particulares de rememoração exigem contextos particulares de rememoração. Na sua experiência em Moçambique, a pesquisadora pôde perceber que a emergência e verbalização de alguns tipos de lembrança requeriam uma experiência de *compartilhamento-grupal*; isto é, exigiam um contexto específico, em geral coletivo, no qual os envolvidos davam vazão não a suas vozes individuais, mas a uma “voz coletiva”. Sobre essa narrativa particular a autora diz o seguinte:

Ocorreu-me que todos os contextos que tinham gerado esse tipo de lembranças e eventos lembrados – o tipo que eu estava procurando – tinham acontecido em ocasiões através das quais as pessoas pudessem fortalecer as ligações entre elas. (...) A narrativa “amizade-na-miséria” requeria um grupo no qual as pessoas pudessem lançar suas narrativas dentro de um quadro de memórias; tendo uma estória assinalado seu pertencimento ao grupo. (...) A “voz” narrada nessas histórias era uma voz coletiva; era uma experiência “do nós”, e, talvez, por essa razão, requeria um contexto “do nós” para as pessoas narrarem. (ERRANTE, 2000, p.167)

A memória individual, pelo que foi exposto até então, encontra-se sujeita às influências do meio social, das circunstâncias específicas na qual é ativada. Essas influências dizem respeito aos modos através dos quais acessamos (ou não) nossas experiências passadas e às formas com que interagimos com elas: lembramos algumas, esquecemos outras; modificamos (consciente ou inconscientemente) a maior parte delas. Nesse mesmo trabalho, Antoinette Errante apresenta, a partir de Teski e Climo (1995), cinco diferentes categorias

¹⁹ “Tal rememoração implica uma certa ascensão da atividade historiadora, que, em vez de repetir aquilo que se lembra, abre-se aos brancos, aos buracos, ao esquecido e ao recalçado, para dizer, com hesitações, solavancos, incompletude, aquilo que ainda não teve direito nem à lembrança nem às palavras. A rememoração também significa uma atenção precisa ao *presente*, particularmente a estas estranhas ressurgências do passado no presente, pois não se trata somente de não esquecer do passado, mas também de agir sobre o presente. A fidelidade ao passado, não sendo um fim em si, visa à transformação do presente.” (GAGNEBIN, 2001, p.91)

etnográficas de memória, entre as quais se incluem, além da *lembrança* (em geral a única que associamos a noção de memória), o *esquecimento*, a *reconstrução*, a *metamorfose* e a *memória vicária*. De acordo com essa classificação, aquilo que esquecemos é tão relevante quanto aquilo que é lembrado. Lembrança e esquecimento possuem o mesmo estatuto. Além disso, as categorias de *reconstrução* e *metamorfose* se referem às alterações (reinterpretações) a que nossas experiências passadas estão sujeitas, sob a influência do meio social e das circunstâncias específicas nas quais se dá a rememoração. A distinção entre *lembranças*, *reconstruções* e *metamorfoses*, ao que parece, sugere a existência de uma escala ou ‘graus’ de alteração: das lembranças às metamorfoses, as influências do presente se fariam sentir cada vez com maior intensidade; ou ainda, de modo mais radical, sugere a existência de um tipo de memória – as lembranças – fiel aos acontecimentos passados (verdadeiras “ressurreições” do passado, conforme postulado por Bergson). A última categoria etnográfica de memória, a *memória vicária*, diz respeito às lembranças de outras pessoas (ou grupos) que incorporamos e tornamos nossas. São imagens que construímos a partir da narração de outrem e que retomamos como se fossem *nossas* próprias lembranças, isto é, como se tivéssemos de fato vivenciado os acontecimentos aos quais essas imagens remetem.

Essas cinco categorias, ainda que não dêem conta da complexidade que é o fenômeno da *memória* – uma vez que, por exemplo, não consideram a especificidade dos processos neurológicos ou psicológicos relacionados à capacidade (necessidade) de lembrar e de esquecer -, são úteis para que possamos tornar mais abrangente o seu entendimento. Nesse sentido, quando falamos em *memória* não estamos nos referindo a uma maior ou menor capacidade de “retenção” dos eventos ocorridos e presenciados no passado; estamos, sim, referindo-nos aos modos através dos quais as imagens de eventos passados, experimentados ou não, são acionadas (ou não) e retrabalhadas (com maior ou menor intensidade) em função das solicitações do presente, representado pelos contextos sócio-culturais (abrangentes e específicos) nos quais nos inserimos e onde a rememoração se dá.

Alistair Thomson, historiador oral australiano, agrega em seu trabalho os principais pontos destacados até então. Numa competente sistematização²⁰, que tem como base suas pesquisas junto a veteranos de guerra australianos (*Anzacs*), Thomson explora três interações-chaves: as relações entre *reminiscências pessoais* e *memória coletiva*, entre *memória* e *identidade* e entre *entrevistador* e *entrevistado*. De acordo com o autor, “compomos nossas reminiscências para dar sentido à nossa vida passada e presente” (THOMSON, 1997, p.56). A

²⁰ THOMSON, A. Recompondo a memória: questões sobre a relação entre a História Oral e as memórias. *Projeto História*, São Paulo, n° 15, p. 51-71, abril 1997.

utilização do termo *composição*, nesse contexto, faz referência aos processos de reconstrução a que submetemos as imagens do passado a partir das solicitações atuais. Para tanto, são utilizados as linguagens e significados conhecidos e socialmente aceitos de nossa cultura (THOMSON, 1997). Os vínculos entre memória e vida social – ressaltados por Ecléa Bosi – são, dessa forma, contemplados a partir da noção de *composição*. Entretanto, conforme salienta Thomson, nem sempre as imagens e linguagens disponíveis e socialmente aceitas, num determinado espaço-tempo, encaixam-se às experiências pessoais.

Portanto, os relatos coletivos que usamos para narrar e relembrar experiências não necessariamente apagam experiências que não fazem sentido para a coletividade. Incoerentes, desestruturadas e, na verdade, “não-lembradas”, essas experiências podem permanecer na memória e se manifestar em outras épocas e lugares – sustentadas talvez por relatos alternativos – ou através de imagens menos conscientes. Experiências novas ampliam constantemente as imagens antigas e no final exigem e geram novas formas de compreensão. (...) Que memórias escolhemos para recordar e relatar (e, portanto, relembrar), e como damos sentido a elas são coisas que mudam com o passar do tempo. (THOMSON, 1997, p.56/57)

Essa passagem me é especialmente reveladora. Podemos situar nela algumas das cinco categorias etnográficas de memória referidas anteriormente e avançar na compreensão sobre os modos através dos quais *meio* e *memória* se inter-relacionam. No esquema de Thomson, os *esquecimentos* – uma das cinco categorias etnográficas de memória, segundo Teski e Climo (1995) – seriam aquelas imagens que não encontraram “lugar” ou meios de expressão nos contextos onde a rememoração ocorre. Nesse sentido, os esquecimentos são circunstanciais; as imagens “não-lembradas” podem permanecer na memória (observe-se o sentido que o conceito assume aqui – o de “depositório” de imagens do passado, muito semelhante ao proposto por Bergson) e emergir, sempre transformadas, em contextos distintos. As *reconstruções* e *metamorfoses* a que são submetidas essas imagens, por sua vez, podem ser atribuídas aos necessários e inevitáveis ajustes das experiências pessoais às linguagens e aos significados conhecidos e aceitos dos grupos e culturas de pertencimento. As contínuas transformações sofridas por esses códigos culturais, dessa forma, são uma das responsáveis pela provisoriade de nossas composições. Sim, de acordo com Thomson, nossas composições são provisórias: alteram-se com o passar do tempo e também de acordo com as alterações sofridas por nossa identidade. Disso decorre um segundo sentido, mais psicológico, do termo *composição*: “a necessidade de compor um passado com o qual possamos conviver” (THOMSON, 1997, p.57). Para o autor, esse sentido se fundamenta numa relação de reciprocidade entre identidade e memória. Nossas identidades influenciam o processo de

construção de reminiscências na mesma medida em que são influenciadas por elas. “Construímos nossa identidade através do processo de contar histórias para nós mesmos – como histórias secretas ou fantasias – ou para outras pessoas, no convívio social” (THOMSON, 1997, p.57). Entra em jogo, neste momento, a ação narrativa:

Ao narrar uma história, identificamos o que pensamos que éramos no passado, quem pensamos que somos no presente e o que gostaríamos de ser. As histórias que relembramos não são representações exatas de nosso passado, mas trazem aspectos desse passado e os moldam para que se ajustem às nossas identidades e aspirações atuais. (THOMSON, 1997, p.57)

Através da *ação narrativa*²¹, isto é, do processo de composição (num sentido *lato*) e expressão de reminiscências – processo este influenciado por nossas identidades, assim como pelos contextos nos quais nos inserimos –, resignificamos nosso passado, reatualizamos o presente e nos projetamos em direção ao futuro (futuros possíveis e/ou desejados). Futuro, presente e passado se entrecruzam, encontram-se em nossas narrativas. Identidade e memória também. E é do entrecruzamento, do encontro entre identidade e memória que o significado do termo *reminiscência* é evocado por Thomson: “reminiscências são *passados importantes* que compomos para dar um sentido mais satisfatório à nossa vida, à medida que o tempo passa, e para que exista maior consonância entre identidades passadas e presentes” (THOMSON, 1997, p.57).

Antes de seguir adiante, proponho uma primeira retomada. A memória individual, pelo que foi visto até o momento, é ativamente influenciada pelas circunstâncias atuais. Mais do que um simples depósito de imagens do passado - que ressurgiriam intactas durante os eventos de rememoração –, a memória é também *ação* (consciente ou inconsciente) sobre essas imagens. Essa ação se faz sentir de diferentes modos: desde a seleção daquilo que será lembrado (e, conseqüentemente, de tudo o mais que será ‘esquecido’), passando pelas formas através das quais justapomos (compomos) e narramos acontecimentos passados, até *reformulações* e *metamorfozes* a que submetemos determinadas imagens. Além disso, dá-se sempre em função das exigências do presente, ou seja, é *circunstanciada*. Entre as principais circunstâncias que determinam ações sobre o conteúdo da memória (se é que podemos falar em ‘um’), destacaria os diferentes *grupos de pertencimento* dos indivíduos - desde aqueles

²¹ “(...) forma de construção e organização do discurso (aí compreendidos tanto o estilo, na acepção de Peter Gay, quanto aquilo que Paul Veyne chamou de ‘trama’ e Hayden White de ‘urdidura do enredo’) (...)” (AMADO; FERREIRA, 1996, p.XV). É importante salientar ainda que a construção de uma narrativa pressupõe a existência de um ouvinte ou de um leitor, ou seja, *é sempre o resultado de uma interação* (direta ou indireta).

mais restritos, como a família, por exemplo, até os mais abrangentes, representados pela linguagem e demais códigos culturais compartilhados – assim como os *contextos específicos* nos quais o trabalho da memória é solicitado. Entram e jogo, neste momento, as interações entre *reminiscências individuais* e *memória coletiva*, entre *memória* e *identidade* e entre *entrevistador* e *entrevistado* (assim como dos *entrevistados entre si*). Compomos nossas reminiscências a partir das imagens do passado (nossas ou de outrem – *memória vicária*), de modo a que se “ajustem” às histórias ou mitos normalmente aceitos (memória coletiva), à consciência construída e cambiante do eu (identidades) e aos contextos relacionais específicos nos quais a memória é evocada (nas relações com aqueles que escutam).

O quadro desenhado até o momento procurou evidenciar a natureza cambiante e circunstancial da memória. Nesse sentido, poderíamos nos questionar quanto aos limites e possibilidades de um trabalho fundamentado em reminiscências pessoais. As informações construídas²² são confiáveis? Em que medida elas nos permitem compreender os processos que descrevem? E, a que tipo e nível de generalizações podemos chegar partindo de um terreno tão instável?

Quando questionamos a confiabilidade dos conteúdos da memória, o fazemos desde uma perspectiva que admite a existência de um passado ‘estático’ e, portanto, ‘recuperável’. Nesse sentido, para saber “como aconteceu realmente”, uma fotografia ou um documento escrito, por exemplo, seriam “fontes” de informações mais confiáveis do que os depoimentos orais registrados *a posteriori*; mais confiáveis *porque* menos sujeitos às influências de uma subjetividade cambiante. Por outro lado, se reconhecermos os múltiplos atravessamentos entre passado, presente e futuro e a natureza sempre interpretativa do fazer científico, a noção do que é ou não confiável passa a ser construída sobre outros referenciais. Sob essa perspectiva, não há um passado “estático” a ser “recuperado”, mas apenas interpretações possíveis. Além disso, assim como os depoimentos orais, os documentos escritos (por exemplo) também representam uma interpretação pessoal acerca de fatos (vivenciados ou não); ou seja, estão sujeitos, se não às mesmas, a um nível semelhante de influências (internas e externas). A confiabilidade das informações, dessa forma, passa a ser avaliada em função dos objetivos e

²² De acordo com Danièle Voldman, em função da natureza da relação entre pesquisador-pesquisado e das escolhas procedidas por aquele sobre os o depoimento deste, faz-se necessário “estudar o documento oral não somente como fonte, mas também do ponto de vista de sua construção pelo historiador que, ao solicitar uma testemunha, procede a uma ‘invenção de fontes’”. (VOLDMAN, 2000, p.250/251)

do ambiente relacional no qual se desenrola a investigação e não mais em relação às noções de “estabilidade” e “neutralidade”.

Retorno agora aos questionamentos colocados acima. As informações construídas a partir do trabalho com reminiscências pessoais são confiáveis não por que correspondem mais ou menos ao que de fato aconteceu, mas por que expressam o pensamento e a vida de homens e mulheres; são confiáveis como *expressões do vivido* reinterpretado à luz do presente e não na qualidade de imagens de um passado estático que se deseja recuperar. Seu valor reside nisso e é desde esta perspectiva – a de *reinterpretação e expressão do vivido* - que devemos tentar compreender os processos que elas descrevem. Além disso, os limites das generalizações possíveis em um trabalho com reminiscências pessoais, assim como em qualquer outro tipo de pesquisa científica, serão dados mais pelo contexto específico de realização do processo investigativo do que pela natureza instável e circunstancial da memória. As conclusões a que podemos chegar, independente dos pontos de partida, são sempre parciais.

É importante ressaltar ainda que as questões específicas relacionadas aos modos através dos quais compomos nossas reminiscências e que acabam de ser superficialmente apresentadas nesta seção, foram apenas tangenciadas no presente trabalho. A maior parte da análise foi realizada sobre os conteúdos das narrativas, isto é, sobre aquilo que foi *escolhido para ser narrado*. Os atravessamentos envolvidos nessas escolhas, somente em alguns momentos foram aventados. Isso se deve, essencialmente, a alternância de momentos que constituiu o processo de construção do presente ‘objeto de pesquisa’: o contato com boa parte dos referenciais teóricos aqui apresentados ocorreu num momento posterior à definição dos caminhos e direções gerais da pesquisa. Ainda assim, o “alargamento” sofrido pelo conceito de memória foi de fundamental importância para a condução e rearranjos durante a construção dos dados (de modo ainda mais decisivo nos encontros coletivos – conforme será relatado a seguir).

Método biográfico, histórias de vida e depoimentos orais

Conforme dito, todas as nuances do trabalho fundamentado na memória e, mais especificamente, em reminiscências pessoais emergiram no contexto da presente investigação num momento posterior às delimitações de caráter mais geral (e, por isso, decisivo). Pode-se dizer, inclusive, que a busca e o encontro com este campo de práticas e teorias decorreram dessas delimitações gerais. Foi em função do que propus no projeto de pesquisa – o trabalho

com histórias de vida – que a necessidade de mais subsídios se me apresentou. Contudo, ainda que tenha sido consideravelmente resignificada pelos aportes referidos e que não tenha sido aplicada como método ou técnica, essa inspiração inicial balisou todo o trabalho desenvolvido e continua produzindo ressonâncias em meus pensamentos. Apresento a seguir alguns dos pontos fundamentais do trabalho com histórias de vida e suas relações com a presente pesquisa, a partir do trabalho de dois autores: Jacques Leon Marre e Maria Isaura Pereira de Queiroz.

Jacques Marre, em um artigo intitulado *Histórias de vida e método biográfico* (1991), apresenta e discute essa modalidade de pesquisa a partir de sua relação com um método mais abrangente, no qual se inscreve e constitui parte fundamental: um *método biográfico*. O texto é dividido em duas partes principais: na primeira, a história de vida é apresentada em seu primeiro uso, dado nas décadas de 20 e 30; na segunda, são discutidas suas tendências atuais e sua relação com um método biográfico.

De acordo com o autor, as histórias de vida, nas décadas de 20 e 30, foram utilizadas, essencialmente, como uma técnica de *coleta de informações*. Não houve, nesse período, uma preocupação em relacionar as histórias de vida singulares com uma história mais abrangente ou com aspectos sociais estruturantes. O que se pretendia, de um modo geral, era “conservar certas características originais e específicas do passado, através de relatos exemplares; ou, segundo a ‘Escola de Chicago’, descrever os efeitos realistas de uma vida marginalizada” (MARRE, 1991, p.90).

Somente a partir da década de 70, com o crescente desencantamento relacionado aos métodos quantitativos e às grandes teorias, é que a história de vida aparece relacionada a um método mais abrangente através do qual a análise dos seus conteúdos pôde ser aprofundada.

Orientado por uma filosofia bachelardiana – que vem substituir o pensamento positivista anterior -, o método biográfico, em via de elaboração permite reconstruir, em cada história de vida, a presença de relações básicas e complexas, que dizem respeito às categorias **sociedade, grupo e indivíduo**, expressas no relato oral. (MARRE, 1991, p.91)

Nesse novo contexto, a análise dos relatos passa a ser realizada, essencialmente, sob a perspectiva da descontinuidade, isto é, levando em conta “a descontinuidade e as rupturas ocorridas tanto ao nível da vida individual como coletiva” (MARRE, 1991, p.91). Essa descontinuidade também se refere a ruptura operada “entre um significado imediato e um significado reconstruído” (MARRE, 1991, p.134). Além disso, a unidade básica de pesquisa,

que nas décadas de 20 e 30 foi o indivíduo, passa a ser o *grupo social*. De acordo com o autor, ao se tomar o grupo e não o indivíduo como unidade heurística de pesquisa introduz-se no fundamento da pesquisa um conjunto de relações sociais.

Colocando a problemática do uso da história de vida nessa perspectiva, encaminha-se, assim, uma forma de iniciar a construção de um objeto científico, cujo fundamento é um conjunto real e histórico de relações sociológicas e empíricas vividas por um grupo, mas captadas através das histórias de vida. Essas são totalidades sintéticas. Cada uma forma um todo. Mas, entre elas, não há elos de continuidade, mas muito mais descontinuidades. (MARRE, 1991, p.110)

Outra diferença importante pode ser pensada em relação às modalidades de coleta de dados. De um modo geral, no seu primeiro uso, a trabalho com as histórias de vida se preocupou com a integridade do relato, seja durante a coleta, seja por ocasião de sua apresentação. A utilização do gravador por Oscar Lewis, por exemplo, reflete o desejo de apresentar, da forma mais fiel e rigorosa possível, o relato tal qual foi captado pelo pesquisador. Essa tendência, décadas mais tarde (nos anos 50), já sob forte influência de uma filosofia positivista, é decodificada e chega ao ponto de exigir que o pesquisador se comporte como um verdadeiro “presente-ausente”; uma espécie de “anexo do instrumento de gravação” (MARRE, 1991, p.114).

A esse modo de coleta de dados contrapõe-se outro, descrito pelo autor como *investigação participativa*. Baseado numa filosofia bachelardiana, na qual a participação ativa do pesquisador é prerrogativa para a construção de um objeto de pesquisa e para o seu desenvolvimento, essa modalidade de coleta de dados propõe “que a coleta das histórias de vida seja feita mediante a relação de diálogos e trocas comunicativas entre pesquisador e pesquisado” (MARRE, 1991, p.115). Sob essa perspectiva, melhor seria falar em *(re)construção* do que *coleta*. Pesquisador e pesquisado devem, a partir de um clima de empatia e confiança, trabalhar juntos na reconstrução das diversas instâncias que unem as dimensões individuais e coletivas presentes em uma história de vida. Marre destaca quatro características fundamentais dessa modalidade: o *direito à palavra*, onde o pesquisado tem o direito a dizer ‘tudo’; a *igualdade substancial*, referente à ausência do desejo de subordinação do outro ao próprio discurso; a *empatia*, relacionada à relação entre pesquisador-pesquisado, onde se afirma a necessidade de “vivenciar, de um modo ativo, os diversos níveis da verbalização em ato e toda a riqueza da experiência humana” (MARRE, 1991, p.116); e, por fim, o fato de que o pesquisador, inevitavelmente, correr *riscos* – o que, por seu turno, lhe permitiria aprofundar dialeticamente a coleta das histórias de vida. Essas quatro

características, no seu conjunto, reafirmam uma postura ativa no processo de reconstrução das histórias de vida por parte do pesquisador. Conforme sintetiza o autor:

Em suma, nesse método de coletar histórias de vida, o básico não é a neutralidade, mas a cooperação empática, a igualdade substancial frente à verdade e o risco corrido pelo pesquisador, para levar o sujeito à plena expressão de sua experiência humana, no campo constitutivo de sua relação em um grupo social e, através dela, com a sociedade global. (MARRE, 1991, p.117)

Essas modificações todas nas formas de trabalho com as histórias de vida, dadas pelo desenvolvimento de um método biográfico, refletem o desejo - ao mesmo tempo em que criam a possibilidade - de capturar toda a riqueza dos seus conteúdos; pautam-se no reconhecimento de sua *singularidade*, isto é, sua capacidade de, apesar de ser sempre relativa a um único sujeito, expressar tendências gerais comuns a todo um grupo social. As histórias de vida possibilitam – e como elas, poucas outras “fontes” de informações – a captura, ao mesmo tempo, do geral e do particular; da “face externa da vida, com seus acontecimentos objetivos” e da “face interna, o vivido, o provado” (MARRE, 1991, p.102). As histórias de vida, através daquilo que há de mais *particular* – isto é, a trajetória singular de cada sujeito -, tornam um *geral*, referente aos diversos grupos de pertencimento e/ou de relação do indivíduo, acessível, apreensível. Nesse sentido, cada história de vida singular é também uma *totalidade sintética*. “Ela é um pequeno universo, uma totalização do sistema social, ou seja, uma maneira sintetizada de cada indivíduo apreender o social, narrá-lo e reconstruí-lo” (MARRE, 1991, p.132).

Desde uma perspectiva distinta, que toma a *história de vida* como uma *técnica* para coleta (construção) de dados e não como um *método* (conforme postula Marre), Maria Isaura pereira de Queiroz (1988) enfatiza (ao mesmo tempo em que marca) as diferenças existentes entre o trabalho com *histórias de vida*, por um lado, e com *entrevistas*, *depoimentos*, *autobiografias* e *biografias*, de outro. Entretanto, no que tange ao contexto de realização do presente trabalho, uma distinção se torna especialmente relevante: aquela entre *histórias de vida* e *depoimentos*.

De acordo com Queiroz, a *entrevista* é a forma mais antiga e difundida de coleta de relatos orais no âmbito das Ciências Sociais. Pautada numa “conversação continuada entre o

informante e o pesquisador” (QUEIROZ, 1988, p.20), onde este último é quem determina o rumo do diálogo (assim como o assunto a ser tratado), esse procedimento permeia todas as demais formas de coleta de relatos orais – uma vez que “estes implicam sempre num colóquio entre pesquisador e narrador” (QUEIROZ, 1988, p.20). É importante observar que, ao mesmo tempo em que caracteriza (e, portanto, define) a entrevista como uma *técnica* (conjunto de procedimentos específicos), a autora também a toma como um procedimento – nesse caso, incorporado às demais técnicas. Da mesma forma, também o termo *depoimento* assume dupla significação no texto: se refere “ao relato de algo que o informante efetivamente presenciou, experimentou, ou de alguma forma conheceu, podendo assim certificar” (QUEIROZ, 1988, p.21) ao mesmo tempo em que designa um conjunto de procedimentos específicos (uma *técnica*), adotados frente a uma situação que se deseja investigar. É no primeiro sentido do termo que a autora vai dizer, por exemplo, que “toda a história de vida encerra um conjunto de depoimentos” (QUEIROZ, 1988, p.21); por outro lado, a diferenciação entre *histórias de vida* e *depoimentos* será operada a partir de sua segunda acepção.

Para a autora, a principal diferença entre as duas técnicas (*histórias de vida* e *depoimentos*), reside na postura do pesquisador diante do informante; frente àquilo que ele tem para dizer. No trabalho com *depoimentos*, a postura do pesquisador durante a entrevista é mais ativa, mais diretiva; “da ‘vida’ de seu informante só lhe interessam os acontecimentos que venham se inserir diretamente no trabalho, e a escolha é unicamente efetuada com este critério” (QUEIROZ, 1988, p.21). Toda a vez que o narrador se afasta dos “eixos” que compõem o roteiro da entrevista, o pesquisador intervém de modo a trazê-lo de volta ao “centro” dos seus interesses. Já no que tange ao trabalho com *histórias de vida*, a postura do pesquisador caracterizar-se-ia pela relativa ‘passividade’. Os dados e informações que lhe interessam são buscados de modo indireto. Nesse tipo de trabalho, é o narrador quem decide sobre o que irá falar; ou, pelo menos em que ordem irá organizar os diferentes momentos de sua narrativa. O pesquisador, interessado “em captar algo que ultrapassa o caráter individual do que é transmitido” (QUEIROZ, 1988, p.20), mantém-se atento ao que lhe é narrado e intervém o mínimo possível. Outra diferença, decorrente das anteriores, refere-se aos tempos necessários para a consecução de cada uma das técnicas. Enquanto o trabalho com *histórias de vida* demanda longo tempo para sua execução, afinal “não é em uma ou duas entrevistas que se esgota o que um informante pode contar de si mesmo (...)” (QUEIROZ, 1988, p.20), no trabalho com *depoimentos* “a entrevista pode se esgotar num só encontro (...)” (QUEIROZ, 1988, p.21).

A autora ainda destaca que, a despeito dessas diferenças e em última análise, é sempre o pesquisador quem tem as “rédeas” da situação; seja quando intervém ativamente durante a entrevista, seja por ter escolhido o tema, formulado as questões e proposto os problemas. A igualdade substancial de que nos fala Marre (1991), desde este ponto de vista, seria apenas aparente. Nesse sentido, a escolha entre uma ou outra deve ser orientada pelos objetivos da pesquisa que se quer realizar; “pesquisa esta que, na sua especificidade, deverá requerer a aplicação da história de vida, ou da coleta por meio de depoimentos” (QUEIROZ, 1988, p.22).

A partir da contribuição desses dois autores e ao término das atividades de campo, repenso o trabalho realizado. É certo que não desenvolvi a rigor nenhuma das técnicas ou método acima referidos; contudo, inspirei-me profundamente em alguns dos seus pressupostos e orientações. A possibilidade de capturar um *geral* a partir do *particular* representado por cada história de vida, isto é, a admissão de que o *individual* é atravessado pelo *social* (e vice-versa), foi um desses pressupostos. O foco das narrativas construídas e coletadas em nosso trabalho foi sempre autobiográfico; os sujeitos foram convidados, em grupo ou individualmente, a contar a sua história, a história de sua vida. Nelas, procurei encontrar elementos que me auxiliassem a compreender alguns processos mais abrangentes, nos quais estava particularmente interessado; ao mesmo tempo, deixei-me envolver pelos detalhes, pelo pitoresco de cada imagem construída e expressada. Durante os encontros coletivos, ao mesmo tempo em que direcionei seus relatos, indicando-lhes um tema acerca do qual discorrer, permiti que desenvolvessem seu próprio caminho narrativo. As intervenções, quando ocorreram, foram operadas muito mais em função da dinâmica de trabalho – trabalho em grupo - do que em função dos meus objetivos específicos; isto é, da “vida” dos informantes não me interessaram apenas os acontecimentos diretamente relacionados aos objetivos específicos da investigação. Nesse sentido, poder-se-ia dizer que a forma de proceder junto aos entrevistados se aproximou mais daquela utilizada para a coleta das histórias de vida. Por outro lado, em alguns outros momentos, vi-me enredado numa dinâmica do tipo “pergunta e resposta”, inclusive em uma das entrevistas individuais. Nesses casos, certamente estive a coletar depoimentos e não histórias de vida (ainda que os sujeitos estivessem falando sobre elas).

Também no que se refere à relação *entrevistador-entrevistado*, procurei desenvolver o trabalho de campo sob as orientações que são apresentadas por Marre, quando fala na *investigação participativa*. A empatia, a busca por uma igualdade substancial (nunca plenamente obtida), o direito à palavra que tiveram os entrevistados, foram alguns dos esteios sobre os quais se assentou a construção dos dados. Uma relação que me permitiu correr *riscos*, dentre os quais o principal talvez tenha sido o próprio *envolvimento*: um envolvimento que gera expectativas e, portanto frustrações; que induz a ocultação de alguns aspectos e a exposição de outros; que viabiliza o compartilhamento *vicário* de memórias (e, dessa forma, a difícil distinção entre o que são lembranças *minhas* e o que são lembranças *deles*); enfim, um envolvimento que restringe ao mesmo tempo em que potencializa. Estive sim, nesse sentido, mais próximo de um trabalho com histórias de vida do que de uma coleta “menos implicada” de depoimentos; se não, pelo menos ‘sob a inspiração de uma “filosofia bachelardiana”, na qual a participação ativa do pesquisador é prerrogativa para a construção de um objeto de pesquisa e para o seu desenvolvimento.

Assim como o trabalho com histórias de vida, que ocupa “o ponto de intersecção das relações entre o que é exterior ao indivíduo e o que ele traz em seu íntimo” (QUEIROZ, 1988, p.40), estive num ponto intermediário (e por isso de intersecção) entre essas duas técnicas. Mas estive também - e talvez, sobretudo - sob a inspiração de um método. É desde esse ponto de ‘vida’ que a investigação foi arrolada.

Grupos focais e grupos de discussão

A proposta inicial de trabalho, conforme a apresentei acima, foi a coleta de histórias de vida em entrevistas individuais (pesquisador-pesquisado) e, também, durante encontros coletivos (entre todos os sujeitos participantes). A idéia do trabalho em grupo (encontros coletivos) emergiu, num primeiro momento, a partir dos vínculos pré-estabelecidos com os sujeitos a serem pesquisados. Nossa convivência – que no início do processo investigativo contava já com três anos – foi, desde o início, uma convivência coletiva. Além disso, vínhamos já nos encontrando com alguma periodicidade para debater temas relacionados às *histórias do lugar* – num esforço de fundamentação de uma ação educativa mais ampla a que chamávamos *educação ambiental*. Na proposta inicial de pesquisa os encontros coletivos se justapunham de modo complementar às entrevistas individuais; eram elas e não eles que constituíam o cerne do processo investigativo (construção de dados). A idéia, naquele momento, era que o trabalho com o grupo servisse ao aprofundamento de algumas questões

específicas, surgidas durante a coleta das histórias de vida; tal como é *apresentado*²³ por Jacques Marre (1991). Contudo, em função do pouco tempo disponível para a realização de um trabalho com histórias de vida – pelo menos nos moldes com que ele é apresentado pelos autores supracitados -, foi-me sugerido (pela banca avaliadora do projeto, quando da sua qualificação) enfatizar os encontros coletivos ao invés das entrevistas individuais. Em função disso, precisei recorrer a novos aportes teóricos, entre os quais se destacam aqueles que prescrevem procedimentos para o trabalho com *grupos focais* e *grupos de discussão*.

A realização de entrevistas em grupo tem seu início e desenvolvimento associados à investigação de mercados: “como o ato do consumo é um ato grupal – que serve para marcar socialmente os diferentes grupos sociais de consumidores -, para a análise motivacional do consumo se tem que recriar situações grupais” (AGUILAR, 1998, p.10 – tradução minha). Nas últimas décadas, entretanto, as diferentes técnicas utilizadas para essa *investigação motivacional* – entre as quais se encontram os trabalhos com *grupos de discussão* e *grupos focais* - tiveram sua aplicação estendida e adaptada ao campo mais amplo da pesquisa social (AGUILAR, 1998; CRUZ NETO; MOREIRA; SUCENA, 2002). É desde essa perspectiva, ou melhor, desde essa transposição de objetivos e contextos, que os autores consultados tratarão as duas técnicas.

A principal característica destas técnicas de investigação reside no tipo de depoimento (ou narrativa) construído. Tanto nos *grupos de discussão* quanto nos *grupos focais*, o depoimento construído é uma “fala em debate” (CRUZ NETO; MOREIRA; SUCENA, 2002), isto é, uma fala construída *nas relações* com os demais participantes. É importante salientar que as relações referidas são aquelas *diretas*, dadas pelas circunstâncias imediatas nas quais se dá a construção dos depoimentos. Nesse tipo de trabalho, aquilo que é dito, é dito *para* e *no* grupo e a fala de um, inevitavelmente, repercute na fala dos demais. O objetivo por trás disso é o de reproduzir, no pequeno grupo – focal ou de discussão –, o debate social (ou de um *tipo social*) a respeito de temas específicos. Especificamente no que concerne ao trabalho com *grupos de discussão*, essa reprodução (ou simulação) do discurso social é buscada através de suas diferentes *variantes discursivas* (AGUILAR, 1998). Cada *grupo de discussão*, nesse

²³ Associado a modalidade de coleta de dados, denominada *Investigação participativa*, Marre (1991, p.117-119) apresenta duas variantes etnobiográficas. Nas duas há uma espécie de avaliação coletiva de pontos específicos do conteúdo de uma ou de várias histórias de vida. O grupo avaliador, em ambos casos, é formado por pessoas mencionadas nos relatos.

sentido, representa (através das relações entre os seus integrantes) uma dessas variantes, ou seja “reproduz o discurso ideológico cotidiano (argumentos idéias, motivações) do grupo social a que pertencem os participantes (...)” (AGUILAR, 1998, p.11 – tradução minha). Para que o *discurso social* acerca de um determinado tema seja então conhecido, faz-se necessário que todas as variantes discursivas que o compõe estejam representadas; ou seja, o número de *grupos de discussão* deverá ser o mesmo que o número de variantes discursivas existentes.

Já o número de integrantes em cada um dos grupos, será dado – em ambas as técnicas – em função de outros critérios. O principal deles talvez seja o que se refere a formação de *canais comunicativos* (AGUILAR, 1998). De acordo com o autor, para que a comunicação seja fluida, o número de canais (conexões possíveis entre os elementos) deve superar o número de elementos. Por exemplo, num grupo formado por três participantes a quantidade de conexões possíveis é igual ao número de elementos (três); já num grupo com quatro participantes, serão seis os canais possíveis; e assim por diante. Por outro lado, “como o número de conexões possíveis cresce em progressão geométrica – com dez membros existem quarenta e cinco possíveis canais -, chegará um momento em que o grupo se fragmentará em subgrupos (...)” (AGUILAR, 1998, p. 19). A partir daí, e conforme consta nos demais trabalhos consultados (GOMES; BARBOSA, 1999; CRUZ NETO; MOREIRA; SUCENA, 2002), o número ideal de participantes se situa entre *sete e oito*, com limites que variam entre *quatro e doze* participantes.

A dinâmica de trabalho com os grupos constitui um capítulo a parte no conjunto de orientações e procedimentos que compõem as duas técnicas em questão. Desde a seleção dos participantes, passando pela escolha do local, até a dinâmica de trabalho propriamente dita (e as diferentes funções a serem exercidas durante ela), as especificidades se multiplicam. Assim, a fim de não me alongar numa apresentação exaustiva das duas técnicas, ater-me-ei àqueles pontos que encontraram correspondência no trabalho realizado: seja em função das semelhanças, seja pelas diferenças e necessidade de adaptação.

A seleção dos participantes obedece a critérios semelhantes àqueles utilizados em outros âmbitos da pesquisa em Ciências Sociais, como por exemplo, os de *diversificação e saturação*. No caso do trabalho com *grupos de discussão*, esses dois critérios são utilizados para a definição do número total de grupos; o primeiro – *diversificação* – implica que não se possa recorrer a apenas uma das variantes discursivas que compõe o discurso social como um todo; a *saturação* por sua vez, será obtida quando todas as variantes discursivas existentes estiverem representadas – nesse caso, a adição de mais grupos resultaria ineficaz pois a informação seria redundante. Para a composição de cada grupo, outros dois critérios são

propostos: *homogeneidade e heterogeneidade*. De acordo com Aguilar, “os membros de um grupo de discussão devem possuir um mínimo de características comuns (...)” (AGUILAR, 1998, p.15 – tradução minha). Por outro lado, “os integrantes de um grupo de discussão também deverão ter algumas diferenças entre si para que se possa produzir a discussão” (AGUILAR, 1998, p.16 – tradução minha). É numa relação equânime entre homogeneidade e heterogeneidade que a seleção dos integrantes de grupo de discussão (ou focal) deverá assentar-se. Um último aspecto ainda, não mencionado anteriormente, diz respeito ao critério de *pertinência*. Ele se refere à identificação prévia dos “tipos” sociais existentes num dado contexto que um trabalho nos moldes daquele com *grupos de discussão* exige.

A escolha do *lugar* para a realização dos encontros é um segundo ponto que merece especial atenção no conjunto dos procedimentos a serem adotados. Para Aguilar (1998), o lugar no qual se ocorrem as reuniões é um elemento a mais do próprio grupo de discussão (uma vez que afeta a produção dos discursos). De acordo com ele, as características do lugar devem ser escolhidas com base em dois aspectos: “o ambiente e o conteúdo simbólico do espaço” (AGUILAR, 1998, p.19 – tradução minha). O primeiro deles diz respeito às condições ‘técnicas’ que o lugar deve dispor para a realização das reuniões e para o seu registro (audiovisual): sonoridade (nível mínimo de ruídos), iluminação adequada, temperatura agradável, tamanho adequado ao número de participantes, etc. O segundo aspecto, por sua vez, refere-se às influências de ordem simbólica a que o discurso produzido está submetido: “(...) não se pode esquecer que qualquer espaço social está marcado com um conteúdo simbólico, e essa carga simbólica afeta, inevitavelmente, aos discursos ali produzidos” (AGUILAR, 1998, p.20 – tradução minha). O autor defende ainda, como estratégia para superação dos problemas relacionados à carga simbólica do espaço, a escolha de “lugares neutros”. É importante frisar que a *neutralidade* de que nos fala Aguilar não significa *ausência de uma carga simbólica* - afinal todos os espaços a possuem -, mas antes, “que o valor dessa marca, com relação ao tema que estamos investigando, seja zero” (AGUILAR, 1998, p.21 – tradução minha). Ou seja, trata-se de uma neutralidade *relacional*.

Por fim, a dinâmica de trabalho propriamente dita. Cruz Neto e seus colaboradores (2002) dividem o trabalho com *grupos focais* em dois macro-momentos: o de realização dos *grupos* e aquele posterior a ela – *pós-grupo*. Segundo eles, para que a técnica de *grupos focais* atinja pleno êxito, seis funções devem ser exercidas na totalidade dos dois macro-momentos: *Mediador, Relator, Observador, Operador de Gravação, Transcritor de Fitas e Digitador*. As duas últimas funções – comuns a quase todos os tipos de pesquisa qualitativa -, conforme é possível supor, somente são desempenhadas após a realização dos grupos. As quatro

primeiras, entretanto, são desempenhadas simultaneamente durante os encontros coletivos. Ao *mediador* cabe a formalização do início, a condução e a conclusão de cada uma das seções, assim como o favorecimento da integração entre os participantes, o controle do tempo de fala de cada um e de duração do grupo focal. O relator, nesse esquema, é o responsável por realizar anotações acerca do que vem sendo debatido como, por exemplo, algumas falas, expressões corporais dos participantes, etc. Já o observador, é o encarregado de acompanhar e realizar anotações referentes ao desenvolvimento do trabalho com o grupo; suas observações visam, sobretudo, o aprimoramento da técnica. O operador de gravação, como o próprio nome diz, é o técnico responsável pela operação dos instrumentos de registro (áudio e/ou vídeo) (CRUZ NETO; MOREIRA; SUCENA, 2002). Para o desempenho dessas seis funções os autores sugerem um mínimo de dois pesquisadores – sendo que no primeiro macro-momento, o *relator* acumularia as funções de *observador* e *operador de gravação*. Aguilar (1998), por seu turno, sugere que o desenvolvimento dos grupos de discussão pode ser realizado por apenas um pesquisador - o *prescriptor*. Suas principais funções, a semelhança do que é prescrito ao *moderador*, são: introduzir o tema a ser discutido, promover e conduzir o debate, assim como encerrar formalmente cada uma das seções. O autor sugere um trabalho em equipe apenas quando da análise dos dados.

Ressalte-se, entretanto, que as particularidades do trabalho proposto (aquelas referentes à memória, por exemplo, e aquelas relacionadas ao contexto e aos objetivos específicos da pesquisa) exigiram modificações mais ou menos substanciais no conjunto dos procedimentos descrito acima. Afinal, é no espaço existente entre os “contornos” delineados pelas técnicas e as “formas” que o mundo assume em suas diferentes manifestações, neste domínio onde as possibilidades e necessidades se atravessam e a criatividade “sobrevoa”, que o trabalho de pesquisa efetivamente se dá. Dessa forma, a exemplo do que ocorreu com as *histórias de vida* e com os *depoimentos*, nenhuma das duas técnicas foi aplicada a rigor; pelo contrário, o que ‘de fato’ ocorreu foi a emergência de um ‘híbrido’, resultado do entrecruzamento das diferentes (mas complementares) perspectivas de trabalho adotadas com o contexto específico no qual se deu a realização do trabalho. Por falta de uma denominação mais precisa, ele será aqui chamado *grupo de rememoração*. Nas linhas que seguem procurarei caracterizá-lo, tornando mais evidentes suas diferenças e semelhanças em relação aos trabalhos com *grupos de discussão* e *grupos focais*. Para tanto, são cinco os pontos de

justaposição: *dinâmica de interação entre os participantes* (discussão/debate X rememoração coletiva), *abrangência da pesquisa* (aprofundamento horizontal X aprofundamento vertical), *relação dos pesquisados com a pesquisa* (contraprestação buscada X contraprestação assumida), *preparação dos encontros* (tema oculto X tema revelado) e *transcrição das falas* (reprodução integral dos discursos X “copidesque”).

Grupo de rememoração

Em primeiro lugar, é importante ressaltar que a despeito das minhas intenções iniciais, o trabalho em grupo que desenvolvemos se aproximou muito mais de um ‘*relembrar juntos*’ do que de algum tipo de debate ou discussão. Poucas vezes estivemos envolvidos em trocas desse tipo; na maior parte do tempo, enquanto um dos participantes falava, os demais se mantinham atentos e em silêncio. Poder-se-ia colocar em questão, nesse sentido, a coerência entre os princípios que orientam a realização de entrevistas grupais – mais especificamente o trabalho com *grupos de discussão* e *grupos focais* – e os objetivos específicos da pesquisa realizada: se a principal característica do trabalho realizado em grupo é a produção de uma “fala em debate”, qual seria o sentido de promover encontros coletivos nos quais o debate não ocorre, ou ocorre de modo esporádico? Contudo, o que esse questionamento desconsidera são aqueles aspectos mencionados por Antoinette Errante (apresentados na primeira parte deste capítulo) e que se referem às influências dos contextos específicos nos quais se dá a rememoração sobre os conteúdos das narrativas. Dessa forma, o fato de estar rememorando *em grupo* configura uma situação bastante distinta de outras como, por exemplo, quando rememoramos sozinhos ou quando o fazemos numa entrevista (pesquisador-pesquisado). De acordo com a autora,

Se o que nós lembramos e contamos, e os modos pólos quais fazemos isso, são expressões de construções locais de pessoa e de voz, então algumas memórias compartilhadas por comunidades específicas podem requerer uma experiência de compartilhamento-grupal para lembrar e contar. (ERRANTE, 2000, p.168)

Além disso, mesmo no caso de experiências *comuns*, mas que não foram compartilhadas - isto é, vivenciadas em tempos e espaços distintos -, o fato de estar rememorando em grupo constitui um diferencial (e por isso se justifica) em relação aos demais formatos de entrevistas. Nesse caso (que foi também o nosso), a narrativa de cada um dos participantes evoca uma série de lembranças em todos os demais; ainda que não haja

discussão, no sentido de uma dinâmica fundamentada na argumentação e contra-argumentação, há troca e mútua afetação. Ao silêncio durante a fala do outro corresponde uma intensa atividade mental de idas e vindas, reformulações, acessos e bloqueios, lembranças e esquecimentos desde os conteúdos da memória. A narrativa produzida *em grupo* difere, sem dúvidas, daquela produzida em outros contextos específicos da pesquisa; e, ainda que não possa ser considerada a rigor uma “fala em debate”, é certamente uma fala construída “nas relações” diretas com as outras narrativas.

Em segundo lugar, uma vez que o objetivo do trabalho não foi resgatar o discurso social na sua totalidade – mas antes, compreender alguns processos desde a perspectiva daqueles que os vivenciaram -, não houve preocupação em identificar e garantir representatividade a suas diferentes variantes. Não se trabalhou, portanto, com diferentes grupos (cada um representando uma das variantes discursivas em jogo), mas com apenas *um* (isto é, apenas uma das variantes) que procurou ser mantido ao longo do tempo. A essa opção de trabalho, admitida por Cruz Neto e seus colaboradores (2002) no que concerne aos *grupos focais*, correspondem simultaneamente uma perda *horizontal* e um ganho *vertical* de informações. Nesse sentido, não me foi possível levantar na sua totalidade a ‘rede’ de relações nas quais se inserem os sujeitos pesquisados (como também teria sido necessário num trabalho com histórias de vida, nos moldes propostos por Jacques Marre); por outro lado, foi-me possível aprofundar alguns pontos específicos relacionados aos processos estudados, como por exemplo, a importância dos vínculos familiares e de amizade no processo de migração e o ‘papel’ desempenhado por alguns elementos do lugar no cotidiano dos seus habitantes. Perdas que, em função dos recursos e tempo disponíveis para a realização da pesquisa, foram compensadas pelos ganhos. O trabalho com as demais variantes discursivas, nesse contexto, pode acabar se constituindo num projeto para trabalhos posteriores. Por exemplo, no que se refere ao processo de migração, poderiam ser agregados aos dados que compõem o presente trabalho, os depoimentos daqueles que ‘ficam’ e vêem os ‘seus’ (parentes e amigos) partirem, assim como daqueles que ‘já estavam’ (nativos) e vêem ‘sua terra’ ser ‘invadida’. Essas duas variantes discursivas, acredito, agregariam muito à compreensão dos fenômenos aqui focalizados.

Um outro ponto merecedor de reflexão, e que acabei não apresentando acima, refere-se àquilo que Aguilar (1998) chama *contraprestação*. De acordo com o autor, ela consiste no intercâmbio de objetos que caracteriza a relação entre as partes (pesquisadores-pesquisados):

A relação entre os participantes de grupos de discussão e o pesquisador é uma *relação de contraprestação*: os participantes produzem um discurso

que entregam, como objeto, ao investigador, e o investigador também tem que dar algo em troca a esses participantes. (AGUILAR, 1998, p.32 – tradução minha)

Aguilar ressalta ainda que, em grupos nos quais essa relação não seja estabelecida (isto é, quando os participantes realizam a “doação gratuita do seu discurso”), corre-se “dois importantes perigos”: 1) a ausência, entre os participantes, de um sentimento de obrigação (envolvimento) para com o trabalho desenvolvido; 2) o estabelecimento de uma relação de dependência entre o pesquisador (“mendigo”) e os pesquisados - o que levaria aquele a conformar-se com o pouco que estes lhe oferecem. (AGUILAR, 1998). Diante desses “perigos”, sugere-se efetuar, de alguma forma (em dinheiro, presentes, cheques-presentes ou comida), o pagamento dos participantes. Por outro lado, pode-se pensar, conforme Janaína Amado (1997), que nenhum participante entrega seu depoimento – constrói seu discurso – gratuitamente. Segundo a autora,

a grande maioria dos indivíduos concorda em conceder entrevistas por um motivo principal: a oportunidade de ter a própria história registrada, podendo transmiti-la, por meio da fita e da tese/livro do historiador, a outras pessoas, contemporâneas e futuras, em especial às pertencentes a círculos diversos dos alcançados pelo próprio informante. (Amado, 1997, p. 152/153)

Nesse sentido, o informante, ao aceitar participar do trabalho de pesquisa a ser empreendido, já vislumbra possíveis benefícios pessoais; isto é, o faz, não gratuitamente, mas motivado por interesses pessoais mais ou menos claros. Sob essa perspectiva, a relação entre pesquisador e pesquisado é **sempre** uma relação de contraprestação.

Em nosso caso, penso que não tenha sido diferente. Ainda que o grau de comprometimento para com a pesquisa tenha variado significativamente entre os integrantes do grupo e, em alguns momentos, eu tenha me sentido de fato um pouco “mendigo” - principalmente durante os telefonemas que precediam a cada um dos encontros (aspecto que será melhor detalhado a seguir) -, acredito que nossa relação foi desde o início uma relação de contraprestação. Em primeiro lugar pelo desejo expresso de visibilidade: seja verbalmente, seja pelo modo com que se vestiram e posicionaram diante da câmera. A contraprestação se efetivou também em função do próprio encontro: a pesquisa viabilizou não apenas um espaço, mas um momento legítimo (aceito pelos demais familiares) para o reencontro com os amigos. Um tempo-espaço de sociabilidade, mas que também possuiu uma dimensão educativa, digna

de ser referida enquanto movimento de troca. A esse respeito, seu Luiz Armando²⁴ diz o seguinte:

(...) até este momento [refere-se à pesquisa] que a gente tá vivendo hoje em dia, pra mim é muito importante. De o senhor escolher o nosso grupo, da gente poder vir... Ninguém é obrigado a participar, ninguém é obrigado a vir, mas eu me sinto bem em vir aqui. Eu acho que todo o momento que eu venho aqui... eu aprendo com a história de vida do seu Paulo [aponta para cada um dos participantes], com a história de vida dela [Maria Santa], da Maria Clair, da... Márcia... entende? De repente eles pegam alguma coisa que eu falo que seja útil também... Então eu acho que tudo isso é uma troca de idéias. Quer dizer, a gente tá lhe ajudando na sua pesquisa, mas a gente tá ganhando muito com isso também... é o meu ponto de vista, entende?(5º encontro)

O quarto ponto de justaposição diz respeito à preparação de cada um dos encontros. Conforme Aguilar, após a seleção dos participantes e antes do início das atividades presenciais se dá a *convocatória*. Essa etapa do processo investigativo consiste, segundo o autor, na localização dos participantes e no convite para que participem de uma reunião. Contudo, a fim de garantir alguma “neutralidade”, deve-se evitar fornecer aos participantes maiores detalhes e informações acerca dos temas que serão debatidos. Não me é possível avaliar até que ponto uma medida como essa de fato evita interferências (nem mesmo a que tipo de interferências se refere) no processo de construção de dados desenvolvido junto a um *grupo de discussão*; o que posso afirmar apenas é que, num trabalho assentado sobre os conteúdos da memória, esse tipo de “precaução” não se justifica, podendo inclusive mitigar as possibilidades de construção de informações. O processo de rememoração, isto é, de construção de reminiscências, uma vez desencadeado, segue seu próprio rumo; constitui-se através de idas e vindas desde os conteúdos da memória e as solicitações do presente, num movimento que, antes de tudo, demanda ‘tempo’. Muitas vezes as lembranças que procurávamos se nos apresentam dias após a solicitação inicial. Em função disso, procedi de modo diverso aquele sugerido por Aguilar: objetivando potencializar a construção de informações durante nossas reuniões, tive o cuidado de antecipar sempre o tema a ser debatido. Distribuí também a cada participante uma caderneta para que registrassem de forma esquemática, ao longo da semana ou quinzena que separava dois encontros, as lembranças que se lhes apresentassem. Dessa forma, às narrativas construídas e expressadas em cada encontro correspondeu um processo prévio de rememoração. Em alguns casos, inclusive, os participantes foram procurar parentes e amigos a fim de buscar confirmação acerca de alguns

²⁴ Um dos participantes da presente investigação; apresentado, junto aos demais, a seguir.

pontos específicos – fato este que sugere a amplificação (complexificação) da rede de relações nas qual o processo de pesquisa se insere.

O último aspecto a ser considerado nesta seção, refere-se ao trabalho de transcrição dos discursos construídos. Um dos principais dilemas que acompanham os pesquisadores quando da transcrição dos depoimentos gira em torno da seguinte questão: mantê-los tal qual são verbalizados pelos atores sociais ou adaptá-los às configurações e exigências da linguagem escrita? Tanto Aguilar (1998) quanto Cruz Neto e seus colaboradores (2002) recomendam que se faça a transcrição de forma a manter o mais fiel possível os relatos, isto é, reproduzindo dentro do possível os erros de linguagem, pausas, gestos (entre parênteses), etc., sob pena de inviabilizar “a correta análise das informações obtidas” (CRUZ NETO; MOREIRA; SUCENA, 2002, p.8). Por outro lado há os que advoguem justamente o contrário e recomendem um maior ou menor nível de “limpeza do texto”²⁵. Antes de tomar partido por uma ou outra forma de proceder, gostaria de tecer algumas considerações a esse respeito.

Ao que parece, por trás dessa polêmica há duas concepções distintas: uma que admite em maior ou menor grau a equivalência da linguagem oral e escrita e outra que as considera coisas distintas. Na primeira concepção, o trabalho de transcrição corresponde quase que a uma transferência direta; busca-se assim “materializar” a fala dos atores, na estrutura de um texto, conservando-lhe o máximo possível sua estrutura (relação entre os diferentes elementos) e forma (procurando-se reproduzir fielmente cada um dos seus elementos). A arbitrariedade do pesquisador sobre os relatos ficaria, dessa forma, restrita a ao mínimo necessário. Na segunda concepção, ao contrário, a equivalência das linguagens oral e escrita não é admitida. Transcrever, nesse sentido, é sempre um ato de tradução; e como tal, exige daquele que o faz (tradutor) proceder a escolhas. A arbitrariedade do pesquisador é condição *sine qua non* do trabalho de transcrição. Assim, uma vez que se admita a não equivalência entre a palavra falada e a escrita, deve-se, também, admitir a impossibilidade de um trabalho de transcrição neutro. As escolhas fazem parte dessa atividade e, para que a cientificidade do trabalho seja mantida, faz-se necessário explicitá-las.

Para a *tradução* das falas construídas ao longo do processo investigativo, de uma linguagem falada para uma linguagem escrita, procedi as seguintes escolhas, fundamentadas nos seguintes critérios (objetivos). Em primeiro lugar, procurei adaptar o discurso oral à linguagem escrita através da correção de erros de português, principalmente aqueles

²⁵ Regina Weber (1996, p.176), no texto *Relatos de quem colhe relatos: pesquisa em História Oral e Ciências Sociais*, apresenta algumas dessas recomendações: aquela presente no manual de história oral elaborado pela Universidade Federal de Santa Catarina (1978) e também a elaborada pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (Cpdoc).

relacionados à concordância verbal. Essa escolha, que visou tornar mais “fluida” a leitura, se justifica em função dos objetivos do trabalho: uma vez que a análise não se daria sobre a linguagem em si (relação entre os elementos e a estrutura que os contém), mas sobre seu conteúdo, modificações dessa natureza não comprometeriam o trabalho interpretativo. A correção dos erros, também, foi operada em função de uma solicitação (desejo) expressa dos participantes: quando tiveram acesso às primeiras transcrições - nas quais procurei ser o mais “fiel” possível ao discurso oral -, surpreenderam-se e, em algum nível, decepcionaram-se com a forma final assumida pelos seus relatos. Comprometi-me, então a adaptá-los a linguagem escrita, contanto que essa adaptação não implicasse modificações significativas nos conteúdos das narrativas. Em segundo lugar, na direção inversa, procurei adequar a linguagem escrita ao discurso oral, através da pontuação (vírgulas, reticências, pontos, etc.) e da introdução de comentários explicativos [entre colchetes]²⁶. Essa escolha, por sua vez, objetivou transmitir (dentro das limitações inerentes a esse tipo de tradução) um pouco da “vida” de cada um dos relatos. Além disso, uma vez que se admita conforme Errante (2000) que a maior parte do conteúdo das narrativas reside na sua “porção não falada”, o esforço em *complexificar* o texto a partir da introdução de elementos do contexto (gestos, pausas, etc.) não apenas justifica-se como se torna necessário ao bom desenvolvimento do trabalho de análise.

O trabalho de *tradução*, dentro do quadro que acabo de desenhar, foi realizado em duas etapas: na primeira, diretamente a partir das gravações (áudio e vídeo) foi realizada uma transcrição “bruta” (o mais “fiel” possível) dos relatos; na segunda etapa, que teve como ponto de partida o resultado da primeira (um caderno – *manuscrito*), a transcrição de trechos selecionados (numa pré-análise) foi realizada já nos moldes descritos acima.

DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES

O escopo da presente pesquisa fundou-se nas reminiscências narradas em encontros coletivos e individuais (pesquisador-pesquisado) por um grupo de migrantes – cinco homens e cinco mulheres – atuais moradores de um bairro de periferia do município de Esteio. No total foram realizados nove encontros coletivos e quatro entrevistas (“visitas domiciliares”) individuais (dois homens e duas mulheres). Cada um dos encontros coletivos, a exceção do primeiro e do último, tiveram duração aproximada de 90 minutos. As entrevistas individuais,

²⁶ De um modo geral, os sinais foram utilizados da seguinte maneira: as *vírgulas* representam pequenas pausas; as *reticências*, por sua vez, pausas maiores (também mudanças de assunto numa mesma frase); já as *reticências* entre parênteses indicam, assim como nas citações, os cortes efetuados; e, por fim, entre colchetes, foram acrescentados aos seus discursos comentários explicativos e/ou descrição de gestos.

por sua vez, acabaram ocupando relativamente mais tempo; estenderam-se ao sabor da ocasião, das trocas e dos afetos. O número de participantes nos encontros coletivos, que variou de quatro a oito pessoas (número adequado de acordo com o critério de *estabelecimento de canais comunicativos*, apresentado anteriormente) se mostrou também adequado em relação à dinâmica de trabalho proposta. Todos os encontros (coletivos e individuais) foram registrados através de gravações de áudio e/ou vídeo, além de notas em diário de campo. Dos encontros coletivos, apenas dois não foram filmados: o primeiro, no qual o uso da câmera foi negociado, e o terceiro, em função de problemas técnicos (esqueci de levar a fita junto aos demais equipamentos). A filmagem das entrevistas individuais restringiu-se ao tempo de duração das fitas – 90 minutos; as demais trocas e conversas foram registradas, dentro do possível, no diário de campo.

A proposta inicial de intercalar aos encontros coletivos as entrevistas individuais, por motivos diversos, não foi levada a cabo; ao invés disso, primeiro foi realizado todo o trabalho em grupo e somente depois as entrevistas individuais. Dessa forma, o trabalho de campo desenvolveu-se em dois momentos: o primeiro, de junho a outubro de 2006, no qual foram realizados os encontros coletivos; e o segundo, em dezembro do mesmo ano, no qual se deram as entrevistas individuais domiciliares. Todos os encontros, nesse primeiro momento, ocorreram na escola (ponto de referência comum e *lócus* de convivência entre os integrantes do grupo), no período da noite (tempo “livre” compartilhado) e em dias da semana (em geral na terça-feira). As entrevistas individuais, ao contrário, foram realizadas nas casas dos sujeitos entrevistados, no período da tarde (escolha convergente) e aos finais de semana.

A seleção dos participantes

O principal critério para a seleção dos sujeitos foi a *livre adesão*. Essa livre adesão se refere ao desejo de participar, não apenas de uma pesquisa, mas também do trabalho educativo mais amplo na qual se inscreve e do qual emerge²⁷. Assim, o antigo grupo de trabalho (primeiro como uma turma regular e depois como grupo de discussão informal) acabou se constituindo, também, no grupo de pesquisa. A utilização desse critério se justifica em função daquilo que foi, certamente, o principal esteio do método de abordagem utilizado (a semelhança do que descreve Bosi, 1994, na apresentação do seu trabalho): o forte vínculo

²⁷ O trabalho educativo que desenvolvíamos, desde 2003, prosseguiu mesmo com meu desligamento da rede pública estadual (em função do início do mestrado), no ano de 2005. Nossos encontros continuaram ocorrendo na escola, em dias e/ou horários alternativos aos das aulas. No ano seguinte, 2006, foi em função da pesquisa que nos (re)encontramos e, em alguma medida, demos prosseguimento ao trabalho iniciado algum tempo antes.

de amizade e confiança existente entre todos os envolvidos. Essa relação empática entre pesquisador e pesquisados, conforme destacado anteriormente, está na base daquilo que Marre (1991) chama de *investigação participativa* - modalidade de coleta (construção) de dados que inspirou as delimitações gerais da pesquisa. Os demais critérios utilizados, por sua vez, decorreram dos objetivos específicos em torno do qual foi construída a presente investigação (relacionados a dois processos-chaves: *migração* e a *reconstrução do espaço*) e das particularidades do trabalho com a memória, sucintamente apresentadas acima²⁸. Todos os participantes, nesse sentido, *deveriam necessariamente ter empreendido algum tipo de migração e viver (ou ter vivido) na região “alvo” da pesquisa* – experiências sobre as quais dariam seu *testemunho*²⁹. Além disso, no intuito de explorar a dimensão evocativa de cada uma das narrativas – o fato de estarmos rememorando e narrando em grupo – *fazia-se necessário que ao menos em parte, as experiências fossem não apenas semelhantes, mas também compartilhadas*; isto é, que os fatos narrados por um dos integrantes do grupo pudessem evocar lembranças nos demais. Outras características do grupo (não condicionadas - contingentes) contribuiriam ainda para uma melhor cobertura do campo de investigação delimitado pelos objetivos da pesquisa: diversidade de origens (dez participantes – dez localidades de origem diferentes), diversidade de tempos (deslocamentos que iniciam entre 1953 e 1984), diversidade de percursos (diretos e indiretos, com até 11 localidades intermediárias), distribuição equitativa entre os gêneros (dez participantes – cinco homens e cinco mulheres), diversidade na distribuição dentro da região “alvo”. Sob essa perspectiva, poder-se-ia evocar os critérios de *homogeneidade* e *heterogeneidade* sugeridos por Aguilar (1998) e apresentados anteriormente.

Jacques Marre (1991), quando discute a unidade social de pesquisa que pode ser considerada básica para o desenvolvimento de um método biográfico (que são os grupos sociais, conforme referido anteriormente), apresenta dois critérios para guiar a seleção do grupo a ser pesquisado: *efervescência* e *descontinuidade*. O primeiro critério se relaciona a presença e a intensidade de interações históricas e tensões sociais no interior do grupo a ser selecionado. O segundo, por sua vez, como o próprio termo utilizado para designá-lo diz, refere-se à noção de descontinuidade. Nas palavras de Marre,

²⁸ Tendo a acreditar, inclusive, que a proposição dos objetivos e as orientações metodológicas adotadas é que decorrem dos sujeitos (de suas experiências e características) e não o contrário.

²⁹ “(...) definiremos o testemunho oral como um depoimento, solicitado por profissionais (...), visando a prestar contas, a uma posteridade mediada pela técnica histórica, da ação da testemunha, tomando-se a palavra ‘ação’ num sentido muito amplo que engloba o fato, o acontecimento, o sentimento e a opinião, o comentário e a lembrança do passado”. (VOLDMAN, 2000, p.256)

O que marca a história dos grupos sociais não é a continuidade, mas a descontinuidade. Ela não existe sem rupturas grandes ou pequenas. Consequentemente, emerge a **diferenciação** entre aquilo que existia ontem e aquilo que existe depois. (MARRE, 1991, p.110)

Ainda que não possa ser considerado “efervescente”, no que pese suas formas de articulação e mobilização coletivas, o grupo constituído é, sem dúvidas, um grupo atravessado por tensões sociais (reside aí, quem sabe, o embrião de sua efervescência). Satisfaz, dessa forma, ao menos em parte, o primeiro critério proposto por Marre. De modo análogo, ainda que na trajetória do grupo (tomado como um todo) não possam ser identificadas rupturas significativas, cada uma das trajetórias individuais é marcada pela descontinuidade. Todos os integrantes do nosso grupo vivenciaram rupturas em suas vidas. Suas diferentes trajetórias se encontram num determinado momento e num determinado espaço. Antes disso, muitas vezes, pouco tinham em comum: alguns dos sujeitos viviam em áreas rurais enquanto outros cresceram em pequenos ou grandes centros urbanos. Pode-se pensar, inclusive, conforme destaca Bosi (1994) ao se referir ao trabalho de Jacques Loew, na idéia de uma comunidade de destino; a ruptura, a descontinuidade que caracteriza suas vidas tem como ponto comum, lugar para onde convergem suas distintas trajetórias, um determinado lugar no espaço-tempo.

Outros dois critérios, ainda, são apresentados pelo autor a fim de que se garanta a cobertura do campo delimitado pela pesquisa: o de **diversificação** da amostra e o de **saturação**. Conforme já referido, a diversidade característica do grupo que se constituiu garantiu, em alguma medida, a diversificação da amostra. A saturação, por sua vez, foi buscada a partir da retomada (a cada encontro e nas entrevistas individuais) de pontos e questões que me pareciam ‘chave’ para a compreensão dos processos investigados. Nesse sentido a saturação foi buscada por aprofundamento vertical e não horizontal. No que concerne ao trabalho com histórias de vida – insisto, inspiração para o desenvolvimento da presente investigação – Jacques Marre resume da seguinte forma a idéia de *saturação*:

Após cada história de vida coletada, abre-se a mesma; listam-se os fatos, estratégias, conexões importantes, nomes, etc. Tudo isso servirá de base para a próxima entrevista. A partir de um certo número de entrevistas coletadas, as posteriores não acrescentam praticamente nada ao que as outras têm expresso. (MARRE, 1991. p.113)

Dos dez integrantes do grupo que participou da pesquisa, apenas quatro – dois homens e duas mulheres – foram entrevistados individualmente. Os critérios que orientaram, agora, a seleção desse pequeno grupo foram outros. Para a seleção dos homens, utilizei como critério o

número de participações nos encontros coletivos. Esse critério aparentemente quantitativo oculta outros, de caráter qualitativo, relacionados ao interesse demonstrado pela pesquisa. Seu Paulo e seu Luiz Armando foram os únicos (entre todos os envolvidos) a participar dos nove encontros coletivos. Demonstraram, desde os primeiros contatos e ao longo de todo o processo investigativo, grande interesse e motivação. Além disso, é claro, revelaram-se ótimos informantes; suas narrativas contiveram elementos de suma importância para a elucidação e compreensão dos eventos investigados. Entre as mulheres, por sua vez, a situação foi um pouco distinta: entre as quatro que dispuseram a participar desta etapa da pesquisa, nenhuma se destacou significativamente quanto ao interesse e envolvimento – pelo menos não como entre os homens. O critério utilizado, então, foi o nível de envolvimento com dois dos seus espaços: o arroio e o “banhado”. Maria Santa é dentre todos os integrantes do nosso grupo aquela que vive mais próxima ao arroio; Maria Clair, por sua vez, ainda que atualmente more numa região mais afastada, viveu mais de dez anos no atual Bairro São José, local pejorativamente denominado, entre os moradores locais, de “banhado”. Ambas acompanharam de perto a dinâmica de ocupação dessas duas áreas verdes contíguas ao arroio (matas ciliares e campos alagados). Além disso, tiveram (ainda têm) uma relação íntima com um outro elemento formador da paisagem – o “mato” da Refap. Enquanto a mãe de Clair participou do seu plantio, Maria Santa vive já há 21 anos à sua sombra. Nesse caso, os objetivos específicos da investigação falaram mais alto.

A escolha de apenas quatro sujeitos para a realização das entrevistas individuais esteve condicionada, também, à relação entre os tempos dos quais (não) se dispunha e a quantidade de dados construídos na primeira etapa da pesquisa (aproximadamente 11 horas de gravações), isto é, à capacidade real de análise. Contudo, em função dos retornos obtidos nessas entrevistas, penso que um número maior de pessoas ou, pelo menos, uma quantidade maior de entrevistas (repetidas com os mesmos sujeitos) seja recomendável. A seguir apresento brevemente cada um dos participantes³⁰ e, em seguida, descrevo e analiso, com mais detalhes, os procedimentos adotados durante a investigação, em cada um dos seus momentos (contextos específicos).

³⁰ Na apresentação que segue e ao longo do restante do texto, foram utilizados, para a identificação dos sujeitos participantes, seus nomes verdadeiros. Fruto de uma negociação prévia, essa opção metodológica corresponde também ao desejo de visibilidade expresso por cada um deles/cada uma delas.

Os participantes

Angela (37) é natural de Porto Alegre. A capital do estado foi o primeiro pouso de seus pais desde a saída de Barreiros, interior de Santa Catarina, em 1968. Passou seus primeiros anos de vida na Vila Conceição, brincando com os irmãos (três) no pequeno pátio “cercado por compensados” da casa onde moravam. O pai, preocupado com a violência circundante, compra um terreno no município de Esteio e lá constrói uma casa para onde se mudam em 1973/1974. O contraste entre o “antes” e o “depois” nas suas lembranças é bastante significativo. Experimenta, pois, ainda criança, os “encantos” do lugar: o mato, o arroio, a liberdade de poder correr ‘solta’ por aí. Presencia também a sua transformação ao longo do tempo: da rua com apenas sete casas à constituição de uma periferia urbana onde atualmente vivem milhares de pessoas. Vive ainda hoje no mesmo local para onde vieram há 33 anos atrás. Casada, mãe de dois filhos (um casal), acaba de concluir o curso técnico em enfermagem.

Demoestenes (24) é natural de Gravataí. Apesar de jovem, circulou bastante pela região sul do país, junto dos pais e irmãos. Além da terra natal e do atual lugar de destino – Esteio – conheceu de perto o cotidiano de vida em cidades como Joinville (SC), São Francisco do Sul (SC), Alvorada e Gramado. Após essa significativa peregrinação, chega à Esteio em 1991, pela segunda vez (a cidade havia se lhe constituído já num pouso, o primeiro depois da saída de Gravataí), local onde vivia sua avó materna. Demoestenes, assim como os demais integrantes do nosso grupo que chegaram jovens à cidade, experimenta o lugar de um modo intenso, corporal. Conhece o arroio e o seu “lado de lá” através de “trilhas” abertas no mato; as mesmas que, paulatinamente, vê serem obstruídas pelo crescimento da cidade. Demoestenes, o “caçula” do nosso grupo, atualmente trabalha no setor de caldeiras da Refinaria Alberto Pasqualine e deseja prosseguir seus estudos sob a forma de uma especialização técnica.

Luiz Armando (41) é natural de Uruguaiana. Experimentou a vida na campanha, a lida com os animais e a peregrinação constante da mãe de um terreno para outro, levando sempre a casa “nas costas” (lavavam-na de caminhão). Aos 17 anos de idade, após um dia inteiro “andando” à procura de emprego, “resolve” ir para Esteio, onde morava um primo, irmão seu de criação. Em agosto de 1983 embarca no trem rumo à capital. Passa três dias na casa de uma irmã, em Porto Alegre antes de chegar, num domingo, dia dos pais, ao destino que havia escolhido. Seu

Luiz chega a Esteio para ficar: após apenas seis meses trabalhando na região, constrói uma “meia água” no terreno cedido pelo primo e traz de Uruguaiana a mãe, duas irmãs (uma grávida), dois sobrinhos e um irmão de criação. Algum tempo depois, se juntam à família outro seu irmão e sua nora. Casado e sem filhos, seu Luiz atualmente vive da produção e venda de produtos de limpeza.

Manoel (44) é natural de Mostardas. Antes de vir para esta região do estado, trabalhava junto à família na lavoura de cebolas. Chega a Novo Hamburgo, na casa de uma tia, em 1976, com 14 anos de idade e o desejo de estudar mecânica de automóveis. Dois anos depois conclui o curso de mecânica de ajustagem no SENAI e se muda para Esteio, para a casa de um outro tio. Casa-se, constitui família (três filhos) e se muda diversas vezes, sempre dentro do próprio município. Atualmente, próximo da aposentadoria, seu Manoel alimenta o sonho (conforme ele mesmo diz: “seu desejo de consumo”) de retornar à terra natal.

Maria Clair (42) é natural de Candelária. Vai para Sapucaia do Sul ainda criança, junto da mãe e das duas irmãs, acompanhando o pai que de agricultor passa a operário de uma fábrica de cimento (antigo Cimento Gaúcho). Chega à Sapucaia em 1970, com seis anos de idade. Nove anos depois, a família se muda para um terreno e uma casa próprios, adquiridos no município vizinho de Esteio (local onde o pai trabalhava). Desde os onze anos trabalhando, Maria Clair viu neste meio tempo, além da chegada de outros parentes vindos de Candelária, o nascimento de mais cinco irmãos. Também foi testemunha do rápido crescimento da cidade, dado pela construção de grandes loteamentos (Vila Olímpica, Parque Santo Inácio, Jardim Planalto) e pela “invasão” das áreas verdes junto ao arroio. Casada, mãe de três filhos, recentemente se tornou também avó (de um menino, com um ano e meio).

Maria Santa (40) é natural de Camaquã. Sai da terra natal, casada, em 1983 para morar em Sapucaia do Sul. Um ano depois, ela e o marido adquirem parte de um terreno junto à margem do arroio Sapucaia, que neste ponto do seu percurso divide os municípios de Esteio e Canoas. Construída a casa, passa a viver em Esteio. Em 1985 se muda com o marido para Guaíba, mas em função de dificuldades financeiras acaba voltando para Esteio. Dois anos mais tarde é a vez de tentar a vida em Camaquã: novamente, a exemplo do que acontecera antes, acaba retornando para a casa e para a vida próximas ao arroio. Desde então tem se mantido mais ou menos firme, ligada ao lugar. Entre o trabalho e a criação dos filhos (um casal), pôde acompanhar ao longo desse tempo, desde uma perspectiva singular, o avanço da

área urbana sobre às margens do arroio e a sua transformação. Esta outra jovem avó (duas netas, uma com dois anos e meio e a outra com um) trabalha atualmente num dos supermercados da cidade.

Márcia (35) é natural de Santa Cruz do Sul. Após a morte do pai, em 1984, vai com a mãe (costureira) e mais duas irmãs para Esteio, viver com os irmãos (dois). Casa-se três anos mais tarde, aos 16, e com 18 tem sua primeira filha. Daí em diante vive quase que exclusivamente em função da família (que aumenta com a chegada de mais uma menina e um menino). No início dos anos 2000, resolve retornar aos estudos onde, além das novas amizades, redescobre um tempo só seu. Márcia, que atualmente está freqüentando um curso técnico em administração, diz pretender seguir em frente nos seus estudos.

Oswaldo (67) é natural de Lageado, mas se criou em Bom Retiro do Sul. Em 1953, aos 13 anos de idade foge de casa e vai para Porto Alegre a procura de seus tios maternos (a mãe falecera sete meses após o seu nascimento). Vive na capital, com os tios, até os 18 anos, quando ingressa no serviço militar (serve em São Gabriel). Em 1960, após deixar as forças armadas, retorna à Bom Retiro, para junto do pai (trabalhava “embarcado” e tinha um armazém) e de duas irmãs. Nos oito anos seguintes se muda pelo menos três vezes, numa triangulação entre os municípios de Lageado, Encantado e Bom Retiro, até que, por indicação de um amigo, consegue um emprego na Companhia Siderúrgica de Sapucaia do Sul. Em Sapucaia se casa e nascem suas duas primeiras filhas. Após nove anos em Sapucaia, parte com a família rumo à Charqueadas para trabalhar na Aços Finos Piratini. Em 1979, demite-se da empresa e se muda para Estrela, onde “para terminar de criar a família” trabalha primeiro numa fábrica de cerveja e depois na obra do porto da cidade. No mesmo ano, retorna pela segunda vez à Bom Retiro, onde passa algum tempo trabalhando com o primo, num posto de gasolina (e também onde nascem seus dois outros filhos – uma menina e um menino). Finalmente, em 1983, após uma rápida passagem por Sapucaia do Sul, chega com a família em Esteio. Aposentado, avô de oito netos, no final de 2005 seu Oswaldo concluiu o Ensino Médio junto aos demais participantes dessa pesquisa.

Paulo (54) é natural de Cachoeira do Sul. Quando criança além dos estudos, ajudava o pai na roça e a mãe na venda de “quitanda”. Após o serviço militar, em 1973, vai com o irmão para o Rio de Janeiro trabalhar como “apontador” em uma obra, empreendimento de uma empresa gaúcha. Lá conhece Lúcia, empregada doméstica natural de Belém do Pará e, um ano depois,

parte com ela rumo ao norte do país. De lá, retorna sozinho à Cachoeira, para junto dos seus. Alguns meses depois recebe a visita de Lúcia: reencontro que se torna casamento e que persiste a despeito das dificuldades. Em 1974 parte junto da esposa em direção à Porto Alegre, “tentar a vida”. Quatro anos depois, após o nascimento do primeiro filho e já esperando o segundo, o casal volta à Cachoeira. Ficam por lá dois anos e, em 1980, seguem caminho até Canoas onde são acolhidos por uma família. Nessa época, seu Paulo consegue um serviço no Pólo Petroquímico de Triunfo e adquire uma casa no recém construído Loteamento Parque Santo Inácio, em Esteio. Mudam-se, definitivamente, em 1982. Atualmente trabalhando na prefeitura de Esteio (após muitos anos vivendo de “bico”), seu Paulo tem por perto, além da esposa, os filhos, a nora e a neta (dez anos). E como ele mesmo diz, o sentimento de estar “junto aos seus” é o que fortalece o vínculo com o lugar.

Rejane (36) é natural de Canoas, cidade vizinha ao município de Esteio. Sua família, entretanto, vem de Carlos Barbosa (onde a mãe trabalhava na “roça” e o pai era motorista). Aos doze anos de idade, em 1982, muda-se pela primeira vez para Esteio. Seis anos depois segue rumo à Carlos Barbosa, em função de uma possibilidade de emprego. De lá, no ano seguinte, para Venâncio Aires e, quatro anos mais tarde, de volta à Esteio. Essa segunda mudança faz já casada e com dois filhos (um menino e uma menina). Em Esteio, cidade onde nascem suas duas outras filhas, experimenta já o terceiro endereço. Ao longo dessa sua caminhada, Rejane acompanhou o crescimento da cidade desde pontos de vista distintos; o arroio, por exemplo, viu-o minguar e ser sobrecarregado com os resíduos de uma população cada vez maior e cada vez mais próxima. Disposta a permanecer na cidade a despeito de suas pequenas contradições, Rejane atualmente trabalha com comércio no município vizinho, Sapucaia do Sul.

Os encontros coletivos (grupo de rememoração)

A realização dos encontros coletivos foi, de certa forma, o momento síntese do processo de pesquisa; “ponto” de convergência das distintas perspectivas teóricas adotadas e das singulares trajetórias de vida dos seus sujeitos. Espaço de reencontro, sociabilidade, de fala e de escuta. Momento de reflexão silenciosa e verbalização reflexiva; momento de repensar a si e de revelar-se aos outros. Instância onde se encontram e atravessam passado presente e futuro; onde o que ‘foi’ ressignifica o que ‘está sendo’ e projeta o ‘ainda não’.

A história de vida de cada um – isto é, suas trajetórias e experiências - foi o eixo em torno do qual edificamos, além das entrevistas individuais, os encontros coletivos. Através delas foi possível apreender, não apenas os modos particulares através dos quais cada um dos entrevistados vivenciou a saída da terra natal e o início de uma peregrinação mais ou menos longa – até a chegada e radicação no município de Esteio -, mas também aqueles aspectos de caráter mais geral, relacionados aos diferentes grupos de pertencimento e aos códigos e valores socialmente aceitos. Estivemos, dessa forma, trabalhando com o conteúdo da memória: de uma memória individual, representada pelas reminiscências de cada participante e de uma memória coletiva, constituída (em constituição) nas relações (com o / no espaço de vida compartilhado). Além disso, o fato da narrativa ter sido construída e expressada *no grupo* (na presença de outras pessoas que não apenas o pesquisador) exigiu que considerássemos (ainda que tangencialmente) os atravessamentos entre *memória e identidade* e as influências dos contextos específicos nos quais se dá a rememoração. Por fim, a dinâmica de trabalho utilizada decorreu de uma necessária adaptação da técnica de trabalho com *grupos focais* e *grupos de discussão*, assumindo o aspecto de um *grupo de rememoração*.

A escolha do lugar

O início dos encontros presenciais foi precedido por uma etapa de preparação – consulta por telefone a cada um dos integrantes do grupo - na qual foram definidos o *local*, a data e o horário para o início dos trabalhos. A sugestão da escola como espaço de encontro foi uma unanimidade entre todos os consultados, sugerindo que, de fato, para eles e elas a pesquisa a ser empreendida representava uma continuidade do trabalho que vínhamos já desenvolvendo. Nesse sentido, a escolha do lugar foi operada mais em função das necessidades e desejos dos participantes do que em consideração às necessidades e objetivos específicos da pesquisa. De qualquer forma, uma análise do local pautada nos dois conjuntos de características (o *ambiente* e o *conteúdo simbólico*) apresentados por Aguilar (1998) quando se refere ao *espaço* de realização do trabalho com *grupos de discussão*, revela que a escolha não foi de todo equivocada.

No que tange ao primeiro grupo de características isto é, às condições ‘técnicas’ para a realização do trabalho, a escola revelou-se um local bastante adequado aos nossos objetivos: além de sua posição estratégica (de fácil acesso a todos os participantes), tivemos sempre a nossa disposição uma sala de aula suficientemente grande, bem iluminada e silenciosa. Apenas este último quesito – a sonoridade do local – talvez tenha deixado a desejar; não

quando da realização das discussões, pois nos entendíamos com perfeição, mas por ocasião do registro em áudio. Em pelo menos uma das gravações o nível dos ruídos ‘ambientais’ (principalmente aqueles produzidos durante o período do recreio) atingiu patamares que prejudicam (e por vezes inviabilizam) a compreensão de trechos da gravação. Será certamente um aspecto melhor observado por mim em trabalhos posteriores. Quanto aos conteúdos simbólicos do espaço e suas influências sobre os discursos produzidos, certamente a *escola* não foi um *lugar* “neutro”; nem mesmo na acepção a partir da qual o termo é tomado por Aguilar (1998)³¹, isto é, “neutro” em relação ao tema investigado. Contudo, em função da relação bastante ‘positiva’ dos estudantes com esse espaço (essa instituição em particular), acredito que as influências foram também favoráveis aos objetivos específicos perseguidos: por exemplo, a familiaridade com o lugar (construída em três anos de convivência) fez com que todos estivessem bastante à vontade durante os encontros. É certo, também, que em alguns momentos essa convivência pretérita – fundamentada na relação entre professor (eu)-alunos (eles e elas) – ameaçou “ressurgir”, descaracterizando o contexto no qual se dava o trabalho investigativo; nesses casos, atento aos alertas de Yves Winkin (1998)³², incumbi-me de reafirmar os novos papéis e relações que a pesquisa exigia

Um outro aspecto relevante relacionado à escolha do local diz respeito à receptividade com que a proposta de realização do trabalho foi acolhida pela equipe diretiva da escola. Desde as primeiras negociações até o término das atividades, fomos todos muito bem recebidos e tratados. Essa acolhida e receptividade, ao que pude perceber, decorreram dos vínculos e relações pré-estabelecidos com os membros da equipe diretiva (em especial dois deles); isto é, deveram-se muito mais a decisões e escolhas pessoais do que a uma política institucional. De qualquer forma, foi em função delas (ou melhor, ‘deles’ – dos membros da equipe diretiva) que o trabalho se viabilizou.

Convocatória

Uma vez definido o lugar, os melhores dias e horários, demos início ao trabalho de campo, propriamente dito. Os encontros ocorreram na sua maior parte às terças-feiras (mas às

³¹ Em função dos conteúdos simbólicos dos espaços e de suas influências sobre os discursos produzidos, “recomenda-se a utilização de lugares ‘neutros’ (...). Isto não quer dizer que se trate de espaços sem alguma marca social simbólica, mas sim que o valor dessa marca, com relação ao tema que estamos investigando, seja zero”. (AGUILAR, 1998, p.21 – tradução minha)

³² Yves Winkin, no livro *A nova comunicação: da teoria ao trabalho de campo* (1998), quando fala sobre as primeiras dificuldades inerentes ao trabalho etnográfico, destaca a sedução que os *papeis situacionais* dos lugares pesquisados podem exercer sobre os pesquisadores. De acordo com ele, durante o contato com o campo a ser investigado, por vezes, somos tentados a assumir outros papéis (dados pelas circunstâncias) que não aquele de pesquisador. (WINKIN, 1998)

segundas e quintas também), com uma periodicidade bastante variável: entre cinco e quinze dias, sendo que a maior parte deles foi intercalado por intervalos de sete dias. Além disso, entre o sexto e o sétimo encontro realizamos um ‘recesso’ de 27 dias. A preparação e articulação das reuniões respeitou a seguinte dinâmica: ao final de cada encontro marcávamos o próximo e acordávamos o tema geral a ser debatido; dois dias antes da data marcada eu ligava a todos a fim de lembrar os que estiveram presentes (averiguando possíveis desistências) e informar aos que não haviam participado sobre as combinações vigentes. Particularmente os telefonemas, revelaram-se um procedimento ao mesmo tempo decisivo e constrangedor: decisivo porque condicionou algumas presenças – imprescindíveis no contexto geral de um trabalho *em grupo*; constrangedor pelo mesmo motivo. O desconforto só não foi maior em função da ajuda que tive para o desempenho dessa tarefa. Conforme destaca Aguilár (1998), a primeira e fundamental etapa do trabalho de campo, no que concerne a grupos de discussão, é a chamada *convocatória*. Para essa tarefa, que consiste na localização e convite dos potenciais integrantes do grupo, o autor diz que devemos contar com o auxílio de um “contactador”, isto é, “de uma pessoa (...) que, por sua boa localização na rede de relações sociais, pode convocar a um elevado número de pessoas” (AGUILAR, 1998, p.30 – tradução minha). Pude contar, pois, com a ajuda de dois “contactadores”: seu Paulo e seu Luiz Armando. Sem nenhum tipo de negociação explícita, eles tomaram para si essa tarefa e a desempenharam com maestria. Foram os grandes articuladores dos encontros. Utilizando as redes sociais nas quais se inserem, mantiveram atualizados e em contato os diferentes integrantes do grupo.

A dinâmica de trabalho e o uso da filmadora

Quanto às diferentes funções identificadas e sugeridas por Cruz Neto e seus colaboradores (2002) para o desenvolvimento de *grupos focais*, devo admitir que, a despeito de suas advertências, acumulei-as todas. Não porque as considere desnecessárias ou por acreditar ser essa a melhor forma de conduzir os trabalhos; pelo contrário, acumulei-as porque não pude contar com (nem pagar por) o apoio de outras pessoas: seja na fase de levantamento inicial de informações, seja durante o trabalho com o grupo, seja durante a etapa de transcrição e análise dos dados. Também é importante salientar que o acúmulo de funções somente foi possível devido ao uso da filmadora. Esse dispositivo permitiu que aquelas funções “chave”, que não podem ser desempenhadas simultaneamente por uma mesma pessoa – como, por exemplo, as de mediador e relator -, pudessem ser exercidas por mim em

momentos distintos. Durante a realização dos encontros, além de *operador de gravação* (função esta que apenas me exigia alguns minutos antes do início formal dos trabalhos – montagem e posicionamento do equipamento de gravação) procurei desempenhar apenas o papel de *mediador* (“*prescriptor*”). Os olhares do *relator* e do *observador*, por sua vez, emergiam já durante a escrita do diário de campo (que foi realizada sempre imediatamente após cada um dos encontros) – prova de que, a despeito de assumirmos a responsabilidade por ‘esta’ ou ‘aquela’ função, nossa consciência mantém-se atenta às demais facetas do fenômeno. Essa emergência do *relator* e do *observador* se materializou no diário de campo através de notas acerca do conteúdo específico das suas narrativas e referentes à dinâmica de trabalho (com vistas ao seu aprimoramento), respectivamente. Mais tarde, essas notas (impressões iniciais) foram retomadas enquanto assistia às fitas, configurando o momento no qual pude, então, exercer de fato as funções de *relator* e *observador*.

A utilização da filmadora, ao invés de apenas um gravador de áudio, contribuiu sobremaneira também durante o trabalho de transcrição. Isso porque, apesar de não termos nos envolvido em discussões calorosas, estivemos a falar juntos em diversos momentos. E, nessas horas, o registro em vídeo permitiu não apenas distinguir os autores de determinadas falas (associar os sujeitos às palavras), mas também decifrar o que era dito em certos momentos (associando à escuta uma espécie de ‘leitura labial’). Além disso, boa parte da expressão corporal que acompanha cada um dos depoimentos pôde ser retomada e (uma pequeníssima parte) “inserida” nas transcrições. Antoinette Errante (2000), quando fala sobre os sentimentos de dor e luto entre os moçambicanos, diz que eles apareciam de modo subliminar no curso das narrativas, através de “mudanças lingüísticas, paralingüísticas e comportamentais; e na dissonância múltipla criada entre frases e entonações, cadências e gestos específicos dos narradores com os quais eles estavam se expressando” (ERRANTE, 2000, p.159). Para a autora, a dinamicidade própria dos processos através dos quais lembramos, construímos narrativas e as expressamos se perde quando centralizamos nossas análises aos seus conteúdos “transcritíveis”, uma vez que “a maior parte disso permanece na porção “não falada” das histórias orais – nos gestos e pausas, naquilo que o historiador e o narrador sabem que está sendo dito e o quanto que o narrador e o historiador sabem que o outro sabe que o outro sabe...” (ERRANTE, 2000, p.168).

Também naquilo que poderia constituir um dos seus empecilhos – a inibição e desvirtuação das narrativas em função da presença da câmera -, os ganhos advindos da utilização da filmadora se sobrepuseram às perdas. Numa primeira instância porque a inibição, se houve alguma, passou despercebida. Exceto no caso da Márcia que, durante os

primeiros encontros, solicitou que eu posicionasse o equipamento de gravação de modo a deixá-la “de fora”. Os demais, ao contrário, encontraram alguma motivação no fato de estarem sendo filmados. Isso pôde ser observado, por exemplo, nos lugares escolhidos para sentar (preferencialmente aqueles centrais – diretamente em frente à filmadora). Também o fato de se conhecerem bem, de se sentirem à vontade uns diante dos outros, acredito, tenha facilitado a desinibição diante da câmera. Um exemplo que talvez corrobore o que estou dizendo aconteceu no último de nossos encontros. Nessa ocasião, minha irmã esteve conosco fotografando a reunião. Durante o tempo em que ela esteve na sala, a inibição do grupo foi tanta que inviabilizou qualquer tipo de conversa. Não foi possível “fazer de conta que ela não estava ali”. Nesse sentido, a presença de uma pessoa estranha produziu uma interferência bastante mais significativa (perceptível) do que aquela ocasionada pela filmadora. Finalmente, numa segunda instância porque a presença da filmadora (e do gravador) conferiu aos nossos encontros um ‘tom’ distinto daqueles das aulas. Poder-se-ia inclusive falar em uma maior ou menor ‘seriedade’ da ocasião que, ao que parece, evitou a ressurgência dos antigos ‘papéis’ situacionais – alunos e professor – que nos caracterizavam enquanto grupo. Além disso, a materialização do registro (seja em fita, seja em DVD), possibilitou um tipo de “contraprestação” que eu não havia previsto³³.

O caminho percorrido

A seqüência das temáticas foi pensada de forma linear, indo das lembranças mais remotas - associadas à terra natal - até chegar às mais recentes - relacionadas ao cotidiano de vida e às projeções para o futuro. Esse desenho, no seu cruzamento com as características do grupo, cindiu o trabalho de rememoração coletiva em dois momentos: um primeiro, onde foram rememoradas experiências *comuns*, mas vivenciadas em espaços-tempos distintos, e um segundo, no qual as lembranças evocadas remetiam a uma experiência compartilhada, a um *espaço comum*. Nem todos os encontros, entretanto, compuseram essa seqüência: o primeiro encontro foi utilizado para a apresentação formal da pesquisa - seus objetivos, metodologia de trabalho, possíveis desdobramentos – e para negociações e informes diversos - melhores dias e horários para a realização da pesquisa, local (se manteríamos ou não a escola como ponto de referência), tipo de registro (somente em áudio ou em áudio e vídeo), utilidade e forma de utilização das cadernetas, etc.; no sétimo e no oitavo encontros aprofundamos questões diversas surgidas nos anteriores; e, o último foi utilizado para a

³³ Ao final do processo investigativo – dos encontros e entrevistas -, muitos dos participantes mostraram-se interessados em fazer cópias das filmagens.

realização de um ‘fechamento’ - avaliação geral dos trabalhos, assinatura dos *termos de consentimento pós-informado*³⁴ e avaliação preliminar das transcrições.

Assim, partindo do exposto acima, a seqüência geral de temas trabalhados, do segundo ao sexto encontro, foi a seguinte: a) “Conversando sobre a terra natal: a vida, o lugar e a saída”; b) “A saída da terra natal: motivações, percursos e a chegada em Esteio”; c) “A chegada em Esteio: os primeiros dias na cidade e os espaços de vida”; d) “Os espaços de vida e as mudanças na cidade”; e) “A cidade de hoje e projeções para o futuro”. O primeiro momento do trabalho de rememoração, anteriormente referido, correspondeu às temáticas “a” e “b”; o segundo momento, por sua vez, desenvolveu-se a partir da temática “c”.

Na primeira etapa do trabalho, como era de se esperar, o nível de interação entre os participantes da pesquisa foi pequeno. Cada um, a partir dos seus próprios quadros de memória, descreveu aos demais a vida e o lugar correspondentes à *terra natal*³⁵. Enquanto um dos participantes contava sua história, os demais se mantinham em silêncio e, na maior parte do tempo, atentos ao que era dito. Nessa etapa da pesquisa, as diferenças de idade entre os participantes se evidenciaram: menos pelos conteúdos dos relatos do que pelas suas formas. O ritmo de fala, o nível de detalhamento, as “emendas e fendas” tecidas e também as alinhavadas, todos juntos, compunham a forma de cada uma das narrativas. De um modo geral, a narrativa dos mais velhos se caracterizou pelo ritmo cadenciado, pelo alto nível de detalhamento e pelas idas e vindas constantes, mas bem articuladas - próprias de quem tem já alguma experiência na arte de contar histórias. A narrativa dos mais jovens, por sua vez, caracterizou-se pela objetividade, pelo ritmo constante e veloz (o que dificultou significativamente o trabalho de transcrição) e por uma relativa linearidade. Ecléa Bosi, no texto anteriormente referido, aborda essas diferenças a partir do trabalho de Maurice Halbwachs. Para o autor, as exigências da vida cotidiana, aquelas exigências práticas relacionadas ao trabalho e à família, acometem mais aos adultos do que aos idosos. Em função disso, para aqueles a rememoração acabaria se dando apenas nas horas de repouso, relaxamento, isto é, consistir-se-ia numa atividade esporádica e, em alguma medida, de fuga. O velho, ao contrário, quando lembra do passado “não está descansando, por um instante, das lides cotidianas, não está se entregando fugitivamente às delícias do sonho: ele está se ocupando consciente e atentamente do próprio passado, da substância mesma da sua vida” (BOSI, 1994, p.60). A liberação das atividades profissionais e familiares, associada à redução

³⁴ Modelo em anexo.

³⁵ A expressão “terra natal” é utilizada aqui para designar, além do local de nascimento dos entrevistados, aqueles espaços de vida nos quais experimentaram um convívio familiar (com os pais e irmãos) mais intenso e duradouro.

das perspectivas futuras (o caminho percorrido é bastante mais extenso do que aquele a percorrer), promove nos velhos o deslocamento dos interesses e das reflexões. De acordo com Bosi,

Quando a sociedade esvazia seu tempo de experiências significativas, empurrando-o para a margem, a lembrança de tempos melhores se converte num sucedâneo da vida. E a vida atual só parece significar se ela colher de outra época o alento. O vínculo com outra época, a consciência de ter suportado, compreendido muita coisa, traz para o ancião a alegria e uma ocasião de mostrar sua competência. Sua vida ganha uma finalidade se encontrar ouvidos atentos, ressonância. (BOSI, 1994, p.82)

Essa maior disponibilidade e inclinação à rememoração, contudo, somente adquirem sentido, resignificando a vida do idoso, quando encontram “ouvidos atentos”. É na relação com o outro, com aquele que escuta (ou lê), que a rememoração se faz narrativa; e é também na relação com o outro, com o mundo, que a atividade mnêmica adquire para o idoso caráter de *função social*. Nesse sentido, o espaço de escuta instituído pela pesquisa, além de revelar diferenças entre as narrativas de adultos e idosos, permitiu a estes o exercício de uma função social para a qual estão maduros: “a religiosa função de unir o começo ao fim, de tranquilizar as águas revoltas do presente alargando as suas margens” (BOSI, 1994, p.82).

Uma tendência dessa primeira etapa da pesquisa, em parte decorrente do que acabo de dizer, foi o *monopólio da palavra*. Alguns participantes, especialmente os mais velhos, estenderam seus relatos conforme a situação (a existência de “ouvidos atentos”) lhes permitiu; ou melhor, conforme eu (enquanto mediador do grupo) lhes permiti. Devo confessar que neste primeiro momento, em respeito a suas histórias, permiti-lhes estender seus relatos até o “fim”. No intuito de respeitar seus diferentes ritmos e necessidades, acabei negligenciando a dinâmica de trabalho prevista e inicialmente proposta.

Advieram disso, pelo menos duas conseqüências concretas para a investigação. A primeira delas foi que o encontro se tornou bastante cansativo, colocando em risco sua continuidade ao longo do tempo (a seqüência de encontros subseqüentes). Num trabalho coletivo onde o vínculo dos participantes com a pesquisa é informal e reversível, resultado de um desejo e não de uma obrigação, e que, além disso, pretende-se manter ao longo do tempo, a preocupação com o bem estar dos participantes (traduzido pela manutenção do interesse no trabalho desenvolvido) é justa e se faz necessária. Essa preocupação, por sua vez, implica garantir fluidez e dinamicidade às ações, evitando a todo o custo o *monopólio da palavra*; remete, pois, às atribuições do mediador do grupo e às funções desempenhadas pelo *roteiro de trabalho*. A segunda conseqüência da falta de direcionamento sobre os relatos foi que boa

parte dos pontos específicos que compunham o roteiro de trabalho deixaram de ser abordados. É certo que, por contrapartida, alguns pontos não previstos e pertinentes aos objetivos específicos da investigação emergiram em suas narrativas; contudo, considerando o acima exposto, os benefícios dessa forma de proceder junto ao grupo foram suplantados pelos prejuízos. A boa elaboração e utilização do roteiro de trabalho, nesse sentido, não apenas tornam o trabalho de pesquisa mais interessante aos participantes, pela distribuição equitativa e dinâmica das falas, como também potencializam a construção de informações pertinentes aos objetivos específicos da investigação. Em síntese, poder-se-ia dizer que, no trabalho com um *grupo de rememoração*, ainda que não se pretenda desencadear uma *discussão* ou um *debate* entre os participantes, deve-se procurar garantir que todos se expressem e gozem de tempos semelhantes para fazê-lo; isto torna o trabalho não apenas mais dinâmico e interessante – viabilizando sua continuidade (recorrência) ao longo do tempo –, mas também potencializa a ação investigativa, propriamente dita.

Por outro lado, essa forma de proceder na primeira etapa da investigação e suas conseqüências, no conjunto dos procedimentos que compuseram o presente trabalho, assumem um valor positivo. Em primeiro lugar, pelo aprendizado proporcionado. Aprendizado esse que se deu num momento ótimo para a operação de rearranjos no desenho dos encontros. Em segundo, porque a despeito de seus prejuízos imediatos para o trabalho investigativo, a opção por acolher as narrativas na sua (in)completude, “do jeito que vinham”, que *precisavam* vir, contribuiu para a consolidação de uma relação respeitosa entre nós. Uma relação baseada no respeito recíproco: o meu pelas suas histórias, por aquilo que tinham, se dispunham e precisavam contar, e o deles pelo trabalho realizado, pelas suas solicitações³⁶. E talvez nesse sentido, estive também a coletar *histórias de vida* e não apenas *depoimentos*, conforme discuti anteriormente. Enfim, em terceiro lugar, porque possibilitou ao mesmo tempo em que exigiu o *exercício da escuta*. Novamente evoco as contribuições de Ecléa Bosi. Na tentativa de responder a questão “por que decaiu a arte de contar histórias?”, a autora estabelece uma interessante distinção entre a narrativa e a informação. Segundo ela, enquanto a narração comporta a interpretação do ouvinte, a informação, “ingurgitada de explicações, não permite que o receptor tire dela alguma lição” (BOSI, 1994, p.86). Nesse sentido, a narração exige um tipo de *escuta* distinto daquele que a informação exige e ao qual estamos tão habituados. “A informação só nos interessa enquanto novidade e só tem valor no instante

³⁶ É importante salientar que a relação estabelecida esteve também baseada em *interesses* recíprocos: o meu *nas* suas histórias, naquilo que me permitiram compreender dos processos objetivados e o deles *no* trabalho desenvolvido (naquilo que ele lhes possibilitava ou poderia possibilitar – o reencontro, a troca de idéias, alguma visibilidade, etc.).

que surge. Ela se esgota no instante em que se dá e se deteriora” (BOSI, 1994, p.87). A narração, por outro lado, justamente naquilo que omite (não informa) abre espaço para a ação do ouvinte; exige deste, pois, além de *tempo*, *envolvimento*. Um tempo do qual, em geral, não dispomos e um envolvimento para o qual, *a priori*, nos indispomos. É nesse sentido que o exercício da escuta, ao mesmo tempo possibilitado e exigido nessa primeira etapa da pesquisa, assume um valor positivo: enquanto contribuição para a superação do conflito entre nossas (in)disposições iniciais e as exigências da situação.

As narrativas construídas nessa primeira etapa do processo investigativo, a despeito de suas diferenças quanto à forma, deixaram entrever também algumas outras nuances dos processos através dos quais compomos nossas reminiscências. Uma vez que estivemos percorrendo aqueles “recantos” mais longínquos da memória, alguns tipos de *esquecimentos* e, principalmente, a *memória vicária* puderam ser detectados entre o conjunto das *lembranças* narradas. E, se admitimos em cada uma delas (principalmente nas duas últimas) algum nível de *reconstrução*, essas três categorias (*lembranças*, *esquecimentos* e *memórias vicárias*) representam bem o universo constitutivo daquilo a que temos denominamos memória.

Antes de prosseguir, entretanto, faz-se necessário especificar os significados que o termo *esquecimento* assume aqui; afinal, como detectar um *esquecimento* em uma narrativa sobre acontecimentos que não presenciamos? Por *esquecimento* tenho entendido aqueles temas ou acontecimentos que, a despeito de sua importância relativa no contexto específico daquilo que é narrado, acabam não sendo mencionados. São temas e acontecimentos que *eu* esperava encontrar nos seus relatos. Nesse sentido, talvez melhor do que falar em *esquecimentos* fosse falar em *ausências*. Seja como for, esse critério – bastante arbitrário e parcial, admito – possibilitou comparações interessantes entre os seus depoimentos. Por exemplo, a maioria das narrativas sobre a migração foi construída em torno de três eixos: a *família*, os *lugares* (por onde passaram), e *as relações sociais e de trabalho* (empregos, desempregos, etc.). Num dos relatos, entretanto, o mais extenso e detalhado de todos, as referências a própria família estiveram ausentes. Toda a narrativa foi construída tendo como referenciais os *lugares* e *as relações de trabalho*. O casamento e o nascimento dos filhos, por exemplo, não foram mencionados (ainda que tenham ocorrido durante o lapso de tempo considerado).

Exemplos como este não foram raros ao longo de nossos encontros. Contudo, não me aventurei a investigar as possíveis causas dessas ausências; exceto em um caso específico (relacionado à percepção dos entrevistados sobre a refinaria), que será tratado no capítulo

seguinte. De um modo geral, contentei-me em detectá-las³⁷. De forma semelhante procedi quanto às *memórias vicárias*³⁸. Essas lembranças de outros que tornamos nossas puderam ser detectadas ao longo do processo investigativo, principalmente no seu primeiro momento, quando estivemos envolvidos com aquelas lembranças mais remotas. Um exemplo claro de como as fronteiras entre aquilo que é próprio e o que é alheio podem se tornar confusas, permitindo o intercâmbio e a apropriação ‘devida’, pode ser observado no seguinte relato:

E eu fui me criando lá... os outros morreram, mas eu fiquei. Mas se vocês observarem vão ver feridas que eu tenho na cabeça [mostra a cabeça], de piolhos, essas coisas... mal cuidado, entendeu? O meu pai viu que ia perder os filhos tudo e resolveu ir atrás da mãe dele. Encontrou minha avó, tava lá nos campos de São Jerônimo. Ela era escrava lá. Então, encontrou ela... Bah! Chorou e pegou lá... pro senhor dela. A mulher do senhor esse, era muito humanística... disse: “bah, deixa ela ir”. Ai minha avó agarrou e vendeu lá os porquinhos que ela tinha, que criava lá, a vaquinha, mais isso, mais aquilo... Vendeu próprio senhor lá. Era honestidade, mas era escrava, né? [risos] Eu me lembro... Veio a véia, minha avó, chegou... Aí, baaahhh! Chegou lá em casa... ela era bugra, né? Chegou lá em casa, coisa e tal - morávamos em uma casa boa, de material -, e ela disse: “Não! Aqui eu não moro!” Assim me contaram, né?(...) (seu Osvaldo, narrando seus primeiros anos de vida)

Nesse relato, seu Osvaldo narra, com riqueza de detalhes alguns acontecimentos que, em função da sua pouca idade (menos de um ano), não poderia ter presenciado (ou, pelo menos, se recordado). De um modo geral, as *memórias vicárias* são lembranças de narrativas; coisas que ouvimos contar e que passam a integrar o conteúdo de nossas recordações. A memória individual, nesse sentido, pode abarcar vicariamente um período de tempo superior ao da existência daquele que recorda.

Em determinado bosque que conheço, meu avô se perdeu. Contaram-me isso, não o esqueci. Foi num outrora em que eu não vivia. Minhas lembranças mais antigas têm cem anos ou pouco mais. (BACHELARD, 1993, p.194)

Um último aspecto, ou nuance, relacionado a essa primeira etapa da pesquisa e ao trabalho coletivo de rememoração, diz respeito às *lembranças de sofrimentos*. A dinâmica dos processos através dos quais compomos nossas reminiscências, da mesma forma que viabiliza

³⁷ É importante salientar que, além de detectá-las (e até mesmo *para* detectá-las), optei por *tratá-las* enquanto ausências; pelo menos num primeiro momento. Dessa forma, quando identificava algum desses “esquecimentos” apenas tomava nota e não questionava os entrevistados a respeito. Nesse sentido, a não referência a determinados assuntos é tão ou mais significativa do que aquilo que eles possam dizer sobre estes mesmos assuntos quando solicitados.

³⁸ “Memórias vicárias (...) acontecem quando as memórias de outros se tornam parte da realidade para aqueles que ouvem as memórias mas não tinham experimentado os eventos aos quais as memórias se referem (...)”. (Teski & Climo, 1995, p.9 *apud* Errante, 2000, p.165)

(ou torna inviável) o acesso a determinados conteúdos, lembranças que buscamos, pode levar-nos ao encontro daquelas recordações indesejadas. E, nessas situações, a relativa autonomia do processo de rememoração, aquela parcela dele que nos escapa e ao mesmo tempo nos captura, pode tornar-se ameaçadora. São lembranças que não encontram acolhida, tanto em nós quanto nos outros, naqueles que (não) nos escutam. Jeanne Marie Gagnebin (2001), num texto intitulado *Memória, história, testemunho*, fala-nos sobre a ausência de um espaço, fora do círculo *fixação* (doentia no passado) e *identificação* (por indivíduos), onde esse tipo de lembranças possa encontrar ouvintes e produzir ressonâncias, repercussões. Uma das integrantes do nosso grupo, no último encontro, deu o seguinte depoimento:

Eu, na segunda reunião, até eu não fiz questão de participar porque - lembra? - tu propôs... Porque realmente... mexeu bem onde, às vezes... tem coisas que é melhor ficar lá, bem do jeitinho que elas estavam, né? Então (...) eu particularmente, assim... eu não fiquei bem. Daí eu decidi não vir naquela reunião. Então, foi uma coisa boa mas ao mesmo tempo... Foi muito bom, todo esse período, apesar de eu não participar de todas [refere-se às reuniões], mas, só o fato de se reunir, saber que a gente vai sair de casa para ver de novo o pessoal, é muito bom, né? Mas aquela primeira parte, assim, foi... não, não me fez bem aquilo, o que eu tive que pensar, o que eu tive que lembrar. Mesmo que eu não quisesse, eu tive que lembrar (...).

A dinamicidade do processo de rememoração, assim como sua relativa autonomia, podem ser percebidas na sua fala. As lembranças buscadas trouxeram consigo outras, num fluxo que já não pôde ser contido. Lembranças indesejadas que não servem para compor as reminiscências, isto é, aqueles passados importantes com os quais possamos conviver. Além disso, ao que parece, essas recordações não seriam bem aceitas pelo grupo. Para essa participante, os encontros coletivos não se constituíram num espaço de acolhida, no sentido pleno da palavra. Os vínculos de amizade pré-estabelecidos não foram suficientes para criar aquele espaço de escuta sobre o qual nos fala Jeanne Marie; ou, pelo contrário, justamente por causa desses vínculos e das identidades construídas neles é que as lembranças dolorosas do passado não encontraram meios de expressão. Existem coisas sobre as quais é mais fácil falar perante a um grupo de desconhecidos. De acordo com Alistair Thomson, “o processo aparentemente pessoal de compor reminiscências seguras é, na verdade, um processo inteiramente público” (THOMSON, 1997, p.58). Nesse sentido, assim como buscamos afirmar nossas identidades no interior dos grupos aos quais pertencemos, buscamos também a afirmação de nossas reminiscências (THOMSON, 1997). Aquilo que talvez não seja aceito pelo grupo ou que coloque em xeque nossa identidade pessoal construída nessas relações, acaba por não encontrar meios de expressão (acolhida).

A busca por *reconhecimento*³⁹, dessa forma, pode levar-nos a omitir em nossas narrativas aquelas experiências dolorosas. Por outro lado, no processo de afirmação pública de nossas identidades e reminiscências, essas mesmas experiências podem acabar encontrando vias de expressão. Isso porque a dor nem sempre se enquadra na categoria das experiências socialmente não aceitas. Um passado de sofrimento pode resignificar o presente; pode valorizá-lo. Desde um presente vitorioso (estável, confortável), as vivências passadas – inclusive as dolorosas – assumem outra “coloração”. A experiência da dor nesse sentido, ainda que tenha deixado marcas profundas e indeléveis, é uma experiência *superada*. O *locus* de sua existência é o passado e não o presente. Foi desde essa perspectiva que a dor emergiu nas narrativas dos demais participantes. A distância da família, o desemprego, a falta de moradia, enfim, as dificuldades e os medos enfrentados ao longo de suas jornadas tornaram mais valorosos seus esforços e suas conquistas; ou melhor, suas conquistas, em alguma medida, representam a superação desse passado difícil e de sofrimento. É interessante perceber que, nesses casos, a superação, ao invés de relegar a experiência ao esquecimento, é justamente o que viabiliza sua lembrança e sua exposição pública. A identidade atual é afirmada em função das reminiscências (do modo como o passado é reinterpretado à luz do presente) na mesma medida em que as reminiscências são afirmadas em função da identidade atual.

O potencial do trabalho de rememoração realizado em grupo (*grupos de rememoração*), entretanto, pôde ser melhor explorado no segundo momento da pesquisa. Isso porque as experiências sobre as quais nos debruçamos nessa etapa do processo investigativo remetiam a um mesmo *espaço de vida*, a um *destino compartilhado*. Os atravessamentos entre as lembranças dos participantes se tornaram mais numerosos e freqüentes, dinamizando significativamente nossas reuniões. Além disso, os efeitos de uma memória coletiva sobre as memórias individuais, assim como o inverso (a constituição de uma memória coletiva a partir das reminiscências individuais), puderam, em alguma medida, ser percebidos. O contexto específico no qual a rememoração se deu, de um modo geral, levou as lembranças particulares mais ao encontro do que ao confronto; na sua maior parte, elas se complementaram por justaposição – o que faltava num relato era complementado pelos demais - ou então

³⁹ “‘Reconhecimento’ é um termo apropriado para descrever o processo de afirmação pública de identidades e reminiscências. O reconhecimento é essencial para a sobrevivência social e emocional; a alienação e a exclusão como alternativa podem ser algo psicologicamente devastador.” (THOMSON, 1997, p.58)

coincidiram (reafirmaram-se). Talvez a amizade e o respeito recíproco tenham inibido a emergência das contradições; ou talvez, quem sabe, a convergência dos seus relatos corresponda à expressão daquela “voz coletiva” de que nos fala Errante (2000) quando caracteriza a narrativa que é construída durante eventos de rememoração coletivos. Seja como for, o fato é que estivemos a montar um grande mosaico⁴⁰ a partir de suas reminiscências individuais e, na maior parte do tempo, as “peças” se justapuseram permitindo a construção de imagens mais ou menos nítidas. É certo também que o “rejunte” desse mosaico, sob minha responsabilidade, foi moldado em função daqueles objetivos inicialmente delineados; ou seja, ao mesmo tempo em que permitiu a construção de um arranjo (tornando visível), impediu a reorganização das “peças” e a elaboração de outras combinações (tornando invisível, opaco).

E foi a presença de um *espaço comum*, mais do que a experiência de um *tempo compartilhado*, quem permitiu mais facilmente o estabelecimento de relações entre suas histórias. Isto porque, seus depoimentos vinham sempre acompanhados de referências espaciais: verbais - “lá”, “aqui”, “ali embaixo”, “depois da casa do fulano”, “pra trás do arroio” – e gesticulares (apontavam as direções e reproduziam com as mãos os “caminhos”, os “contornos”, os “formatos” de suas histórias). As referências a datas, anos, períodos foram escassas e, na maior parte dos casos, emergiram em função de solicitações minhas. Além disso, as poucas que foram feitas caracterizaram-se pela imprecisão, conforme pode ser observado nos seguintes exemplos: “... eu já tina estado em Esteio antes, quando eu era mais jovenzinho, assim, com **uns 13/14 anos...**”, “...eu tinha **uns quatro pra cinco anos...**”, “... aí, no outro dia... é, **uns dois/três dias depois...**”. Ao que parece, conforme aponta Bachelard (1993), “o calendário de nossa vida só pode ser estabelecido em seu processo produtor de imagens” (BACHELARD, 1993, p.28). É aos *espaços* que retornamos em nossos sonhos, devaneios e recordações; experimentamo-los de forma mais “vívica”, mais pungente, do que as “durações abolidas”. Nossas lembranças são imagens que recriam os lugares, os espaços de nossas vidas, permitindo que nos situemos com mais precisão em relação a eles do que ao tempo. Uma peculiar forma de registro, assim caracterizada pelo autor:

A memória – que coisa estranha! – não registra a duração concreta, a duração no sentido bergsoniano. Não podemos reviver as durações abolidas. Só podemos pensá-las, pensá-las na linha de um tempo abstrato privado de qualquer espessura. É pelo espaço, é no espaço, que encontramos os belos fósseis de duração concretizados por longas permanências. (BACHELARD, 1993, p.29)

⁴⁰ Metáfora utilizada pela professora Maria Stephanou durante aula do seminário *Narrativas de memórias, história oral e escrituras ordinárias na história da educação* (primeiro semestre de 2006 – PPGEDU/ FACED – UFRGS).

Em função disso, a reconstrução do espaço através de suas histórias foi uma tarefa mais fácil do que a reconstrução do tempo, isto é, o estabelecimento de uma cronologia que permitisse inter-relacionar os eventos descritos (o que, acredito, não tenha prejudicado a compreensão dos processos em foco). Além do mais, uma vez que o objetivo do trabalho com a memória não foi “resgatar” um passado estático e, portanto, recuperável - mas ao contrário, trabalhar com as reinterpretações sobre o vivido -, as implicações dessa dificuldade acabaram minimizadas.

Os encontros coletivos, conforme dito no início desta seção, foram o momento *síntese* do processo de pesquisa. Neles, entre idas e vindas, lembranças e esquecimentos, estivemos a exercitar a escuta, a *obediência* ao outro. Além disso, em função das diferenças nas formas e nos conteúdos de seus relatos, estivemos também a ampliar nossos repertórios e horizontes de conhecimento: conhecimento do mundo, conhecimento da região, conhecimento uns dos outros. Estivemos, de fato (e hoje isso se torna ainda mais evidente para mim), compartilhando vicariamente nossas lembranças, nossas histórias, constituindo uma memória coletiva a partir do entrelaçamento das muitas memórias individuais e resignificando nossas identidades.

As entrevistas individuais (visitas domiciliares)

Carlos Rodrigues Brandão, num artigo intitulado *Escrito com o olho – anotações de um itinerário sobre imagens e fotos entre palavras e idéias*⁴¹, diz o seguinte: “em antropologia, de onde quer que se parta, sempre em algum momento se deve chegar ao rosto” (BRANDÃO, 2005, p.166). O rosto, nesse sentido, representa aquilo que de mais particular há naqueles com os quais interagimos durante a realização de uma pesquisa; remete a uma aproximação substancial, a um ‘olho no olho’, a uma troca que revela tanto quanto expõe. É o signo do vínculo e da proximidade, possibilitados e, talvez, exigidos pela pesquisa. Para chegar ao rosto, necessariamente, precisamos oferecer o nosso em troca.

De forma análoga, a *casa* pode ser utilizada como signo de uma *intimidade*; representa aquilo que há de mais ‘reservado’, particular e específico em cada um dos sujeitos com os quais interagimos ao mesmo tempo em que, para ser conhecida, exige o estabelecimento de um vínculo, uma aproximação substancial que revela ao mesmo tempo em que expõe. Assim,

⁴¹ In: MARTINS, J. S.; ECKERT, C.; NOVAES, S. C. (orgs). *O imaginário e o poético nas Ciências Sociais*. Bauru: Edusc, 2005. (Coleção Ciências Sociais)

parafrazeando Brandão poderíamos dizer que “em antropologia, de onde quer que se parta, sempre em algum momento se deve chegar” a *casa*.

A casa, este “nosso canto do mundo”⁴², este ponto de vista através do qual apreendemo-lo e dele nos refugiamos, pode ser considerada também uma extensão de nós mesmos; uma extensão daquele que o habita. E, na condição de extensão, se não fala *por nós*, ao menos fala *conosco*. Ao longo dessa segunda etapa da investigação empírica, os sujeitos entrevistados falaram no interior de suas casas, isto é, no interior de um contexto narrativo mais amplo que também fala por si. Do encontro entre a narrativa individual e seu contexto material, representado pela casa, pois, emerge uma narrativa mais densa, mais profunda. Poder-se-ia dizer, nesse sentido, que o sujeito que narra se expande no interior da sua casa. Num primeiro nível porque nela, mais do que em qualquer outro lugar, sente-se à vontade; mais “dono” da situação do que dominado por ela. Sente-se livre para dizer determinadas coisas que não diria em outros lugares, na presença de outras pessoas. Num segundo nível, expande-se através da própria materialidade que é a casa: sua configuração, seus móveis e objetos. Em cada um dos seus cantos, a casa, tem uma história para contar: revela um pouco daqueles seus habitantes que, assim, passam a existir e a “falar” também através dela. Uma *intimidade* que *expande e complexifica* o campo de investigação.

Ao longo das entrevistas individuais, por exemplo, tive acesso a todo um repertório de documentos - desde os quadros nas paredes até os álbuns de fotografias guardados nos armários - complementares a suas narrativas. Um repertório *intimo* e, por isso, restrito. Digo isso porque ao longo dos encontros coletivos, apesar de minha insistência, apenas o seu Luiz trouxe fotos para compartilhar com os colegas. Ao que parece, e isso me ficou mais claro após as entrevistas individuais, os demais participantes não se sentiram seguros em compartilhar também *essas* imagens do seu passado. A narrativa, diferente da fotografia, lhes assegurava o domínio sobre as imagens do próprio passado; um domínio que, conforme nos fala Thomson (1997), expressa a necessidade de “ajustar” o passado às identidades atuais. Uma coisa é falar sobre um passado mais ou menos distante, sobre um modo de vida superado; outra coisa é mostrar uma fotografia daquele tempo.

O campo de investigação foi estendido e complexificado também em função da participação de outras pessoas, especificamente familiares, que estavam presentes nas casas nos dias das entrevistas. Assim, por exemplo, quando entrevistei seu Luiz, acabei coletando depoimentos também de sua mãe; a conversa com Maria Santa foi também uma conversa com o seu marido; e, na casa de seu Paulo, quem de fato prestou o depoimento foi sua esposa.

⁴² “Porque a casa é o nosso canto do mundo. Ela é, como se diz amiúde, o nosso primeiro universo. É um verdadeiro cosmos. Um cosmos em toda a acepção do termo.” (BACHELARD, 1993, p.24)

Somente na entrevista de Maria Clair isso não ocorreu, apesar da presença atenta e curiosa de seu filho mais novo (sete anos). É interessante perceber que, nesse sentido, a fala construída foi outra vez uma fala *em debate*, ou melhor, uma fala construída na presença de outros (ainda que num contexto distinto).

No que concerne às informações construídas, entretanto, essa ampliação do campo de investigação não implicou a emergência de elementos novos, diferentes. Dito em outras palavras, à ampliação do campo de investigação dada pelo acesso a documentos restritos e pela participação de alguns familiares, não correspondeu uma ampliação (resignificação) do conjunto de informações anteriormente construídas (ao longo dos encontros coletivos). De um modo geral, as histórias e os relatos se repetiram, ou pelo menos se sobrepuseram concordantemente. Algumas hipóteses poderiam ser levantadas a fim de explicar esse acontecimento. Uma primeira seria admitir que, neste ponto do processo investigativo, alguma *suficiência amostral* tivesse sido atingida. A repetição ou sobreposição dos relatos, nesse sentido, representaria aquilo a que Marre se refere como *saturação*. Uma outra interpretação possível seria admitir que os sujeitos entrevistados tivessem compreendido esta segunda etapa da investigação não como um aprofundamento da primeira, mas uma busca por confirmação. Dessa forma, para além da intenção de contribuir com a pesquisa contando suas histórias ou falando sobre aquilo que lhes era proposto, os entrevistados estiveram ativamente preocupados em reafirmar o que havia sido dito; isto é, apresentarem-se coerentes. O uso recorrente de expressões como “*que nem eu falei antes*”, “*conforme eu já havia dito*”, demonstram, além da sobreposição (repetição) dos assuntos tratados, também que eles e elas recorriam constantemente aos seus próprios depoimentos. Uma terceira hipótese, por suas vez, seria admitir que os diferentes contextos nos quais se deram a produção dos discursos não se apresentaram, para os sujeitos entrevistados, tão distintos assim. Em outras palavras, seria admitir que o contexto no qual se deu a primeira etapa da pesquisa (o trabalho em grupo) se constituiu para os participantes, de fato, num ambiente algo *familiar*. Bom, seja lá como for, o fato é que foram pequenas as diferenças entre os conteúdos das narrativas construídas na escola, na presença do grupo, e aquelas construídas em suas casas, na presença de alguns outros familiares. Assim, minha hipótese inicial de que os dois momentos da pesquisa constituir-se-iam em campos de investigação distintos (mas complementares), ainda que não possa ser refutada, não pôde ser confirmada.

As entrevistas individuais, em função do que acaba de ser dito, tiveram talvez uma repercussão maior em mim do que no próprio trabalho, ao menos no que se refere aos dados

construídos. Nesse sentido, se os encontros coletivos foram o momento *síntese* do processo investigativo, as entrevistas individuais foram para mim o seu momento *chave*. Foi ao longo das conversas que tive com estes quatro integrantes do nosso grupo que acabei me dando conta de várias coisas; não pelo conteúdo daquilo que era dito, mas pelo contexto no qual se “encaixavam” agora suas narrativas. Também as andanças que tive de fazer para chegar às suas casas, proporcionaram-me raros momentos de reflexão *dinâmica*, isto é, movimentando-me pelo lugar (o lugar do qual me ocupava e sobre o qual tanto falávamos). Em função delas, pois, estive circulando por regiões desconhecidas, não habituais; estive experimentando o lugar desde os pontos de vista (espaços de vida) dos *sujeitos* da presente pesquisa. Posso afirmar que essas entrevistas individuais, apenas quatro num universo de nove encontros coletivos e dez participantes, (re)significaram minhas escutas anteriores, meu “conhecimento” desses sujeitos, ratificando algumas impressões e retificando outras. Acima de tudo, consolidaram os laços de amizade pré-estabelecidos, reafirmando meus compromissos para com eles e elas e minha responsabilidade sobre os desdobramentos possíveis da presente investigação. Indiretamente, portanto, exigira-me muito mais cuidado e seriedade no tratamento de suas declarações.

Em alguma medida, o seguinte excerto do meu diário de campo, escrito logo após a última entrevista individual, expressa o valor que elas assumem no conjunto da obra que foi (tem sido) a realização da presente pesquisa:

“Ao término desta última etapa do trabalho empírico, a despeito de todas as provações vindouras, sinto-me feliz em saber que conquistei ótimos amigos. O que quer que possa acontecer daqui para diante, as pequenas conquistas e os inestimáveis aprendizados que tive ao longo desses encontros não serão apagados. E isso, em alguma medida, tranqüiliza-me. Se o trabalho acabar não expressando tudo aquilo que, de fato, foi experimentado, trocado, vivenciado (e certamente não poderá fazê-lo), os caminhos percorridos já terão me bastado. Caminhos que me levaram ao encontro de um mundo novo. Sinto hoje que conheço aquele espaço da cidade melhor do este no qual me encontro e no qual cresci. E nesse sentido, se comigo aconteceu dessa forma, sou levado a acreditar (e no fundo esta foi uma das minhas apostas) que o mesmo tenha ocorrido com cada um dos participantes. Acredito que o espaço de vida, ou melhor, seus espaços de vida tenham se complexificado e estendido a partir das trocas que tivemos. Reside aí o valor da pesquisa e também a sua dimensão educativa. Sim, acredito que estivemos nos educando reciprocamente e ampliando nossas compreensões sobre o meio, uns sobre os outros. Enfim, é muito bom

poder sair de casa num sábado à tarde, atravessar a cidade de bicicleta e ser recebido com alegria e satisfação em suas casas; e, entre um chimarrão e outro, conversar sobre a vida, sobre as histórias do lugar ou sobre o que andou acontecendo há dois dias atrás” (Cassiano – diário de campo).

5. MIGRAÇÃO E RECONSTRUÇÃO DO ESPAÇO

Levai-me, caminhos!...
(Marceline Desbordes-Valmore⁴³)

Toda a pessoa (...) deveria falar de suas estradas, de suas encruzilhadas, de seus bancos. Toda a pessoa deveria fazer o cadastro de seus campos perdidos.
(Gaston Bachelard⁴⁴)

(...) o homem, ele não vive sozinho... então, ele não pode ficar e ele não fica dentro de casa trancado. Ela sai para contatar com os amigos, renovar as amizades, conquistar novas amizades... revisar os caminhos já percorridos e abrir espaço em outros caminhos, em outras 'picadas', para novas descobertas...
(Seu Osvaldo)

Nem só de esperança é feita a vida daqueles que se permitem errar, perder-se, por caminhos novos. Ela também é feita de medos, de angústias, de desafios e de pequenos e grandes eventos de superação; ela é feita de sonhos e lembranças, desejos e saudades. Vida que se faz no atravessamento entre passado, presente e futuro; que se projeta para o vazio daquilo que ainda está por vir e o preenche com a substância mesma da qual é feita. Vida que se faz no caminho e que se faz caminho; que liga espaços de vida, aproxima e distancia sem jamais perder de vista. Vida que se faz história e histórias que se fazem vida.

“*Errar é humano*”. Esse velho dito popular é utilizado com frequência para mitigar a sensação de culpa – nossa ou alheia – experimentada diante de um erro, de uma escolha não acertada. Sugere, pois, o “erro” como consequência até certo ponto inevitável (e por isso aceitável) da ação humana; sugere-o como característica *própria* do *ser humano*. É certo que essa característica não pode ser utilizada para diferenciá-lo dos demais seres, uma vez que estes se encontram também sujeitos ao erro. De qualquer forma, dada a dinamicidade dos contextos sócio-culturais e a particularidade dos significados assumidos pelo *erro* no interior

⁴³ Apud BACHELARD, G. *A poética do espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 1993 (Coleção Tópicos). p.30.

⁴⁴ BACHELARD, G. *A poética do espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 1993 (Coleção Tópicos). p.31.

deles, não deixa de ser uma boa aproximação. Nesse sentido, o erro aparece como uma característica *própria* do ser humano não porque *exclusiva*, mas porque experimentada de modo *particular*.

Outra interpretação possível para o ditado acima, decorre da dupla conotação que assume o verbo “errar”. Ao mesmo tempo em que remete ao *equivoco*, ao *erro*, “errar” evoca a noção de *movimento*. “Errar é humano”, sob essa perspectiva, sugere o *movimento* como condição mesma de nossa existência; sugere-o enquanto característica *própria* do *ser humano*. E, a semelhança do que acontece com o *erro*, o ‘*estar em trânsito*’ não pode ser considerada uma *característica distintiva* do *ser humano*; sua *propriedade* advém não do fato de ser *exclusiva*, mas em função do modo *particular* através do qual é experimentada.

Uma terceira interpretação, enfim, emerge a partir da conjugação das anteriores. Ela remete à *experiência do errante*: este ser *em trânsito*, que se permite perder, errar, vagar por aí. Experiência que se constrói ao longo de um caminho, um caminho de vida, a na qual o *erro* deixa de ser apenas uma inevitável consequência da ação humana, para se tornar sua condição de possibilidade. É apenas quando abdicam a algumas de suas pequenas certezas, “quando se esvaziam das respostas que lhes dão a ilusão de segurança”⁴⁵, quando se abrem ao devir, somente então, é que homens e mulheres se tornam *errantes*: iniciam suas jornadas – mais ou menos longas, sempre significativas - tendo como horizonte aquilo que *ainda não é*.

Em alguma medida, é sobre essa experiência que trata o presente capítulo. Primeiramente serão apresentadas algumas considerações acerca da migração: uma proposta de definição, algumas características e significados assumidos no contexto de realização da pesquisa. Em seguida, passa-se ao tratamento das relações estabelecidas com o espaço, numa tentativa de caracterizar o processo através do qual se dá a sua contínua (re)construção.

MIGRAÇÃO

As idéias apresentadas acima ressaltam o fato de que a *experiência do errante* não se reduz a sua movimentação pelo mundo, ou melhor, de que o movimento não abarca a complexidade que é a experiência do errante. De modo análogo, podemos pensar o processo de migração. A *experiência do migrante* não se reduz ao um deslocamento entre lugares; pelo contrário, ela o ultrapassa em ambas as extremidades (o antecipa e o sucede). O conceito de migração, sob essa perspectiva, tem sua significação ampliada, ou talvez, ainda melhor,

⁴⁵ Conforme expressão utilizada por Nancy Mangabeira Unger, no livro *Da foz à nascente: o recado do rio*. São Paulo, Cortez; Campinas: Editora da Unicamp, 2001 p.154.

deslocada: é a partir da *experiência do migrante* que o deslocamento físico entre lugares será considerado e não o contrário. É nesse sentido que Alistair Thomson (2002), num artigo que revê a contribuição dada pela história oral aos estudos da migração⁴⁶, diz enxergar “a passagem física da migração de um lugar para outro como apenas um evento em uma experiência migratória que abarca velhos e novos mundos e que continua por toda a vida do migrante e pelas gerações subseqüentes” (THOMSON, 2002, p.341/342). A referência que Thomson faz a *velhos e novos mundos* dá bem a entender a amplificação sofrida pelo conceito: o lugar de origem e o lugar de destino, mais do que meros pontos geográficos, correspondem para o migrante à *mundos* distintos. Uma diferença e amplitude que somente se manifestam para o migrante e, em função disso, exigem o seu olhar (um olhar autóctone) para poderem ser apreendidas. Também a referência feita ao fato da migração “prosseguir por toda a vida do migrante e pelas gerações subseqüentes” ressalta sua natureza processual e sua existência para além do evento físico que é o deslocamento.

Para fins de análise, entretanto, procurei distinguir a *migração enquanto processo (evento)* da *migração enquanto experiência*. Por *evento* tenho entendido a dinâmica própria através da qual se dá o deslocamento de grupos e/ou indivíduos de um lugar para outro. Essa dinâmica, que assume configurações variadas de acordo com os contextos nos quais ocorre, procurou ser caracterizada a partir dos seguintes pontos: ‘*natureza*’ do lugar de origem, *motivações, condições de possibilidade, itinerários* e ‘*natureza*’ do lugar de destino. A *migração enquanto experiência*, por sua vez, diz respeito aos modos através dos quais o *processo da migração* é vivenciado pelos seus sujeitos. Corresponde, nesse sentido, ao olhar do migrante sobre sua própria experiência; corresponde a uma *reinterpretação do vivido*. Especificamente no que se refere à *experiência do migrante*, interessou-me compreender suas relações com o espaço (físico e simbólico), isto é, os modos através dos quais esse espaço é resignificado, principalmente em função: a) do deslocamento de um lugar para outro e b) da passagem do tempo (no lugar de destino).

É importante ressaltar também que o trabalho teve como base diferentes *eventos* migratórios. O ponto comum entre os participantes, dessa forma, foi a *experiência* da migração num sentido *lato*; isto é, a experiência daquele que opta ou é forçado a deixar sua terra natal, seu espaço de vida conhecido e partir para outro lugar, reconstruí-lo. Os pontos de partida, os itinerários, as motivações específicas, são os elementos particulares, distintos, que compõem essa experiência comum. Em alguma medida, o esforço realizado correspondeu a uma tentativa de caracterizar essa suposta *experiência comum* a partir de *experiências*

⁴⁶ THOMSON, A. Histórias (co)movedoras: História Oral e estudos de migração. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.22, n°44, pp. 341-364, 2002.

particulares vivenciadas em tempo-espacos distintos. Uma situaçao diferente daquela observada em diversos outros trabalhos sobre a migraçao, nos quais os eventos considerados, no seu conjunto, constituem como que um mesmo *grande evento migratório*. Como exemplos poderiam ser citados alguns dos trabalhos analisados por Thomson (2002)⁴⁷ e o trabalho de Maria Cecília Braun (1999)⁴⁸ sobre as representaçoes de ambiente em comunidades de imigrantes alemães. Neles, além da relativa homogeneidade do quadro no interior do qual se dão os deslocamentos, há, nos lugares de destino, a *experiência coletiva* de reconstrução de referenciais e manutenção dos traços culturais. No trabalho sobre a imigração alemã, por exemplo, a autora descreve como os traços culturais - a língua, a religião, etc. - constituíram, aos recém chegados, eixos em torno dos quais reconstruíram suas identidades⁴⁹.

Por fim, um outro ponto merecedor de destaque, refere-se à orientação metodológica adotada. Conforme descrito no capítulo anterior, o trabalho foi construído a partir das reminiscências de homens e mulheres, narradas em encontros coletivos e individuais. Essa soluçao metodológica procurou ressaltar justamente aqueles aspectos - relacionados à *experiência do migrante* - tradicionalmente relegados a um segundo plano pelos estudos sobre a migração que se desenvolvem desde uma perspectiva demográfica e/ou econômica. De um modo geral, esses estudos tendem a enfatizar o *processo da migração*, aventando suas principais motivações, desenhos e itinerários, em detrimento da *experiência* daqueles e daquelas migrantes. É interessante perceber que, ao enfatizar a *experiência do migrante*, isto é, ao tomá-la como ponto de partida, o *processo da migração* se torna também apreensível (é claro, numa escala que não permite generalizações), o que parece não acontecer quando se opera no sentido inverso (justamente o que fazem as referidas análises). De qualquer forma, uma vez se tratam de olhares distintos sobre um mesmo fenômeno, as diferentes perspectivas têm sempre contribuições a oferecer uma à outra.

⁴⁷ Principalmente, em função de suas características: os estudos sobre a migração de judeus etíopes para Israel, realizados por Gadi Bem-Ezer (1994), o trabalho de Mary Chamberlain (1996) sobre os emigrantes barbadianos que se deslocam à Grã-Bretanha e o trabalho de Merfy Jones (1981) sobre o fluxo migratório do País de Gales para as cidades do noroeste da Inglaterra. (THOMSON, 2002)

⁴⁸ BRAUN, M. C. Do vale das matas nativas ao vale do progresso: um estudo sobre as representaçoes de ambiente em comunidades de imigrantes alemães. Porto Alegre: UFRGS, 1999. Dissertaçao (Mestrado em Educaçao) - Programa de Pós-Graduaçao em Educaçao, Faculdade de Educaçao, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

⁴⁹ "Não mais voltar significava, para eles/as, assumir uma identidade teuto-brasileira, isto é: sem negar as raízes teuto (a língua, as tradiçoes as culturas...) tinham que construir, a partir da ocupaçao das terras brasileiras, outras identidades (...)". (BRAUN, 1999, p.53)

O processo da migração: contextualização

Os diferentes eventos migratórios considerados neste trabalho podem ser inscritos num conjunto mais amplo de movimentações internas⁵⁰ ocorridas na região sul⁵¹ do país e que se intensificam a partir da década de 70 (LISBOA, 1982). O “quadro” delineado por essas movimentações é predominantemente um quadro de êxodo rural, isto é, caracterizado pelo fluxo unidirecional ligando o meio rural ao meio urbano.

Os números dessa movimentação são reveladores. De acordo com Lisboa, “a população regional domiciliada no meio rural passou de 9,19 milhões em 1970 para 7,15 milhões em 1980, representando um decréscimo absoluto de aproximadamente 2,0 milhões de pessoas” (LISBOA, 1982, p.18/19) Se acrescentarmos a esse contingente o resultado esperado do crescimento vegetativo da população verificado no País como um todo durante o mesmo período, a quantidade de retirantes aumenta para cerca de 4,6 milhões de pessoas. Especificamente no que concerne ao estado do Rio Grande do Sul, o número estimado de pessoas que tenham deixado o meio rural entre 1970 e 1980 é de aproximadamente 1,5 milhão (LISBOA, 1982)

No mesmo período, observa-se um correspondente aumento da população urbana da Região Sul, que passa de 7,3 milhões em 1970 para 11,9 milhões em 1980 (LISBOA, 1982). Conforme o autor, dessa variação absoluta (4,6 milhões), 2,5 milhões corresponderiam a migrações do meio urbano para o meio rural e apenas 2,1 milhões seriam devidos ao crescimento populacional esperado. Especificamente no que concerne ao contexto de realização do presente trabalho, é interessante observar que, dentre as principais áreas de atração migratória da Região Sul entre as décadas de setenta e oitenta (período de tempo no qual ocorreu boa parte dos eventos migratórios considerados), encontra-se a região metropolitana de Porto Alegre, tendo absorvido cerca de 270 mil migrantes (LISBOA, 1982).

Entre as principais causas, responsáveis por essa intensificação do fluxo em direção às regiões metropolitanas (liberação de mão de obra), o autor destaca o *esgotamento da fronteira agrícola*, que na Região Sul ocorre por volta da década de 70, a *concentração da posse de terra*, o *declínio da agricultura intensiva em mão de obra*, a *política agrícola brasileira* (no período considerado), o *crescimento demográfico no Brasil* (também no período considerado) e os *fatores de atração* gerados pela expansão da atividade industrial, entre os quais se destacam as *oportunidades de emprego e renda* (LISBOA, 1982). De acordo com o autor, essa sobreposição de fatores conferiu ao fenômeno características notadamente perversas:

⁵⁰ Internas em relação ao contexto nacional.

⁵¹ Correspondente ao território dos três estados sulinos: Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

Observa-se um desmesurado descompasso entre o intenso movimento de liberação de mão-de-obra do meio rural, não forçosamente resultado de maior produtividade agrícola, e o lento movimento de absorção dessa mesma mão-de-obra pelos setores urbanos. Advém disso conseqüências indesejáveis, como o aumento do desemprego nas cidades (aberto e oculto), a pressão por maiores dispêndios em assistência social, a ociosidade da terra, a escassez de mão-de-obra no meio rural, o crescimento desordenado dos centros urbanos. (LISBOA, 1982, p.56)

É no interior desse “quadro” que os eventos migratórios considerados no presente trabalho se inserem e se desenrolam. Em outras palavras, os deslocamentos efetuados pelos participantes desta investigação, na sua maior parte, ocorreram no período considerado no estudo acima e, vistos de “fora” (de longe), apresentam as características mais gerais apresentadas. O desenho desse quadro, entretanto, ainda que permita apreender o fenômeno como um todo, oculta uma série de outros elementos que também o compõe. Impede que se perceba a migração enquanto *experiência*. Nesse sentido, com o intuito de complementar as informações acima apresentadas, procurarei apresentar nas linhas que seguem o *processo da migração* como ele é visto de “dentro” (de perto). Para tanto, conforme dito anteriormente, tomo como ponto de partida *relatos de experiência* (reminiscências narradas em encontros coletivos e individuais, por homens e mulheres migrantes) e organizo as informações construídas em cinco itens (que no seu conjunto procuram caracterizar o processo de migração): ‘*natureza*’ do lugar de origem, *motivações*, *condições de possibilidade*, *itinerários* e ‘*natureza*’ do lugar de destino.

‘Natureza’ do lugar de origem

As recordações dos entrevistados sobre a terra natal remetem a outros tempos e espaço, a modos de vida distintos daqueles experimentados atualmente. De modo pouco nítido, deixam entrever uma possível distinção entre um meio *rural* e outro, predominantemente *urbano*, ou ainda melhor, entre um modo de vida *rural* e outro mais especificamente *urbano*. Nesse sentido, ao invés de uma categorização pautada em dados objetivos (referentes aos municípios – como, por exemplo, número de habitantes, atividade econômica predominante, etc.), a *ruralidade* ou a *urbanidade* do local de origem procurou ser caracterizada em função das informações prestadas ao longo dos seus depoimentos; isto é, foi definida a *posteriori*. Dito de outro modo, ao invés de comparar os relatos a partir da definição de uma distinção entre meio rural e urbano, procurei definir um critério que possibilitasse tornar essa distinção mais nítida a partir da comparação dos seus relatos.

Num primeiro caso, independente das características mais gerais dos municípios de onde vieram, os lugares descritos pelos migrantes sugerem um ambiente tipicamente *rural*. Lugares amplos, presença de áreas verdes próxima às residências, criação de animais e cultivo da terra (desde uma agricultura de subsistência praticada nos “fundos” da casa até aquela com fins comerciais), a presença dos pais e famílias extensas, entre outros, são alguns dos elementos presentes em suas narrativas. Seu Luiz, por exemplo, descreve da seguinte maneira o “canto” de Uruguaiana onde passou seus primeiros anos de vida:

(...) E lá era cheio de angico⁵², que tem muito... Hoje em dia eu não sei porque desmataram muito... destruíram tudo. Mas lá era assim, cercado de angico em volta [gesticula]. Então (...) a gente tinha que buscar água e a gente caminhava uma distância assim, como daqui até o fim da avenida [refere-se a avenida localizada na frente da escola], assim, aí bem defronte à casa dos Telecheiros [donos das terras onde morava] tinha um poço onde a gente buscava água de balde (...).

E quando perguntado sobre a ‘natureza’ do lugar de origem, se seria algum tipo de área rural, assim responde:

(...) É... ainda era um tipo de área rural... porque não tinha muita casa em volta. Tinha casas, mas eram bem distantes... entende? Aí [aponta para perto mim], alí, alí... É a primeira fase da minha infância que eu me lembro (...).

É interessante perceber que a ruralidade do lugar, para seu Luiz, procura ser definida pela densidade de casas. Trata-se de uma *ainda* área rural porque pouco povoada. Contudo, a *ruralidade* do lugar de origem é caracterizada também (e talvez principalmente), pelo cotidiano descrito em seus relatos. Assim, enquanto seu Luiz “buscava água de balde” num poço perto de casa, seu Osvaldo aprendia com a avó (mãe de criação) a tirar da terra o sustento e seu Paulo ajudava os pais em suas lidas diárias:

(...) O arroz, ela [refere-se a avó] saía de casa três e meia, quatro da madrugada com as gurias [refere-se às irmãs] e ia para o arrozal, lá, pegar aquela sobra do arroz. Ela pegava aquilo, botava num saco... aí as duas gurias pegavam atrás, ela comigo aqui [indica a nuca] na frente e vinha pra casa (...) e depois no pilão, né? (...) Perto de casa tinha... perto de onde nós morávamos, tinha um arroiozinho e tinha inhame... você conhece inhame [aponta para mim]. Aquele inhame ele servia para fazer o café... torrava ele e fazia o café. E o pão, era ele também (...) Ai com o tempo, né? Ela plantou batata, aipim, bah! E ficou bonita a coisa! (...). (Osvaldo)

(...) O pai... ele tinha uma chácara grande, onde ele plantava verdura, né? E levava para nós vender numa feira, feira livre... levava de carrinho... carroça. Depois, então, os que

⁵² O Angico (*Parapitadenia rigida*) é uma árvore muito conhecida na região sul do país (Rio de Janeiro até o Rio Grande do Sul), pelo grande porte, tronco de casca escamante e madeira vermelha. Propaga-se muito bem, crescendo espontaneamente em beiras de rios, capoeiras ou ao longo de estradas. A casaca é popularmente utilizada contra diarreias, contra doenças venéreas e como cicatrizante (BACKES; IRGANG, 2002).

estudavam de tarde[refere-se aos irmãos] tinham que ajudar ele na feira e os que estudavam de manhã tinham serviço na roça: capinar, cuidar dos bichos... sempre tinha serviço... sempre, sempre e bastante. Além disso nós ajudava muito na casa, também, vendendo quitanda que... sempre tinha um balaiozinho vendendo, rapadurinha, vendendo verdura... Tinha que ajudar(...). (Paulo)

À semelhança de seu Luiz, seu Osvaldo e seu Paulo, também Maria Clair e Manoel experimentaram quando crianças a vida em um meio *rural*. Acompanharam de perto – ele mais do que ela - a atividade dos pais agricultores: o serviço na lavoura, o cansaço ao final do dia, a alternância entre períodos mais ou menos estáveis. Seu Manoel, por exemplo, quando perguntado sobre o que a família fazia em Mostardas, responde da seguinte forma:

(...) Plantava cebola. Agricultor... Lá é a terra da cebola e do arroz. Aí tem aquela imagem da terra da cebola, mas não é tanto cebola. Cebola quem planta é o pobre... aí, a riqueza mesmo, o arroz, aí é o rico quem planta (...).

Lembranças de lugares e de cotidianos, se não *rurais*, ao menos distintos daqueles experimentados atualmente, no seio de uma *urbanidade*; lembranças que caracterizam lugares ao mesmo tempo em que denunciam uma condição sócio-econômica específica – para a maioria dos entrevistados, um dos fatores envolvidos na decisão de partir (conforme será visto a seguir).

Num segundo caso, as lembranças remetem mais às periferias de ambientes urbanos, onde se entrecruzam diferentes modos de vida. Predominantemente, esse segundo caso emerge a partir das narrativas daqueles e daquelas participantes mais jovens de nosso grupo; isto é, em boa parte, os lugares de origem descritos correspondem aos lugares de destino dos pais retirantes. Tratam-se de espaços de vida constituídos ao longo de trajetórias mais amplas do que as dos próprios sujeitos. De qualquer forma, seus relatos descrevem casas e pátios pequenos, famílias reduzidas e/ou em trânsito e uma vizinhança típica de zonas urbanas. É nesse sentido, por exemplo, que Angela conta sobre as brincadeiras com os irmãos no pequeno pátio cercado por tapumes de compensado:

(...)Então assim, o que eu me lembro, era uma casa comprida, feia... é... para poder todos nós morar, com o pátio pequeno e assim, a nossa cerca era de tábuas de compensado alto... Então meu pai e minha mãe saíam para trabalhar e ficávamos nós quatro, eu e meus três irmãos, chaveados com um correntão... Eu me lembro, assim, que gravou muito... que a corrente grande para fora com um cadeado e a vizinha da frente chamava: “Maria, tá tudo bem? Como é que vocês tão?” Para minha irmã mais velha, para saber como nós estávamos(...). (Angela)

Poder-se-ia, talvez, propor a partir dos seus relatos, a diferenciação entre dois movimentos migratórios: um que tem em ambientes *rurais* seu ponto de partida e outro que inicia predominantemente em pequenos centros urbanos. Neste caso, considerando apenas uma geração de migrantes, talvez fosse possível em falar num movimento tipicamente de *êxodo rural* e outro que poderia ser caracterizado como “interior-capital”. Essa diferenciação, entretanto, deixa de fazer sentido quando incluímos nas considerações também os pais dos participantes: nessas circunstâncias, tem-se mais nitidamente caracterizado um conjunto de movimentações que partem do *campo* em direção às regiões mais urbanizadas.

Assim, em maior ou menor proporção, direta ou indiretamente, seus relatos remetem a um *ambiente singular*, onde uma *ruralidade* pode ser caracterizada principalmente em função do tipo de vida que se levava; uma *ruralidade* que se justifica em oposição a *urbanidade* de suas vidas atuais. É nesse sentido que o lugar de origem pode ser considerado, sim, um *ambiente rural*. E desde esse ponto de vista, que os eventos migratórios considerados na presente investigação se inserem (ou podem ser inseridos) num contexto mais amplo de movimentações internas caracterizadas pelo sentido predominante “campo-cidade”.

Motivações

Pelo menos desde os clássicos estudos de Ravestein⁵³, datados do final do século XIX, aceita-se que o motivo dominante nas decisões de migrar é de natureza econômica (MATA, M.; CARVALHO, E. W. R.; CASTRO E SILVA, M. T. L.L. 1973). Essa preponderância da questão econômica, entretanto, oculta uma série de outros fatores concorrentes, mais ou menos decisivos. São eles que, em última análise, irão diferenciar entre os membros de uma mesma família (supostamente sujeitos a pressões “externas” semelhantes) aqueles que saem daqueles que ficam. Esses fatores, ou melhor, essas outras motivações, remetem aos modos através dos quais essas pressões “externas” são sentidas e suportadas pelos indivíduos; remetem também a imaginários culturais e a desejos alternativos, direta ou indiretamente relacionados à busca por melhores condições (que não apenas materiais) de vida.

Nas narrativas construídas ao longo de nossos encontros foi possível apreender uma motivação de natureza econômica por trás de praticamente todas as partidas. A busca por condições materiais de vida mais dignas, por uma melhor “sorte” financeira, talvez tenha sido o principal motivo de suas empresas, individuais e familiares. Contudo, algumas outras

⁵³ RAVESTEIN, The Laws of Migration. *Journal of the Royal Statistical Society*, v.48, n°2, 1885 (apud MATA, M.; CARVALHO, E. W. R.; CASTRO E SILVA, M. T. L.L. *Migrações internas no Brasil: aspectos econômicos e demográficos*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1973) (coleção relatórios de pesquisa, n° 19).

motivações (ou, pelo menos, *variações*) puderam também ser aventadas. Entre elas se destacam *o imaginário sobre a cidade grande*, *o desejo de estudar* (acesso à educação), *o medo da violência* e *o desejo de conhecer o mundo*. É interessante perceber que, enquanto três delas remetem à *busca* (em função de uma ausência percebida e desejada), a outra remete à *fuga* (em função de uma presença percebida e indesejada).

A primeira dessas motivações diz respeito às imagens dos lugares de destino (prováveis e improváveis) construídas e disseminadas num processo coletivo e que são reapropriadas individualmente. De acordo com Alistair Thomson, “as narrativas dos migrantes evocam os ‘imaginários culturais’ sobre os futuros locais de destino” (THOMSON, 2002, p.345). Entre esses “imaginários culturais”, certamente, podem ser incluídas as expectativas alimentadas acerca da *vida na cidade*, especialmente numa *cidade grande*. Carlos Fortuna (1997), num artigo que analisa as relações entre as identidades e o patrimônio histórico e cultural das cidades⁵⁴, caracteriza assim essa “imagem” e as expectativas a ela associadas:

(...)a cidade, entendida como espaço libertador e promessa de salvação, era uma aspiração radical. Nela estariam contidas uma ambiciosa autonomia individual e a livre afirmação pessoal. Por ela se garantia e dava forma ao desejo de se tornar outro. Antecipava-se o tempo, mudava-se de lugar, enfim, construía-se uma nova identidade. (FORTUNA, 1997, p.127)

Conquanto o autor esteja se referindo ao imaginário cultural dos camponeses da Alemanha pré-moderna (FORTUNA, 1997), algum paralelo pode ser estabelecido com as imagens da *cidade grande*, construídas e disseminadas entre os moradores do “interior” há algumas décadas atrás. E foi uma dessas imagens, a *cidade grande* sobre a qual todos falavam, que passou a povoar os pensamentos do garoto Osvaldo, atiçando sua curiosidade:

(...) *Eu agarrava, ajudava a cuidar do armazém. Às vezes de noite eu parava na janela, assim... olhava as estrelas, olhava para o pasto, olhava assim... [aponta para o alto] Quando é que eu vou estar numa cidade grande? Aquela... aquela ilusão, aquela perspectiva de ver dias melhores, entende?(...)*

Certamente as motivações de um garoto de 13 anos de idade que foge de casa para conhecer a cidade grande (iniciando aí, ainda que acidentalmente, sua longa caminhada) não podem ser reduzidas a um componente de natureza econômica. Seu Manoel, de modo

⁵⁴ FORTUNA, C. As cidades e as identidades: narrativas, patrimônios e memórias. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.12, n°33, fev. 1997. pp. 127-141.

semelhante, nutria determinadas expectativas a respeito da vida na cidade grande; expectativas que foram frustradas quando da sua chegada:

(...) Meu pai sempre me apoiou... se eu tivesse que estudar, que eu não precisasse estar trabalhando na roça... Só que quando eu cheguei aqui e vi o que era a cidade, me decepcionei muito, né? Não era o que eu pensava. E mesmo em 76 já era... havia muita competição na época. Não era aquele mar de rosas que a gente imaginava. Que a gente idealizava uma coisa assim, que vai para a cidade, tudo legal, vai ganhar o seu dinheiro, vai ter uma vidinha estável, e na realidade não é. (...)

Imagens que se desfazem no duro confronto com a realidade. A frustração das expectativas alimentadas, as mesmas que motivam a saída, entretanto, não condicionam o retorno à terra natal. Pelo contrário, ao que parece, acabam se constituindo em elementos mobilizadores da permanência. Admitir o equívoco, “dar o braço a torcer”; isto é, frustrar ou confirmar as expectativas daqueles que ficaram, não é uma coisa fácil. Alistair Thomson (2002), quando se refere à imagem idealizada de “pátria” que atraiu os emigrantes barbadianos à Grã-Bretanha, relata que “mesmo quando este sonho foi ‘perfurado’ pelas realidades da discriminação e do trabalho mal remunerado, as cartas dos migrantes mantinham essa imagem para evitar frustrar as famílias que haviam emprestado dinheiro para a viagem” (THOMSON, 2002, p.345). De modo inverso, seu Manoel ocultou as *suas* frustrações a fim de não *confirmar* as expectativas do avô. Assim ele complementa o relato acima:

(...)Eu só não voltei pra fora [refere-se ao município de Mostardas], de novo, eu não voltei embora, para eu não dar o gosto pro meu avô, que na época disse pro pai: “esse guri só vai pra lá pra ti botar dinheiro fora”. Que se não, eu teria voltado embora... Muitas noites assim, ó, pensando assim... lá fora... Eu tinha vontade de ir embora, mas eu digo: “não, não vou dar esse gosto pra ele, isso aí não, jamais”. Agüentei no tranco (...).

Assim, se as expectativas alimentadas acerca dos lugares de destino se constituem em *motivações para a saída*, de modo análogo, as expectativas depositadas sobre aqueles que saem e o desejo de corresponder ou não a elas acabam se constituindo em *motivações para a permanência*. O processo de migração, dessa forma, acaba se ampliando substancialmente: envolve além dos migrantes (aqueles que partem), também aqueles que ficam. É um processo que se dá *nas relações* e por isso, por mais subjetivas que possam ser suas motivações, elas dizem respeito sempre a uma coletividade.

Seu Osvaldo e seu Manoel, conforme dão a entender nos seus relatos, saem do “interior” atraídos por uma imagem romântica da cidade grande, sinônimo de melhores condições de vida. Aliado a isso, entretanto, encontram-se outras motivações. Seu Manoel, por exemplo, vem para Novo Hamburgo com o desejo explícito de estudar. Almejava formar-

se técnico em mecânica de automóveis, curso que na época somente era oferecido nos grandes centros urbanos:

(...)Bom, a minha expectativa... não teve muita coisa assim. Eu tive... sempre tive aquela idéia... que é uma idéia fixa de fazer o curso, de querer estudar, fazer mecânica. E daí, a única possibilidade de fazer isso daí era vir embora. Não tinha outra chance. (...)

A facilidade de acesso à educação (ensino profissionalizante e regular), dessa forma, aparece como um dos fatores determinantes, se não da saída, ao menos para a escolha do lugar de destino. Em mais de um caso, os participantes explicitaram suas preocupações quanto à educação formal dos filhos, no caso dos adultos, ou alegrias, no caso das crianças, de ir para um lugar onde poderiam estudar. Os fragmentos abaixo exemplificam esses dois pontos de vista, nos quais o acesso à educação pode ser considerado, junto com outros fatores, uma das motivações envolvidas na decisão de deixar um lugar e se dirigir para outro:

(...) Eu, por exemplo, vim para cá devido aos meus filhos... que lá onde eles estavam, nós não tínhamos como educar os nossos filhos (...). O único colégio de segundo grau mais perto era 18Km (...). (Osvaldo)

(...) Eu gostei, gostei... Gostei porque eu senti, assim, na época, eu era pequena, bem pequena, mas eu lembro assim do meu pai chegar muito cansado do serviço, porque ele trabalhava muito, trabalhava na roça, a minha mãe também, então... Pra mim vir para escola, eu tinha muita vontade de estudar... pra mim, foi muito bom. (...) (Maria Clair, falando sobre a saída de Candelária)

Além dos imaginários culturais e do acesso à educação, outra motivação relacionada à decisão de partir e presente em um dos relatos foi o *medo da violência*. Especificamente nesse caso, a partida se dá desde um lugar provisório e não da terra natal; isto é, não se trata de uma motivação inicial, mas sim secundária. De qualquer forma, implica movimentação, deslocamento, perda e reconstrução de referenciais. Angela, quando fala sobre a vinda da família de Porto Alegre para Esteio, descreve uma situação cada vez mais frequente nas grandes cidades: um medo que, mais do que qualquer motivação de ordem econômica (ainda que estejam relacionadas), impele a busca por outras localidades, a continuidade da caminhada:

(...)O pai vem de Santa Catarina, ficou em vários lugares em Porto Alegre e o último foi a Vila da Conceição... e a finalidade de vir para cá foi que assim, estava com cinco filhos, a minha irmã mais velha estava com 12 pra 13 anos, estava virando mocinha, e o meu irmão com uns dois anos de diferença... e como era uma vila, tinha droga, tinha bandido, tinha gente assim... de qualidades horríveis, né? Ai o pai disse pra mãe assim: “nós temos que tirar as crianças daqui porque não é um bom lugar pra gente criar os nossos filhos” (...).

Uma última motivação, enfim, presente nos seus relatos poderia ser caracterizada pelo desejo de *conhecer o mundo*, ou melhor, *outros mundos*. Diretamente relacionada à questão dos imaginários culturais, essa outra motivação se diferencia da primeira pela *pluralidade* dos destinos possíveis. Mais do que idealizar e desejar conhecer um destino em particular, como a *cidade grande* por exemplo, o *desejo de conhecer o mundo* remete a uma certa fugacidade, obsolescência dos lugares de destino (neste caso, sempre lugares provisórios). O que está em jogo aqui não é a busca por estabilidade (seja ela de que natureza for), mas sim por instabilidade, pelo movimento, pelo *novo*; busca-se a ampliação dos horizontes de vida através do mais ou menos livre trânsito entre lugares. O desejo de conhecer o mundo, ao que parece, emerge como reação à fatalidade de uma vida inteira vivida num mesmo lugar, numa cidade pequena. A noção da amplitude do mundo em oposição à estreiteza do lugar de origem, espaço de vida dos pais, parece impelir alguns dos participantes a uma busca por *expansão*.

Seu Paulo se refere ao início de sua jornada como *entrada no mundo*: “*mas a minha história é assim... eu já tinha contado para vocês como é que eu **entrei no mundo** (...)*”. De Cachoeira do Sul, seu Paulo estende seus horizontes até Belém do Pará, num impulso de vida onde a experimentação falou mais alto e se sobrepôs às preocupações de ordem financeira: “*Ai eu tava no Rio (...) eu já era meio malandrinho... aí ganhei um bom dinheiro, mas botei tudo fora em besteiras (...)*”. Também seu Luiz Armando, nesse surpreendente depoimento, revela a sua inquietude, um desejo “adormecido” de seguir em frente, de buscar o *novo*:

(...) eu acho que o que me prende dentro de Esteio é Esteio, é a terra. (...) É claro, o carinho dos parentes, tu estar perto dos amigos, de ter pessoas que gostam de ti, que tu goste delas, que tu compartilhe o teu dia-a-dia é muito importante no lugar onde tu vive... mas eu sou muito apegado à terra. Assim como eu era apegado à Uruguaiana, lá... minha terra... Eu, para mim, hoje em dia, eu vivo em Esteio e Esteio é o meu lar, Esteio é a minha cidade... Não trocaria sair de Esteio para voltar para Uruguaiana. Entre Uruguaiana e Esteio eu ficaria em Esteio até morrer. A minha única perspectiva, assim, de mudar de Esteio é só eu for para outra cidade diferente. Aquela coisa que o senhor falou no começo de desafio, sabe? Por exemplo, eu antes de casar, eu ia embora pro Acre... de ir com dinheiro junto pra comprar passagem, fazer vacina... para me sumir pra lá. Ia deixar a minha mãe aqui... a minha mãe a pouco tempo tinha vindo para cá. Aí conheci a minha esposa, a minha vida mudou toda, acabei casando... Então, eu, se tiver que sair de Esteio, não é para voltar para Uruguaiana. E não me chama a atenção voltar para lá, porque eu conheço lá, eu sei como é lá, entende? Então pra mim sair de Esteio só se fosse para ir embora para outro lugar, para outro estado, para outra cidade, outro município... como a vida me levasse (...).

Seja por deslumbramento, seja por medo, a decisão da saída é sempre uma escolha complexa, isto é, que se dá no interior de um conjunto de relações. Envolve além daqueles que migram também aqueles que ficam. É pensada a partir de si, a partir do meio e em função

dos outros; das possibilidades e limitações inerentes aos diferentes lugares entre os quais o deslocamento se efetiva. É fruto, conforme destacado anteriormente, do entrecruzamento de diversos fatores, entre os quais a busca por melhores condições materiais de vida constitui apenas mais um. Enfim, é uma decisão que envolve a contraposição de lugares: lugares significados, conhecidos e lugares imaginados, desconhecidos, a conhecer; lugares que se tornam *mundos – lugares-mundos* entre os quais a vida do migrante se faz.

Condições de possibilidade

Tim Ingold (2005), num artigo⁵⁵ que discute os diferentes modos através dos quais nos movimentamos (e, por conseguinte, nos orientamos) em territórios conhecidos e desconhecidos, dá bem a entender essa transformação que o conceito de *lugar* sofre no interior de uma matriz de movimento. De acordo com o autor, o nosso senso de *localização* decorre menos do estabelecimento de relações entre posições específicas num sistema de coordenadas do que da possibilidade de acessar um conjunto de lembranças. *Sabemos onde estamos* (e, por conseguinte, *para onde ir e como ir*) não porque utilizamos algum tipo de *mapa*, mas porque recorremos a um contexto histórico-narrativo, construído a partir das inúmeras jornadas efetuadas anteriormente. Para Ingold, “os lugares não têm posições e sim histórias” (INGOLD, 2005, p.77).

(...) todo lugar guarda dentro de si lembranças de chegadas e partidas anteriores, assim como expectativas de como uma pessoa pode chegar até ele, ou de como chegar a outros lugares a partir dele. Assim, lugares envolvem a passagem do tempo: não são do passado, nem do presente, e nem do futuro, mas todos os três unidos em um só. Eternamente gerados pelas idas e vindas dos seus habitantes, figuram não como posições no espaço, mas como vórtices específicos numa corrente de movimento, de inúmeras jornadas realmente efetuadas. (INGOLD, 2005, p.101)

Nesse sentido, os *deslocamentos anteriores* aparecem como uma das principais condições de possibilidade para as empresas individuais e familiares: é seguindo os passos de seus ancestrais e/ou as orientações daqueles que partiram antes, que o migrante constrói o seu próprio caminho. Além disso, conforme destaca Thomson, “nas narrativas dos migrantes, as redes de sociabilidade são mostradas como um aspecto crucial da experiência da migração” (THOMSON, 2002, p.346). É por meio dessas redes que o compartilhamento de informações e saberes – “recapitulação das jornadas anteriormente efetuadas”, nas palavras de Ingold – se

⁵⁵ INGOLD, Tim. Jornada ao longo de um caminho de vida – mapas, descobridor-caminho (wayfinder) e navegação. In: *Religião & Sociedade*. Rio de Janeiro, 25 (1): 76-110, 2005.

viabiliza; também é por meio delas que o migrante recebe todo o tipo de apoio indispensável a sua jornada (as redes de sociabilidade, sob essa perspectiva, transfiguram-se em *redes de solidariedade*).

No que concerne aos eventos migratórios considerados na presente investigação, pode-se afirmar que, de fato, os *deslocamentos anteriores* e o *auxílio de amigos e parentes* (redes de solidariedade) foram suas principais condições de possibilidades. A posse de bens materiais ou uma situação financeira favorável não se constituíram em pré-requisitos à saída - o que parece óbvio, uma vez que, na maioria dos casos, foram justamente elas os horizontes almejados. Em alguns casos, inclusive, esse componente *material* acabou sendo reduzido ao extremo, ao mínimo indispensável.

Por exemplo, quando saem do interior de Santa Catarina, os pais de Angela carregam consigo, além dos filhos, “um saco de panelas e um saco de roupas”. Vêm tentar a vida na cidade grande contando apenas uns com os outros, seguindo os passos daqueles que vieram antes. Angela conta que durante os primeiros meses em Porto Alegre, a família ficou morando “nos fundos” da casa de sua madrinha (irmã da mãe – também retirante). Quando as condições materiais para a existência se tornam escassas, é na solidariedade alheia que encontram apoio, sustento. E nessas horas, pequenos gestos adquirem relevo; *marcam* suas trajetórias transformando determinados acontecimentos ou objetos em *signos* de superação. No seguinte relato, quando conta sobre sua segunda saída de Cachoeira do Sul (já casado), seu Paulo deixa entrever alguns desses elementos:

(...) Nós resolvemos vir embora para Porto Alegre tentar a vida, né? (...) Mas aí, nós sem nada... viemos só com a roupa do corpo, como dizem, né? Era frio... e aí a minha tia me deu um cobertor, um acolchoado daqueles que... tem uma lã que cai, uma lã que desfia e cai... fica aquele colchão assim [gesticula mostrando o formato com as mãos], tipo, aquelas pontas maiores e não fica nada no meio, sabe? Aquele ali eu tenho até hoje. Aí a gente deitava no chão e se enrolava (...).

Nessa época seu Paulo e a esposa moravam no galpão de uma obra. A importância que assume esse cobertor, esse pequeno gesto de solidariedade, na história de suas vidas é algo difícil, talvez impossível de avaliar. Para se ter uma idéia, quando os estive entrevistando individualmente, sua esposa me contou a mesma história; isto é, escolheu entre inúmeras possibilidades justamente essa lembrança em particular. Um passado importante que, assim como o objeto a que se refere, encontra-se guardado ainda hoje.

Em outros casos, ainda que não possam ser considerados pré-requisitos fundamentais, pequenas quantias em dinheiro viabilizaram a saída (compra de passagens) e garantiram o

sustento durante os primeiros dias longe de casa. Seu Luiz e seu Osvaldo contam que usaram pequenas “poupanças” quando de suas saídas:

(...)Então, ele [refere-se a um espanhol amigo seu], na época, quando eu trabalhei numa firma, ele fez eu fazer uma poupança e eu nunca tirei... e eu nem me lembrava que tinha(...). E naquele dia [refere-se ao dia que decidiu partir] eu lembrei que tinha aquele dinheiro lá que eu tinha esquecido(...). (Luiz Armando)

(...) e eu também [aponta para seu Luiz], tinha um dinheirinho, que eu tinha trabalhado na cooperativa, lá... lavando porco, para eles matar, né? E eu trabalhei uns seis meses, recebi aquele dinheirinho... Tava na carteira de um banco, lá... que era carteira de menor [de idade]. Ficou aquele dinheirinho lá (...). (Osvaldo)

Esses valores, contudo, apenas ‘facilitaram’ as coisas; a ajuda de parentes e amigos foram, de fato, as condições de possibilidade principais em suas trajetórias: seu Luiz sai de Uruguaiana e vai morar com um primo; seu Osvaldo, chegando à Porto Alegre, encontra acolhida na casa de um tio. Os deslocamentos anteriores, isto é, a presença de familiares e amigos “espalhados” pelo *mundo*, adquire nessas circunstâncias um valor inestimável àqueles que iniciam suas caminhadas: garantem-lhes não apenas um apoio *material* (lugar para ficar, comida, etc.), mas também o acesso a informações e saberes. Aquele que migra, faz-lo no interior de um contexto histórico narrativo construído a partir dos deslocamentos efetuados anteriormente. Afinal, seja seguindo os passos de seus ancestrais, seja “abrindo” uma nova picada, o migrante sempre constrói saberes ao longo de sua jornada; saberes que acabam orientando jornadas subseqüentes.

Alistair Thomson, quando se refere ao trabalho de Isabelle Bertaux-Wiame, conta que nas migrações das províncias francesas para Paris, ocorridas no período entre guerras, o “caminho migratório” era iniciado por alguns indivíduos de uma determinada região e depois *promovido* entre velhos amigos, vizinhos e familiares (THOMSON, 2002). “Promover”, nesse sentido, implica fornecer informações e realizar a *mediação* entre *aqueles que vêm e aqueles que já estão*. A presença de um interlocutor – aquele que migrou antes – no futuro local de destino viabiliza, inclusive, decisões de partidas mais *radicais*: por exemplo, aquelas antecedidas pela venda de todos os bens materiais que não podem ser carregados. Nessas circunstâncias, a partir das informações recebidas e da articulação de quem migrou antes, a decisão da saída é operada no interior de um “quadro referencial” que permite avaliar melhor os riscos e as possibilidades, ou seja, garante aos migrantes maior segurança. É dessa forma que a família da Maria Clair sai de Candelária:

(...) Bom, eu lembro assim, que o meu pai já tinha arrumado o emprego, já tava até trabalhando, como eu já falei, e eles tavam vendendo as terras, que ele tinha bastante terra,

ele plantava lá, ele e a minha mãe, né? Mais um outro tio meu... Eu lembro assim, que a gente veio e... tava tudo decidido. A gente vendeu tudo e veio embora (...).

A saída em “definitivo” de “lá” somente se dá após a materialização de um emprego “aqui” - tudo arranjado por intermédio de um primo (do pai) que há tempos havia empreendido junto da família a mesma jornada. É interessante perceber que a radicalidade da escolha reside justamente na sua relativa *irreversibilidade*, isto é, o migrante que parte nessas condições acaba por se destituir, além dos bens materiais, também de um lugar para *onde voltar*. Por outro lado, pelo que foi possível apreender em suas histórias, até mesmo nessas circunstâncias o processo migratório se caracteriza pelas constantes idas e vindas: se não há *para onde voltar*, ao menos, há sempre para *quem voltar*.

Relacionado ao que acaba de ser dito, faz-se necessário ressaltar ainda que essas redes de solidariedade e transmissão de informações se estabelecem predominantemente entre parentes; somente num segundo plano é que envolvem amigos (preferencialmente, vizinhos). Foi assim em todos os casos relatados. Tios, tias, primos, irmãos e irmãs, a partir dos seus deslocamentos, abrem caminhos para aqueles que vêm depois. *Todos* os eventos migratórios considerados nesse estudo foram antecidos e sucedidos por deslocamentos de familiares. Nesse sentido, a “promoção” de que nos fala Thomson também remete ao desejo de trazer para perto de si aqueles que estão longe. E talvez não apenas ao *desejo*, mas também à *necessidade*. É daí que deriva a idéia, postulada por John Bodnar⁵⁶, do migrante como uma pessoa “transplantada” ao invés de “desenraizada”. De acordo com Thomson (2002), o trabalho de Bodnar revelou como as estratégias de sobrevivência centradas na família e na comunidade foram fundamentais às comunidades migrantes nos Estados Unidos no final do século XIX e início do século XX (THOMSON, 2002). Diferente de um “desenraizamento”, neste caso, o migrante leva com si um pouco da sua “terra”: procura recriar (através da promoção de um “caminho migratório”), no lugar de destino, parte do contexto relacional vivenciado no lugar de origem. “Traz” aquelas pessoas que lhe são mais caras, sem as quais dificilmente poderia suportar a radicalidade da mudança. O seguinte relato de seu Luiz, bem traduz essa dinâmica:

(...) Bom, a princípio, bem antes de mim, eu era nenenzinho de colo, uma das minhas irmãs mais velhas casou e veio para Porto Alegre. (...) Já morava pra cá, antes que a minha irmã ou quase junto com ela esse meu falecido primo... que eu vim e morei na casa dele aqui em Esteio. (...) Então eu sei, como eu lhe falei, na época, em agosto de 1983 [com dezessete anos de idade], de Uruguaiana para cá, eu vim sozinho, vim só eu, mas quando eu saí de lá eu saí

⁵⁶ *apud* THOMSON, A. Histórias (co)movedoras: História Oral e estudos de migração. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.22, n°44, p.346/347.

com um propósito: “eu vou embora mãe, vou arrumar um canto para mim e mando te buscar e se as manas quiserem ir, vão para lá comigo”. Esse foi o meu propósito. Então eu vim, trabalhei seis meses para fazer uma casa no terreno do meu primo, que ele me cedeu... que é na rua ali, onde mora a Maria Clair... E aí, seis meses eu mandei buscar a mãe. Então, fazia seis meses que eu morava aqui, que eu tava trabalhando, eu fiz uma ‘meia-água’ no terreno dele, botei água, botei luz... ele me cedeu para morar, na época... aí mandei buscar a minha mãe, as minhas duas irmãs, dois sobrinhos, que hoje em dia já são homens adultos... a minha irmã estava grávida, a mais nova – a menina dela nasceu aqui -, e um irmão de criação que veio junto com a minha mãe. Então, em seis meses, eu trouxe todo esse povo para cá (...).

Seja nos objetos que carrega, seja na companhia e convívio de outras pessoas, parentes e amigos queridos, aquele que migra leva consigo um pouco do lugar de onde vem. “Transplanta-se”, pois, ao invés de se “desenraizar”. Seguindo caminhos já trilhados ou “abrindo” novas picadas, constrói saberes e se insere numa rede de sociabilidade/solidariedade que é, ao mesmo tempo, condição de possibilidade para o seu deslocamento e resultado dele.

Itinerários (de vida)

Os caminhos percorridos ao longo do processo migratório, desde a saída do lugar de origem até um reassentamento mais estável (de onde se projetarão, talvez, os filhos do migrante), refletem um pouco das motivações que estiveram por trás da decisão de partir. Assim, aqueles que partem motivados pelo desejo de conhecerem o mundo, ampliarem seus horizontes, tendem a percorrerem caminhos mais longos e entrecortados do que aqueles que migram para concluir seus estudos ou fascinados por um imaginário cultural específico. Por outro lado, os caminhos percorridos são também os resultados de um processo, até certo ponto, contingente: independente das motivações iniciais, alguns caminhos podem acabar se tornando mais ou menos longos e entrecortados em função de acontecimentos particulares durante os seus percursos. É nesse sentido, por exemplo, que a fuga de casa do jovem Osvaldo acaba se transformando numa longa jornada: respondendo às solicitações do presente, o jovem segue de um lugar para o outro e vai crescendo; casa-se, tem filhos (filhas), netos, e segue em frente até chegar à Esteio. No total, seu Osvaldo passa por nove localidades diferentes ao longo do seu percurso. É também nesse sentido que, de modo inverso, o desejo de conhecer o mundo, ou melhor, a pré-disposição ao movimento expressa por seu Luiz acaba resumida a um único deslocamento, de Uruguaiana para Esteio. Seus planos de seguir adiante (sua ida para o Acre) são modificados em função do casamento. Mudança de planos, ampliações ou reduções dos percursos que se dão ao longo dos próprios percursos. Itinerários

de vida através dos quais os migrantes se constituem enquanto migrantes, mas também enquanto *sujeitos*: sujeitos do próprio caminho e sujeitos ao próprio caminho.

Os caminhos percorridos são também caminhos pré-corridos. De fato, conforme destacado anteriormente, aquele que migra também o faz seguindo os passos de seus ancestrais ou, mais simplesmente, daqueles que lhe antecederam. Nessas circunstâncias, os deslocamentos se dão no interior de um *contexto narrativo*, isto é, no interior de um quadro de pequenas referências construído a partir das histórias desses migrantes “pioneiros”. Assim, os itinerários de vida se constroem sempre sobre territórios mais ou menos conhecidos (ainda que fisicamente desconhecidos), num esquema onde “todo lugar guarda dentro de si lembranças de chegadas e partidas anteriores, assim como expectativas de como uma pessoa pode chegar até ele, ou de como chegar a outros lugares a partir dele” (INGOLD, 2005, p.101). Seu Osvaldo, que se muda para Esteio somente em 1983, conta que começou a conhecer a cidade bem antes:

(...)Daí eu comecei a conhecer Esteio lá pelo La Salle [refere-se ao colégio]; nós íamos jogar futebol de salão no La Salle e Esteio terminava por ali... era a parada oito, lá por 1966 (...).

Enquanto seu Osvaldo constrói parte de seu itinerário no interior de um quadro referencial composto por lembranças próprias, seu Paulo o faz contando apenas com as indicações e referências de amigos:

(...)Eu nunca tinha vindo à Esteio, mas uns amigos meus falavam: “agora ta abrindo um loteamento lá... financiado, assim, assim...” Também quando eu adquiri... eu vim no escuro... não sabia nada... Claro que a gente já tinha algumas recomendações, uma imagem da cidade... porque a gente sempre ouvia falar (...).

Outra característica dos itinerários de migração são as constantes *idas e vindas*: os lugares por onde passaram e a possibilidade de retorno são presenças constantes na vida dos migrantes. Assim, às idas corresponderiam momentos expansivos, enquanto às vindas, momentos de retração. De um modo geral, tende-se a representar a migração como um processo predominantemente expansivo; relega-se a um segundo plano sua dimensão de retração. Contudo, conforme revelam os itinerários dos sujeitos entrevistados, o *retorno* é um elemento tão importante quanto à *saída*; arriscar-me-ia inclusive a dizer que são momentos complementares de um mesmo processo. O retorno somente emerge como possibilidade após a partida. Dessa forma, toda a partida comporta, em algum nível, a possibilidade de retorno; inaugura-o como *signo* de uma ausência (que se manifesta através das saudades). A dialética *expansão-retração*, nesse sentido, representa bem a dinâmica dos movimentos empreendidos pelos sujeitos entrevistados enquanto desenham seus itinerários de vida. O retorno físico ao

lugar de origem correspondeu, de fato, a momentos de retração, isto é, de *incerteza, crise, falta* na vida dos migrantes. Seu Paulo, por exemplo, ao longo de sua caminhada (uma das mais longas e entrecortadas de todas), retorna duas vezes à Cachoeira do Sul: na primeira, quatro anos longe dos familiares, volta à terra natal após um desentendimento com a então namorada em Belém do Pará; na segunda, junto da esposa, com um filho nos braços e outro a caminho, recorre ao lugar de origem novamente após quatro anos longe dos “seus”. De modo semelhante, Maria Santa e o marido, após se radicarem em Esteio, partem e retornam duas vezes à cidade; nas duas o retorno é condicionado pelo fracasso da tentativa (dificuldades financeiras). Nessas circunstâncias, por vezes, o retorno pode representar para o migrante uma derrota. É um retorno possível, mas indesejado. Por outro lado, nem sempre a metáfora *expansão-retração* encontra correspondência com o que de fato ocorre. Em alguns casos, ao que parece, o retorno à terra natal representa o próprio ápice de um *processo expansivo circular*, que termina no mesmo lugar onde foi iniciado. Assim, ao invés de representar uma derrota ou evidenciar algum tipo de fraqueza, o retorno assume um caráter de *conquista*. É como se fosse a coroação ou o prêmio ao final de um longo caminho. Num dos excertos apresentados anteriormente, seu Manuel revela que somente não voltou à Mostardas, para não dar “o gosto” ao avô. Naquele momento, o retorno teria confirmado as expectativas do avô assumindo um caráter de derrota para o neto. Contudo, uma vez vencidas as dificuldades iniciais e a batalha ao longo dos anos subseqüentes, o retorno assume, para seu Manoel, outro significado:

Na hora que eu me aposentar, quando eu parar, a primeira coisa que eu vou fazer é ir embora para ‘fora’... É o meu sonho de consumo...

Um regresso que se faz prosseguir ou, nas palavras de Bachelard, que acontece “de acordo com o grande ritmo da vida humana, ritmo que atravessa os anos, que luta pelo sonho contra todas as ausências” (BACHELARD, 1993, p.111). Regressos que, assim como os progressos, constituem aquilo a que temos nos referido por *itinerários de vida* ou, de modo mais simples, por *caminhos*. E é ao longo desses caminhos, mais ou menos longos, mais ou menos entrecortados, entre idas e vindas, que a vida do migrante se faz. Caminho contingente, impreciso, incompleto, esconde-se sob os pés daquele que *erra*, exigindo-lhe sua constante (re)descoberta. Afinal,

(...) todo ser vivo cresce e se estende no ambiente através da soma de seus caminhos. Descobrir o caminho é avançar de acordo com uma linha de crescimento, num mundo cuja configuração não é exatamente a mesma de

um momento para outro, e cuja configuração futura não pode ser completamente prevista. Caminhos de vida não são, então, predeterminados como rotas a serem seguidas, mas têm que ser continuamente elaborados sob nova forma. E esses caminhos, antes de serem inscritos sobre a superfície de um mundo inanimado, são os muitos fios a partir dos quais o mundo vivo é tecido. (INGOLD, 2005, p.107/108)

‘Natureza’ do lugar de destino

A partir das idéias apresentadas acima e que evidenciam a natureza “dinâmica” dos itinerários de homens e mulheres migrantes, pode-se questionar a noção de um *lugar de destino*. Não faria sentido, por exemplo, considerar a existência de um *ponto final* pré-determinado ou mesmo de um *ponto final* uma vez que, assim como o retorno, a possibilidade de novas partidas acompanha os migrantes por toda a sua existência sendo, inclusive, transmitidas às gerações posteriores como um *signo* da experiência da migração. De fato, a idéia que se pretende evocar a partir da utilização dessa expressão é outra. Primeiramente, o *lugar de destino* é aqui definido em oposição ao *lugar de origem*. Quando partem, homens e mulheres migrantes deixam um lugar e *se direcionam* a outro. Esse direcionamento, conforme descrito acima, dá-se através das redes de sociabilidade/solidariedade e, na maioria dos casos, “recriando” jornadas anteriormente efetuadas; pode incluir um número considerável de pontos intermediários e, inevitavelmente, está sujeito a modificações ao longo do caminho. O *lugar de destino*, sob essa perspectiva, é qualquer lugar ao longo de um caminho de vida. Num itinerário mais longo e entrecortado, por exemplo, poderíamos falar no primeiro destino, segundo destino, terceiro destino... Essa definição procura ressaltar a dinamicidade do processo da migração e a natureza simultaneamente contingente e arbitrária (não fatalista) do *lugar de destino*. Além dela, uma segunda, mais específica procura delimitar no tempo a noção de *lugar de destino*. Dessa forma, conquanto a idéia de “direcionamento” remeta a um tempo futuro e a de “qualquer lugar ao longo de um caminho de vida” considere também o passado, o que nos interessa quando utilizamos a expressão *lugar de destino* é localizar, no interior de uma matriz de movimento mais ampla, a posição *atual* (e não necessariamente final) daquele que migra. Em termos práticos, portanto, o lugar de destino corresponde ao espaço de vida *atual* daqueles que migram.

O espaço de vida atual dos homens e mulheres entrevistados é também um espaço de vida compartilhado. Por caminhos e itinerários distintos, em tempos e ritmos diversos, todos

os participantes da presente pesquisa acabaram se encontrando num mesmo lugar, um *lugar de destino*. Para alguns, como Seu Paulo e seu Osvaldo, apenas mais um lugar para o qual se dirigiram ao longo de suas jornadas; para outros, como seu Luiz, Angela e Márcia, o primeiro e único até então na história dos seus deslocamentos. Enquanto lugar de destino, isto é, numa comparação direta com seus lugares de origem, a cidade de Esteio pode ser caracterizada pela sua *urbanidade*; uma urbanidade que, neste caso, remete não apenas aos modos de vida vigentes, mas também às suas características estruturais e demográficas⁵⁷. Além disso, a *urbanidade* do lugar de destino é dada também (e talvez principalmente) em função de sua localização no interior de uma *região*⁵⁸ mais abrangente – a região metropolitana de Porto Alegre. Nesse sentido, a comparação direta entre os lugares de origem e o lugar de destino, quanto a sua ‘natureza’ corrobora a hipótese da existência de uma direção predominante em seus deslocamentos ligando um ambiente (modo de vida) *rural* a um (ambiente modo de vida) *urbano*, com sentido predominante daquele para este.

Essa caracterização, entretanto, fundamentada em dados objetivos, apenas deixa entrever os significados que o lugar de destino, em relação ao lugar de origem, assume para os seus *sujeitos*. Sim, o lugar de destino, antes de tudo é um lugar ativamente *construído*. Daí falar-se em sujeitos ao invés de habitantes. Para o migrante, o *lugar de destino*, antes de se tornar espaço de vida, *habitat*, é uma *escolha a ser feita*. Nesse sentido, assim como foi feito em relação aos lugares de origem e para compreendê-lo enquanto processo, faz-se necessário mergulhar mais fundo nas experiências de vida daqueles seus sujeitos; averiguar os desejos por traz das escolhas e os critérios que as orientaram; enfim, procurar compreender os significados que o atual espaço de vida assume para os homens e mulheres, seus atuais habitantes.

De um modo geral, pode-se dizer que por trás da escolha de um lugar de destino, ou melhor, de um *próximo lugar* ao longo de um caminho de vida existe, mais ou menos velado, um desejo sincero de (re)assentamento (ainda que provisório). Exceto naqueles casos em que a migração é motivada por um desejo de conhecer o mundo, aquele que migra direciona-se a

⁵⁷ Como exemplo de características estruturais, pode-se citar o abastecimento de água (em 2000, 95,24% de domicílios com acesso à rede geral) e o serviço de coleta de lixo (em 1991, 94,39% de domicílios atendidos). Quanto aos dados demográficos, de um total de 80.048 habitantes no ano 2000, apenas 87 compunham a população rural. (Fonte: METEROPLAN – Disponível em <http://www.metroplan.rs.gov.br/mapas_estatisticas/au_rmpa.htm> Acesso em 02/09/2006).

⁵⁸ A partir dos estudos de Casey, Tim Ingold (2005) define a região como uma rede de movimento entre lugares.

um outro lugar para habitá-lo, torná-lo habitat⁵⁹. A escolha de um lugar de destino, dessa forma, dá-se a partir de critérios bastante específicos e particulares, que refletem em parte os desejos e necessidades daqueles seus sujeitos. No que concerne aos eventos migratórios considerados, a escolha da cidade de Esteio enquanto *lugar de destino* parece ter sido operada, principalmente, em função das *redes de sociabilidade*, das *características próprias do município* (físicas, estruturais, econômicas, etc.) e da *possibilidade/facilidade de acesso a um terreno e/ou casa próprios*.

Seu Osvaldo, que muito andou antes de radicar-se em Esteio, relata que a escolha da cidade se deu predominantemente em função do seu círculo de amizades:

(...) Bem, a minha vinda para Esteio... escolha para me radicar em Esteio, prendeu-se ao fato de que eu trabalhava na siderúrgica em Sapucaia antes de eu vir para cá... e os meus colegas, noventa por cento deles, moravam aqui em Esteio. E nós fizemos um... um clubezinho de futebol de salão... Então, semanalmente (...) nós fazíamos uma partida (...). Então... a gente começou a se habituar com o sistema aqui de Esteio, né?(...)

Além da existência de uma rede de sociabilidade pré-estabelecida, seu Osvaldo também conta que algumas características, não apenas do município como um todo em relação aos municípios vizinhos, mas também específicas aos bairros ou às ruas de moradia, foram decisivas para sua escolha:

E quando eu vim de fora pela segunda vez, já tava casado, para me radicar em algum lugar... primeiro lugar, eu vim para Sapucaia e lá em Sapucaia não deu certo. Comprei uma casa lá (...) e quando eu vi tava no meio de um bando lá, né? Aí viemos para cá [refere-se à Esteio], compramos uma casa na rua que o Paulo mora, 325... (...)também nos demos mal... que a casa era geminada... então o meu lado dava para a porta da outra casa lá, e era um centro de umbanda. (...)Aí, viemos ligeiro parar aqui, na... onde eu moro agora (...).

É importante ressaltar que este processo de constituição de um lugar de destino não ocorre de uma hora para outra; pelo contrário, na maioria dos casos dá-se em etapas, a partir de uma aproximação sucessiva. Também é importante ter em mente que a maior parte dos entrevistados chega a esta região da cidade no início da década de oitenta, isto é, num estágio ainda inicial do seu processo de ocupação. Dessa forma, as características próprias do município que “atraíram” esses migrantes nem sempre correspondem às atuais. Por exemplo, há aproximadamente 30 anos atrás, a região da cidade na qual vivem atualmente caracterizava-se pelo relativo isolamento. Nessa época, inclusive, era comum a utilização da expressão “Esteio interior” para se referir a ela. Um lugar “tranquilo”, com “ares

⁵⁹ “Mas, num mundo do movimento, a realidade e a noção de residência (...) do homem não se esvaem. O homem mora talvez menos, ou mora muito menos tempo, mas ele mora: mesmo que ele seja desempregado ou migrante.” (SANTOS, 2006, p.328)

interioranos”, então, foi o que atraiu alguns dos sujeitos entrevistados. Ao longo de sua narrativa, seu Luiz faz referência a esse lugar:

(...) eu queria ficar num lugar, assim, meio “interiorano” como era... que nem era Uruguaiana, uma cidade mais tranqüila, mais pacata. Foi o que me trouxe... e o apoio que eu sabia que ia ter dele [refere-se ao primo] aqui, né?

Um lugar como a terra natal e um apoio como o do lugar de origem. O lugar de destino, em alguma medida, se o entendemos como uma escolha, procura também recriar o lugar de origem. Note-se que os “ares interioranos” sobre os quais fala seu Luiz estabelecem uma correspondência direta com a terra natal, conectando diferentes tempos e espaços. Em alguma medida, evidenciam uma dimensão de *fatalidade* presente no caminho daquele que migra: o *eterno retorno* ao lugar de origem. Mesmo que fisicamente não retorne jamais à terra natal, o migrante o faz “eternamente” em seus sonhos e pensamentos. Esse “*eterno retorno*”, conforme será visto a seguir, é um dos elementos presentes no processo de (re)construção do espaço, pelo menos conforme ele pôde ser apreendido através das narrativas analisadas.

Um outro aspecto, enfim, relacionado à escolha de (ou, ao direcionamento a) um determinado lugar, refere-se ao *acesso à terra*. Conforme destacado acima, paradoxalmente, aquele que se movimenta, muitas vezes, deseja justamente o (re)assentamento, o repouso (idealmente em melhores condições do que as experimentadas nos lugares de onde saíram). Entre os entrevistados, ao que parece, o principal fator de “atração” responsável pelo seu direcionamento à cidade foi justamente a possibilidade de adquirirem um terreno e/ou casa próprios, isto é, (re)assentarem-se de forma mais definitiva e estruturada. E, se não foi determinante para os seus *direcionamentos*, pelo menos o foi para a suas permanências na cidade. O acesso à terra nesta região da cidade pode ser considerado, inclusive, um dos principais fatores motivadores não só da permanência como também da transformação do lugar de destino em *derradeiro lugar de destino*. Assim seu Paulo conta sobre suas motivações e chegada em Esteio:

(...) Quando eu tava em Canoas, nós morávamos lá, mas de aluguel, né? E aí, a última casa que nós estivemos lá... um casal, muito bom para nós... e eles sempre diziam que nós só saíamos de lá quando fosse para a nossa casa. Então... que Deus o tenha... o velhinho morreu. Mas cumpriu-se o que ele falou, né? E, realmente, por isso que eu vim parar aqui em Esteio. Nós adquirimos a casa que era nossa, paramos de pagar aluguel. Pagamos aluguel durante muitos anos (...).

A liberdade conquistada em decorrência da aquisição da casa própria, paradoxalmente, “prende” à terra, ou melhor, possibilita o enraizamento. Em alguns casos, talvez seja possível dizer que o vínculo material com o lugar, estabelecido por meio da compra de um terreno e/ou

casa, é o ponto de partida para sua significação ‘positiva’. Em outras palavras, em algumas situações talvez não seja o estabelecimento de uma relação positiva com o lugar que condicione a aquisição dos imóveis, mas justamente o contrário, isto é, a aquisição de imóveis, em alguma medida, condiciona o estabelecimento de uma relação ‘positiva’ com o lugar. Seja como for, o importante de se reter nessa relação é que atualmente os migrantes entrevistados experimentam um (re)assentamento estável na cidade (todos vivem em casas próprias), em alguns casos, inclusive, mais duradouro do que aquele vivenciado em suas terras natais. Seu Osvaldo, assim se refere à aquisição de suas casas:

(...) Estamos aqui... aqui eu adquiri a minha casa própria. Consegui mais uma casa para a minha filha. O meu filho está comprando uma casa também... Quer dizer, a gente ta crescendo, ta se colocando, ta sendo aquilo que a gente planificou, né? Então, o meu segundo... a minha segunda cidade é Esteio(...).

Um *próximo lugar* que por motivos diversos, circunstanciais, acaba se tornando um *lugar de destino*; lugar para onde se dirigem e projetam seus sonhos, desejos. Uma cidade “tranqüila”, “pacata”, localizada próximo a um grande centro urbano e que, aos poucos, devido às conquistas e aquisições, ao estabelecimento de redes de sociabilidade e solidariedade, enfim, a um processo de reconstrução do espaço que o significa positivamente, vai se tornando também, o derradeiro lugar de destino.

O processo da migração, conforme procurou ser caracterizado acima, revela-se significativamente mais complexo do que um mero deslocamento físico entre lugares. Primeiramente ele envolve um lugar de origem que é muito mais do que um mero local de partida: é o espaço de vida significado, conhecido, a partir do qual o migrante se projeta para o futuro mesmo antes de iniciar seu movimento; é também o lugar para onde retorna, inevitavelmente, durante o resto de sua jornada. A partida, nessas circunstâncias, envolve perda e destruição de referenciais, separações, distanciamentos; envolve, pois, o “desfiamento” e a necessária “retécitura” das redes de sociabilidade.

Em segundo lugar, para além das motivações de natureza econômica, a decisão de partir se dá no interior de um conjunto mais amplo de atravessamentos: entram em “jogo” os imaginários culturais sobre os lugares de destino e os desejos alternativos àqueles meramente econômicos, como por exemplo, o desejo de estudar ou “ampliar horizontes”. Também aquelas motivações situadas no plano das presenças, isto é, aquelas coisas das quais se deseja

fugir (ao invés de buscar) – como a violência, por exemplo -, concorrem para a tomada dessa decisão.

No que concerne às condições de possibilidade para as empresas individuais e familiares, as redes de sociabilidade (que se tornam, nessas circunstâncias, redes de solidariedade) e os deslocamentos anteriores, parecem ser as mais importantes. De um modo geral, aquele que migra segue os passos de amigos ou parentes; insere-se numa rede de sociabilidade/solidariedade através da qual recebe não apenas informações valiosas a sua empreitada, como também todo o tipo de apoio necessário. Ao mesmo tempo, enquanto trilha um caminho já percorrido, “abre” novas picadas e constrói saberes que acabarão orientando a vinda de outros e outras. Nesse processo, o que se percebe é que muitas vezes o migrante não apenas disponibiliza os seus saberes e a sua ajuda àqueles que desejam seguir o seu caminho, mas também o promove ativamente entre amigos e familiares; em alguma medida, procura recriar (e de fato consegue) no lugar de destino parte do contexto relacional vivenciado no lugar de origem. É em função disso que a metáfora do “transplante”, ao invés do “desenraizamento”, talvez represente melhor a experiência daquele que migra.

Constituindo um próximo ponto de análise, os itinerários da migração, mais do que meras rotas pré-determinadas, constituem-se para os migrantes apenas ao longo de suas jornadas. Ativamente construídos pelos seus sujeitos, esses itinerários respondem simultaneamente a desejos e a necessidades; transformam-se e se reajustam em função das solicitações do presente, das lembranças do passado e das imagens de um futuro. Caracterizam-se também pelas constantes idas e vindas; não apenas aquelas físicas, interligando lugares novos a lugares já conhecidos, mas principalmente aquelas mnêmicas, evocadas constantemente ao longo de seus caminhos.

Por fim, o lugar de destino, antes de representar um ponto final ao longo de uma jornada de vida, ou ainda, um ponto final pré-determinado, é ativamente construído assim como o são os itinerários de vida: ainda que não possa ser considerado o resultado exclusivo dela, envolve sempre alguma parcela de escolha, de ação dos sujeitos sobre os seus próprios caminhos. Representando a posição atual dos migrantes no interior de uma matriz de movimento mais ampla, a qual Ingold (2005) denomina região, o lugar de destino também responde a alguns desejos daqueles seus sujeitos. Concorrem para a sua escolha, portanto, a presença e a extensão das redes de sociabilidade/solidariedade, suas características estruturais básicas e também aquelas características que, de alguma maneira, evocam lembranças dos lugares de origem. Nesse sentido, retoma-se o desejo de recriar no lugar de destino algumas das instâncias vivenciadas nos lugares de origem: desta vez não o contexto relacional, mas

alguns elementos da própria paisagem. Poder-se-ia dizer, talvez, que o destino do migrante é o eterno retorno ao lugar de origem, à terra natal que procura ser reconstruída a cada ponto do seu caminho. Ou talvez, de forma complementar, que o seu destino é a eterna migração, o deslocamento de um lugar para outros e destes, sempre de volta aos lugares por onde passou.

Um processo que se faz experiência; uma experiência que se faz processo. Duas dimensões de um mesmo fenômeno e que, por isso mesmo, dificilmente podem ser tratadas, consideradas, separadamente. Daí talvez seu constante e inevitável entrelaçamento nas linhas anteriores; daí também seu constante e inevitável entrelaçamento nas linhas que seguem.

A experiência da migração (mais algumas considerações)

A experiência da migração, para os sujeitos entrevistados, aparece como parte constitutiva de suas vidas; em alguns casos, inclusive, como parte constitutiva de suas próprias personalidades. A decisão de deixar a família, a terra natal é interpretada pelo migrante como uma decisão pessoal. Apesar das pressões externas, das estruturas e conjunturas mais ou menos determinantes, a decisão de partir é, em última análise, uma decisão pessoal. E é assim que o migrante interpreta sua saída. Ele sai porque *escolheu* sair. E se a escolha foi *sua*, é a si mesmo que cabem as responsabilidades por significar positivamente sua jornada. Se o migrante experimentasse a saída de modo diferente, como o resultado inexorável das pressões externas, isto é, como uma *imposição* e não como uma escolha, talvez não se preocupasse tanto em tornar positiva sua experiências, em se identificar com elas.

Parte-se, dessa forma, rumo ao desconhecido (nem tão desconhecido assim) certo de que todos os desdobramentos possíveis dessa atitude serão responsabilidades próprias. Por isso a lembrança sempre resignificada; por isso a manutenção do mito mesmo quando a frustração os desfaz. Aquele que migra carrega consigo as dores e as glórias do seu empreendimento; ou melhor, transforma suas dores em glórias num processo contínuo de (re)contar histórias. É nesse sentido que Thomson irá dizer que,

Além de obter apoio para uma causa, os narradores desses projetos podem conseguir benefícios terapêuticos e confirmação pública contando suas histórias. Dessa forma, o processo de “dar testemunho”— dos migrantes, refugiados e de outras vítimas de opressão social e política — capacita os narradores individuais e pode gerar o reconhecimento público de experiências coletivas que têm sido ignoradas ou silenciadas. A história oral pode proporcionar uma afirmação positiva de identidade para o narrador,

para os membros de uma comunidade particular e para o mundo lá fora. (THOMSON, 2002, p.351)

Esse *reconhecimento* de que nos fala Thomson também faz parte da experiência da migração. Ao longo do trabalho com o grupo, conforme explicitado anteriormente, um dos temas centrais entorno do qual se deu a construção das narrativas (ou mais especificamente, o relato daquelas lembranças de sofrimento) foi justamente o da *superação*. O processo da migração, conforme aparece em suas narrativas, é experimentado como um grande evento de superação. A condição de vida atual de cada um dos entrevistados, nesse caso, foi o elemento chave que lhes permitiu falar sobre um passado difícil, de luta e sofrimento. Contudo, é somente quando consideramos também o contexto de acolhida (ou não) dos seus depoimentos, isto é, o grupo frente ao qual cada um expôs e buscou *reconhecimento* para suas lembranças, é que podemos falar em vidas que se tornam histórias e histórias que se tornam vida. Em última análise, é somente através da exposição pública e do reconhecimento perante a um grupo (grupo de pertencimento) que a migração passa a fazer parte, legitimamente, de suas identidades atuais. A migração enquanto *experiência*, dessa forma, exige algum tipo de reconhecimento para que possa emergir e se fazer presente na vida dos seus sujeitos. Ao que parece, inclusive, esse reconhecimento, essa possibilidade de expressar um passado em trânsito e compartilhar vivências (relacionadas à migração), não vinham sendo logrados entre alguns dos participantes:

(...) Na questão da pesquisa, em si, assim... de falar da cidade de Esteio, falar de onde eu vim, o que me motivou a sair da minha terra... foi muito bom pelo seguinte: esse é o tipo de assunto que tu não comenta em casa. Por exemplo, tu não senta com um sobrinho teu, com um amigo, ou até mesmo com a tua esposa e fala esse tipo de assunto... Fala sobre 'n' coisas do dia e na realidade tu não lembra quase nunca de falar das tuas origens; de onde tu saiu, de como é que tu te criou lá, dos valores que tu aprendeu com as pessoas com que tu te criou (...). (Luiz Armando)

A fala de seu Luiz evidencia uma necessidade de reconhecimento; uma necessidade de (re)conciliação com um passado que se faz presente, com uma identidade por construir, em construção. Ao mesmo tempo, sugere que o espaço de encontro e fala, viabilizado pela investigação, tenha permitido-lhe avançar nesse sentido. Revela, pois, uma dimensão que a pesquisa assume para além daquelas previstas e/ou propostas; uma dimensão relacionada aos processos coletivos através dos quais (re)construímos nossas identidades e através dos quais a *experiência da migração* também é feita. Experiências que se fazem histórias (num processo

que exige a presença do outro); histórias que se fazem experiências (num processo que permite a reconstrução do eu).

Em função disso, a *experiência da migração* se revelou aos poucos ao longo de suas narrativas: houve toda uma negociação implícita, velada, realizada através de olhares, expressões, pequenos comentários, antecedendo e acompanhando cada um dos relatos. A exposição de determinadas lembranças e sua receptividade pelo grupo, em alguma medida, viabilizaram/estimularam a emergência de um fluxo narrativo na mesma direção. Nesse sentido, a fala de um não apenas *evocou* lembranças nos demais, como também os “autorizou” a falar sobre o mesmo assunto. E assim, num jogo onde se alternaram ocultação e desvelamento, algumas particularidades relacionadas à experiência da migração se deixaram apreender.

Uma delas se refere às diferenças observadas entre as narrativas dos homens e das mulheres. Na revisão que faz dos estudos sobre a migração desenvolvidos desde uma perspectiva da história oral, Thomson (2002) conta que Isabelle Bertaux-Wiame (1979), em seu trabalho sobre as migrações no período entre guerras, descobriu que apesar das motivações econômicas similares, homens e mulheres interpretavam e se punham em movimento de modos distintos: enquanto os homens movimentavam-se através das redes familiares em busca de trabalho, as mulheres se movimentavam através do trabalho em busca de uma família (BERTAUX-WIAME, 1979 *apud* THOMSON, 2002). No que concerne aos eventos migratórios considerados, poder-se-ia dizer que as considerações de Bertaux-Wiame descrevem com precisão o que aconteceu com os homens, contudo não pode ser utilizada para explicar a dinâmica de movimentação das mulheres. Enquanto os homens entrevistados partem todos sós (a exceção de um que acompanha a família porque criança), utilizando as redes familiares para encontrar um emprego e, posteriormente (ao longo de seus caminhos) constituírem eles próprios uma família, as mulheres que compunham o nosso grupo partem todas acompanhadas: seja pelos pais (no caso das crianças), seja pelo marido e/ou outros familiares. Se considerarmos também os deslocamentos dos pais dos entrevistados, é possível afirmar que as mulheres, na sua grande maioria, partem já casadas e muitas vezes também com filhos. Contudo, seria forçoso e desmerecedor dizer que elas partem *acompanhando* seus maridos; ao que pôde ser apreendido, é o casal que *parte junto* em busca de melhores condições de vida. Ambos dividem as tarefas domésticas (dividem-nas também com outros familiares – redes de solidariedade) e trabalham nos lugares por onde passam. Ainda relacionado às diferentes formas através das quais a migração é experimentada por homens e mulheres, Thomson (2002) destaca que no trabalho de Dorothy Zinn (1994), sobre os

migrantes senegaleses em Bari, a afirmação da masculinidade (entendida como busca por autonomia e crescimento pessoal) aparece como uma das principais motivadoras para as empresas individuais entre os homens (THOMSON, 2002). Nesse sentido, mesmo discordando de Zinn quanto a relação entre masculinidade e autonomia, poderíamos dizer que entre a maior parte dos homens que compunham o nosso grupo a migração foi experimentada, num primeiro momento, como expressão de uma autonomia crescente, ou pelo menos, de um desejo de autonomia. Todos os participantes deixaram a casa dos pais jovens e, conforme dito anteriormente, partiram sós. A migração, nesse sentido, representa para eles um momento chave nesse processo de auto-afirmação e conquista de autonomia; ao menos de uma forma mais marcada, mais nítida, do que ocorre com as mulheres.

Um outro recorte possível procura diferenciar as experiências da migração entre os adultos e as crianças. Entre os integrantes do nosso grupo alguns experimentaram a migração ainda crianças, acompanhando os pais e outros familiares. Para elas (as crianças) a migração assume um caráter de *fatalidade*; não no sentido daquilo que é funesto, mas significando *inevitabilidade*. A criança, diferente do adulto, não se envolve com a tomada de decisão para a partida; de um modo geral, em seus relatos, os preparativos para a saída se lhes apresentam envoltos numa “nuvem” de mistério:

Eu só sei é que a mãe... o pai, todo o final de semana o pai sumia e a mãe dizia assim: “olha, ele tá fazendo uma casa pra gente se mudar”. Aí eu lembro que quando a gente veio de Porto Alegre... a gente subiu num caminhão, andou, andou, andou... não parava mais de andar. Aí chegamos aqui, né? Num dia de chuva... assim, eu lembro a minha irmã pequena, os outros irmãos mais velhos ajudando a carregar os negócios (...). (Angela)

Além disso, para a criança, os pontos de partida e de chegada, assim como as estratégias que adota na (re)construção deste “novo mundo” que é o lugar de destino são outros em relação aos dos adultos. Enquanto as crianças o (re)constroem fundamentalmente através da experimentação, através do próprio corpo, num envolvimento direto com sua materialidade, os adultos, ao que parece, fazem-no de maneira mais mediata, a partir de um conjunto distinto de significados e valores⁶⁰.

Neste ponto, entretanto, a experiência da migração passa a ser considerada a partir das relações estabelecidas (ou não) com um espaço (físico e simbólico), no processo contínuo de sua (re)construção. Aquele que migra, seja homem ou mulher, adulto ou criança, sai de um lugar e se dirige à outro, um lugar de destino no qual experimentará, efetivamente, a *condição de migrante*. Dito de outro modo, a experiência da migração, para além do deslocamento físico entre lugares, faz-se também nos próprios lugares, principalmente naqueles para os

⁶⁰ Assunto que será mais bem detalhado na seção seguinte deste capítulo.

quais se dirigem os migrantes e nos quais experimentam reassentamentos mais ou menos duradouros. Ela envolve, pois além daquilo que foi destacado até então, o estranhamento vivenciado quando do encontro com este “novo mundo” que é o lugar de destino, um *sentir-se sem lugar* que, através da ação sobre o espaço, será ou não convertido em um *sentir-se no lugar*, *sentir-se em casa*. Uma experiência complexa que, conforme bem destaca Thomson, “abarca velhos e novos mundos e que continua por toda a vida do migrante e pelas gerações subsequentes” (THOMSON, 2002, p.341/342).

(RE)CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO

Tomando a experiência da migração como ponto de partida, a presente seção tratará especificamente dos modos através dos quais os migrantes estabeleceram relações com o *espaço*, particularmente com aquele espaço que é o lugar de destino. Essas relações, conforme será sugerido, constituem um processo contínuo de (re)construção física e simbólica dos lugares por onde passam os migrantes ao longo de suas jornadas de vida - com ênfase nos lugares de origem e de destino (entendido aqui como *atual espaço de vida*). Dito de outro modo, o processo de (re)construção do espaço se refere às ações envolvidas na transformação de uma “terra desconhecida” (um não-lugar) em “minha terra” (um lugar); um processo que, conforme será visto, envolve sempre aqueles “velhos mundos”, dentre os quais o principal parece ser a terra natal. Primeiramente será realizada uma sucinta apresentação dos principais conceitos e categorias envolvidos na presente análise. Em seguida, conforme dito anteriormente, procurar-se-á caracterizar essas relações a partir de dois eixos fundamentais: o deslocamento físico de um lugar para o outro (o encontro entre “velhos e novos mundos”) e a passagem do tempo num mesmo lugar (as transformações do lugar de destino – neste caso, a cidade de Esteio). No que concerne a este último eixo, ainda, uma atenção especial será dada a três elementos constituintes do espaço: o arroio, o “mato” e o “banhado”.

Espaço geográfico, objetos, ações e paisagens

Nilton Santos, no seu livro *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*⁶¹, a exemplo do que fez Jean Brunhes (1947) em relação ao conceito de *geografia*, propõe uma definição de *espaço geográfico* mediante um exercício de aproximações sucessivas. Convida-

⁶¹ SANTOS, M. *A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4º ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Coleção Milton Santos; 1)

nos, dessa forma, a acompanhar a evolução do seu processo de elaboração (a partir da apresentação das definições que propôs ao longo do tempo), em andamento pelo menos desde a segunda metade da década de setenta.

Numa primeira hipótese de trabalho (1978), Santos define o espaço geográfico como um conjunto de fluxos e fixos (SANTOS, 2005). Sob essa perspectiva, o espaço apresenta-se composto por elementos “fixos” a partir (através) dos quais as ações desenvolvidas constituirão os “fluxos”. Nesse esquema, “fixos” e “fluxos” interagem e se modificam continuamente, num movimento caracteristicamente dialético. Nas palavras do autor:

Os elementos fixos, fixados em cada lugar, permitem ações que modificam o próprio lugar, fluxos novos ou renovados que recriam as condições ambientais e as condições sociais, e redefinem cada lugar. Os fluxos são um resultado direto ou indireto das ações e atravessam ou se instalam nos fixos, modificando a sua significação e o seu valor, ao mesmo tempo em que também, se modificam. (SANTOS, 2006, p.61/62).

Já nessa sua primeira definição, Santos ressalta que as modificações sobre os “fixos”, para além daquelas materiais, são mudanças na ordem dos *significados* e *valores*. Além disso, como bem destaca o autor, essas modificações, ao mesmo tempo em que são produzidas pelos “fluxos”, transformam-nos.

Numa segunda proposta de definição (1988), Santos recorre a outro par de categorias: “de um lado a configuração territorial e, de outro, as relações sociais” (SANTOS, 2006, p.62). Por *configuração social*, o autor irá definir o conjunto dos sistemas naturais existentes em determinado lugar mais os acréscimos frutos das atividades sócio-culturais humanas (SANTOS, 2006). É a partir dessa noção de configuração social que o autor irá, por exemplo, referir-se às obras humanas como “verdadeiras próteses”. Já as *relações sociais*, aparecem neste esquema como a vida que anima a configuração territorial, transformando-a, dessa forma, em espaço. Santos se refere a essas relações nos seguintes termos:

A configuração territorial não é o espaço, já que sua realidade vem de sua materialidade, enquanto o espaço reúne a materialidade e a vida que o anima. A configuração territorial ou a configuração geográfica, tem, pois, uma existência material própria, mas sua existência social, isto é, sua existência real, somente lhe é dada pelo fato das relações sociais. (SANTOS, 2006, p.62)

Seja através dos “fixos” e “fluxos”, seja por meio do par “configuração territorial” e “relações sociais”, Santos opera uma distinção entre aqueles constituintes materiais do espaço

e o conjunto de forças e relações imateriais que também o constituem. É interessante observar que, para o autor, a existência real dessa parcela material do espaço somente advém quando do seu atravessamento pelas relações sociais. Novamente teremos, neste esquema, uma relação dialética entre os pares que compõem o espaço: tanto as configurações territoriais se modificam em função das relações sociais que as atravessam, como essas relações são modificadas pelas (dão-se em função das) configurações territoriais locais. Como consequência dessa contradição fundamental, o espaço como um todo se transforma continuamente.

Enfim, numa terceira hipótese de trabalho, Santos define o espaço como um “conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como um quadro único no qual a história se dá” (SANTOS, 2006, p.63). Novamente a partir de um par de categorias que interagem de forma “contraditória”, mas também “solidária”, o autor ressalta a natureza processual e dinâmica do espaço. A referência que faz a sistema de *objetos* o leva a uma extensa revisão dos significados assumidos por esse conceito ao longo do tempo e em diversos âmbitos do conhecimento, ao final da qual, irá defini-los da seguinte maneira:

Para o geógrafo, os objetos são tudo o que existe na superfície da Terra, toda a herança da história natural e todo resultado da ação humana que se objetivou. Os objetos são esse extenso, essa objetividade, isso que se cria fora do homem e se torna instrumento material de sua vida, em ambos os casos uma exterioridade. (SANTOS, 2006, p.72/73)

Já o sistema de ações, por sua vez, será definido como aquilo que é próprio do ser humano. É ao conjunto das ações humanas sobre os objetos e sobre si mesmos, assim como às suas motivações e consequências, que Santos se refere quando fala em um sistema de ações. Segundo ele, “as ações resultam de necessidades, naturais ou criadas. Essas necessidades: materiais, imateriais, econômicas, sociais, culturais, morais, afetivas, é que conduzem os homens a agir e levam a funções. Essas funções, de uma forma ou de outra, vão desembocar nos objetos” (SANTOS, 2006, p.82/83)

Nos três esquemas propostos por Santos, o espaço é definido a partir da interação dialética (mas também solidária) entre pares de categorias que procuram representar, de um lado uma *materialidade* (natural e cultural)⁶² e de outro, *a vida humana* simbolizada por suas (inter)ações. Sob essa perspectiva, não há *espaço* fora de um quadro sócio-cultural, da

⁶² Não pretendo sustentar aqui essa distinção. Sua apresentação se dá em conformidade (e não concordância) ao texto consultado. O próprio autor, num capítulo seguinte, problematiza essa distinção a partir da noção de *hibridismo* proposta por Michel Serres.

mesma forma que não há ação sem objetos e objetos (significados) sem as ações. O espaço de que nos fala Santos não é um espaço empírico – meramente material – nem tampouco um espaço filosófico – meramente abstrato; ele é antes e para além um híbrido que resulta da inseparabilidade entre sistemas de objetos e sistemas de ações. Os sistemas de objetos não apenas viabilizam o “fluxo” das ações como também as modificam ao mesmo tempo em que são por elas modificados. É importante destacar ainda que quando se fala em ‘objetos que se modificam’, mais do que simplesmente transformações materiais, está-se também (e, talvez, principalmente) referindo aquelas alterações substantivas, operadas ao nível dos significados e valores. É nesse sentido que Milton Santos, ao interpretar a frase de Kant “(...) os objetos mudam e criam diferentes geografias (...)”, irá dizer que,

(...)o mesmo objeto, ao longo do tempo, varia de significação. Se as suas proporções internas podem ser as mesmas, as relações externas estão sempre mudando. Há uma alteração no valor do objeto, ainda que materialmente seja o mesmo, porque a teia de relações em que está inscrito opera sua metamorfose, fazendo com que seja substancialmente outro. (SANTOS, 2006, p.96/97)

Uma outra distinção que assume especial importância no contexto de realização da presente pesquisa é aquela entre *paisagem* e *espaço*. Frequentemente tomados como sinônimos esses dois conceitos, no esquema apresentado por Santos (2006), referem-se a “coisas” diferentes. De um modo simples, partindo da definição de *configuração territorial* apresentada acima, poder-se-ia dizer que a paisagem corresponde àquela porção da configuração territorial abarcada pela visão (SANTOS, 2006). A paisagem, dessa forma, corresponde também ao conjunto de objetos “reais-concretos” (sistemas naturais mais superimposições humanas) presentes em um dado lugar. De acordo com Santos, “a paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza” (SANTOS, 2006, p.103). Note-se que o autor introduz um elemento temporal na definição de paisagem quando fala em “sucessivas relações”. Para Santos, a paisagem, diferentemente do espaço, caracteriza-se como uma composição “transtemporal”, isto é, uma construção transversal na qual coexistem objetos oriundos de diferentes tempos (objetos passados e presentes). O espaço, por sua vez, “é sempre um presente, uma construção horizontal, uma situação única” (SANTOS, 2006, p.103). Em outras palavras,

A paisagem existe através de suas formas, criadas em momentos históricos diferentes, porém coexistindo no momento atual. No espaço, as formas de

que se compõe a paisagem preenchem, *no momento atual, uma função atual*, como resposta às necessidades atuais da sociedade. (SANTOS, 2006, p.104)

A paisagem assume neste esquema um caráter de “história congelada” ou ainda “resultado histórico acumulado”. O espaço, ao contrário, emerge a cada instante, a partir dos modos através dos quais essa materialidade é *(re)significada* e das funções que desempenha no presente. Em função disso, “quando a sociedade age sobre o espaço, ela não o faz sobre objetos como realidade física, mas como realidade social, formas-conteúdo” (SANTOS, 2006, p.109), num processo contínuo de *(re)construção*. Para Santos, não existe dialética possível entre formas enquanto formas, nem, a rigor, entre sociedade e paisagem; a dialética é sempre entre sociedade e espaço, “entre um presente invasor e ubíquo que nunca se realiza completamente, e um presente localizado, que também é passado objetivado nas formas sociais (...) e geográficas encontradas” (SANTOS, 2006, p.109) e futuro anunciado nas possibilidades que elas apresentam.

É nesse sentido que o conceito de espaço será aqui tratado: enquanto um híbrido formado pela interação contraditória, mas também solidária, de sistemas de objetos e sistemas de ações. Num sentido mais restrito (relacionado aos lugares), entretanto, ao invés de falar em *sistemas de objetos e sistemas de ações*, falar-se-á em *paisagens e relações sociais*. São as interações entre essas duas categorias que procurarão ser analisadas. Além disso, a referência a *paisagens* ao invés de *configurações territoriais*, procura enfatizar o fato de se tratarem, o tempo inteiro, de descrições e relatos sobre as fisionomias dos lugares, isto é, tratam-se sempre de porções da configuração territorial abarcadas pela vista daquele ou daquela que narra.

Já a utilização da expressão *(re)construção do espaço* pretende evidenciar a natureza dinâmica e cíclica (portanto contínua) dos processos através dos quais as paisagens são significadas (isto é, transformadas em espaço) e resignificadas quando do deslocamento físico para outro lugar ou em função da passagem do tempo. Refere-se, pois, a um processo amplo que envolve além de transformações físicas, todo um conjunto de modificações (atribuições e reformulações) simbólicas a que estão submetidos não apenas os elementos materiais que constituem o meio, mas também os seres e as ações que o animam; um processo de

“destruição criadora”⁶³ de objetos, paisagens, ações e identidades. Refere-se, enfim, ao processo através do qual um “não-lugar”⁶⁴ (que é o lugar de destino) é transformado pelos seus sujeitos em um “lugar”.

Lugar

Dessa forma, um outro conceito que se torna fundamental no contexto da presente investigação é aquele de *lugar*. Conforme definido anteriormente, a partir da obra de Tim Ingold (2005), o lugar aparece não como uma posição no espaço (um espaço físico) dada em relação a um sistema independente de coordenadas, mas como um “nó” no interior de uma rede de movimentação mais ampla, denominada *região*. Sua existência é dada, portanto, em função do movimento: é através das constantes idas e vindas dos seus habitantes que os lugares são constituídos, da mesma forma que as regiões são delimitadas. Além disso, ou melhor, relacionado a isso, o autor irá dizer que “os lugares não têm posições e sim histórias” (INGOLD, 2005, p.77), uma vez que guardam sempre lembranças de chegadas e partidas anteriores (sejam elas próprias ou alheias).

Esse seu argumento advém da comparação entre dois diferentes modos de integração através dos quais os indivíduos supostamente tomariam conhecimento do seu entorno e se situariam nele. O primeiro deles, denominado *modo vertical de integração*, sugere que as particularidades locais apreendidas através da observação no chão, “são encaixadas numa concepção abstrata do espaço para formar uma representação do mundo como se estivéssemos olhando para ele de ‘cima para baixo’” (INGOLD, 2005, p.87). O segundo, contrapondo-se ao primeiro, propõe que o *modo lateral de integração* seja realizado pelo organismo como um todo, enquanto se move atentamente e intencionalmente de um lugar para o outro (INGOLD, 2005). Nesse esquema, as constantes idas e vindas, chegadas e partidas, transformam os lugares, para os seus habitantes, em “nós” no interior de uma matriz de movimentação mais ampla – a *região*. Para o autor, é remetendo-se a ela (às lembranças de chegadas e partidas anteriores) e não a algum tipo de *mapa cognitivo* (uma visão do mundo obtida do alto) que nos situamos no mundo e orientamos nossos deslocamentos no seu interior. Daí a relevância assumida pelo movimento; daí a idéia de que os lugares têm histórias e não posições. Contudo, o interessante de se reter dessa comparação, ou melhor, deste último esquema (o do

⁶³ Para utilizar a expressão presente no trabalho de Carlos Fortuna (1997) - FORTUNA, C. As cidades e as identidades: narrativas, patrimônios e memórias. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.12, nº33, fev. 1997.

⁶⁴ Um não-lugar “é um espaço destituído das expressões simbólicas de identidade, relações e história (...)” (BENKO, 1997, *apud* BAUMAN, 2001, p.120).

modo lateral de integração) é a noção de como *conhecemos* que advém dele (ou, da qual ele advém). Assim Ingold se refere a ela:

O que eu quero dizer é que conhecer, como a percepção do meio em geral, prossegue ao longo de trilhas de observação. É impossível conhecer *nos* lugares, assim como não se pode viajar neles. Ao invés disso, o conhecimento é regional: deve ser cultivado movendo-se por trilhas que conduzem em torno de, na direção de ou saindo de lugares para outros lugares. (...) À luz das considerações anteriores, preferiria dizer que nós *conhecemos enquanto caminhamos*, de lugar para lugar. (INGOLD, 2005, p.90)

Essa noção processual e dinâmica (porque pressupõe/exige o movimento) de como conhecemos, permitirá algumas inferências quanto aos modos através dos quais os migrantes (re)constroem o espaço ao longo de suas jornadas de vida. Além disso, tomando-a como ponto de partida, é possível repensar aquele conjunto de argumentos que atribuem justamente ao movimento, ou melhor, à atual intensificação dos fluxos entre lugares a emergência de uma *práxis irresponsável sobre o espaço*⁶⁵.

Nesse sentido, a referência que se faz aqui ao conceito de *lugar* pretende evocar justamente a noção de *movimento*: o movimento entre lugares, através do qual *conhecemos* e o movimento a que estão sujeitos os próprios lugares, sendo continuamente (re)construídos a partir das idas e vindas dos seus habitantes. Dito de outro modo, o *lugar* comporta movimento: encontra-se inserido num conjunto de movimentos mais amplo e se encontra em movimento (constante transformação). Essa transformação, conforme destacado anteriormente, para além daquela material (que se encontra em curso), dá-se também ao nível dos significados e valores que se modificam com o passar do tempo e em função dos deslocamentos dos seus habitantes.

Relacionado a isso, o lugar aparece também como portador de uma história. Assim, ao mesmo tempo em que se inserem no interior de uma matriz de movimento, o lugar também se insere no interior de um contexto narrativo familiar aos seus sujeitos. Daí a diferenciação entre um *não-lugar* – aquela porção do espaço destituída de “expressões simbólicas de identidade, relações e história”, para um determinado indivíduo – e um *lugar*. O encontro com um “novo mundo” (um lugar de destino), para os migrantes, envolve sempre, em alguma medida, a transformação de um não-lugar em um lugar (ou pelo menos de um lugar pouco familiar em um *lugar para si e para os outros*).

⁶⁵ Utilizando aqui, de forma inversa, a expressão proposta por Garcia (2003), quando fala sobre a necessidade do desenvolvimento de uma *práxis responsável sobre o espaço* (conforme apresentado no capítulo 3).

Por outro lado, a referência ao conceito de lugar procura evocar também a idéia de *particularidade* ou, ainda, de *proximidade*. Nesse contexto, o conceito de *lugar*, conforme o apresentam Garcia (2003) – “enquanto singularização do espaço” (GARCIA, 2003, p.43) - e Leff (2001) – “território onde a sustentabilidade se enraíza em bases ecológicas e identidades culturais” (LEFF, 2001, p.340) –, remete ao nível *local* da experiência social que se afirma em contraposição (mas não dissociação) ao nível global, caracterizado, entre outras coisas, pela homogeneização das diferenças e pela crescente desvinculação com o espaço físico. De acordo com Santos (2006),

A localidade se opõe à globalidade, mas também se confunde com ela. O mundo, todavia é nosso estranho. Entretanto se, pela sua essência, ele pode esconder-se, não pode fazê-lo pela sua existência, que se dá nos lugares. No lugar, nosso *Próximo*, se superpõe, dialeticamente, o eixo das sucessões (...) e o eixo dos tempos internos, que é o eixo das coexistências (...). (SANTOS, 2006, p.321/322)

O lugar, dessa forma, aparece referido ao *espaço particular com o qual encontramos-nos envolvidos*: aquele espaço singular porque único, próximo porque conhecido e “território” porque significado.

(Re)construção do espaço: o encontro entre “velhos e novos mundos” (dois exemplos)

Entre todos os integrantes do nosso grupo, Angela foi quem chegou primeiro a Esteio – lugar de destino e espaço de vida compartilhado por todos os envolvidos e sobre o qual recaem as atenções da presente investigação. A família de Angela, conforme dito anteriormente, sai do interior de Santa Catarina, município de Barreiros, e vem para Porto Alegre tentar a vida. Passam cerca de cinco anos na capital, o pai (que trabalhava em uma mina de carvão em Santa Catarina) trabalhando em obras e a mãe (que além de cuidar dos filhos, trabalhava também na lavoura) fazendo limpeza em pequenas e médias empresas. De lá, em função da violência circundante, vêm todos para Esteio, para a casa construída aos finais de semana pelo pai. Chegam à cidade por volta de 1974. Nessa época, de acordo com Angela, a expressão utilizada para se referir à região para a qual se mudam era “Esteio interior”: um lugar ermo, afastado do centro da cidade, com pouca infra-estrutura e casas quase nenhuma. Para se ter uma idéia (ver imagem nº 4), a Rua Santana, uma das principais vias de acesso a esta região, tinha apenas sete casas à época. Assim Angela o descreve:

(...)Então, nessa rua da Santana tinham sete casas e o resto disso aqui [refere-se a região na qual fica localizada a escola] era mato, não tinha nada (...).

Essa primeira parte da sua descrição, entretanto, não permite apreender o significado que este “novo mundo” assumia para a criança de quatro anos que até então havia passado seus dias brincando com os irmãos trancada em um pequeno pátio do qual a recordação mais viva é a imagem da corrente grande e do cadeado no portão. Este “nada” a que se refere Angela, à época lhe significou um “tudo”. Dessa forma, é na parte intencionalmente suprimida do relato acima que sua experiência se revela:

(...) Então, nessa rua da Santana tinham sete casas e o resto disso aqui [refere-se a região na qual fica localizada a escola] era mato, não tinha nada. A princípio nós nos assustamos, mas depois, assim, foi maravilhoso, porque nós corria mato a dentro, andava de cavalo, né? Para nós... a gente não tinha cerca, a gente não tinha portão... para quem vivia numa parede, né? Para nós, as crianças, assim... a minha mãe chorava muito (...). No princípio a mãe chorava muito, porque era muito longe de tudo (...). Quer dizer, pra minha mãe foi um começo difícil... mas depois... pra nós foi muito bom. Realmente, a liberdade que a gente tinha para brincar (...).

Um primeiro aspecto, então, relacionado ao processo de (re)construção do espaço, refere-se ao encontro com o “novo mundo” que é o lugar de destino. Esse encontro, inevitavelmente, envolve sempre a comparação com o lugar de origem, ou os lugares por onde passaram os migrantes - aqueles seus “velhos mundos”. Daí o título desta seção referir-se ao encontro entre “velhos e novos mundos”. Daí também, a exposição anterior e mais detalhada acerca dos significados que o conceito de lugar assume no presente texto. A idéia de lugares que se constituem a partir das constantes idas e vindas, chegadas e partidas dos seus habitantes, de que eles possuem histórias e não posições e a noção de que conhecemos *entre lugares* e não *nos lugares*, presentes na obra de Ingold (2005), podem ser evocados aqui para tentar compreender, por exemplo, as nuances presentes no relato acima apresentado.

O encontro com um mundo novo, sob essa perspectiva, é sempre mediado pela imagem e pelas histórias de um mundo velho, conhecido e significado. É a partir deste que aquele será, por suas vez, conhecido e significado. De forma análoga, poder-se-ia dizer que a resignificação de um “velho mundo” é mediada pela imagem pelas histórias (ainda que de outrem) de um “novo mundo” com o qual se tenha entrado em contato, ou em direção ao qual se empreenda uma jornada. É nesse sentido que para Angela e seus irmãos (todas crianças), em uma comparação direta com o lugar de origem e com a vida que levavam nele, o lugar de destino apresentou-se como um “admirável mundo novo”. A liberdade experimentada, a ausência de “cercas e portões” e a paisagem do lugar de destino assumiram rapidamente um valor bastante positivo para elas. No sentido inverso, a partir de uma comparação direta com o

lugar de destino e a vida que puderam nele experimentar, o lugar de origem foi profundamente ressignificado, assumindo valores negativos que, possivelmente, ainda não tinha. Um “velho” lugar que se torna “novo”; neste caso, pior. Assim ele aparece representado em sua narrativa:

(...) Se eu voltar no passado, como assim... eu (...) nasci lá, eu vivi 4 anos lá, nesse lugar em Porto Alegre, na Vila da Conceição, era horroroso, feio... uma prisão (...). Eu me lembro que a gente passava o dia brincando dentro do pátio... mas era assim um lugar bem velho e a rua a gente não via... só final de semana que o pai abria e não era rua assim [aponta para fora da sala]... era a nossa casa, era um bequinho, realmente, pra gente passar, assim (...).

Neste relato, para além da descrição do ambiente físico, Angela deixa entrever alguns dos significados assumidos pelo lugar. O que é importante de se reter, entretanto, não são os significados em si, mas o fato de que eles somente emergem após seu encontro com um “novo mundo”; após uma comparação direta com a vida que experimentou no lugar de destino. O lugar de origem, nessas circunstâncias, somente passa a ser *horroroso, feio* e representar uma *prisão* após o deslocamento e a chegada em Esteio; ele somente pôde ser considerado horroroso, feio, uma prisão quando comparado a *beleza* e a *liberdade* conhecidas no lugar de destino. É nesse sentido que Ingold (2005) fala que *conhecemos enquanto caminhamos* e que essa movimentação no interior de uma região não apenas *liga* lugares, mas também os *constitui*.

Resumindo o acima exposto, poder-se-ia dizer que o deslocamento entre um lugar de origem e outro de destino implica, necessariamente, a (re)significação de ambos: o primeiro, por comparação ao segundo, passa a ser mais ou menos valorizado; o segundo, em comparação ao primeiro, recebe uma carga simbólica inicial (mais ou menos positiva). Este esquema, por exemplo, permitiria compreender também a aparente diferença entre a experiência das crianças (Angela e seus irmãos) e dos adultos (neste caso, sua mãe) quanto ao início do processo de (re)construção do espaço. Assim, a mãe chora porque o novo lugar, em comparação com o antigo, apresenta-se ermo e isolado (talvez justamente o que ela deixou para trás quando saiu do interior de SC); ao mesmo tempo, chora porque o lugar antigo, somente agora, se lhe apresenta revitalizado, iluminado desde um ângulo que ressalta suas qualidades.

Para as crianças, talvez mais do que para os adultos, é a materialidade do lugar (e não as suas histórias) que encanta (ou não) e que permite (ou dificulta) o estabelecimento de vínculos afetivos (ao menos num primeiro momento). É com ela, em primeira instância, que irão interagir; e será mediante essas interações que irão construir suas próprias histórias, atribuir aos diferentes elementos que constituem a paisagem seus próprios significados,

transformando-os em espaço. Para os adultos, ao contrário, mesmo aqueles lugares fisicamente desconhecidos inserem-se num contexto narrativo construído a partir de jornadas anteriormente efetuadas. Na situação descrita por Angela, ao que parece, a materialidade do lugar de destino em comparação a do lugar de origem representou para ambos a mesma coisa: *maiores distâncias a serem percorridas*. Contudo, enquanto que para os adultos essas distâncias adquiriram um caráter de *resistência* (resistência ao movimento), para ela e seus irmãos significaram *liberdade* (convite ao movimento). Uma liberdade e um convite ao movimento, à experimentação, que, conforme pode ser percebido em sua narrativa, se lhes apresentaram irresistíveis:

(...) a minha rua, a Santana, (...) da descida da lomba até o final da lomba era rua, depois era trilho... que nem pra chegar perto da minha casa era um trilho assim... o resto era mato. (...) Era assim, amaricá⁶⁶, tinha muito amaricá, fechado... a gente corria no meio, andava à cavalo... tanto é que eu comentei muitas vezes que eu tomei muuuuuito banho no arroio... porque era água pura... marrom, né? Mas é por causa do barro (...) Na frente da casa do meu pai, eu disse pra mãe: “Mãe, imagina! A gente caçava... pererê⁶⁷ e perereca!” Rã, né? Meus irmão matavam a rã, eu limpava e a gente fritava em casa (...).

Tomando agora como referência o esquema proposto por Milton Santos (2006), poder-se-ia talvez dizer que para as crianças o encontro com o “novo mundo” é essencialmente um encontro com a paisagem enquanto que para os adultos o encontro é sempre com um espaço (uma paisagem já significada – a ser resignificada). Ou pelo menos que a carga simbólica e as relações sociais existentes num dado lugar, assim como a materialidade, assumem um “peso” diferente para adultos e crianças. Em boa medida, porque são os adultos e não as crianças os responsáveis pela tomada das decisões e pela escolha do lugar. Pesam sobre eles, portanto, as responsabilidades sobre essas escolhas e as expectativas daqueles parentes e amigos mais próximos, muitas vezes contrários a suas partidas. Por exemplo, em muitos relatos, são feitas referências às imagens construídas no interior das redes de sociabilidade sobre a cidade de Esteio à época dos seus deslocamentos. Expressões como “fim do mundo” ou “interior” eram usadas para se referir pejorativamente a esta região da cidade. Dessa forma, além das dificuldades estruturais e financeiras, os migrantes adultos tiveram que enfrentar ainda o preconceito e/ou a desaprovação de seus pares:

⁶⁶ Os maricazais (formação vegetal composta de Maricá - *Mimosa bimucronata*) são muito comuns em terra de várzea. Com ampla distribuição no território brasileiro (de Pernambuco ao Rio Grande do Sul), o maricá é frequentemente utilizado como cerca-viva, forrageira e medicinalmente (brotos) contra asma, bronquite e febre. Por ser uma espécie pioneira, desempenha uma importante função na recuperação de áreas degradadas, principalmente aquelas alagadas. (BACKES; IRGANG, 2002)

⁶⁷ “Outro roedor muito freqüente [nos capões e matos da Depressão Central] é o preá, animalzinho tímido e inofensivo, que em bandos de 6 a 12 indivíduos prefere a beira das matinhas e capoeiras, de cujas grammas se nutre.” (RAMBO, 2000, p. 188)

(...) “Ah! Meu Deus! vocês vão lá para o **interior** de Esteio!” (...). (Angela, referindo-se a surpresa de amigos e parentes frente a decisão da família em deixar Porto Alegre)

(...)Claro que a gente já tinha algumas recomendações, uma imagem da cidade... porque a gente sempre ouvia falar... só que os caras falavam assim: “olha, é lá no **fim do mundo...**” (...). (Seu Paulo, referindo-se as indicações que recebeu para chegar à cidade)

Toda essa carga simbólica ‘projetada’ sobre o lugar, junto aos seus demais elementos, constituiu o *espaço* com o qual se encontraram, talvez mais os adultos do que as crianças. Nesse sentido, o processo de (re)construção do espaço envolve não apenas a transformação de um *não-lugar* em um *lugar*, mas também a transformação de um *lugar como é visto pelos outros* em um *lugar para nós* e daí, novamente, num *lugar para os outros verem*. Dito em outras palavras, o processo de (re)construção do espaço, nessas circunstâncias, exige o manejo daquelas imagens, expectativas e desconfianças alheias e a resignificação do lugar não apenas para si, mas também para os outros. É como se os migrantes, nessas circunstâncias, tivessem que convencer além de si mesmos, também aos outros quanto a habitabilidade do lugar.

Um outro contraste interessante entre o lugar de origem e o lugar de destino, ou melhor, entre a condição de vida experimentada no lugar de origem e aquela *conquistada* no lugar de destino, aparece no relato de seu Luiz Armando. Seu Luiz, conforme já dito, é natural de Uruguaiana. Viveu por lá, entre banhos e pescarias no rio Uruguai, até os 17 anos de idade quando, desiludido pela falta de perspectivas de trabalho, em 1983, vem para Esteio (para a casa de um primo). Chega à cidade, portanto, aproximadamente dez anos após a chegada de Angela e sua família. E, coincidentemente, vem se estabelecer na mesma região – agora não mais denominada “Esteio interior”.

Também conforme já relatado, seu Luiz chega à cidade decidido a ficar: em apenas seis meses de trabalho, constrói uma pequena casa no terreno cedido pelo primo e traz de Uruguaiana boa parte da família. Em seguida, adquire o seu primeiro terreno, onde amplia a base estrutural (material) da família através da construção de mais três casas. Passado mais algum tempo, em conjunto com a esposa, adquire o seu segundo terreno e nele constrói mais uma casa, onde vive atualmente. Traduzindo em miúdos, seu Luiz “se fixa ao chão”, “enraíza-se” por aqui. Vivencia no lugar de destino, portanto, uma situação bem distinta daquela experimentada na terra natal:

(...) *Eu me lembro assim da minha infância (...), o primeiro lugar de moradia nossa, onde nós moramos, eu e minha mãe, era na chácara dos Telecheiros, isso lá em Uruguaiana. Porque lá era assim, tu não tinha terreno mas tinha casa. Então tu alugava o terreno e mudava com a tua casa... como uma tartaruga, com a casa nas costas (...).*

Para seu Luiz, o contraste entre o lugar de origem e o lugar de destino foi aquele entre uma vida *nômade*, instável e de constantes reconstruções, e uma vida *sedentária*, mais estável e na qual o pouco construído permanece e serve de base para novas alçadas. Em alguma medida, foi essa a sua busca e também a sua conquista. O lugar de destino, nesse sentido, em comparação ao lugar de origem significou a possibilidade de realização do sonho; um sonho que não se relacionava diretamente à paisagem do lugar, à sua configuração territorial, mas que tinha na materialidade do “chão” seu fundamento; um sonho que, por isso, remetia às relações sociais pré-existentes e também àquelas possíveis, através das quais pudesse se concretizar. Do encontro entre os “velhos e novos mundos”, portanto, a realização de uma busca:

(...) e o que eu mais queria na minha vida era terra, pra mim, terra minha que eu pudesse dizer “é meu!”, “o chão é meu!”, justamente porque eu não queria a vida da minha mãe: viver mudando com uma casa nas costas, entende? Vinha o dono da terra: “têm que me entregar!” Lá tinha que desmanchar o que era teu: estábulo dos cavalos, cocheiro dos bichos... carregar tudo de caminhão e sair (...).

(...) Eu aqui, eu consegui duas coisas que eu queria, os sonhos que eu tinha, de criança, de pequenininho, de ter a minha casa, de ter o meu terreno, entende? De ver a minha mãe dentro do que era dela... num terreninho dela, que não precisasse mudar... e isso eu consegui dar para minha mãe (...).

A transformação do não-lugar em lugar, isto é, a (re)construção do espaço no lugar de destino, para seu Luiz, deu-se através da “terra”, daquela parcela de chão tão sonhada e honestamente conquistada. Ao “fincar aqui suas raízes”, ao encontrar no lugar de destino as possibilidades de sobrevivência e consecução dos seus sonhos, justamente aquilo que lhe faltava na terra natal, seu Luiz transforma o lugar de destino literalmente em “sua terra”:

(...) Eu, para mim, hoje em dia, eu vivo em Esteio e Esteio é o meu lar, Esteio é a minha cidade... Não trocaria sair de Esteio para voltar para Uruguaiana. Entre Uruguaiana e Esteio eu ficaria em Esteio até morrer. (...) Esteio realizou as minhas coisas e eu me realizo com Esteio, entende? (...).

No quadro desenhado acima, o espaço (re)construído assume um valor positivo, isto é, é resignificado por aquilo que possui e que faltava ao lugar de origem. O lugar de origem, por sua vez, é resignificado em função do que foi encontrado ou obtido no lugar de destino, tendo suas carências postas em relevo. Fica “guardado” na memória, então, mais por aquilo que não tinha, do que pelo que lhe era próprio e característico; ou, na melhor das hipóteses, por um conjunto equilibrado das duas coisas. Este último caso, ao que parece, caracteriza melhor a relação de seu Luiz com “sua Uruguaiana”. Em suas lembranças, ao mesmo tempo em que ela aparece representada, em diferentes tonalidades de verde, pelas imagens dos campos e dos

matos de “chirca”⁶⁸, dos arroios e das margens do rio Uruguai, ela é a lembrança viva de uma vida em trânsito (um trânsito imposto e não escolhido) e da falta de oportunidades, de perspectivas de crescimento. A partir da definição de espaço proposta por Santos (2006), poderíamos inclusive sugerir que, em relação ao lugar de destino, a paisagem do lugar de origem assume um valor positivo, enquanto as relações sociais que a animam assumem um valor negativo. Esse balanço entre positividade e negatividade, entre uma paisagem saudosa e um modo de vida (resultado do conjunto das relações sociais) do qual não se sente falta, essa “imagem” que a terra natal assume para seu Luiz, encontra-se belamente traduzida em uma *gravura*⁶⁹, afixada numa das paredes de sua casa (imagens n° 9 e 10).

Nela, inserida numa paisagem campestre, numa vasta planície que somente à linha do horizonte (do lado direito) deixa entrever algumas elevações, jaz uma pequena casa, uma choupana abandonada. Do telhado restaram apenas as estruturas; das portas e janelas apenas os quadros vazios (encontram-se abertas). Atravessada, quase de lado, a casa tem sua frente voltada para o lado esquerdo (inferior) do desenho, lugar para onde também apontam as sombras representadas. Neste mesmo lado, à frente da velha casa portanto, em primeiro plano, uma grande figueira se “espalha” para o alto e para os lados, destacando sua copada escura frente ao céu coalhado de nuvens. À sua sobra além de um cavalo pastando encontra-se, encostada em seu troco, a roda de uma carroça. Do outro lado da gravura, mais próxima à casa, uma outra árvore, esguia e desfolhada se destaca frente a outras muito mais distantes.

Mesmo sem nunca ter ido à Uruguaiana, quando vi a gravura pela primeira vez, de imediato me remeti para lá. O campo, a figueira, a roda da carroça, o cavalo pastando e a própria choupana, compõem, ao menos em meu imaginário, uma típica paisagem da campanha gaúcha. Uma paisagem que encanta pelo pitoresco. Contudo, quando olhamos mais de perto, justamente a casa, o símbolo da morada, da ligação do homem com o lugar, com a terra, em função da porta e das janelas abertas (talvez arrancadas) e principalmente da *ausência das telhas*⁷⁰, não nos convida à permanência; pelo contrário, sugere um seguir adiante, um seguir em frente que deixa para trás apenas vestígios daquilo que um dia *foi*.

⁶⁸ O espinilho (*Acacia caven*) é uma das árvores mais características da campanha gaúcha. De porte médio com tronco armado de espinhos é muito conhecido por sua madeira, utilizada para carvão e lenha e pela facilidade de propagação. A área de dispersão natural compreende a região central do Chile, centro-leste da Argentina, Paraguai e Uruguai e no Brasil somente na região oeste do Estado do Rio Grande do Sul. (MARCHIORI, J. N. C. *Anatomia da madeira e casca do espinilho, Acácia caven* (Mol.) Mol. Ci Flor. Santa Maria, V.2, n. 1, p.27-47, 1992)

⁶⁹ “As verdadeiras imagens são *gravuras*. A imaginação grava-as em nossa memória. Elas aprofundam lembranças vividas, deslocam-nas para que se tornem lembranças da imaginação.” (BACHELARD, 1993, p.49)

⁷⁰ “(...) Então, tu alugava o terreno e mudava com a tua casa... como uma tartaruga, com a casa nas costas (...) Tiravam o telhado, tiravam as telhas... só deixava a armação dela... aí vinham vinte, trinta homens ali, botavam umas tábuas assim [gesticula indicando a direção] e empurravam para cima do caminhão... e levavam (...)” (Seu Luiz, explicando como faziam para transportar as casas)

Complementando o quadro ao mesmo tempo belo e desolador, destacam-se o tronco esguio e sem folhas ao lado da casa, sugerindo a iminência do inverno⁷¹, a luminosidade difusa e as sombras projetadas, típicas das últimas (ou das primeiras) horas do dia, e, por fim, a ausência de cores.

Quando perguntado sobre os significados do pequeno quadro, se Luiz diz o seguinte:

(...) Ele me lembra a minha terra natal, Uruguaiana... ele me lembra, assim, no caso, a desilusão que a gente tinha lá... de não ter um progresso na vida, assim... a falta de prosperidade. De ser um lugar... eu não vou dizer atrasado porque nada é atrasado na vida, mas... um lugar parado no tempo (...). Alí [refere-se a gravura], no caso, alí simboliza uma terra que foi abandonada... que foi desertificada pelos donos. Se tu for à Uruguaiana e encontrar uma terra deserta é aquilo alí... a casa vai desabando, vai ficando um cavalo ou outro na beira do rancho, os donos vão embora, as pessoas que trabalhavam alí... Até voltar novos donos, fazer novas construções, voltar a criar alguma coisa em cima. [volta-se para a gravura] Mas lembra bem a terra lá (...)

Lembranças que conectam passado, presente e futuro - memória, cotidiano e projeto - e que, ressignificam constantemente tanto o lugar de origem (que vai perdendo suas cores, ganhando outras tonalidades) quanto o lugar de destino (iluminado sempre desde outros ângulos). Poder-se-ia dizer, então, que o processo de (re)construção do espaço, assim como a experiência da migração, envolve sempre “velhos e novos mundos”: “velhos mundos” que se tornam novos, diferentes, melhores ou piores, quando do encontro com um “novo mundo”; “novos mundos” que se tornam lugares, melhores ou piores, em comparação com aqueles “velhos mundos” e em função daquilo que neles se faz. Seja pelo contraste entre feiúra e beleza, entre restrição e liberdade, entre movimento imposto e repouso conquistado, o encontro entre passado e presente, entre “velhos e novos” mundos, projeta sempre algum futuro; anuncia, ainda que nas ‘entrelinhas’, alguns dos seus possíveis desdobramentos.

(Re)construção do espaço: a passagem do tempo e as transformações do lugar de destino.

O encontro entre “velhos e novos mundos” não se dá apenas mediante o deslocamento físico no espaço. Ele se processa também em função da passagem do tempo, num mesmo lugar que se transforma (é reconstruído) continuamente. Assim, tendo como referenciais a seqüência dos “velhos mundos” efetivamente experimentados, defrontamo-nos sempre com um mundo “novo”, a ser conhecido, significado e tornado ponto de partida para a

⁷¹ “De todas as estações, o inverno é a mais velha. Envelhece as lembranças. Remete a um passado longínquo.” (BACHELARD, 1993, p.57)

continuidade da caminhada. Caminhamos, portanto, ainda que permaneçamos em um mesmo lugar.

O lugar com o qual se encontraram (uns com os outros e consigo mesmo) os integrantes do nosso grupo se transformou significativamente desde as suas chegadas. Num processo contínuo de substituição do “velho” pelo “novo” e de transformação do “novo” em “velho”, os sujeitos entrevistados foram recriando seus espaços de vida, suas relações com os diferentes elementos do espaço, suas relações uns com os outros e com si mesmos; ajustaram-se às formas pré-existentes ao mesmo tempo em que as ajustaram aos seus desejos e necessidades; estiveram sujeitos ao espaço ao mesmo tempo em que foram os seus sujeitos. Ao longo de suas histórias, um pouco de toda essa trama se deixa apreender, revelando o lugar por trás das pessoas e as pessoas por trás do lugar; ou, talvez ainda melhor, o *lugar através das pessoas e as pessoas através do lugar*.

Nas linhas que seguem, tomando como referência fundamental as histórias construídas ao longo dos nossos encontros, procurarei explorar as relações estabelecidas (ou não) pelos entrevistados com três ‘espaços’ do lugar: o *arroio* (arroio Sapucaia), o *mato* (horto florestal da Refap) e o *banhado* (atual Bairro São José). Através delas, acredito, será possível evidenciar como as relações com determinados elementos do espaço (ou ‘espaços’ do lugar) se modificam com o passar do tempo e/ou os diferentes significados (dimensões) assumidos por eles para os seus sujeitos.

O arroio

Gaston Bachelard (1993), quando nos fala sobre a experiência da imensidão - sobre como muitas vezes é justamente uma *imensidão interior* que dá seu verdadeiro significado a certas expressões que vemos no mundo exterior⁷² -, tece algumas considerações acerca da dimensão temporal da Floresta (entendida enquanto imagem). De acordo como ele, no vasto mundo do não-eu, a floresta se apresenta como “um antes-de-mim, um antes-de-nós” (BACHELARD, 1993, p.194). Sua temporalidade abarca sempre, no mundo da imaginação, um período de tempo superior ao de qualquer história: “a floresta reina no antecedente” (BACHELARD, 1993, p.194). De modo análogo, poder-se-ia repensar a presença do arroio nas lembranças dos sujeitos entrevistados.

Dentre todos os atuais componentes da paisagem, o arroio é certamente o mais antigo. Seja no que concerne à sua dimensão física e ecológica (neste caso uma presença que remonta

⁷² BACHELARD, G. *A poética do espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 1993 (Coleção Tópicos). p. 191.

aos tempos mais longínquos, anteriores a qualquer manifestação humana no local), seja à sua história (uma presença constante nas lembranças e relatos dos habitantes do lugar), o arroio “reina no antecedente”. É certo que quando falam sobre ele, as mulheres e os homens integrantes do nosso grupo recorrem mais às próprias lembranças do que a algum tipo de contexto narrativo mais abrangente, isto é, a lembranças de outros compartilhadas vicariamente; contudo, por trás de todos os relatos há a consciência implícita do arroio como um “antes-de-mim”, um “antes-de-nós”. Mas o arroio também “reina no antecedente” em função de sua situação atual: para muitos dos entrevistados é como se ele tivesse já desaparecido, mantendo-se vivo apenas em suas lembranças e recordações.

Para aqueles recém chegados, o lugar de destino sempre resguarda surpresas. Revela-se surpreendente, portanto, seja em função dos seus encantos, seja devido às suas mazelas. Entre os integrantes do nosso grupo, os primeiros a chegarem à cidade tiveram a oportunidade de conhecer o arroio revestido de seu máximo encanto. Íntegro, protegido e circundado pelo mato (sua mata ciliar) e por extensas áreas alagadas (banhados), este arroio “primordial” constituiu-se para os primeiros habitantes do lugar num *espaço de lazer* por excelência; em alguns casos, ainda, numa *extensão do ambiente doméstico* (principalmente daquele destituído de infra-estrutura básica). Assim, enquanto uns (de um modo geral, umas) procuravam as suas águas para lavar roupa, a maioria o freqüentava nas horas vagas, em busca de diversão, relaxamento ou “refresco” nas tardes quentes do verão:

(...) Bem aqui assim [indica um ponto mais ou menos na altura da atual avenida Padre Antônio Vieira – ver imagem ° 4], tinha uma poça, que eles chamavam, que os guris dava ponto de cima do barranco, que era a parte mais funda... e mais aqui assim [indica uma região à jusante da primeira, mais ou menos na altura do atual bairro São José – ver imagens n° 2,3 e 8], aí era uma prainha assim (...).No final de semana meus pais iam todos [Refere-se também aos pais dos amigos]; ficavam ali a tarde toda (...). (Angela)

(...) É, como ela [refere-se à Angela] falou... tinha o poço e a prainha. Eu mesmo já tomei banho ali, várias vezes... Tomava conta dos guris, mas tava de calção (...). (Paulo)

(...) O arroio era muito bom... eu não tomava banho na época, mas eu lavava roupa. Ia pra lá, levava as crianças para brincar, cuidava das crianças, que eram os meus irmãos, né? A gente ficava lá de tarde. No final de semana, o meu pai, a minha mãe, a gente ia tomar chimarrão, final de semana, assim, detardezinha, nas folgas do meu pai (...). Era bem fresquinho (...). Tinha gente que fazia piquenique, vinha gente de fora (...). (Maria Clair)

O arroio, nestes primeiros tempos, era um atrativo desta região da cidade. Caracterizava-a para aqueles seus habitantes assim como para os que ‘vinham de fora’. Além disso, aos recém chegados (chegados para ficar), constituía-se num ponto de ancoragem através do qual iniciavam ou aprofundavam o estabelecimento de vínculos afetivos com o lugar. Um ‘espaço’ estimado por todos, mas principalmente pelas crianças. Tamanho era o fascínio exercido pelo arroio sobre estas que, a despeito dos alertas e castigos que recebiam dos pais (no caso de desobediência às restrições impostas), arriscavam-se em “escapadas” furtivas para lá. Para elas, o arroio mais do que um simples espaço de lazer, apresentava-se também como um *espaço de transgressão*:

(...) Então assim ó, nós almoçávamos meio-dia e, era tudo verão, ninguém estudava, aí a gente cuidava que a vizinha do lado, que ela sempre dormia, e saia correndo pelo meio dos amaricá para ela não nos ver, né? Pra ir lá pro arroio. Aí a gente ficava a taaaarde inteira. (...) Aí, quando chegava de noite, o meu pai chamava a minha irmã [refere-se à caçula] e conversava com ela: “Vem cá falar com o pai, menina do pai, vamos conversar. O que vocês fizeram hoje?” [a irmã]: “tomamo banho de aloio, banho de aloio...”. Aí o pai chamava e a gente apanhava, todo mundo. Aí no outro dia a gente ia de novo (...). (Angela)

As restrições impostas pelos pais projetam sobre este espaço uma carga simbólica específica, introduzindo na relação das crianças com ele um elemento de incerteza, de insegurança. Dessa forma, além dos encantos, também os perigos (uma dimensão mais sinistra) do arroio começam a se lhes apresentar (ainda que num primeiro momento de forma pouco nítida). Esse quadro evidencia também uma alguma diferença entre os significados assumidos pelo arroio para os adultos e para as crianças. Enquanto que para estas, apesar do receio dos pais, ele continuava atraindo mais do que repelindo, para aqueles o arroio, ao mesmo tempo em que se constituía num espaço de lazer (principalmente aos finais de semana), era um elemento *ameaçador* por perto.

Todo esse quadro de insegurança e desconfiança possivelmente tenha emergido a partir de acontecimentos concretos como o seguinte, relato por Angela e Maria Clair:

(...) Aí, quando morria alguém, eles passavam dois, três dias sem ir no arroio, de medo [gesto de aversão]. (Maria Clair)

(...) Eu lembro que tinha um rapaz de 16 anos [Maria Clair fala: “o filho da dona Chica”]. Ele veio. (...) a gente ficou na prainha... aí eles resolveram vir pro poço, esse poço que tinha aqui, porque era realmente bem alto o barranco. E ele foi... Aí nós tava tudo brincando na prainha e ele foi, pulou... e... todo mundo pulando... Esperaram e um gritou: “cadê o fulano?! cadê o fulano ?!” E começou a dar aquele desespero... Aí a minha irmã pegou eu e a minha outra [irmã], contou nossos irmãos e “vamo embora! vamo embora!” E aí começou aquele desespero... (...) No outro dia os homem-rã vieram e aí eu lembro, porque eu fui na época, o desespero daquela mãe gritando na beira do arroio pelo filho. Aí acharam ele [alguns dias depois] mais lá embaixo, nos amaricá(...). Aí nós ficava assim, um tempo sem ir,

né? Porque o meu pai dizia assim: “Meu Deus! Porque não pode, porque não sei o quê,...”.
(Angela)

Acidentes como esse, não apenas confirmavam (criavam condições para a emergência de) os receios dos pais, como também tornavam nítidas (pungentes) para as crianças aquelas dimensões menos atrativas (e bastante mais assustadoras) do arroio. E assim, aos poucos, arroio deixava de ser o que era para se tornar outro, ainda que materialmente o mesmo. De acordo com Santos (2006), um “novo padrão espacial pode dar-se sem que as coisas sejam outras ou mudem de lugar” (SANTOS, 2006, p.96). Isso, conforme explicitado anteriormente, justifica-se uma vez que cada padrão espacial é constituído, para além de sua materialidade, pelo atravessamento de um conjunto de forças, relações sociais que o anima e (re)significam. Neste esquema, o arroio aparece enquanto um padrão espacial, ou ainda uma forma-conteúdo⁷³, que tem seu valor alterado em função de acontecimentos específicos. Ele se transforma significativamente sem que haja mudanças profundas em sua constituição física. Nas palavras de Santos:

(...) o mesmo objeto, ao longo do tempo, varia de significação. Se as suas proporções internas podem ser as mesmas, as relações externas estão sempre mudando. Há uma alteração no valor do objeto, ainda que materialmente seja o mesmo, porque a teia de relações em que está inscrito opera sua metamorfose, fazendo com que seja substancialmente outro. (SANTOS, 2006, p.97)

Mais ou menos no mesmo período – final da década de 70 – o processo de urbanização da região se intensifica. Em um primeiro momento, além do avanço “regular” representado pelo loteamento e venda de áreas privadas, a ocupação do território também se processa mediante uma dinâmica de invasão e venda das áreas verdes contíguas ao arroio (ver imagens nº 6 e 7). Essa dinâmica, até certo ponto (até certo momento), “artesanal” de ocupação das terras do lugar implicou um aumento significativo do número de casas nas margens ou cercanias do arroio, projetando sobre ele uma segunda carga simbólica: a incerteza quanto à qualidade de suas águas. Os medos e receios que antes se assentavam apenas nas

⁷³ “A cada evento, a forma se recria. Assim, a forma-conteúdo não pode ser considerada, apenas, como forma, nem, apenas, como conteúdo. Ela significa que o evento, para se realizar, encaixa-se na forma disponível mais adequada a que se realizem as funções de que é portador. Por outro lado, desde o momento em que o evento se dá, a forma, o objeto que o acolhe ganha uma outra significação, provinda desse encontro. Em termos de significação e de realidade, um não pode ser entendido sem o outro. (...) A idéia de forma-conteúdo une o processo e o resultado, a função e forma, o passado e o futuro, o objeto e o sujeito, o natural e o social. Essa idéia também supõe o tratamento analítico do espaço como um conjunto inseparável de sistemas de objetos e sistemas de ações.” (SANTOS, 2006, p.102/103)

probabilidades de ocorrência de um acidente (afogamento) – e que podiam ser minimizados através da presença atenta e cuidadosa dos pais -, a partir de então passa a se assentar também num terreno bem mais instável. Ao perigo “invisível” presente nas águas (agora impuras) todos e todas estavam igualmente sujeitos, independente do quão cuidadosos fossem. O arroio, pouco a pouco vai sendo destituído de sua condição de *espaço de lazer*:

(...) Por isso que eu digo: aí o arroio ficou, começou a ficar inviável. Por que aí eu lembro que começou a fazer aqui [refere-se à construção da Vila Olímpica] e a gente continuava tomando banho de vez em quando. Mas aí começaram essas casas que é bem na beirada ali... Começou uma casa, e outra casa (...). O pai dizia assim: “não quero mais vocês tomando banho no arroio porque as pessoas estão largando as descargas do banheiro para dentro do arroio e vocês vão ficar tudo cheio de pereba, feridas na pele...”. (Angela)

(...) O que aconteceu com alguns, né?(Maria Clair, referindo-se às doenças de pele)

A ocupação da mata ciliar do arroio, mais do que apenas a projeção de um conteúdo simbólico desencadeia o início de sua desestruturação ecológica. Inicia-se, portanto, um segundo estágio de alterações no arroio: para além daquelas mudanças ao nível dos significados e valores, iniciam e se intensificam aquelas mudanças estruturais, cada vez mais extensas e profundas. Tomando como referência o esquema proposto por Santos (2006), poder-se-ia falar numa interação dialética entre a paisagem e as relações sociais. Num primeiro momento as relações sociais se “ajustam” às formas pré-existentes, transformando-as mais ao nível dos conteúdos simbólicos do que materialmente - transformação de formas-objeto em formas-conteúdo (SANTOS, 2006). Já num segundo momento, essas relações sociais transformadas passam a “ajustar” as formas às suas necessidades, promovendo além de alterações simbólicas também aquelas de ordem material.

Poder-se-ia ainda dizer que, neste momento de sua história, o arroio é atravessado pela projeção de diferentes cargas simbólicas que promovem (exigem) modificações nos modos de relação com ele: enquanto o medo de acidentes exige por parte dos seus frequentadores um desfrute comedido, cuidadoso, o medo de “contaminação” biológica desencoraja qualquer tipo de desfrute. Para os que chegam depois, portanto, o lugar de destino passa a surpreender também por suas mazelas. Contudo, a impureza das águas, conquanto trate-se de um “perigo invisível”, emana de fontes visíveis e, portanto, “contornáveis”:

(...) Aí o que a gente fazia: tomava banho antes das casas (...). (Angela)

Uma solução, entretanto, que teve curta duração. Com a intensificação massiva da urbanização do lugar, consolidada através do loteamento da maior parte das terras contíguas ao arroio (atuais bairros: Vila Olímpica, Parque Santo Inácio e Jardim Planalto – ver imagens n° 2 e 3), também os ‘contornos’ se tornam inviáveis: o arroio enquanto espaço de lazer e/ou transgressão *deixa de ser*, definitivamente.

(...) Aí essa canalização todinha aqui da Olímpica, que era um monte de cano, desce nessa rua que é a Taquara [ver imagem n° 4] direto e emboca no arroio, tudo! Toda a canalização daqui, fazia assim [gesticula, indicando o ‘caminho’ dos canos] e saia para lá [em direção ao arroio]. (...) Aí foi ficando inviável, e foi... se perdeu tudo aquilo assim: o lugar para tomar banho, o lugar para jogar bola, o lugar para brincar... Aí se acabou (...). (Angela)

Escondido atrás das casas, maculado por seus dejetos e detritos, o arroio, hoje, jaz quase esquecido. A relação atual dos sujeitos entrevistados para com ele é, diretamente, a mínima possível (inevitável): não mais o freqüentam, não mais o procuram, nem sequer o vêem. Por não ser visto, o arroio acaba não sendo pensado. Sua situação atual, apesar de ser conhecida por todos, somente é ‘vivenciada’ por aqueles que habitam as suas margens - em última análise, os únicos diretamente envolvidos com ela (seja no que concerne a sua produção, seja no que se refere à busca de soluções). Os demais, ao que parece, procuram esquecê-la. Quando perguntados sobre as suas relações atuais com o arroio, seu Luiz e Maria Clair dizem o seguinte:

(...) Hoje em dia muito pequena. Muito pequena porque não se tem mais acesso ao arroio (...). Mas do arroio para o que ele era, hoje em dia ele corre como daqui alí à parede [indica um espaço pequeno entre ele e a parede da sala]... é um varãozinho d’água... o espaço de terra aberto é enorme, o senhor não consegue pular ele, nem com uma vara... entende? Se for quere cruzar tem que botar uma escada de fora a fora, fazer uma ponte... ou só descendo e atravessando ele lá embaixo. Mas ir até em cima como o arroio ia... [gesticula negativamente]. (...) Mas aí, tu vai alí tu te decepçiona, porque é muito lixo, é sofá velho, é pneu, tudo o que tu não usa (...). O arroio é tipo uma lixeira (...). (Luiz Armando)

*(...) A última vez que eu fui ali embaixo [refere-se ao Bairro São José], que eu vi o arroio, foi quando eu fui na casa dela [refere-se a irmã que morava na beira do arroio; há três anos atrás]. (...) Tem bastante gente que mora na beira do arroio, que a gente conhece de anos... e então, quando eu ia ali embaixo, na casa da minha irmã, eu já ia na casa dos conhecidos, né? **Daí eu via o arroio**, ia nos fundos da casa, daí dava pra ver... Mas como eu não tenho ido mais lá pra baixo... Mas a última vez que eu vi achei feio, água escura, bastante lixo, bastante coisa atirada (...). (Maria Clair)*

Conforme é possível perceber nestes relatos, o arroio dificilmente é visto: por um lado em função da barreira física que são as centenas de casas construídas às suas margens; por

outro, a paisagem que se revela a cada encontro acaba desestimulando o reencontro – constituiu, pois, como que uma barreira simbólica; mais uma a separá-los. Uma separação imposta, mas cada vez mais desejada.

O arroio, da maneira com que se apresenta hoje, assume para os sujeitos entrevistados um valor de *ruína*. Uma ruína no sentido físico e ecológico de sua existência; um fragmento do passado no presente. Carlos Fortuna (1997), no trabalho referido anteriormente, irá dizer que existem, fundamentalmente, dois sentidos em que as ruínas podem ser interpretadas como sinais do passado no presente: um primeiro, mais pessimista, onde “as ruínas ilustram transitoriedade e decrepitude” (FORTUNA, 1997, p.132); e um segundo, mais otimista, no qual “as ruínas são realmente fragmentos e sinais do passado” (FORTUNA, 1997, p.132). Nesse primeiro sentido, as ruínas refletem a decadência (substituição) dos conjuntos de relações sociais anteriores e dos modos de vida que lhe eram característicos; não representam, pois, o passado, mas “ilustram antes um presente sem futuro, a ser vivido aqui e agora, ao sabor da satisfação pessoal dos sujeitos” (FORTUNA, 1997, p.132). Já no segundo, seja em função da beleza e harmonia de suas formas, seja devido a evasão do presente experimentada a partir delas, as ruínas nos “reconfortam”, promovendo um sentimento de bem estar (FORTUNA, 1997).

No que concerne ao quadro desenhado em seus relatos, é possível afirmar que, se o arroio se lhes apresenta como uma *ruína*, certamente é interpretado desde o primeiro dos dois sentidos apresentados acima. O arroio atual, de fato, ilustra “transitoriedade e decrepitude”; representa mais um “presente sem futuro” do que o passado do qual decorre. Em alguma medida, é como se existissem dois arroios distintos: aquele presente nas lembranças e recordações e *outro* atual; ou, talvez ainda melhor, dois *espaços* distintos, separados na linha do tempo por acontecimentos específicos: de um lado o “*riacho*”⁷⁴ e do outro o “*valão*”.

Assim, mais do que nunca, o *arroio* “reina no antecedente”. Seu atual estágio de degradação, ou melhor, a impossibilidade de suportar a imagem de sua agonia, remete os habitantes do lugar àquele espaço de outrora, remanescente em suas lembranças. Em última análise, é com este e não com aquele que se relacionam atualmente os integrantes do nosso grupo. Dito em outras palavras, a *relação atual* com o arroio é cada vez menos uma relação com o *arroio atual* (e cada vez mais uma relação nostálgica com um passado recente). Por um lado, essa estratégia de sobrevivência, uma vez que se fundamenta no reencontro com aquele ‘espaço’ perdido, pode reavivar nos seus sujeitos alguns dos sentimentos que estiveram por

⁷⁴ “(...) No começo a gente do Parque Santo Inácio vivia quase sem estruturas, sem coleta de lixo, sem ônibus, escolas poucas e longe, lazer para os guris apenas o *riacho* que passa ao lado da Refap (...)” (Seu Paulo – depoimento escrito – grifo meu)

trás das relações estabelecidas com ele e, quem sabe, acabar reaproximando os “dois arroios”. Por outro lado, pode acabar restrita aquela sua dimensão de fuga e assim “selar” de vez o afastamento. Justamente o alerta que nos faz Fortuna:

Recordar transporta-nos para outro tempo e, desse modo, para outro lugar. É nisto que reside o perigo da memória. Se o tempo é um lugar, o passado é uma terra distante e o nosso receio, uma fuga ao confronto com o outro. Esta, por sua vez, uma fuga ao encontro conosco próprios. (FORTUNA, 1997, p.139).

O “mato”

Se dentre todos os atuais componentes da paisagem o arroio é o mais ‘antigo’, o “mato” da Refap é certamente o mais imponente, o mais visível, aquele mais presente. Por aproximadamente três quilômetros, milhares de eucaliptos acompanham o curso d’água, edificando como que uma espécie de muralha do “lado de lá” do arroio (ver imagem n° 1). Assim, enquanto o arroio “reina no antecedente” em função das transformações a que foi submetido, o mato reina no presente, por aquilo que é na forma em que se apresenta. Para aqueles que chegaram ao lugar após o início da década de oitenta, além disso, o mato se apresenta como o elemento constante da paisagem. Sofreu pequenas modificações de lá para cá, sendo a maioria delas resultado do próprio crescimento das árvores. Essa *imensidão* verde sugere aos habitantes do lugar, e de modo particular aos sujeitos entrevistados, imagens diversas às quais são atribuídos significados igualmente variados. Por outro lado, o mato é um *elemento histórico*, isto é, tem uma história relativamente recente e da qual participaram alguns dos integrantes do nosso grupo. É fruto do engenho humano e vem desempenhar no lugar funções bastante específicas, a maior parte das quais, ao que parece, passa despercebida pelos seus habitantes. Enfim, o mato simboliza um limite, uma zona proibida, raramente acessada. É, pois, o símbolo de uma presença que se dissimula por trás de sua imponência; uma verdadeira presente-ausente, conforme pode ser sugerido a partir dos seus relatos e histórias.

De acordo com seus depoimentos, a constituição do mato remonta ao final da década de setenta⁷⁵. Conforme contam aqueles que já haviam se estabelecido na cidade nesse período, o terreno do lado de lá do arroio, onde predominava o “mato comum” (assim como do lado de cá), foi “devidamente” preparado para o plantio; além disso, foram os próprios moradores do local a mão de obra empregada para sua implementação:

Tinha o arroio e depois amaricá, mato comum. Aí a Petrobras veio, passou a máquina e limpou, ficou limpo (...). Aí, eles começaram a pedir para nós, para a gurizada, convidando; pagavam centavos para plantar mudinha [eucalipto]. Os meus irmãos plantaram muito (...). O meu irmão apanhou muito por isso... Porque ele matava aula para ir lá plantar, para ganhar dinheiro... Então assim, o meu irmão, os guris da rua ajudaram a plantar. Aí depois foram crescendo esses eucaliptos⁷⁶, que antes não tinha (...). (Angela)

De acordo com Angela, essa “limpeza” teria ocorrido já no final da década de setenta, mais ou menos no mesmo momento em que, do lado de cá, iniciavam as obras de terraplanagem (derrubada do mato) para a construção da atual Vila Olímpica. Maria Clair que chega a esta região da cidade em 1979, conta que antes do plantio (provavelmente após a derrubada do mato nativo) os dois mundos (representados pelo lado de cá e o de lá do arroio) se encontravam através da visão:

(...) Depois com o tempo a gente já não conseguia mais ver o outro lado que nem a gente via. A gente via bem direitinho do outro lado, como é que era tudo, como é que não era... Depois começou a crescer e aí a gente não via mais nada (...). (Maria Clair)

Num segundo momento, então, a “limpeza” do terreno dá lugar ao plantio de milhares de mudas de eucalipto, trabalho esse realizado em “parceria” com os moradores locais. Iniciava aí a consolidação da separação visual (e conforme pretendo argumentar, também cognitiva) entre dois mundos: aquele representado pela atividade industrial (neste caso uma refinaria de petróleo) e aquele representado pelo cotidiano experimentado numa periferia urbana em expansão. Conforme contam, esse trabalho garantiu, por algum tempo, o sustento

⁷⁵ Procurei no site da empresa informações que pudessem ser cruzadas àquelas construídas durante a pesquisa, mas não encontrei nenhuma indicação precisa. A única referência existente e que neste caso corrobora os tempos indicados em suas narrativas, é a de que “em 1977, a Refap pôde diversificar as atividades produtivas, expandindo os excedentes de óleo combustível para derivados com maior valor agregado, como diesel, GLP e gasolina. Paralelamente, se intensifica o compromisso ambiental da companhia, que passa a investir ainda mais em ações que valorizam a vida e a natureza”. (Disponível em: <http://www.refap.com.br/refap_historico.asp> Acesso em: 20/01/2007)

⁷⁶ O eucalipto (*Eucalyptus sp.*) espécie nativa da Austrália e Pacífico Sul, foi introduzida no Brasil por interesse florestal e ornamental, tendo como uso econômico a produção de madeira serrada e celulose. Tem grande capacidade de transformação de sistemas abertos em sistemas fechados (arbóreos), com perda de biodiversidade por sombreamento, pode alterar regimes hídricos em ecossistemas abertos e também dominar gradativamente o ambiente, contribuindo para alteração de paisagem e de valores culturais associados. (Fonte: Instituto Hórus de Desenvolvimento e Conservação Ambiental / The Nature Conservancy. Disponível em: <http://www.institutohorus.org.br/trabalhosa_fichas.htm> Acesso em: 07/07/2006)

de muitos habitantes; principalmente daqueles recém chegados ao lugar e que vieram se estabelecer nas áreas verdes contíguas ao arroio. O mato, dessa forma, pelo menos para esses moradores mais antigos, remete não a um *antes-de-mim* ou a um *antes-de-nós*, conforme a floresta descrita por Bachelard, mas é localizado no *comigo*, no *conosco*. Maria Clair, que acompanhou de perto esse processo, revela algumas de suas dimensões:

(...) Eu lembro assim, da mãe plantando aquilo ali, de pessoas interessadas em plantar também, para tirar o sustento, né? Porque estavam desempregadas, queriam ganhar dinheiro e tal... e o orgulho de outras pessoas que ajudaram a fazer aquilo ali, da minha mãe mesmo, de dizer: “pô, eu ajudei a plantar aquele mato ali”. No caso da minha mãe, ela ajudou e ela ainda fala e se lembra direitinho... Aquele mato ali é uma boa recordação que eu tenho, porque eu estou sabendo que amigos meus e a minha mãe plantaram e dali a gente tirou o sustento, por um bom tempo (...). (Maria Clair)

Para a mãe de Maria Clair, o mato, mais do que um elemento da paisagem, apresenta-se como um resultado de sua ação. Através dele, ela não apenas garantiu o sustento da família em tempos difíceis, como também se tornou um *sujeito da paisagem, sujeito da história do lugar*. O mato é um ‘espaço’ do lugar que ajudou a construir. E hoje, em toda a sua extensão e imponência ele se lhe apresenta como um signo desse vínculo: é o elemento do espaço no qual se reconhece e com o qual se identifica.

Para além de sua *dimensão histórica*, entretanto, o mato possui também uma *dimensão funcional* mais ou menos ampla. Isso significa que sua constituição se dá atrelada a um conjunto de relações sociais e vem atender demandas bastante específicas. O mato tem uma razão de ser. E essa razão encontra-se diretamente associada às atividades desenvolvidas do “lado de lá”. A idéia de uma *zona de amortecimento*⁷⁷, instituída com objetivo de mitigar os efeitos nocivos inerentes a atividade de refino do petróleo e ou advindos de um possível acidente, poderia ser aventada como uma dessas razões. Contudo, é certo que o “amortecimento” objetivado diz respeito também ao movimento no sentido contrário, isto é, o mato, em função de sua extensão e localização torna difusa a presença da refinaria para aqueles seus vizinhos ao mesmo tempo em que evita que se encontrem direta e diariamente. No que se refere a sua função como zona de amortecimento, ao que parece, poucos são os sujeitos entrevistados que a identificam ou percebem. Por outro lado, a idéia do mato enquanto *limite* (um dos significados que assume naquilo que se poderia dizer sua *dimensão*

⁷⁷ O conceito de Zona de Amortecimento é análogo ao entendimento existente sobre zona de transição ou zona tampão, “indicando as áreas vizinhas às unidades de conservação [e/ou áreas industriais] e que mantém com estas relações de influência ambiental e social. Incluem também o sentido de mudança gradativa de uma situação (...) para outra oposta (...)” (MARCO CONCEITUAL DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO FEDERAIS DO BRASIL, 1997, p.27 – comentário entre colchetes meu)

simbólica), enquanto uma barreira imposta, essa sim se faz presente e viva no imaginário e nas lembranças dos integrantes do nosso grupo:

(...) Pra mim é como se fosse... é uma zona proibida. (...) eu nunca fui... o meu irmão mais velho nunca foi e o do meio que era mais tinosos foi, tanto é que quando chegou em casa 'tomou' um 'pau' do pai, porque eles quase foram pegos pela... pela polícia deles [refere-se aos guardas que fazem a segurança da refinaria]. Então, assim... o mato... Antes era liberdade e aquele mato era como... um muro... Esse mato era o limite. (...)

Um limite a partir do qual o espaço de vida é (re)construído e significado. Poder-se-ia pensar, nesse sentido, que a constituição/construção do espaço dá-se a partir, também, de pontos de referência externos ao espaço vivido, experimentado. A demarcação de limites permite a construção/significação dos espaços de vida, dos espaços de relacionamentos.

A noção do mato enquanto um limite, entretanto, se restringe a o plano físico de suas existências; no “mundo da imaginação”, ao contrário, ele é intensamente explorado. Nessa sua outra dimensão – uma *dimensão poética* -, o mato se converte num convite ao devaneio, à imaginação. O espaço, nesse sentido, “não pode ser o espaço indiferente, entregue à mensuração e a reflexão do geômetra. É um espaço vivido. E vivido não em sua positividade, mas com todas as parcialidades da imaginação” (BACHELARD, 1993, p.19). Uma experiência desencadeada, na maioria dos casos, através do *olhar*:

(...) Olha, a relação que eu tenho com o mato da Petrobrás, desde que eu vim para cá, é só uma relação platônica mesmo, de olhar o mato daqui, como eu olhava ali na outra casa, porque eu nunca tive ali dentro... [peço-lhe então para que explique como é essa relação de “olhar”] Ah, eu acho que se um dia eles tirarem esse mato daí, eu acho que eu me mudo daqui... Aí vai ser muito triste porque tu não vai mais ter o verde para ver, sabe? Porque eu não enxergo daqui, mas eu tento imaginar, assim, o que mora de bicho ali dentro do mato, de animais que precisam desse mato para sobreviver, pássaros, de repente até macaco tem aí que a gente não saiba, bugio... e outras espécies de bichinhos que moram dentro do mato, cobra, lagarto... Então, eu acho que se um dia eles derrubarem o mato, perde a vida do bairro, sabe? Essa vida que tem aqui, que pelo menos eu curto (...).

A importância que o mato assume para seu Luiz não é pequena. Para se ter uma noção aproximada, faz-se necessário considerar este seu depoimento à luz de outras declarações suas, como, por exemplo, a seguinte:

Então, claro que o convívio familiar te prende no lugar... mas eu dizer assim, que fico preso em Esteio pela família, não. Eu fico preso em Esteio pela terra, por que eu gosto de Esteio (...). Que nem disse o seu Manuel, aqui a gente conseguiu as coisas... que nem ele diz: “ eu consegui o meu emprego, consegui a minha casa, consegui a minha família...” Aqui, eu consegui duas coisas que eu queria, os sonhos que eu tinha, de criança, de pequenininho: de ter a minha casa, de ter o meu terreno... entende? De ver a minha mãe dentro do que era

dela... num terreninho dela, que não precisasse mudar... Isso eu consegui dar para minha mãe; ela mora num terreno que ninguém vai tirar dela porque é meu, entende?(...) Então para mim Esteio foi muito bom por isso...

Nesse contexto, a declaração de que talvez se mudasse da cidade em função da derrubada do mato - esse espaço “proibido” e acessado apenas através da imaginação - adquire relevo. Para seu Luiz, é justamente o mato que caracteriza e dá vida ao lugar. Em alguma medida, ao longo do seu depoimento, é possível perceber a presença do mato enquanto *locus* de uma ‘natureza’. Mais do que o arroio, é o mato que o remete a ela. Também é possível perceber, ao longo do restante de sua fala, a emergência de uma *dimensão estética*, em relação à qual as demais – sua dimensão histórica e, até mesmo, uma dimensão ecológica – são postas em segundo plano:

Mas se um dia acabar tudo mesmo, que eles derrubem tudo, que eu acredito que eles não possam fazer, deve ter uma legislação que proteja isso, mas se eles fizerem, acaba toda... a beleza do lugar. Porque o que dá beleza aqui para nós... porque se o senhor olhar para cá [vira-se para trás e aponta em direção ao norte], não tem mais, para cá o senhor só vai ver casa e rua... e o que dá uma beleza de se sentir num lugar, assim, mais ou menos conservado, é tu olhar pro mato, mesmo que tu saiba que a maioria desse mato foi plantada, que a maioria é eucalipto, que tem muita pouca árvore nativa, mas tu olha pra ele e tu te sente bem, ele te dá um bem estar (...).

No mesmo artigo em que discute os diferentes significados atribuídos às ruínas, Carlos Fortuna (1997), tomando como referência o trabalho de Georg Simmel (1959, 1971), irá falar justamente em uma *esteticização do espaço* que “apazigua” as consciências e que promove entre os seus sujeitos como que uma *evasão do presente*. De acordo com ele, “a paz e a harmonia que exalam da ruína se constituem em indispensável evasão do presente. Elas podem projetar-nos para fora de nós próprios, para um lugar e um tempo fantásticos, sem limites (...)” (FORTUNA, 1997, p.133). De modo análogo, poder-se-ia dizer que o mato, embora não se apresente enquanto uma ruína – pelo menos não da mesma forma com que o arroio -, por sua *beleza e harmonia*, proporciona a seu Luiz um sentimento de *bem estar* (paz). Além disso, conforme apresentado acima, convida-o ao *devaneio*, à *imaginação* (evasão do presente). Nesse sentido, aquelas dimensões *estética* e *poética* assumidas pelo mato se atravessam e complementam: o bem estar proporcionado pela primeira possui “capacidade de suspender o (...) presente e nos fazer divagar” (FORTUNA, 1997, p.133), constituindo-se, pois, em ponto de partida para a segunda.

Na fala de seu Luiz é o mato que dá vida ao lugar. Sua beleza, que passa a ser também a beleza do lugar, “apazigua”, convida à imaginação e ao devaneio. Através dela faz-se possível “viajar”: embrenhar-se no seu interior e conhecer a vida que abriga ou se projetar a

outros tempos e espaços. Num sentido figurado, poder-se-ia dizer que é para lá que fogem os habitantes do lugar quando assolados por um presente sufocante ou quando acometidos por uma saudade insuportável. Através do mato, pois, não apenas suspendem o presente, mas também se reencontram com o passado; projetam-se, deslocalizam-se, ao mesmo tempo em que se reencontram, fixam-se ao lugar. Nas palavras de Fortuna (1997):

Por via quer da sua dimensão estética e artística, quer da sua materialidade arquitetônica, quer do seu simbolismo, esses lugares não se limitam apenas a parecer templos, eles funcionam como tal. Implicam estados de transitoriedade da condição social e, sobretudo, dos estados de espírito e das emoções dos sujeitos. A arte, como a ciência moderna, reconhece que entre o observador e o observado se estabelecem relações complexas. Observar qualquer coisa é torná-la objeto dos nossos sentidos, exercer uma influência sobre ela, transformá-la e consumi-la. Todavia porque a transformação do objeto é sempre também a transformação do sujeito, é este que, em última análise, se transfigura no ato da observação do mundo exterior. (FORTUNA, 1997, p.134)

O “banhado”

O processo de (re)construção do espaço, isto é, de transformação de um *não-lugar* em *lugar*, conforme procurou ser caracterizado até então, envolve, além do encontro entre “velhos e novos” mundos, a transformação de formas-objetos em formas conteúdo (assim como a sua constante resignificação). No que concerne à relação dos sujeitos entrevistados com os ‘espaços’ do lugar, poder-se-ia falar que o arroio e o mato são significados, ao menos inicialmente, de forma positiva. Por outro lado, a (re)construção do espaço envolve também a atribuição de valores e significados “negativos” à paisagem. A interação dos primeiros habitantes do lugar com os ainda presentes banhados, pode ser utilizada como um exemplo disso. Posteriormente, a relação dos integrantes do nosso grupo com a “vila banhado” (construída sobre eles) parece ser elucidativa dos modos através dos quais algumas cargas simbólicas permanecem e/ou são aos poucos transformadas.

Nas histórias daqueles e daquelas habitantes mais antigos/antigas do lugar, as áreas de banhado aparecem frequentemente referidas como “atoleiros” ou simplesmente “lodo”. Ao que parece, essas áreas se lhes apresentavam essencialmente enquanto empecilhos, uma vez que não encontravam nelas nenhum tipo de utilidade. Diferente da interação com os matos (na qual além de um deleite estético, estava envolvida a sua utilização direta como fonte de madeira – para construção e/ou combustível) ou com o arroio (espaço de lazer e fonte de água para serviços diversos), a interação com os banhados foi sempre uma relação de

enfrentamento: era como se os banhados se interpusessem entre os habitantes e seus objetivos como um obstáculo a ser superado. Assim, em dias de chuva, os “atoleiros” os desafiavam a sair de casa e a chegarem “sãos e salvos” (entenda-se *limpos*) na escola, no baile ou no trabalho:

(...) era tudo campo aqui, banhado, cavalo (...) E mesmo no verão não se podia entrar aí que era... ficava o barro [indica com as mãos uma altura logo abaixo dos joelhos] lá... era banhado mesmo (...). (Osvaldo, descrevendo a região no final da década de 60)

(...) Quando eu tinha 16/17 anos e eu ia lá pro La Salle porque era o único lugar que tinha para dançar... Então dia de chuva, “aí, como é que eu vou chegar?” Daí a gente amarrava umas sacolas nas pernas assim [mostra com as mãos] para poder subir a lomba... porque era puro barro! (Angela)

Apesar da maior parte do barro sobre o qual falam ser proveniente das obras de terraplanagem executadas no lugar, essa diferenciação não fica clara em seus depoimentos e o “barro” é colocado junto ao “lodo” numa mesma categoria que procura se referir ao extenso conjunto de áreas úmidas sob a influência do arroio: os famigerados “banhados”. Além de constituírem-se, num primeiro momento em “obstáculos”, essas áreas, num segundo momento, foram o palco de boa parte (possivelmente a maior parte) das “invasões” que transformaram não apenas a paisagem do lugar, como também a sua vida. O atual Bairro São José (ver imagens n° 2,3 e 8), por exemplo, desenvolveu-se inteiro sobre uma dessas áreas. Num dos seus depoimentos, Angela descreve essa *dinâmica de ocupação* do espaço (neste caso, dos campos úmidos e semi-alagados localizados à sudoeste da Rua Santana – ver imagem n° 4):

(...) Aí eu lembro, também, que foi se perdendo tudo... Aí eu acho que eu tinha uns 15,16 anos, essa vila São José. Eu lembro da primeira senhora que chegou(...) Ela veio, marcou, fez a casa... dois dias, no outro dia a gente acordava de manhã, olhava assim, cheio de casinha... duas, três casinhas. E assim ó, em um mês, essa vila, assim, encheu, mas encheu de um jeito! (...) Mas era uma coisa impressionante. Quando resolveram invadir, cada dia tu ia alí e tinha mais casinha... eu disse “mãe do céu!” (Angela)

Ao longo dos seus relatos, principalmente daqueles entrevistados que vieram se radicar nas áreas “regularmente” loteadas, é possível perceber uma clara associação entre a ocupação dos banhados e a degradação do espaço de vida, no seu sentido físico e também no que concerne aos modos de vida vigentes. A tranquilidade antes experimentada dá lugar à insegurança:

(...) [*Refere-se a tranqüilidade do lugar*] Tanto é que, assim, a minha mãe... a gente saía, deixava a casa aberta... Pra tu ver, eu tinha seis [anos], a Rosinha [irmã] tinha três, o outro tinha oito, o outro meu irmão tinha dois, a minha irmã mais velha (...) 13 anos... Então assim, nós ficávamos sozinhos o dia todo, um cuidando do outro, brincando, correndo rua... A mãe deixava a comida pronta, um aquecia... sabe? Era tudo assim, e não era só os meus pais. Tinha um outro casal que veio morar também e tinham as crianças soltas assim (...). *Aí, depois que começou a vir a vila, que começou a ter roubo, que o pai prendeu mais nós em casa (...).* (Angela)

(...) *Então, ali na nossa rua também era assim... a gente deixava a casa aberta, saía, ninguém te roubava nada, deixava roupa na rua, ninguém pegava... É que nem o negócio da droga, dos ladrões, dessas coisas que vieram para Esteio: é o preço que a gente tá pagando pela cidade ter crescido (...).* (Luis Armando)

Nesse sentido, o antigo banhado “obstáculo” se transforma no atual banhado “vila”. Passa a se apresentar enquanto *locus* da criminalidade do lugar assim como *foco* e “*fonte*” de sua degradação ambiental, principalmente aquela associada ao arroio. Projeta-se assim, sobre ele, uma carga simbólica marcada pelo medo, por algum preconceito e pelo inconformismo. Uma carga simbólica que, a despeito das intensas modificações ocorridas no lugar, mantém-se ainda hoje. Principalmente para aqueles moradores de outras regiões da cidade, conforme é possível perceber neste relato de seu Luiz:

(...) *a relação que eu tenho de banhado, aqui, que o pessoal fala, é da vila. Que fala: “bah, eu vou no banhado, tu vai no...”, tá se referindo ao bairro ali, ao pessoal que veio morar ali, que se tornou a vila (...). Mas a relação do pessoal que mora mais lá pro centro, com a vila banhado, é que a vila é de bandido, entende? Eles têm essa visão (...).*

Entre os sujeitos entrevistados, entretanto, os significados que o banhado assume, apresentam-se menos absolutos (mais ambivalentes). Na sua maior parte eles reconhecem e atribuem à ocupação dessas áreas boa parte da degradação ambiental do lugar, conforme mencionado acima e exemplificado quando da apresentação de suas relações com o arroio. Reconhecem também que as condições nas quais se deu essa ocupação, associada às condições sócio-econômicas dos seus habitantes, tenham resultado no aumento da incidência de roubos, por exemplo. Por outro lado, enquanto moradores do “banhado” ou na condição de freqüentadores do bairro (amigos ou parentes de moradores) compreendem o quão simplista (reducionista) é a afirmação de que “a vila é vila de bandido”. Nesse sentido, o termo “banhado”, ainda que continue assumindo uma conotação pejorativa, negativa, no interior dos discursos produzidos localmente, quando posto em questão, permite a construção de outras dimensões deste ‘espaço’ de vida. Um exemplo disso pode ser encontrado no seguinte depoimento de seu Osvaldo:

(...) O que eu entendo por banhado é a recriação da natureza... [pausa] o banhado. Porque tudo aquilo que está prestes a terminar, ele procura água, né? E ali, nós encontramos, no banhado, diversas espécies... e também, na nossa humanística, nós encontramos ali gente de todas as espécies, todos os tipos; tem tudo ali: o bom, o mau... E assim, eu não me detive ainda no estudo da palavra banhado, em si - o banhado -, mas o que eu subentendo é isso aí: ali é o local onde todos necessitam e onde todos vivem bem (...).

Seu Osvaldo, que quando criança aprendeu com a avó a tirar o sustento do banhado e que depois de chegar à cidade fez muitos amigos entre os seus moradores, estabelece uma rica comparação entre a diversidade biológica do ecossistema banhado e a diversidade sócio-cultural da vila “banhado”, desenvolvida sobre o primeiro. Uma analogia utilizada também por Milton Santos (2006), quando aborda a questão dos pobres na cidade:

Graças à sua configuração geográfica, a cidade, sobretudo a grande, aparece como diversidade sócio-espacial a comparar (...) com a biodiversidade hoje tão prezada pelo movimento ecológico. Palco da atividade de todos os capitais e de todos os trabalhos ela pode atrair e acolher as multidões de pobres expulsos do campo e das cidades médias pela modernização da agricultura e dos serviços. E a presença dos pobres aumenta e enriquece a diversidade sócio-espacial, que tanto se manifesta pela produção da materialidade em bairros e sítios tão contrastantes, quanto pelas formas de trabalho e de vida. (SANTOS, 2006, p.323)

Uma analogia que, em alguma medida, caracteriza bem não apenas o atual Bairro São José, mas a região como um todo: espaço de vida no qual se encontram e hibridizam uma diversidade de manifestações sócio-culturais, expressas nos diferentes modos de vida, nas diferentes formas de interpretar e se relacionar com o mundo, com os outros. Características, pois, que tornam não apenas o bairro *único* no interior da região estudada, mas que também tornam a própria região *única* no interior da cidade.

Poder-se-ia dizer, nesse sentido, que o “banhado”, enquanto ‘espaço de vida’, vem lentamente conquistando legitimidade e se dissociando de uma carga simbólica inicial predominantemente negativa. Desde a interação conflituosa com os antigos “atoleiros”, passando pela relação de medo, desconfiança e preconceito para com os seus habitantes, até um ainda tímido reconhecimento de suas potencialidades, a (re)construção deste espaço tem revelado que a mudança, ao mesmo tempo em que afasta, também pode aproximar.

Conforme procurou ser evidenciado nas linhas acima, as relações dos sujeitos entrevistados com o espaço, assim como ele, modificaram-se bastante ao longo do tempo.

Modificaram-se as relações e modificaram-se os espaços, num processo contínuo e recíproco através do qual o lugar de destino foi (e permanece sendo) (re)construído. Dessa forma, a (re)construção do espaço, além do encontro entre “velhos e novos mundos”, envolve também o encontro e o desencontro (aproximação e afastamento) com os muitos ‘espaços’ do lugar.

A relação dos sujeitos entrevistados com o arroio, pode-se dizer, evoluiu de uma relação bastante positiva e direta (imediate), para outra menos positiva (em alguns casos, até, bastante negativa) e cada vez mais indireta (mediada pelas imagens do passado). Poder-se-ia, inclusive afirmar que a relação atual deles e delas com o arroio é menos uma relação com a materialidade atual e mais uma relação com as próprias imagens evocadas em suas lembranças e recordações. Nesse sentido, o arroio - *espaço de lazer, de trabalho, de transgressão* – se desestrutura física e simbolicamente assumindo aos seus antigos frequentadores um valor de *ruína*. Ao longo desse processo, no qual se transformam o arroio e os seus sujeitos, é possível detectar alguns dos eventos envolvidos (condições de possibilidade e/ou resultados) nessas transformações.

Num primeiro momento, então, teríamos um arroio *íntegro* sobre o qual começam a se instalar um conjunto de relações sociais. Estas, por sua vez, no processo de sua “instalação”, transformam-no mais ao nível dos significados e valores do que materialmente. Projetam, pois, sobre ele uma seqüência de diferentes conteúdos simbólicos. Entre estes, poder-se-iam destacar, num período inicial, os *medos* de acidentes e/ou contaminação. Esses medos, conforme destacado acima, começam a transformar o arroio para os seus moradores - ainda que materialmente (visualmente) ele se mantivesse o mesmo. Medos que possuem uma ancoragem no mundo “real”, isto é, que emergem e são corroborados por acontecimentos concretos, como os afogamentos relatados e o início da ocupação (e destruição) de suas margens.

Especificamente relacionado a isso, é intrigante perceber que o medo de contaminação, isto é, a incerteza quanto à qualidade de suas águas, é associado de forma exclusiva ao avanço da urbanização. A presença da refinaria (anterior à chegada de todos os integrantes do nosso grupo), por exemplo, parece não ser percebida pelos sujeitos entrevistados; pelo menos não como um elemento poluidor das águas. Em nenhum momento eles ou elas estabeleceram essa relação. Não seria um exagero dizer, pois, que a refinaria (e não todo o “lado de lá”, como supunha no início da investigação) se lhes apresenta, de fato, enquanto um grande *espaço vazio*, conforme é definido por Bauman (2001):

Os espaços vazios são antes de mais nada vazios de *significados*. Não que sejam sem significado porque são vazios; é porque não têm significado,

nem se acredita que possam tê-lo, que são vistos como vazios (melhor seria dizer não-vistos). (BAUMAN, 2001, p.120)

Poder-se-ia dizer, nesse sentido, que ela foi a grande *ausência* em seus relatos e histórias; ou, conforme dito no capítulo anterior, seu principal “*esquecimento*”. A principal hipótese que levanto para explicar (e tentar compreender) essa ausência é a presença (interposição) do mato no local. Conforme apresentado anteriormente, o mato vem cumprir funções bastante específicas no lugar, entre as quais, a de constituir-se numa *zona de amortecimento*, talvez seja a principal. Sob este ponto de vista, o mato funciona como uma espécie de “filtro” destinado a minimizar os impactos que as atividades exercidas do “lado de lá” implicam (ou podem implicar) ao “lado de cá”, ao mesmo tempo em que minimiza a ação cognitiva dos habitantes do “lado de cá” sobre o “mundo do lado de lá”. Enquanto “filtro”, o mato dissimula a presença da refinaria; torna-a difusa, nebulosa, distante. Mas o mato, conforme visto, também se apresenta enquanto um limite (neste caso físico e cognitivo), enquanto uma barreira que se interpõe entre dois mundos distintos, impedindo que se vejam (dificultando que se pensem) e se encontrem direta e diariamente aqueles seus habitantes e sujeitos. Interposto, além disso, o mato não apenas “bloqueia”, como também “captura”, “seduz” pela beleza, harmonia e imponência de suas formas.

Retornando ao quadro inicialmente delineado, o arroio, num segundo momento, já transformado pelas relações sociais que o atravessam e nele se instalaram, tem acelerada sua degradação ecológica e destruição física. Deixa de ser, pois, um *espaço de lazer* para se tornar num *espaço a ser esquecido*. Em seus relatos, a destruição do arroio neste segundo momento continua associada quase que exclusivamente ao avanço da urbanização e à conseqüente chegada de cada vez mais pessoas ao lugar. A destruição de sua mata ciliar, assim como o descarte de dejetos e detritos em suas águas aparecem como as principais conseqüências da urbanização e causas da transformação do *arroio* (antigo “riacho”) em *valão*. Praticamente todos os participantes da pesquisa, em algum momento, utilizaram essa designação para se referir ao arroio.

O mato por sua vez, é palco de uma relação mais ou menos constante entre a paisagem e seus habitantes. É, apesar de toda a sua imponência e extensão, uma constituição recente no lugar; uma constituição da qual participaram alguns dos sujeitos entrevistados (amigos, familiares, etc.). Um ‘espaço’ através do qual se constituíram em *sujeitos do lugar, sujeitos de sua história*. Para outros, entretanto, conforme apresentado acima, o mato representa uma barreira, um limite físico que se torna também cognitivo. Esta sua dimensão, em alguma medida, emerge entrelaçada às funções para as quais foi planejado e/ou acabou

desempenhado. Contudo, mais do que “filtrar”, “dissimular”, “distrair” e “bloquear”, o mato também *acolhe*; permite que nele *se percam* e, assim, *(re)encontrem-se* aqueles seus admiradores. Através dele se faz possível *escapar* para outros tempos-espços de vida: experimentá-los, revivê-los, reconstruí-los. Uma *escapada* que pressupõe *retorno* e que assim, ao “deslocar”, “fixa” (sempre numa nova posição).

Por fim o banhado, ecossistema que se torna *espaço sócio-cultural*, espaço de vida *cheio de vida*. Malgrado desde o início, quando ainda se apresentava sob a forma de “atoleiros” ou simplesmente “lodo” (ao menos era assim que o via os primeiros habitantes do lugar), o banhado recebe aqueles que não têm onde viver, nem como adquirir “regularmente” um pedaço de chão. Recebe, pois, homens e mulheres diversos, provenientes das mais diversas localidades e que chegam ao lugar atraídos pelas possibilidades de emprego (junto aos extensos loteamentos “regulares” – na construção de centenas de casas populares) e/ou pela possibilidade de demarcar (conquistar) um (ainda que minúsculo) território (espaço de vida). O banhado ecossistema, desprovido de utilidade para aqueles habitantes do lugar, acaba dessa forma se tornando o “banhado vila”, lócus da pobreza e da criminalidade do lugar; deixa de ser apenas um *obstáculo físico* para se tornar também um *obstáculo simbólico*. Por outro lado, assim como fala seu Osvaldo, o “banhado vila” abriga hoje um rica diversidade cultural: uma outra dimensão do banhado que vem relativizando, para aqueles que não o conhecem de perto (como eu), as cargas simbólicas que lhe são projetadas, em geral de longe.

Ao longo desse processo contínuo de (re) construção do espaço, um processo que se faz a partir de idas e vindas, aproximações e afastamentos; um processo que envolve sempre o encontro entre “velhos e novos mundos” e que pressupõem a movimentação para que o conhecimento (aprendizado) possa ocorrer; um processo no qual as relações sociais (expressas através dos modos de vida e de toda uma carga simbólica) e as paisagens se atravessam e modificam continuamente; um processo no qual a transformação material da paisagem é acompanhada (precedida e sucedida) por alterações a ao nível dos significados e valores, ao mesmo tempo em que as alterações ao nível dos significados e valores são, de um modo geral, acompanhadas (precedidas e sucedidas) por transformações materiais; enfim, um processo através do qual seus sujeitos se constituem como tal, o *não-lugar* que foi a cidade de Esteio em algum momento ao longo de suas jornadas acabou transformado em um *lugar* - e mais do que isso, para a maioria dos participantes da pesquisa, acabou tornando-se *o seu lugar no*

mundo, a sua terra. Gostaria, pois, de encerrar este capítulo com uma seqüência de depoimentos que, melhor do que eu, dizem bem o significado que o lugar de hoje assume em suas vidas.

(...) Estamos aqui... aqui eu adquiri a minha casa própria. Consegui mais uma casa para a minha filha. O meu filho está comprando uma casa também... Quer dizer, a gente ta crescendo, ta se colocando, ta sendo aquilo que a gente planificou, né? Então, o meu segundo... a minha segunda cidade é Esteio. E eu me adaptei muito bem (...) E tô vendo que todos estão dizendo: “quando eu me aposentar eu vou para lá...”. Eu já sou o contrário. Eu acho que eu vim de lá para cá, consegui o que eu pretendia... eu vou tentar aqui melhorar mais um pouquinho. Vou montar um programa onde a gente possa, alicerçado no que temos hoje, chegar mais um pouquinho alto. Não, digamos, eu, mas a minha família, os meus filhos, os meus netos (...). (Osvaldo)

(...) Para mim, antigamente, eu sempre achava que um dia eu ia voltar... Agora eu não faço questão de voltar porque foi aqui que eu me realizei, me estabeleci, criei meus filhos, eduquei, criei a minha neta... Então, é aqui o meu lar, a minha vida (...). (Paulo)

(...) Eu também, eu gosto muito daqui... e pretendo continuar porque gosto mesmo. Eu sei que nasci lá, mas eu me sinto mais à vontade aqui (...). (Maria Clair)

(...) Então, claro que o convívio familiar te prende no lugar... mas eu dizer assim, que fico preso em Esteio pela família, não. Eu fico preso em Esteio pela terra, por que eu gosto de Esteio (...). Que nem disse o seu Manuel, aqui a gente conseguiu as coisas... que nem ele diz: “ eu consegui o meu emprego, consegui a minha casa, consegui a minha família...” Aqui, eu consegui duas coisas que eu queria, os sonhos que eu tinha, de criança, de pequenininho: de ter a minha casa, de ter o meu terreno... entende? De ver a minha mãe dentro do que era dela... num terreninho dela, que não precisasse mudar... Isso eu consegui dar para minha mãe; ela mora num terreno que ninguém vai tirar dela porque é meu, entende?(...) Então para mim Esteio foi muito bom por isso... É que nem, assim, que nem o meu amigo espanhol dizia, quando ele veio embora lá da Espanha para cá. Um dia eu perguntei para ele qual era a pátria dele; se a pátria dele era o Brasil ou era a Espanha. Ele disse: “não, a minha pátria, onde eu nasci é a Espanha, mas a pátria, que é a minha pátria hoje em dia, é o Brasil; porque é da pátria onde eu tiro o meu sustento, a minha vida, onde eu moro, onde eu realizo os meus sonhos”. Então Esteio para mim é mais ou menos como ele dizia; Esteio realizou as minhas coisas e eu me realizo com Esteio, entende? Só o que falta para eu me completar hoje em dia é um filho. Não sei se vou conseguir ter, vamos ver... a vida vai levando (...). (Luiz Armando)

6. A DIMENSÃO EDUCATIVA (AMBIENTAL) DA INVESTIGAÇÃO

Da escola onde estudei quando criança dava para ver o “mato” de eucaliptos da Refap. Lembro do quanto distante se apresentava aquela imagem, aquele horizonte verde, retilíneo e estranhamente presente. A distância, nesse caso, além daquela física (a imagem se confundia, ou melhor, constituía o próprio *horizonte*) era também e, sobretudo, uma distância simbólica: o fato de eu não freqüentar aquela região da cidade, de não conhecê-la de perto, impossibilitava qualquer tentativa de associação com o meu até então *mundo de vida*. É estranho, mas a impressão que tenho hoje (após a realização da pesquisa) é que, à época, o mato se me apresentava, assim como a alguns dos sujeitos entrevistados, também como um limite. Era o limite distante de minha compreensão da cidade. Desde esse passado remoto até uns seis anos atrás, a distância permaneceu posta; esquecida é certo, mas (inter)posta. Foi quando, por caminhos tortuosos, já estudante de biologia, pai e professor iniciante, instalei-me à sua sombra, no seio de uma região desconhecida: um verdadeiro “mundo novo”. Aquele velho horizonte de minhas lembranças foi sendo, aos poucos, transformado; aproximou-se na mesma medida em que se projetou para o alto, para os lados e para fora de si mesmo. Cada vez mais policromática, multiforme e próxima (complexa, “real” e pungente), aquela imensidão vegetal e a cidade (a vida) que se estendia a partir dela me foram sendo apresentadas desde pontos de vista distintos, de tal forma que hoje, ao término da investigação empírica e de boa parte da análise dos dados construídos nela, parecerem-me tão familiar quanto meu atual espaço de vida (região da cidade diametralmente oposta a ela). A sensação que tenho é que, ao longo desses anos de convívio com os participantes da pesquisa, mas principalmente durante este último ano (ao longo dos nossos encontros), pude adentrar e percorrer o lugar desde pontos de partida únicos e caminhos variados; pude conhecê-lo desde muitos ângulos diferentes através de suas histórias e relatos. É como se, através de suas narrativas, tivesse podido experimentar também um pouco do lugar, um pouco de sua transformação ao longo do tempo. Sinto que, em alguma medida, tornei-me com eles um *migrante* e não apenas me defrontei com um “*novo mundo*”, mas, sobretudo, estive a *reconstruí-lo* (para mim e para os outros).

A radicalidade da transformação operada em mim, acredito, evidencia uma dimensão educativa (educação ambiental) ampla e profunda da pesquisa realizada: para além do conjunto de informações construídas, o simples fato de estarmos escutando e falando em grupo, viabiliza (promove) todo um conjunto de trocas e aprendizados. Terminamos o trabalho diferentes de quando o iniciamos; e mais do que isso, acredito que o terminamos com

uma compreensão mais ampla (profunda, complexa) do lugar e uns dos outros. Podemos adicionar àquela materialidade que nos salta aos olhos (ou, em alguns casos se mantém oculta) toda uma espessura simbólica, composta por muitas camadas, reentrâncias e saliências; uma espessura através da qual os habitantes do lugar se tornam seus sujeitos e (re)constroem, continuamente, seus *espaços de vida*.

A DIMENSÃO DO ENCONTRO: INTERPRETAÇÃO, PRODUÇÃO DE SENTIDOS, AUTO-RECONHECIMENTO

De acordo com Melucci (2004), a questão ecológica, da forma com que se apresenta na atualidade, traz para um primeiro plano a *dimensão cultural* da ação humana (MELUCCI, 2004). Tomando a cultura como *capacidade de atribuição de significados e valores às relações e objetos*, o autor a projeta como “o horizonte insuperável no qual podem ser colocadas as perguntas sobre o destino da humanidade” (MELUCCI, 2004, p.76/77). Sob essa perspectiva, não há possibilidade de modificação do rumo das coisas que não passe pela intervenção nas relações sociais, nos sistemas simbólicos e na circulação das informações. Conforme destaca Melucci:

Aqueles que se preocupam em governar a complexidade, agindo sobre as coisas, arriscam-se a um erro prospectivo, uma espécie de miopia substancial. A eficácia sobre as coisas depende, hoje, cada vez mais da capacidade de agir sobre os códigos simbólicos que regem a vida cotidiana, os sistemas políticos, as formas de produção e de consumo. (MELUCCI, 2004, p.77)

Nossas ações e reações - nossas relações com o mundo, com os outros e conosco mesmo - aparecem, nesse esquema, intermediadas por sistemas simbólicos (a cultura, caracterizada pela capacidade de atribuição de significados e valores). Toda a intervenção que se pretenda sobre aquelas, passa, necessariamente, pelo conhecimento e transformação destes. Para transformar, então, faz-se necessário primeiro *conhecer*. Um conhecimento que, por sua vez, acaba se revelando possível somente através de uma aproximação significativa, isto é, do estabelecimento de vínculos afetivos e o desenvolvimento de uma atitude *obediente* (voltada à escuta). Somente a partir dessa aproximação é que algumas dimensões dos universos simbólicos em questão poderão ser apreendidas e se constituir em objeto de ação por parte daqueles que a buscam conhecer. Num primeiro momento, pois, a palavra de ordem parece ser *conhecer para transformar*.

Contudo, quando nos envolvemos com a investigação, com este *procurar conhecer*, acabamos nos dando conta de que a aproximação que se faz necessária implica, ela própria, *transformação*. Isto porque não há aproximação possível que não corresponda ao encontro e hibridização entre os diferentes universos simbólicos em jogo (os objetivados e os objetivantes). Todo encontro comporta em si alguma *ressonância*; quanto menores forem as distâncias, contudo, tanto maiores serão as chances de que além das ressonâncias ele implique também *repercussões*⁷⁸. Em função disso, a sentença acima apresentada se inverte e passa a ser conjugada da seguinte maneira: *transformar para conhecer* (pois não é possível conhecer sem transformar).

A busca pelos sentidos e significados que estiveram na origem dos processos sócio-culturais com os quais nos envolvemos (CARVALHO, 2003), nesse sentido, pressupõe aproximação, encontro entre universos simbólicos distintos e, necessariamente, (re)significação (transformação). Ao empreender uma busca com a que foi descrita no presente trabalho, tendo ou não o objetivo de *intervir* sobre os sistemas simbólicos objetivados, acaba-se sempre promovendo ressonâncias, produzindo modificações. Contudo, enquanto no primeiro caso a intervenção procura ser direcionada (tendo como referenciais a percepção e os desejos do pesquisador), no segundo é construída ao longo do caminho, de forma individual e coletiva, tendo uma sempre nova configuração como horizonte. O direcionamento que caracteriza o primeiro dos dois modos de proceder pressupõe um “fim”, um ponto a ser atingido; além disso, de um modo geral, esse “fim” acaba sendo definido de antemão, antes mesmo da aproximação e do encontro. Nesse sentido, estes (o encontro e a aproximação) se apresentam meramente como condições de possibilidade para aquele. Na segunda forma de proceder, ao contrário, não há um “fim” a ser atingido, ao menos inicialmente; todos os “pontos de chegada” são provisórios e construídos durante o desenrolar da investigação⁷⁹. Sob essa influência, o pesquisador deve abdicar de parte significativa do controle sobre o desenrolar e os rumos seguidos pelo encontro que propõe.

A presente investigação, nesse sentido, tomando como referência o segundo dos dois procedimentos apresentados acima, deixa de constituir-se em uma *etapa prévia* a uma ação educativa ambiental (neste caso como sua “fornecedora” de subsídios) e passa ela própria a ser considerada *educação ambiental*.

⁷⁸ “É neste ponto que deve ser sensibilizada a alotropia fenomenológica das ressonâncias e das repercussões. As ressonâncias dispersam-se nos diferentes planos de nossa vida no mundo; a repercussão convida-nos a um aprofundamento da nossa própria existência.” (BACHELARD, 1993, p.7)

⁷⁹ Assim como os *itinerários de vida* construídos pelos sujeitos entrevistados no presente trabalho.

A educação ambiental, sob essa perspectiva, aparece como uma ação intencional, mas não diretiva (pelo menos não no sentido de procurar determinar o curso das trocas e aprendizados). Da necessidade de conhecer o universo simbólico através do qual um determinado grupo interpreta, representa e interage com o mundo (uns com os outros e, individualmente, consigo mesmos), emerge a necessidade de escuta, abertura e respeito por aquilo que o outro tem a dizer e se disponibiliza a compartilhar. Essa escuta atenta do outro, conforme anunciado anteriormente viabiliza/potencializa o estabelecimento de vínculos afetivos através dos quais o diálogo e as trocas se apresentam como possibilidade (potencializam-se na mesma medida em que as distâncias são diminuídas). Além disso, conforme enunciado acima, a aproximação representada pelo estabelecimento de vínculos de amizade e confiança implica encontro, ressonância e a hibridização de universos simbólicos distintos – aquele do pesquisador/educador ambiental e os dos sujeitos com os quais entra em contato. Transformam-se os sujeitos entrevistados; transforma-se o pesquisador/educador.

De um modo mais simples, poder-se-ia dizer que essa perspectiva educativa tem seu fundamento na pesquisa e na investigação; mais do que isso, dá-se nelas. O encontro intersubjetivo possibilitado/exigido por essa necessidade de *conhecer*, é também a possibilidade de *transformar*. Conforme destacado quando da apresentação dos princípios que orientaram as escolhas operadas e procedimentos adotados ao longo do processo investigativo, Melucci (2001) diz que o encontro, além de ser a possibilidade de aproximar duas regiões de significado e fazê-las vibrar juntas, “é a possibilidade de descobrir que o sentido não nos pertence e surge no encontro, mas, ao mesmo tempo, que só nós podemos produzi-lo” (MELUCCI, 2001, p.129).

Essa dimensão *educativa* inerente ao encontro, no contexto de realização da presente pesquisa, foi potencializada devido a forma com que a investigação foi arrolada. O trabalho em grupo, para além daqueles aspectos ressaltados ao longo das considerações metodológicas, viabilizou a construção coletiva e individual de sentidos. Através da fala e da escuta, das histórias e comentários verbalizados, os participantes estiveram (re)formulando suas *redes de significações*. Rossetti-Ferreira, Amorim e Silva (2000), quando discutem sua proposta teórico-metodológica para análise do desenvolvimento humano, definem *rede de significações* como “um conjunto de elementos orgânicos, físicos interacionais, sociais, econômicos e ideológicos” (ROSSETTI-FERREIRA; AMORIM; SILVA, 2000, p.282). Juntos, a rede de significação e a ação do outro, delimitam, estruturam, recortam e interpretam o conjunto das ações possíveis de serem realizadas e o fluxo dos comportamentos no interior de um processo interativo (ROSSETTI-FERREIRA; AMORIM; SILVA, 2000). De acordo

com as autoras, um sujeito em interação está continuamente “recortando e interpretando de forma pessoal o contexto, o fluxo de eventos e os comportamentos de seus parceiros de interação, a partir de sua própria rede de significações” (ROSSETTI-FERREIRA; AMORIM; SILVA, 2000, p.290). Nesse sentido, encontros como os que caracterizaram o processo investigativo que desenvolvemos, além de permitirem o conhecimento e a apreensão de algumas dimensões dos sistemas simbólicos objetivados, constituem-se em espaços de *(re)construção coletiva e individual de significações* (objetivo primordial de toda a ação educativa), conforme é sugerido pelas autoras:

(...) os parceiros de interação, através de suas ações, podem lançar um recorte ou interpretação diversa, resultando no confronto e na necessidade de negociação de novas significações as quais, por sua vez, irão reestruturar o contexto e a rede de significações do sujeito e dos demais parceiros. Desta forma, segundo esta visão de desenvolvimento, não cabe uma perspectiva evolutiva num sentido sempre ascendente. A construção de significações por parte do sujeito ocorre em negociações dinâmicas e permeadas por crises, que determinam, sempre, a perda de outras possibilidades, por vezes até então existentes, ou que não chegaram a se efetivar. (ROSSETTI-FERREIRA; AMORIM; SILVA, 2000, p.290)

Trata-se, pois, de um processo *não linear*, constituído através de idas e vindas, destruições e reconstruções de significados operados ao sabor das circunstâncias, no interior de um *contexto relacional*; um processo no qual se encontram e fundem *ação investigativa e ação educativa*.

De forma semelhante, Isabel Carvalho (2003) propõe que se compreenda a experiência do educador ambiental enquanto a de “um *interprete* de seu contexto, ao mesmo tempo em que é um sujeito interpretado” (CARVALHO, 2003, p.30). Uma proposta que ressalta a reciprocidade inerente ao encontro: interpretar e ser interpretado; conhecer e dar-se a conhecer. Também aqui é o encontro, neste caso com um “*mundo-texto*”, a condição de possibilidade para a produção de sentidos. E, uma vez que é através dos sentidos (desses sentidos produzidos culturalmente) que interagimos com o mundo (com os outros, conosco próprios), *compreender, interpretar e agir* apresentam-se enquanto ações que já não podem mais ser dissociadas. Nas palavras da autora:

Essa perspectiva implica ainda a recusa da dicotomia entre o plano do pensamento e o da ação. Os sentidos produzidos por meio da linguagem são a condição de possibilidade do agir no mundo. Não há ação possível num vácuo de sentido. Toda ação decorre de certa compreensão/interpretação, de algo que *faz sentido* num universo habitado por inúmeras chaves de sentido. Dessa forma, assim como interpretar não seria um ato póstumo e complementar a compreensão, agir não corresponderia à consequência –

como desdobramento, ato segundo ou posterior à reflexão -, mas a ação estaria implicada no ato mesmo de compreender/interpretar. (CARVALHO, 2003, p.31)

Sob essa perspectiva, agir sobre histórias, sobre narrativas, é também agir sobre o mundo, agir sobre (com) os outros, agir sobre si mesmo. Um agir que, pautado na reciprocidade inerente ao encontro, é sempre *interagir*. Nesse sentido, a ação sobre o mundo (fruto da interação com os outros), dá-se através da própria linguagem, conforme nos fala Melucci (2004):

A cultura é o espaço dentro do qual, de forma intransponível, cada escolha toma forma. Na sociedade planetária da informação, dar nome equivale a fazer existir. A idéia ingênua de que a informação reflete uma “realidade em si” é um resíduo do passado ao qual devemos renunciar. A informação é a realidade, no sentido de que a nossa experiência atual é inteiramente *mediada* pelas representações e pelas imagens que produzimos dela. (MELUCCI, 2004, p.161)

Por outro lado, a ação sobre os outros e sobre si mesmo, emerge, dentre outras possibilidades, sob a forma de *auto-reconhecimento*. Assim, conforme já salientado anteriormente, por exemplo, o espaço de encontro viabilizado pela pesquisa permitiu a alguns dos participantes uma reconciliação com seu passado (especificamente com a experiência da migração), num processo de reconstrução (atualização; afirmação) de identidades. E esse auto-reconhecimento, que é também reconhecimento do outro, assim como os sentidos produzidos por meio da linguagem, são nossa condição de possibilidade de agir no mundo. De acordo com Reigota (2003), esse auto-reconhecimento pode ser vinculado a idéia de um “sujeito da história”. Nas palavras do autor:

Para o indivíduo comum, um dos pressupostos da idéia de “sujeito da história” passa necessariamente pelo seu auto-reconhecimento como sujeito e reconhecimento da mesma condição no outro: reconhecer-se e reconhecer o outro como sujeitos diferenciados de uma história comum. (REIGOTA, 2003, p.10)

Assim, em função do acima exposto, acredito que o trabalho investigativo desenvolvido pode ser considerado também uma ação educativa e, mais especificamente, uma ação educativa ambiental. O ambiente, entendido enquanto campo de interações entre a sociedade, a cultura e a base física e biológica dos processos vitais (CARVALHO, 2004), nesse sentido, além de ter sido tematizado em nossos encontros, acabou sendo também, em alguma medida e em diferentes níveis (individuais e coletivos), reconstruído. Estivemos, pois a contar e recontar histórias, mas também a agir uns sobre os outros e sobre o espaço de vida

compartilhado (ao menos sobre aquele simbólico, presente em suas lembranças e narrativas). Mas estivemos também, e talvez principalmente, agindo sobre nós mesmos, reformulando nossas redes de significações a partir do encontro com o outro; deixando-se afetar pela sua fala, pelas suas histórias; enfim, permitindo-se *errar* por um mundo “novo” revelado através de suas narrativas. “Mundos novos” que se justapõem transformando (ampliando) aqueles nossos “velhos mundos”.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL SOB A PERSPECTIVA DE UMA SOCIOLOGIA DAS AUSÊNCIAS E DAS EMERGÊNCIAS

Num nível ainda mais abrangente, o presente trabalho investigativo poderia ser situado na interface daquilo que Santos (2004) define como *sociologia das emergências* e *sociologia das ausências*. Assim, uma breve incursão às principais idéias do autor relacionadas a essas duas sociologias, acredito, permitirá retomar alguns dos pontos sucintamente abordados até então e integrá-los na construção de uma proposta de interpretação a uma *educação ambiental* (ou, pelo menos, enquanto caracterização do trabalho efetivamente empreendido, principalmente ao longo dos dois últimos anos).

Num artigo intitulado *Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências* (2004)⁸⁰, Boaventura de Souza Santos constrói sua argumentação assentada em três pressupostos: primeiro, que a compreensão do mundo excede a compreensão ocidental do mundo; segundo, que as concepções de tempo e de temporalidade encontram-se intimamente relacionadas à compreensão do mundo e às formas através das quais ela cria e legitima o poder social; e terceiro, o fato de a concepção ocidental de racionalidade *contrair o presente e expandir o futuro* (SANTOS, 2004). De acordo com o autor, a *contração do presente* é “ocasionada por uma peculiar concepção de totalidade, transformou o presente num instante fugidio, entrincheirado entre o passado e o futuro” (SANTOS, 2004, p.779) Por outro lado, como responsáveis pela *expansão indefinida do futuro*, encontram-se a concepção linear do tempo e a planificação da história. É interessante notar a reatualização de alguns dos elementos apresentados quando da introdução do presente trabalho. Nela, a partir das obras de Melucci (2004), Bauman (2001) e de uma breve referência a Arendt (2005), procurou-se caracterizar a atual experiência do tempo, cada vez mais *instantânea* e desligada do passado (tradição) e cada vez mais distante de qualquer futuro (projeto).

⁸⁰ SANTOS, B. S. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In: SANTOS, B. S. (org) *Conhecimento prudente para uma vida decente: 'um discurso sobre as ciências'* revisitado. São Paulo: Cortez, 2004. p.777-821.

A crítica de Santos é desferida, pois, contra uma concepção ocidental de racionalidade à qual o autor definirá como *razão indolente*. Conforme o autor, essa razão se manifesta sob quatro diferentes formas:

(...) a razão impotente, aquela que não se exerce porque pensa que nada pode fazer contra uma necessidade concebida com exterior a ela própria; a razão arrogante, que não sente a necessidade de exercer-se porque se imagina incondicionalmente livre e, por conseguinte, livre da necessidade de demonstrar e sua própria liberdade; a razão metonímica, que se reivindica como a única forma de racionalidade e, por conseguinte, não se aplica a descobrir outros tipos de racionalidade ou, se o faz, fá-lo apenas para as tornar em matéria-prima; e a razão proléptica⁸¹, que não se aplica a pensar o futuro, porque julga que sabe tudo a respeito dele e o concebe como uma superação linear, automática e infinita do presente. (SANTOS, 2004, p.779/780)

Especificamente às duas últimas, Santos contrapõe (propõe como alternativa), respectivamente, uma *sociologia das ausências* e uma *sociologia das emergências*. Retomando, então, o que foi dito até aqui, tem-se um esquema no qual uma razão hegemônica (razão indolente), expressa sob diferentes formas - entre as quais se encontram a *razão metonímica* (que se auto proclama única num universo caracterizado pela diversidade) e a *razão proléptica* (que não se aplica a pensar no futuro) -, implica uma contração do presente e uma expansão do futuro. A primeira das duas formas de razão criticada, a *razão metonímica*, seria a responsável pela contração do presente, isto é, por um grande desperdício de experiências (desconsideradas porque expressões de outras racionalidades). A segunda (*razão proléptica*), por seu turno, uma vez que experimenta o tempo de forma linear, seria a principal responsável pela expansão do futuro, isto é, o seu “esvaziamento” dado principalmente pela convicção num horizonte redentor. Assim, a fim de fazer frente a essa *razão indolente*, Santos irá propor o empreendimento de um movimento no sentido contrário (de acordo com o autor, já em andamento; algo como um “refluxo” gerado pelo desenrolar dos processos hegemônicos de construção e destruição do mundo): *expandir o presente e contrair o futuro*. Nas suas palavras:

⁸¹ Poder-se-ia, inclusive (e talvez necessariamente), propor uma quinta forma de razão indolente: a **razão inconseqüente**. A semelhança da razão proléptica, a razão inconseqüente não se aplica a pensar o futuro. Contudo, não porque julgue conhecê-lo bem, mas ao contrário, porque não pode conhecê-lo - este se apresenta demasiadamente incerto e nebuloso. Se o futuro se dilui, a ação no presente deve encontrar sentido em si mesma e a preocupação com suas conseqüências deixa de fazer sentido.

Proponho uma racionalidade cosmopolita que, nesta fase de transição, terá de seguir a trajectória inversa: expandir o presente e contrair o futuro. Só assim será possível criar o espaço-tempo para conhecer e valorizar a inesgotável experiência social que está em curso no mundo de hoje. Por outras palavras, só assim será possível evitar o gigantesco desperdício da experiência de que sofremos hoje em dia. Para expandir o presente, proponho uma sociologia das ausências; para contrair o futuro, uma sociologia das emergências. (SANTOS, 2004, p.779)

A *sociologia das ausências*, conforme é definida pelo autor, “trata-se de uma investigação que visa demonstrar que o que existe é, na verdade, activamente produzido como não existente, isto é, como uma alternativa não-credível ao que existe” (SANTOS, 2004, p.786). Dito de outro modo, essa perspectiva se assenta no reconhecimento da existência de todo um campo de externalidades, ativamente produzido como tal; externalidades essas a serem, em alguma medida, “resgatadas” a fim de que se possa ampliar o presente. A ampliação do presente se dá, dessa forma, através da “proliferação das totalidades”, ou seja, da “entrada em cena” daqueles saberes, sentidos e experiências relegados a um segundo plano; a um plano de *inexistência*.

É interessante perceber a afinidade entre essas idéias e aquela definição de ambiente proposta por Enrique Leff e apresentada anteriormente. Conforme procurou ser ressaltado naquele momento, Leff propõe que se compreenda o ambiente também enquanto uma *externalidade*, *ausência*, engendrada (ativamente produzida como tal) pelo desenrolar dos processos hegemônicos de “desenvolvimento” econômico e construção (científica) de saberes; ou, talvez ainda melhor, enquanto uma “totalidade” que se revela a partir de um campo ativamente produzido como não existente. A emergência do *ambiental* sobre a qual nos fala Leff, pois, encontra-se intimamente relacionada à existência de um campo de externalidades (experiências, saberes e sentidos desconsiderados), do qual emerge como que um movimento de reação contra as forças que o produzem. Nesse sentido, o esforço de uma educação ambiental (conforme procurou ser caracterizada até então) poderia ser comparado ao de uma sociologia das ausências, uma vez que ambas visam evidenciar, trazer ao debate, todo um conjunto de experiências, saberes e sentidos desconsiderados. Além disso, conforme tem sido possível acompanhar através do debate acerca daquelas questões ditas *ambientais*, seus esforços acabam por promover uma ampliação do presente: complexificam-no pela

proliferação dos *pontos de vista* (inserção de novos elementos à constituição do “real” existente)⁸².

Uma vez que o presente é expandido por uma sociologia das ausências, resta a uma *sociologia das emergências* a tarefa de contrair o futuro. E contraí-lo, de acordo com Santos, significa “torná-lo escasso e, como tal, objecto de cuidado” (SANTOS, 2004, p. 794). Contrapondo-se a uma razão proléptica, que não se aplica a pensar o futuro por julgar conhecê-lo demasiadamente bem, a sociologia das emergências busca identificar no presente tendências a partir das quais o futuro possa apresentar-se menos distante e, por isso, mais “concreto”. Para Santos,

A sociologia das emergências consiste em substituir o *vazio do futuro*⁸³ segundo o tempo linear (um vazio que tanto é tudo como é nada) por um futuro de possibilidades plurais e concretas, simultaneamente utópicas e realistas, que se vão construindo no presente através das actividades de cuidado”. (SANTOS, 2004, p.794 – grifo meu)

Tomando como ponto de partida o trabalho de Ernst Bloch (1995), Santos ainda apresenta dois conceitos que assumem um lugar de destaque nesse esquema: o *Não* (*Nicht*) e o *Ainda-Não* (*Noch Nicht*). Diferente do *Nada*, o *Não* “é a falta de algo e a expressão da vontade de superar essa falta⁸⁴” (SANTOS, 2004, p. 795). Representa uma carência percebida e em direção a qual se empreende algum tipo de movimento – uma busca pela sua superação. O *Ainda-Não*, por sua vez, “exprime o que existe apenas como tendência, um movimento latente no processo de se manifestar (...). É uma possibilidade e uma capacidade concretas que nem existem no vácuo, nem estão completamente determinadas.” (SANTOS, 2004, p. 795). Será em função deste último, por exemplo, que as atividades de cuidado referidas pelo autor serão exercidas ou não. Afinal, se o futuro não se expande indefinidamente nem está completamente definido, faz-se necessário construí-lo a partir do presente (único horizonte

⁸² De acordo com Santos, a sociologia das ausências “cria condições para ampliar o campo das experiências credíveis neste mundo e neste tempo e, por essa razão, contribui para ampliar o mundo e dilatar o presente. A ampliação do mundo ocorre não só porque aumenta o campo das experiências credíveis existentes, como também porque, com elas, aumentam as possibilidades de experimentação social no futuro”. (SANTOS, 2004, p.789). Da mesma forma, poder-se-ia pensar a educação ambiental conforme apresentada e caracterizada no presente texto.

⁸³ Seja dado pela sua expansão infinita (consequência da lógica do tempo linear), seja pela sua diluição e desaparecimento/ indeterminação (consequência, por um lado, da queda dos grandes mitos e, por outro, das múltiplas incertezas que se nos apresentam).

⁸⁴ Note-se a relação existente entre esta idéia e o conceito de ambiente conforme propõe Leff: “O ambiente é aquela falta insaciável de conhecimento onde se aninha o desejo de saber que gera uma tendência interminável para a produção de conhecimentos, a fim de fundamentar uma nova racionalidade social sobre princípios de sustentabilidade, justiça e democracia”. (Leff, 2001, p.225)

onde isso se torna possível). Nesse esquema, ainda, Santos ressalta toda a incerteza inerente ao domínio do *Ainda-Não*, conforme consta a seguir:

“O Ainda-Não inscreve no presente uma possibilidade incerta, mas nunca neutra; pode ser a possibilidade da utopia ou da salvação (*Heil*) ou a possibilidade do desastre ou perdição (*Unheil*). Esta incerteza faz com que toda a mudança tenha um elemento de acaso, de perigo. É esta incerteza que, em meu entender, ao mesmo tempo em que dilata o presente, contrai o futuro, tornando-o escasso e objecto de cuidado. (SANTOS, 2004, p.795)

O cuidado emerge, pois, como resultado: primeiro, da identificação de uma carência e a busca por sua superação; segundo, da contração do futuro dada pela identificação, no presente, de tendências mais ou menos gerais, mas sempre concretas; e, por fim, da incerteza que se aninha no seio de cada tendência (sob a forma de latência) tornando-as passíveis de se tornarem frustração ou esperança (SANTOS, 2004). E, ainda que se admita na atualidade a superação de um tempo linear por um *tempo puntiforme* (MELUCCI, 2004) ou *tempo instantâneo* (BAUMAN, 2001), isto é, a *diluição* do futuro⁸⁵, uma sociologia das emergências mantém seu valor atualizado por revelar futuros possíveis (de esperança ou frustração). Nesse caso, mais do que “contrair”, o trabalho do sociólogo (educador, pesquisador) consistiria em “evidenciar” a possibilidade de um futuro através da identificação de tendências no presente.

Assim, seja num contexto em que o futuro se apresenta inexorável ao mesmo tempo em que infinitamente distante, seja num contexto no qual se apresente diluído, destituído de contornos e cores (ou melhor, não se apresente), uma sociologia das emergências encontra seu espaço e adquire um valor estratégico. Em ambos os casos, os esforços empreendidos no sentido de tornar mais precisas e mais concretas as direções que se anunciam a partir do presente justificam-se porque implicam a emergência de atividades de cuidado; a dupla possibilidade (frustração ou esperança) contida na tendência nos exige cuidados. Nas palavras do autor:

A sociologia das emergências consiste em proceder a uma ampliação simbólica dos saberes, práticas e agentes de modo a identificar neles as tendências de futuro (o Ainda-Não) sobre as quais é possível actuar para maximizar a probabilidade de esperança em relação à probabilidade da frustração. Tal ampliação simbólica é, no fundo, uma forma de imaginação sociológica que visa um duplo objectivo: por um lado conhecer melhor as condições de possibilidade da esperança; por outro, definir princípios de acção que promovam a realização dessas condições. (SANTOS, 2004, p.796)

⁸⁵ Nesse esquema, diferentemente do que postula Santos (2004), o tempo presente é experimentado com máxima intensidade sem, no entanto, ser expandido e o futuro se dilui ao invés de contrair-se (MELUCCI, 2004; BAUMAN, 2001).

Note-se como o parágrafo a cima poderia ser utilizado para sintetizar os objetivos de uma educação ambiental e, ainda mais especificamente, do trabalho investigativo descrito no presente texto. Da mesma forma que uma sociologia das emergências, uma educação ambiental interpretativa, voltada à escuta e pautada no encontro, acaba por proceder a uma ampliação simbólica dos saberes, práticas e agentes (através do auto-reconhecimento e/ou identificação, por exemplo), de modo a identificar neles tendências de futuro sobre as quais é possível atuar a fim de maximizar a probabilidade de esperança em relação a de frustração. Somado a isso, a essa “contração” do futuro (que pode ser também “revelação”), uma educação ambiental se concretiza também a partir da busca e tematização daquilo ativamente produzido como não existente (*Não*); uma busca e tematização que ampliam significativamente o presente pela proliferação de totalidades, isto é, de pontos de vista.

Em alguma medida, ainda que num nível bastante mais elementar (microscópico), foi isso que estivemos fazendo ao longo de nossos encontros. As incursões ao passado, às histórias de vida e do lugar, representaram o esforço de ampliação do presente, daquelas nossas redes de significações e dos modos através dos quais compreendíamos e nos relacionávamos com o espaço, com o lugar, uns com os outros e conosco próprios. Além disso, em alguma medida, a focalização do olhar sobre as relações estabelecidas com o espaço (espaços de vida) exprimiu o desejo de compreender, não apenas os sistemas simbólicos mediadores de suas relações com o lugar (passados e presentes) como também identificar nelas possíveis tendências a partir das quais, quem sabe, alguma atividade de cuidado pudesse (venha a) emergir.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência, e não a verdade, é o que dá sentido à escritura. Digamos, como Foucault, que escrevemos para transformar o que sabemos e não para transmitir o já sabido. Se alguma coisa nos anima a escrever é a possibilidade de que esse ato de escritura, essa experiência em palavras, nos permita libertar-nos de certas verdades, de modo a deixar de ser o que somos para ser outra coisa, diferente do que vimos sendo.

Também a experiência, e não a verdade, é o que dá sentido à educação. Educamos para transformar o que sabemos, não para transmitir o já sabido. Se alguma coisa nos anima a educar é a possibilidade de que esse ato de educação, essa experiência em gestos, nos permita libertar-nos de certas verdades, de modo a deixarmos de ser o que somos, para ser outra coisa para além do que vimos sendo. (Jorge Larrosa e Walter Kohan, 2005⁸⁶)

Novamente (e exemplo do que fiz no projeto), a título de finalização, gostaria de tecer algumas considerações a respeito do que não foi dito; três aspectos para os quais não encontrei lugar (ou uma boa maneira de expressá-los) ao longo do texto. Esse esforço reflexivo póstumo, até certo ponto subversivo, corresponde ao refluxo daquilo que foi dito; corresponde a emergência daqueles aspectos subliminares, contidos, não expressados, mas experimentados, presentes e, em boa medida, determinantes daquilo que foi dito.

Em primeiro lugar, algumas considerações acerca das dificuldades e aprendizados inerentes ao ato de escrever. A tentativa de materializar, na estrutura de um texto, um fluxo considerável de pensamentos, experiências e emoções, converte-se necessariamente em um momento de significativos aprendizados. Vivenciamos com o texto que produzimos uma relação dialética: da oposição entre o que pensamos (aquilo que gostaríamos de expressar) e o que, de fato, conseguimos traduzir em palavras, emerge a possibilidade de aprendizado, movimento, transformação. Da necessidade de escrever sobre o que se pensa, surge a possibilidade de pensar sobre o que se escreve, isto é, o próprio pensamento. Repensamos a

⁸⁶ Apresentação da coleção “Educação: Experiência e Sentido” In: RANCIÈRE, J. *O mestre ignorante: cinco lições sobre emancipação intelectual*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. (Educação: Experiência e Sentido)

nós mesmos a partir da escrita. Cada palavra, cada período construído, remete-nos de volta às idéias que os originaram ao mesmo tempo em que suscitam (despertam) diversas outras. Os caminhos da escrita são tortuosos e imprevisíveis: aquilo que gostaríamos de dizer nem sempre acaba sendo dito. O texto, como se dialogasse com seu escritor, sugere, a cada ponto do seu percurso, caminhos alternativos a serem seguidos. Por vezes, os desvios não alteram de modo profundo os rumos inicialmente traçados; em outras, contudo, promovem verdadeiras revoluções. Nessa dialética, caracterizada pelo movimento e pela mudança, algumas coisas se perdem (deixam de ser ditas) ao mesmo tempo em que muitas outras são criadas.

Federico Neresini (2005), no terceiro capítulo do livro *Por uma sociologia reflexiva: pesquisa qualitativa e cultura*, organizado por Alberto Melucci, diz que “uma boa prática de pesquisa constrói (...) uma simulação do mundo social não porque o tenha compreendido, mas para poder compreendê-lo” (NERESINI, 2005, p.83). De forma análoga, pode-se pensar o mesmo em relação à comunicação das intenções e/ou resultados de uma pesquisa: construímos uma representação do objeto e do processo de pesquisa (na estrutura de um texto) não porque os tenhamos compreendido, mas para poder compreendê-los. O presente texto, nesse sentido, possivelmente, tenha contribuído mais para que eu mesmo pudesse me familiarizar com o processo de pesquisa engendrado, do que para comunicá-los com precisão.

O segundo aspecto a ser considerado diz respeito aos aprendizados acumulados ao longo desse processo de pesquisa. Para além da ampliação simbólica que o lugar estudado sofreu e das reformulações nas minhas redes de significação operadas ao longo de nossos encontros, a investigação me possibilitou uma série de encontros significativos ao mesmo tempo em que implicou alguns desencontros, igualmente significativos. Entre os encontros, destacaria aqueles com os sujeitos entrevistados, que assumiram para mim o caráter de um *encontro com um modo de vida distinto, com um mundo diferente daquele meu*. A alegria e a disposição com que encaram a vida e a intensidade das relações sociais que caracterizam o lugar me fizeram repensar, num nível profundo, meu próprio cotidiano, o próprio conjunto de relações sociais no qual me insiro. As redes de sociabilidade e solidariedade descritas quando das considerações acerca do processo de migração, nesse contexto, reatualizam-se e revelam a verdadeira força dessa gente. Uma força que se não é capaz de mover montanhas, certamente é capaz de fazê-los chegar até elas (empreender longas jornadas).

Entre os desencontros, por suas vez, aqueles com minha família (minha esposa e minha filha) talvez tenham sido os principais. Em diferentes momentos, mas principalmente durante as escritas, estive tão absorto no trabalho a ser realizado que acabei negligenciando-a.

Nos últimos três meses, por exemplo, apesar de ter passado praticamente todos os dias em casa, foram raros os momentos de lazer a três (Laís, Ananda e eu). Um convívio do qual senti falta e que acabou, por isso mesmo, revalorizado em função das exigências impostas pelo trabalho.

Por fim, um aspecto que de alguma forma me parece ter passado subsumido na estrutura do presente texto, refere-se às intenções que estiveram por trás dos argumentos, discussões e planejamentos apresentados. Não me refiro aqui às intenções específicas ou gerais de pesquisa, mas sim aquelas que nos motivam a seguir determinados caminhos e não outros; aquelas nos movem enquanto seres que sentem e pensam; enfim, aquelas que de forma mais imediata se relacionam às convicções e sentimentos que nos acompanham e caracterizam. A pesquisa, ainda que represente um desdobramento “espontâneo” dessas intenções, opera em um nível bastante mais restrito e específico: deve pretender pouco e somente aquilo que estiver, de fato, ao seu alcance. Esse alcance, por sua vez, é determinado pelos tempos e recursos dos quais se dispõem, que, de um modo geral, também são bastante restritos. Mas por trás disso tudo existem desejos, vontades e esperanças; existe uma ética latente e, acima de tudo, viva. Enrique Leff (2001)⁸⁷, assim a define:

A ética é encarregada do projeto de recuperar a vontade de poder, de poder viver, de poder querer viver, porque vale a pena viver a vida, pelo encantamento com seus enigmas e surpresas, seus gostos e desgostos. Porque diante do nada, da morte e da angústia do sem-sentido, o ser deve afirmar-se na paixão de ser. E para isso se requer uma ética de preservação e revalorização da natureza: de seus valores materiais, simbólicos e estéticos. Mas, além da ética naturalista, necessita-se de uma ética da dignidade humana; uma ética humanitária que reverta a dominação, a submissão, a pobreza, a ignorância; uma ética que enalteça a autonomia de cada ser humano, sua capacidade de pensar e gozar; uma ética da criatividade, da erotização do mundo que, além do amor à natureza, exalte a paixão de viver. E é essa paixão que é necessário recuperar na era do vazio, para torná-la instinto de vida, de maneira que, diante do desespero que acossa a existência, da vaidade e banalidade das coisas, e da certeza da morte, a vida se incline para a vida. (p.469/470)

(...)

E essa ética exige tempo, porque não existe ternura sem tempo; porque contemplar um entardecer toma o tempo do ocaso, e toma uma noite para ver de novo o amanhecer; porque a maturação e o envelhecimento de um bom vinho levam tempo, e ele não poderá ser degustado se se apura a taça, que necessita de repouso para penetrar o corpo e subir à alma do tomador de vinhos... que nisso se distancia do tomador de decisões guiadas pela urgência e pelas razões de força maior. (p.474)

⁸⁷ LEFF, E. Ética pela vida: elogio da vontade de poder In: LEFF, E. *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 2001. p.446 – 474.

Dessa forma, ainda que o objetivo explícito da ação empreendida não tenha sido a transformação da realidade observada (pelo menos não no sentido de *adequá-la* às minhas verdades), a esperança de vê-la modificada pela ampliação dos pontos de vista em jogo, pela troca operada entre os seus habitantes, foi (e continua sendo) uma das minhas principais motivações. O desejo de que o arroio, em alguma medida, deixe de *reinar no antecedente* para se tornar um presente compartilhado⁸⁸, objeto de cuidado daqueles e daquelas seus sujeitos; de que as histórias recontadas em nossos encontros, em alguma medida, possam promover ressonâncias em outros círculos, com a escola, por exemplo; enfim, de que a tímida (re)valorização do “banhado” observada entre os sujeitos entrevistados possa ser estendida a outros espaços do lugar, restaurando àqueles seus habitantes alguma dignidade, motivam-me a aprofundar ainda mais a escuta e o diálogo. Escuta e diálogo que, conforme apresentado anteriormente, são também formas de agir sobre o mundo, agir sobre os outros e sobre nós mesmos.

⁸⁸ Não como foi um dia, mas de um modo novo; de um modo outro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUILAR, J. M. *Grupo de discusión*. Buenos Aires: Lumen-Hvmanitas, 1998. (Colección: Hvmanitas 2000).

AMADO, J.; FERREIRA, M. (coords.) *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

_____. J. A culpa nossa de cada dia: ética e história oral. *Projeto História*, São Paulo, n° 15, p. 145-155, abril 1997.

ARENDT, H. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2005. (Debates; 64)

BACHELARD, G. *A Poética do Espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 1993. (Coleção Tópicos).

BACKES, P.; IRGANG, B. *Árvores do sul: guia de identificação e interesse ecológico*. Instituto Souza Cruz, 2002.

BARCELOS, V. H. L.; NOAL, F. O. A temática ambiental e a educação: uma aproximação necessária. In: NOAL, F. O.; REIGOTA, M.; BARCELOS, V. H. L. (orgs.) *Tendências da Educação Ambiental Brasileira*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1998.

BAUMAN, Z. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

_____. *Modernidade e ambivalência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

BOSI, E. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRAUN, M. C. *Do vale das matas nativas ao vale do progresso: um estudo sobre as representações de ambiente em comunidades de imigrantes alemães*. Porto Alegre: UFRGS, 1999. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

CARVALHO, I. C. M. A invenção do sujeito ecológico: identidade e subjetividade na formação de educadores ambientais. In: SATO, M.; CARVALHO, I. C. M. (orgs) *Educação ambiental: pesquisa e desafios*. Porto Alegre: Artmed, 2005. p. 51-63.

_____. Os sentidos de “ambiental”: a contribuição da hermenêutica à pedagogia da complexidade. In: LEFF, E. *A complexidade ambiental*. São Paulo: Cortez, 2003. p. 99-120.

_____. *A injeção ecológica: narrativas e trajetórias da educação ambiental no Brasil*. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

_____. As transformações na cultura e o debate ecológico: desafios políticos para a educação ambiental. In: NOAL, F. O.; REIGOTA, M.; BARCELOS, V. H. L. (org) *Tendências da educação ambiental brasileira*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1998. 261p.

CRUZ NETO, O.; MOREIRA, M. R.; SUCENA, L. F. M. Grupos Focais e Pesquisa Social Qualitativa: o debate orientado como técnica de investigação. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13, 2002, Ouro Preto. (Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/Com_JUV_PO27_Neto_texto.pdf> Acesso em: 15/06/2006)

ERRANTE, A. Mas afinal, a memória é de quem? Histórias orais e modos de lembrar e contar. *História da Educação / ASPHE/FaE/UFPel*, Pelotas, n° 8, 141-174, setembro, 2000.

FORTUNA, C. As cidades e as identidades: narrativas, patrimônios e memórias. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.12, n°33, fev. 1997, pp.127 – 141.

FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

GARCIA, W. A. C. Éticas contemporâneas e meio ambiente. In: GUIMARÃES, L. B.; BRUEGER P.; SOUZA S. C.; ARRUDA, V. L. V. (orgs) *Tecendo subjetividades em educação e meio ambiente*. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2003 (Coleção Cadernos CED; 6) p.41 – 48.

GAGNEBIN, J. M. Memória, História, Testemunho. In: BRESCIANI, S.; NAXARA, M. (orgs.) *Memória e (re)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001. p.85-94.

GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, c1989.

GOMES, M. E. S.; BARBOSA, E. F. *A Técnica de Grupos Focais para a Obtenção de Dados Qualitativos*. EDUCATIVA: Instituto de Pesquisa e Inovações Educacionais, fevereiro de 1999. (Publicação Interna)

GRÜN, M. *Ética e educação ambiental: a conexão necessária*. Campinas: Papyrus, 1996. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

GUIMARAES, L.B. *O Educativo nas ações, lutas e movimentos de defesa ambiental: uma história de discontinuidades*. Porto Alegre: UFRGS, 1998. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

INGOLD, Tim. Jornada ao longo de um caminho de vida – mapas, descobridor-caminho (wayfinder) e navegação. In: *Religião & Sociedade*. Rio de Janeiro, 25 (1): 76-110, 2005

JAMESON, Fredric. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. 2° ed. São Paulo: Editora Ática, 2000.

LEFF, Enrique (coord.); *A complexidade ambiental*. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. Enrique. Pensar a complexidade ambiental. In: LEFF, Enrique (coord); *A complexidade ambiental*. São Paulo: Cortez, 2003. p.15-64.

_____. E. *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. 3° ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

LISBOA, M. A. *Considerações sobre o êxodo rural na Região Sul entre 1970 e 1980*. Ministério do Interior. SUDESUL. CPR, 1987.

MARRE, J. L. Histórias de vida e método biográfico. *Cadernos de Sociologia*, Porto Alegre, n.3, v.3, p.89-141, janeiro/julho. 1991.

MARTINS, J. S.; ECKERT, C.; NOVAES, S. C. (orgs) *O imaginário e o poético nas Ciências Sociais*. Bauru: Edusc, 2005. (Coleção Ciências Sociais)

MATA, M.; CARVALHO, E. W. R.; CASTRO E SILVA, M. T. L.L. *Migrações internas no Brasil: aspectos econômicos e demográficos*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1973 (coleção relatórios de pesquisa, n° 19).

MELUCCI, A. *Por uma sociologia reflexiva: pesquisa qualitativa e cultura*. Petrópolis: Vozes, 2005.

_____. A. Busca de qualidade, ação social e cultura: por uma sociologia reflexiva. In: MELUCCI, A. *Por uma sociologia reflexiva: pesquisa qualitativa e cultura*. Petrópolis: Vozes, 2005. p.25-42.

_____. A. *O jogo do eu: a mudança de si em uma sociedade global*. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2004. (Coleção Focus; 15)

NOAL, F. O.; REIGOTA, M.; BARCELOS, V. H. L. (org) *Tendências da educação ambiental brasileira*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1998.

QUEIROZ, M. I. P. Relatos Orais: do “indizível” ao “dizível”. In: SIMSON, O. M. V. (org) *Experimentos com histórias de vida (Itália – Brasil)*. São Paulo: Edições Vértice, 1988. p. 14-43.

RAMBO, B. *A fisionomia do Rio Grande do Sul: ensaio de monografia natural*. 3. ed. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2000.

REIGOTA, M.; POSSAS, R.; RIBEIRO, A. (orgs.) *Trajetórias e narrativas através da educação ambiental*. Petrópolis: DP&A, 2003. (coleção Metodologia e pesquisa do cotidiano).

SANTOS, M. *A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4° ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Coleção Milton Santos; 1)

RUSCHEINSKY, A. A pesquisa em história oral e a produção de conhecimento em educação ambiental. In: SATO, M.; CARVALHO, I. C. M. (orgs) *Educação ambiental: pesquisa e desafios*. Porto Alegre: Artmed, 2005. p.135-148.

THOMSON, A. Recompondo a memória: questões sobre a relação entre a História Oral e as memórias. *Projeto História*, São Paulo, n° 15, p. 51-71, abril 1997.

_____. Histórias (co)movedoras: História Oral e estudos de migração. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.22, n°44, pp. 341-364, 2002.

UNGER, N. M. *Da foz à nascente: o recado do rio*. Campinas: Editora Unicamp, 2001.

VOLDAMN, D. A invenção do depoimento oral. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. M. (coords.) *Usos & abusos da história oral*. 3º ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000. p.247-267.

WEBER, R. Relatos de quem colhe relatos: pesquisa em História Oral e Ciências Sociais. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol.39, n°1, 1996, p.163-183.

WINKIN, Yves. *A nova comunicação: da teoria ao trabalho de campo*. Campinas: Papirus ed. 1998.

ANEXO 1 – TERMO DE CONSENTIMENTO PÓS-INFORMADO

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMADO

Eu, _____ aceito participar da pesquisa intitulada “**(Re)contando histórias: o ambiente tematizado a partir das histórias de vida**” (título provisório), de autoria de Cassiano Pamplona Lisboa (pesquisador), aluno do Curso de Mestrado em Educação do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, orientado pelo professor Dr. Nilton Bueno Fischer, que, a partir das histórias narradas por cada um dos participantes, tem como objetivos principais (mas não exclusivos):

- a) compreender quais os sentidos e motivações envolvidos nos processos de *migração*;
- b) compreender como se deu, localmente o processo de *(re)construção do espaço*, além de tentar identificar algumas de suas tendências;
- c) *(re)construir* uma história local que permita outros olhares sobre os problemas ecológicos e sociais (problemas ambientais) experimentados pelos seus moradores.

Declaro ter sido devidamente informado pelo pesquisador dos objetivos da pesquisa, das metodologias e dinâmicas que seriam empregadas durante a pesquisa e dos possíveis desdobramentos da mesma.

() **Autorizo o pesquisador a utilizar as informações que forneci** (em encontros coletivos e/ou entrevistas individuais, gravados) na elaboração de sua dissertação de mestrado e de outras possíveis publicações (contanto que me sejam previamente informadas).

() **Autorizo o pesquisador a utilizar minha imagem** (registrada através de fotografias e filmagem) na elaboração de sua dissertação de mestrado e de outras possíveis publicações (contanto que me sejam previamente informadas).

() **Autorizo o pesquisador a utilizar**, em sua dissertação de mestrado e em outras possíveis publicações, **meu nome verdadeiro**.

() Concordo que as filmagens das entrevistas coletivas (das quais participo) e/ou individuais integrem o Banco de Dados da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, podendo servir para futuros estudos acadêmicos.

Nome completo: _____

Endereço: _____ Telefone: _____

Cassiano Pamplona Lisboa (pesquisador)

Assinatura (pesquisado)

ANEXO 2 - IMAGENS

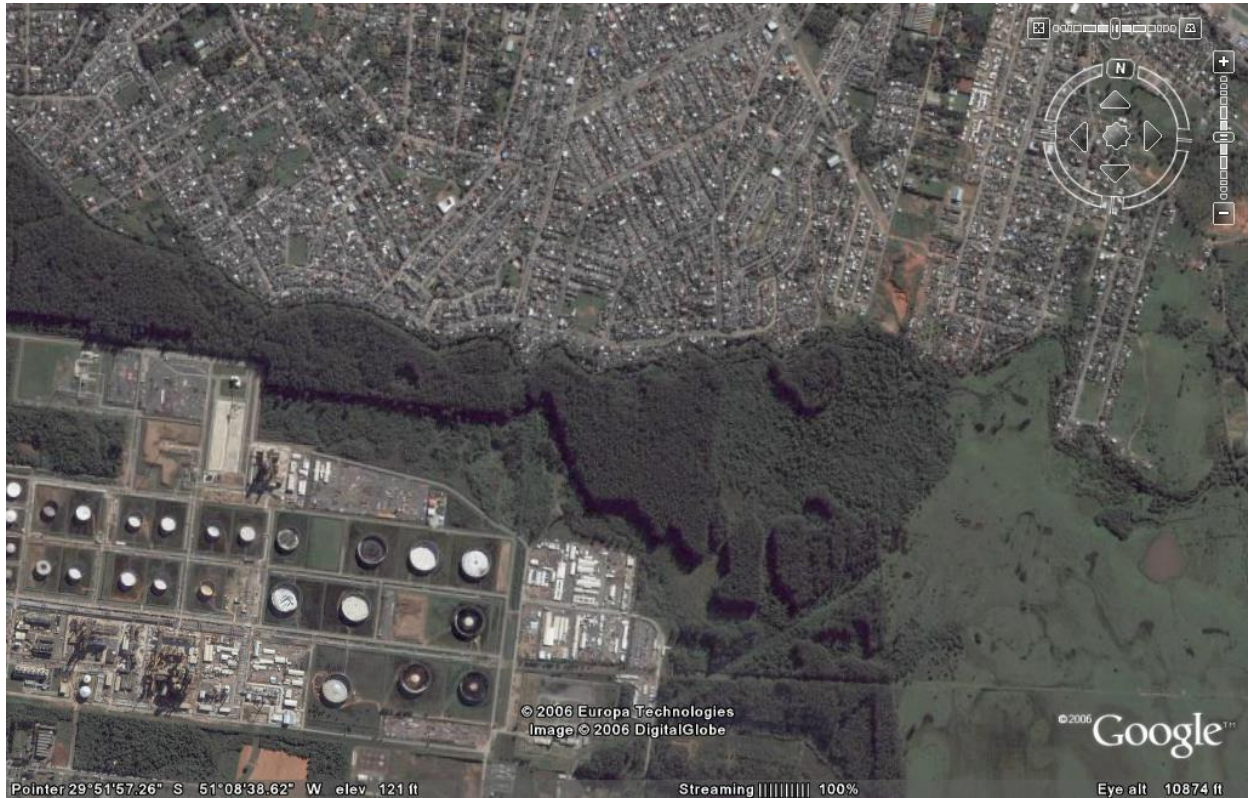


IMAGEM 1 – Vista aérea



IMAGEM 2 – Bairros (perpendicular)



IMAGEM 3 – Bairros (diagonal)

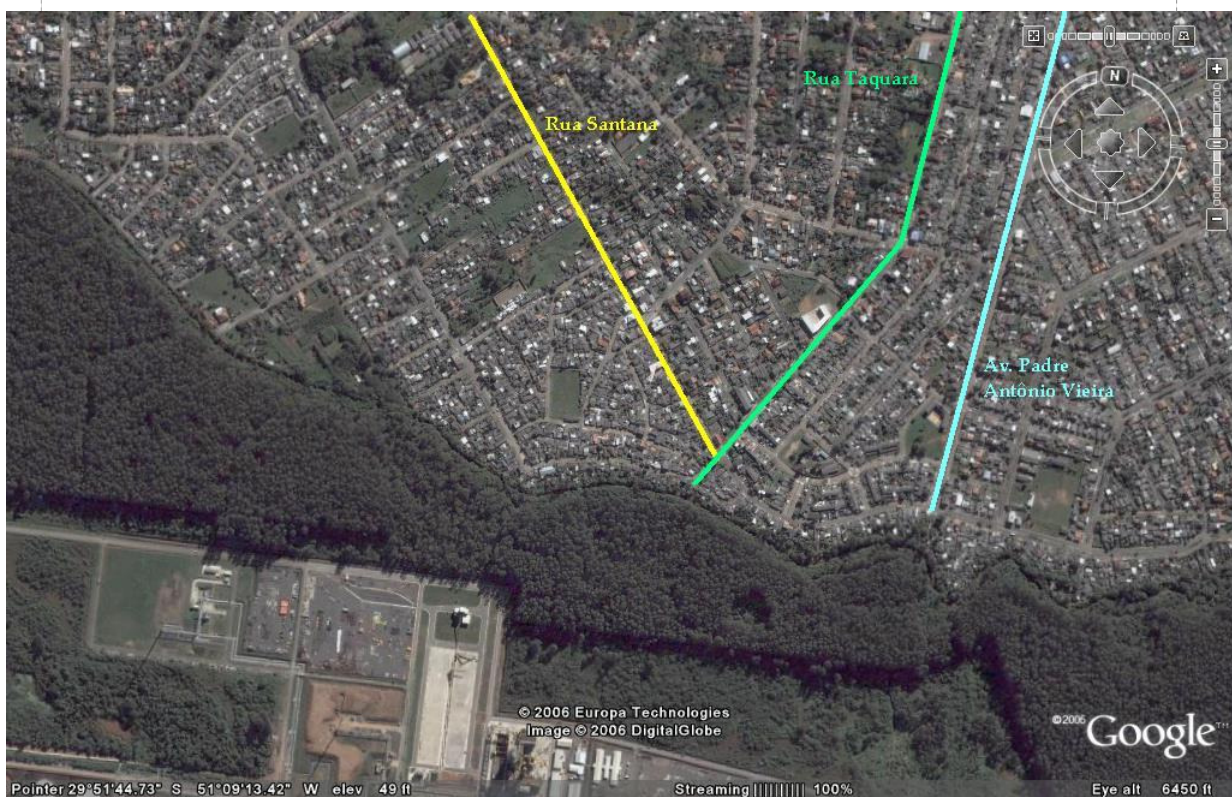


IMAGEM 4 – Ruas



IMAGEM 5 – Escola Estadual Dyonélio Machado

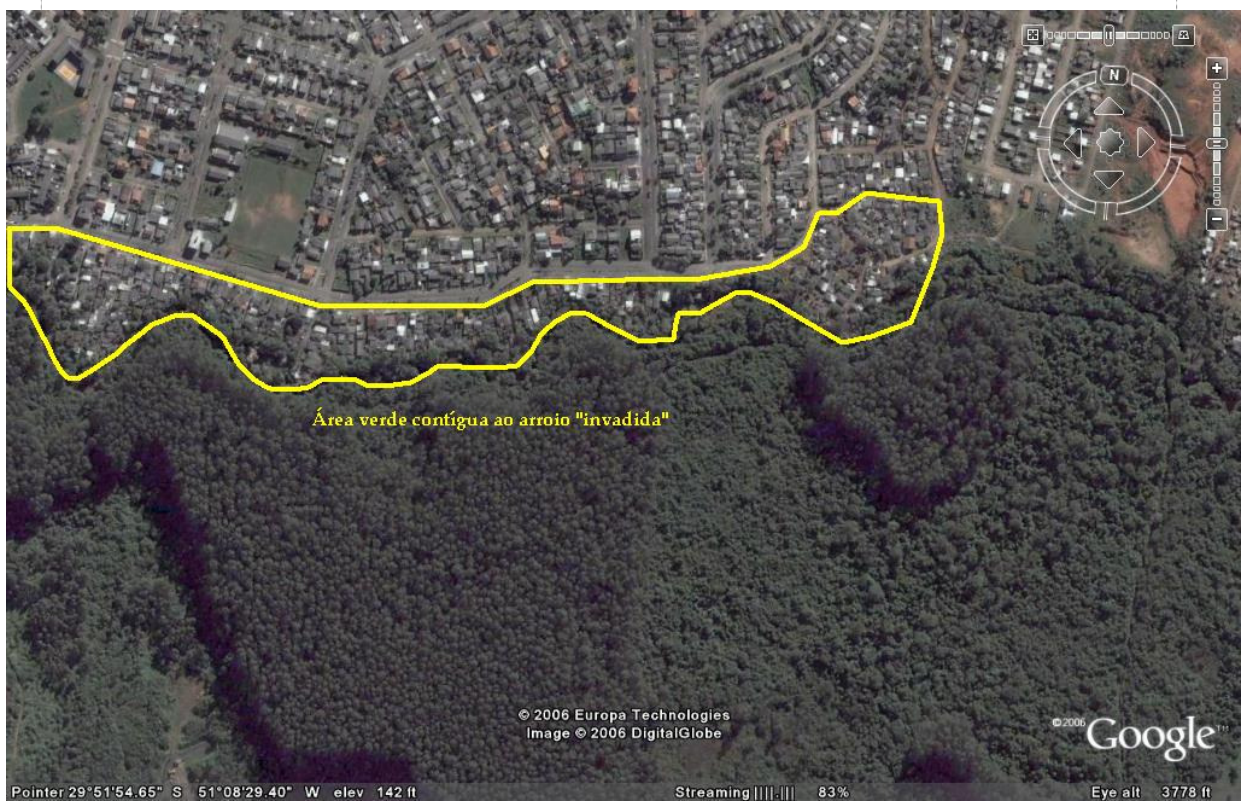


IMAGEM 6 – Ocupação "irregular"



IMAGEM 7 – Ocupação “irregular” (detalhe)

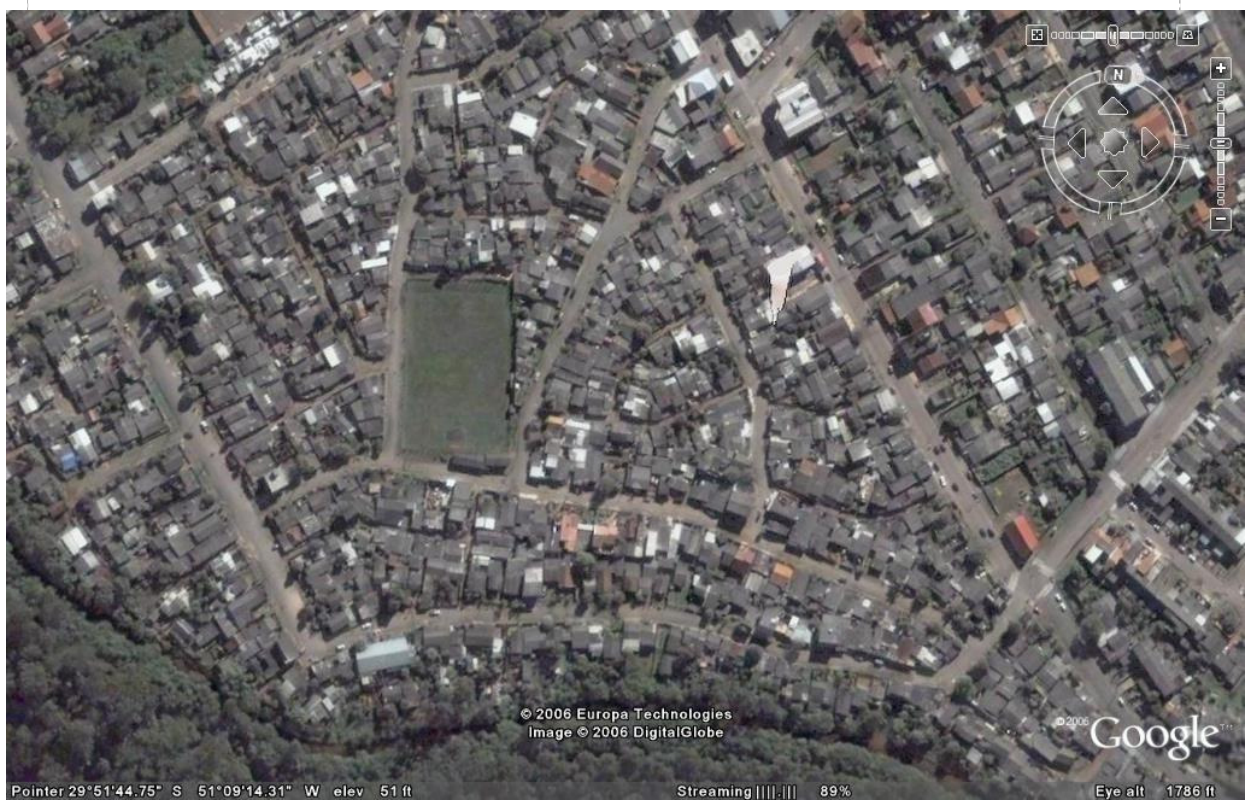


IMAGEM 8 – Bairro São José (“banhado”)



IMAGEM 9 e 10 – “Gravura” (abaixo detalhe)

